



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANTROPOLOGIA

ANA PATRÍCIA REIS DA SILVA

**TRABALHO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORAS DE CARANGUEJO  
EM UMA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA NO LITORAL DO PARÁ**

BELÉM

2022

ANA PATRÍCIA REIS DA SILVA

**TRABALHO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORAS DE  
CARANGUEJOS EM UMA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA  
NO LITORAL DO PARÁ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de Título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Alves Maneschy.

BELÉM

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

R375t Reis da Silva, Ana Patricia.  
TRABALHO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE  
CATADORAS DE CARANGUEJO EM UMA RESERVA  
EXTRATIVISTA MARINHA NO LITORAL DO PARÁ / Ana  
Patricia Reis da Silva. — 2021.  
199 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Alves Maneschy.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em  
Economia, Belém, 2021.

1. gênero. 2. trabalho. 3. processamento de caranguejos. 4.  
RESEX. 5. desenvolvimento socioambiental. I. Título.

PATRÍCIA REIS DA SILVA

**TRABALHO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE CATADORAS DE CARANGUEJO  
EM UMA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA NO LITORAL DO PARÁ**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de Título de Doutora em Antropologia.

Apresentado em: 24 / 10 / 2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria Cristina Alves Maneschy (Orientadora) - PPGSA/UFPA

---

Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar (Avaliadora Interna) - PPGSA/UFPA

---

Profa. Dra. Mônica Conrado (Avaliadora Interna) PPGSA-UFPA

---

Profa. Dra. Edna do Socorro Silva Moreira (Avaliadora Externa) - PDTSA/UNIFESSPA

---

Prof. Dra. Naína Pierri Estades (Avaliadora Externa) – (PPGMADE/UFPR)

---

Prof. Dra. Voyner Ravena Canete (Avaliadora Suplente) - PPGSA/UFPA

---

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho. (Avaliador Suplente) - (PPGS/ UFPE)

A todas as mulheres que não se deixam silenciar, se movem com a força que vem da natureza e que é conquistada superando todas as adversidades que lhes são impostas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Ele, que me acompanha em todos os momentos.

A minha família, pelo suporte e incentivo.

Aos professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA, que, dentro de suas experiências e debates, me ajudaram a construir meus pensamentos e reflexões sobre o meu tema de pesquisa.

A minha orientadora Maria Cristina Maneschy que me conduziu pelo caminho do Doutorado, deixando a tarefa árdua de escrever uma Tese. Pela confiança e conexão que estabelecemos nos momentos de diálogo sobre as mulheres pescadoras e seus desafios, nas formas que através da pesquisa podemos contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres.

As Mulheres da Rede Caeteuara, especialmente a Dejanira Ferreira dos Santos, presidente da REDE, que me recebeu diversas vezes em sua casa para contar sua história, seus planos e as dificuldades que sabia que enfrentaria.

A Todas as mulheres catadoras de caranguejo que compartilharam suas experiências e saberes para construção desta pesquisa.

Ao pescador Antônio Mescouto, que com muita alegria e sabedoria me levou pelos mares, pelo mangue e pela magia de aprender através dos olhares de quem vive e mora na comunidade da Vila do Treme.

## RESUMO

Este estudo objetiva analisar o trabalho e a organização coletiva de mulheres catadoras (processadoras) de caranguejos, na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, no município de Bragança, litoral do Estado do Pará. Contribui com o debate sobre a centralidade da dimensão de gênero na construção do desenvolvimento socioambiental. Conforme o referencial teórico, nesta visão de desenvolvimento a economia não se separa da sociedade, os direitos territoriais de povos tradicionais são garantidos e a equidade de gênero é um atributo fundamental, com paridade de participação de mulheres e homens na vida social. Seguindo abordagem qualitativa, foram feitas observações e entrevistas semiestruturadas com 30 mulheres nas comunidades de Treme, Taquandeuá, Rio Grande e Vila Bonifácio e entrevistas em profundidade com lideranças locais, visando: 1) reconstituir a história da catação de caranguejos e a estruturação de sua cadeia produtiva, a trajetória ocupacional das mulheres, a divisão sexual e as condições de trabalho e de inserção no mercado; 2) analisar a recém-criada Rede de Mulheres Caeteuaras. Essa associação quer gerar renda e valorizá-las como profissionais da pesca e, nesse processo, abraça ideais de equidade de gênero e conservação ambiental. A hipótese do estudo é que a organização das mulheres na Rede, embora em seu início, aponta para duas direções de mudança: ajuda na visibilidade e valorização da atuação feminina na cadeia produtiva pesqueira e potencializa o desenvolvimento socioambiental do território da RESEX. A pesquisa revelou haver diferentes formas sociais de catação doméstica: a familiar, as catadoras o serviço de um patrão e as que adquirem a matéria-prima de comerciantes de fora, beneficiam e vendem. As catadoras seguem em posição subordinada, pois não controlam o produto, os preços e a demanda por seu trabalho. Nesse cenário, a Rede de Mulheres Caeteuaras pretende operar de modo inovador. Os resultados mostram que as participantes da Rede se tornam conscientes de seu status de trabalhadoras extrativistas, por meio de cursos e formações, mas ainda não conseguem alterar as práticas de trabalho e comercialização. É preciso ampliar a rede de parceiros e acessar recursos materiais e sociais. Seus projetos, contudo, apontam para novos sentidos de mercado, confirmando em parte a hipótese de pesquisa. A cozinha comunitária prevê associar qualidade do produto, saúde ocupacional e estruturas de apoio às jovens mães no cuidado com os filhos e na conciliação entre trabalho e cuidados. O estudo ratifica a importância de organizações de mulheres para o desenvolvimento socioambiental, contando com o suporte das associações da RESEX e dos poderes públicos pertinentes. Isso porque, as condições concretas em que as catadoras vivem e participam do mercado são marcadas por bloqueios estruturais, onde se cruzam barreiras de gênero e de classe, sociais e culturais.

Palavras-chave: gênero; trabalho; processamento de caranguejos; RESEX; desenvolvimento socioambiental.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the work and collective organization of women who process crabs, inside the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, in Bragança municipality, coast of Pará State, Northern Brazil. It contributes to the debate on the centrality of the gender dimension within the socio-environmental development. According to the theoretical framework, in this development approach, economy is embedded in society, the territorial rights of traditional peoples are guaranteed and gender equity is a crucial feature, namely, the parity of participation of men and women in social life. Following a qualitative methodology, observations and semi-structured interviews were carried out with 30 women in the communities of Treme, Taquandua, Rio Grande and Vila Bonifácio, and in-depth interviews with local leaders, in order to: 1) understanding the history and the structure of crabs processing and its production chain, the women occupational trajectory, the sexual division and the conditions of labor and insertion in the market; 2) analyzing the recently created Network “Rede de Mulheres Caeteuaras”. This association wants to generate income and to value the women processors as fish workers; it embraces ideals of gender equity and environmental conservation. The hypothesis of the study is that the organization of women in the Network, although recent, points to two directions of change: it fosters the visibility and appreciation of women's work in the fishing production chain and it enhances the socio-environmental development of the RESEX territory. The research revealed different social forms of domestic crabs processing: the family units, the processors working for a boss and those who acquire the raw material from outside traders, process and sell. The women remain in a subordinate position, as they do not control the product, prices and demand for their work. In this scenario, the Women's Network intends to operate in an innovative way. The results show that the women participating in the network become more aware of their professional status, through courses and trainings, but yet they haven't been able to alter prevailing labor and commercialization practices. It is necessary to expand the web of partners and the social and material resources. Their projects, however, point to new market guidelines, partially confirming the research hypothesis. The community kitchen plans to associate better quality of their product, occupational health and facilities for young mothers caring for their children and reconciling work and care. The study ratifies the importance of women's organizations for socio-environmental development and they might gain the support of RESEX associations and relevant public authorities. Women crabs processors live and participate in the market facing structural blockages, where gender, class and cultural barriers intersect.

**Keywords:** gender; job; crab processing; RESEX; socioenvironmental development.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 . Participação de mulheres e homens em postos de trabalho no Brasil-IBGE, 2019	42
Figura 2 . Vista aérea parcial da cidade Bragança-PA, à margem do Rio Caeté. ....	44
Figura 3 . Limites da RESEX Caeté-Taperaçu, Bragança-Pará. ....	44
Figura 4 . Encontro de aniversário das RESEX, em 20/05/2021.. ....	46
Figura 5 . Inezila Monteiro .....	47
Figura 6 . Reunião das mulheres pescadoras .....	47
Figura 7 . Patrícia Reis, presidente do INÃ .....	50
Figura 8 . Vista parcial da cidade de Bragança-PA, às margens do Rio Caeté. ....	52
Figura 9 . RESEX Marinhas ao longo do litoral do Brasil em 2020 .....	53
Figura 10 . Imagem indicativa da localização das vilas alvo da pesquisa. ....	59
Figura 11 : Rua da Vila do Treme indo em direção ao Porto Principal .....	61
Figura 12 : Igreja da Vila do Rio Grande .....	62
Figura 13 . Rua da Vila do Rio Grande .....	62
Figura 14 . Entrevista com a presidente da REDE .....	65
Figura 15 . Catadoras residentes na Rua do Mangalzinho. ....	67
Figura 16 . Entrada da Vila de Taquandeuá. ....	68
Figura 17 . Vila do Treme - Mulheres da Rede Caeteuara - Bragança/PA. ....	69
Figura 18 . Dia de Pescaria. Família com embarcação própria. ....	80
Figura 19 . Dados sobre os manguezais brasileiros .....	87
Figura 20 . Mapa de Localização da Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia. ....	89
Figura 21 . Trecho de manguezal durante a baixa-mar .....	89
Figura 22 . Linha do Tempo. ....	91
Figura 23 . Trecho do Rio Caeté, próximo à foz. ....	91
Figura 24 . Praça da Vila de Treme .....	94
Figura 25 . Porto da Vila do Treme. ....	94
Figura 26 . Placa de inauguração da única praça da Vila do Treme. ....	95
Figura 27 . Estrada na Vila do Treme, próximo ao porto. ....	95
Figura 28 . Unidade Básica de Saúde (UBS) da Vila do Treme .....	96
Figura 29 . Antônio Mescouto - pescador, na Croa do Brinco. ....	98
Figura 30 . Tirador de caranguejo retirando siris presos nas armadilhas de pesca. ....	98
Figura 31 . Siri retirado da armadilha de pesca. ....	99
Figura 32 . A pesquisadora e a sra. Geralda, pescadora artesanal .....	99

Figura 33 . Siris pescados pela D. Geralda. Trazidos no balde em sua bicicleta. ....	100
Figura 34 . Tirador de caranguejo se preparando para entrar no mangue. ....	100
Figura 35 . Tirador de caranguejo. ....	101
Figura 36 . Sapato confeccionado artesanalmente pelos tiradores de caranguejo. ....	101
Figura 37 . Tiradores de caranguejo preparados para entrar no manguezal .....	102
Figura 38 . Tirador de caranguejo mostrando o caranguejo coletado .....	103
Figura 39 . Uma pequena pausa entre uma captura e outra. ....	104
Figura 40 . Momento da captura. ....	104
Figura 41 . Resultado do trabalho de um dos tiradores de caranguejo. ....	104
Figura 42 . Pescadores artesanais fazendo a sua refeição enquanto esperam .....	106
Figura 43 . Curral de pesca de pescador da Vila do Treme, localizado no Ponga. ....	106
Figura 44 . Fluxograma tradicional de distribuição dos caranguejos .....	110
Figura 45 . Fluxograma de distribuição dos caranguejos .....	110
Figura 46 . Fluxograma de distribuição dos caranguejos. ....	111
Figura 47 . Paneiro utilizado para transporte do caranguejo. É feito por artesãos locais. ....	114
Figura 48 . Instrumentos de trabalho da catação de caranguejo. ....	118
Figura 49 . Rede utilizada para transportar cebolas. ....	118
Figura 50 . Fluxograma das relações na catação familiar .....	120
Figura 51 . Gráfico demonstrativo da faixa etária das entrevistadas. ....	126
Figura 52 . Gráfico das faixas de anos de estudo das entrevistadas. ....	136
Figura 53 . Gráfico da correlação entre idade e anos de estudo das entrevistadas. ....	137
Figura 54 . Linha do Tempo - Rede de Mulheres Caeteuaras, 2021. ....	159
Figura 55 . Card de apresentação de um dos cursos de qualificação. ....	166
Figura 56 . Fluxograma da cadeia produtiva. ....	172
Figura 57 . Coleta pública de resíduos domésticos - Vila do Treme. ....	179
Figura 58 . Aproveitamento dos resíduos do caranguejo para artesanato. ....	180

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 . Etapas do processamento de caranguejo na catação familiar. ....	116
Quadro 2 . Etapas do processamento de caranguejo por catadoras externas. ....	117
Quadro 3 . Etapas do processamento de caranguejos para patrões de Viseu .....	117
Quadro 4 . Entrevistadas por idade, ocupação atual e local de residência. ....	126
Quadro 5 . Entrevistadas segundo número de filhos e estado civil e anos de estudo. ....	128
Quadro 6 . Gráfico demonstrativo do número de filhos das entrevistadas. ....	129
Quadro 7 .Fontes de renda das famílias. ....	139
Quadro 8 . Efeitos da catação à saúde das catadoras (relatos). ....	145

## LISTA DE ABREVIATURAS

ASSUREMACATA	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú
CMMA	Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
EMATER-PARÁ	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FNS	Fundo Nacional de Solidariedade
IBGE	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INÃ	Instituto Nova Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IECOS	Instituto de Estudos Costeiros
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MADAM	Mangrove Dynamics and Management
MAUSS	Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RESEX	Reserva Extrativista Marinha
SEAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
Problema de pesquisa, objetivos e hipótese .....	16
Referenciais teóricos e categorias de análise: do desenvolvimento socioambiental ao bem-viver .....	21
Referenciais teóricos e outras categorias de análise: gênero, trabalho e cuidados .....	34
Interesse pelo tema de pesquisa (primeiros contatos com as comunidades da resex) .....	43
Metodologia e apresentação do contexto da pesquisa .....	51
1 MULHERES PESCADORAS E TRABALHADORAS NA PESCA .....	70
1.1 Sobre as mulheres trabalhadoras na pesca e o reconhecimento legal no Brasil .....	70
1.2 Sobre feminização do trabalho na pesca e as perspectivas da REDE .....	75
2 CARACTERIZAÇÃO DA PESCA DE CARANGUEJOS NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E NAS COMUNIDADES DE VILA DO TREME, RIO GRANDE E TAQUANDEUA .....	85
2.1 Sobre os manguezais, pescas e pescadores .....	85
2.2 A importância da pesca de caranguejos em Bragança, na Vila do Treme e adjacências ...	92
2.3 O trabalho na pesca de caranguejos .....	97
3 A CADEIA PRODUTIVA DO CARANGUEJO, SEUS ELOS E SUAS MUDANÇAS ..	108
3.1 Mudanças na estruturação da cadeia produtiva e o lugar da catação .....	108
3.2 O processo de trabalho da catação em suas formas sociais .....	112
4 AS CATADORAS DE CARANGUEJOS: TRABALHO, CUIDADOS E SAÚDE .....	124
4.1 Perfil sociodemográfico das catadoras .....	124
4.2 O aprendizado da catação: entre o trabalho e o brincar .....	129
4.3 O nosso estudo ficou pra trás .....	136
4.4 Meios de subsistência das famílias .....	138

4.5 Conciliação ou delegação? .....	141
4.6 Trabalho e saúde .....	144
4.7 A renda das catadoras .....	149
5 SOBRE A CONSTRUÇÃO DA REDE DE MULHERES CAETEUEARAS .....	158
5.1 Fatores que antecedem ao processo de construção da REDE .....	158
5.2 Objetivos e iniciativas da REDE .....	163
5.3 O projeto da cozinha comunitária: uma experiência diferente .....	168
5.4 A posição da rede na cadeia de comercialização .....	171
5.5 Perspectivas para a Rede e ações de gestão de recursos pesqueiros .....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	182

## INTRODUÇÃO

### PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E HIPÓTESE

Na Costa Norte do Brasil encontra-se a maior faixa contínua de manguezais do mundo. Somente no Estado do Pará estão 28% dos manguezais do país. Nessa região, a pesca artesanal – praticada em águas costeiras, estuarinas, rios e manguezais – tem altíssima relevância na economia dos municípios e na vida de suas populações. Os usos sociais dos manguezais amazônicos remontam ao período pré-colombiano, conforme indicam estudos arqueológicos.

Hoje, no litoral paraense, um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal sobrevive da captura e processamento do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), que representa o principal recurso de valor econômico extraído dos manguezais. O produto de seu trabalho entra na alimentação cotidiana de suas próprias famílias e comunidades, abastece uma cadeia produtiva que vai dos manguezais aos centros urbanos. Dentre as categorias de agentes nessa cadeia, as catadoras de caranguejos atuam no beneficiamento do caranguejo para comercialização. Embora também trabalhem homens na atividade, há um claro predomínio de mulheres, sobretudo em algumas etapas do processo. É sobre elas que se volta este estudo.

Desde o início dos anos 2000, o litoral paraense vivencia um processo de mudança institucional de grande alcance, com a criação de unidades de conservação na modalidade Reserva Extrativista Marinha. Atualmente, existem 96 reservas no país extrativistas, segundo o CNUC (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação), mantido pelo Ministério do Meio Ambiente. Juntas, elas abrangem uma área de cerca de 15,7 milhões de hectares. As Reservas associam o reconhecimento do direito territorial dos moradores e usuários com a sua participação na gestão dos recursos naturais, com o Estado, através do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). A par desse movimento, há outro, de natureza mais econômica. Observa-se uma demanda crescente pelos produtos da pesca costeira e estuarina, que vai além das fronteiras estaduais, chegando a cidades do nordeste do Brasil e, no caso de algumas espécies de peixes e subprodutos, ao mercado nacional e internacional, como ocorre com a lagosta, o pargo, a pescada-amarela, as bexigas natatórias desta e de outras espécies, assim como o caranguejo-uçá.

Nesse mercado em expansão, o caranguejo ocupa um lugar especial, pois é um produto de grande aceitação. A exuberância dos manguezais no litoral norte brasileiro, comparativamente a zonas litorâneas de maior taxa de ocupação no país – a exemplo dos estados nordestinos – também justifica o lugar de destaque da pesca e do processamento de caranguejos provenientes do Pará. É assim que, desde as três últimas décadas do século passado, vem se organizando a oferta de caranguejos processados em algumas vilas e cidades do nordeste paraense. E, tal como ocorre com o processamento dos produtos de pesca em geral, no Brasil e no exterior, trata-se de um trabalho na maioria feito por mulheres.

Esse panorama indica que os grupos sociais nos territórios das Reservas, que dependem dos recursos ambientais como meio de vida e trabalho, enfrentam distintas pressões. De um lado, pressões conservacionistas, que requerem deles implementarem regras para o uso duradouro dos recursos e do meio ambiente, com a explicitação de conflitos e a participação em instâncias de decisão coletiva, como os Conselhos de Gestão e as Associações de Moradores e Usuários das RESEX. Devem, para isso, formar associações, comitês, atuar em grupos e desenvolver sua identidade ligada ao território todo, território que abriga várias comunidades e modalidades de pesca, de extrativismo, de agricultura, turismo e outras atividades. E, de outro lado, estão sob pressões econômicas por mais esforço de pesca para atender a demandas de mercado, gerando também uma competição ampliada entre grupos de pescadores “de dentro” e “de fora” dos limites jurídicos das Reservas. Em resposta, grupos locais de pescadores, pescadoras, catadoras de caranguejos etc. são instados a criar organizações coletivas para melhorar a produtividade e a renda, dentro dos princípios do uso sustentável.

Enfim, esse é um quadro social complexo, que tem sido alvo de muitos estudos, debates e mobilizações sociais no Brasil, como expressa, por exemplo, a existência de movimentos como a CONFREM (2009), e o papel de organizações parceiras como o CPP (1976). Ademais, especialmente nos últimos quatro anos, desde 2019, o Governo Federal assume uma postura claramente anti ambiental, o que vem restringindo a própria estrutura de suporte ao órgão cogestor e principal apoiador das RESEX, o ICMBio. E, assim, aumentam os desafios para essa construção institucional.

Tais processos requerem um olhar atento para as desigualdades sociais entre os agentes envolvidos. Assim, é preciso olhar para as desigualdades de gênero, além daquelas de classe social, que atravessam as relações sociais, com hierarquias e subordinações. Em uma perspectiva feminista e de gênero, esta pesquisa se volta para as catadoras de caranguejos, indagando em primeiro lugar sobre suas condições de trabalho e de inserção na cadeia



produtiva. E, em segundo lugar, examina uma experiência organizativa peculiar dessas mulheres, que está em seu início.

Portanto, o objetivo desta tese é analisar a experiência de trabalho e de organização coletiva de mulheres catadoras de caranguejos, moradoras em vilas que se situam no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, Estado do Pará. Esse tipo de unidade de conservação, a RESEX, por sua própria natureza, pretende desenvolver a gestão participativa do território e dos recursos naturais, fortalecendo e promovendo os direitos dos seus moradores e usuários tradicionais. Esta pesquisa enfoca, também, o projeto de construção da Rede de Mulheres Caeteuaras, que congrega catadoras, e seus primeiros passos. O alvo principal dessa Rede é fortalecer a autonomia e a valorização das mulheres que trabalham nesse segmento da economia pesqueira na região bragantina do Estado do Pará. O nome Caeteuaras atribuído à Rede deriva do nome do principal rio do município de Bragança, o Caeté.

A problemática desta tese dialoga, em primeiro lugar, com o conceito de desenvolvimento, em sua vertente socioambiental. E, em segundo lugar, com o conceito de equidade de gênero. Parte do pressuposto de que a construção do desenvolvimento socioambiental, numa acepção ampla, tem como uma de suas dimensões, promover a equidade de gênero. A equidade de gênero engloba uma compreensão formal, isto é, a garantia em lei que todas as pessoas devem receber um tratamento igualitário; e uma compreensão material, que abrange a ideia de que pessoas de gêneros distintos diferem e que as suas particularidades devem ser consideradas na garantia dos seus direitos e oportunidades.

“A equidade trabalha para a igualdade, reconhecendo as diferentes posições de mulheres e homens na sociedade, e compensando essas diferenças - compensando por essas desigualdades.” (REEVES; BADEN, 2000). Já igualdade de gênero geralmente se refere à criação ou resultado de oportunidades iguais para as mulheres, removendo as barreiras formais (Idem). Conseguiremos uma sociedade igualitária se atentamos para as diferenças.

Adaptar as oportunidades e deixá-las justas, significa que todos precisam de atenção, mas não necessariamente do mesmo tipo. Assim, a equidade garante uma diversidade de oportunidades. Diferente do conceito de igualdade, que oferece um padrão para todos, o que não se encaixa em uma sociedade plural como a nossa. Por isto, esta tese se aproxima e defende o conceito de equidade. Justifico isto pelas relações de opressão, subalternidade e invisibilidade a que as mulheres catadoras estão expostas e que sem o olhar e estratégias voltadas para um horizonte além da igualdade econômica, elas não atingirão uma relação de

equidade e transformação social de fato. Haja vista os dados apresentados nesta pesquisa, que demonstram situações recorrentes e que perduram por muito tempo.

As catadoras de caranguejos, como se verá neste estudo, entram em posição subalterna na cadeia produtiva pesqueira. Elas não controlam o produto, os preços e nem as demandas por seu trabalho. No quadro da divisão sexual do trabalho tradicional, elas arcam prioritariamente com os custos da conciliação entre trabalho e cuidados. Desenvolvem um conjunto de estratégias para ter alguma autonomia, na esfera do trabalho e das relações intrafamiliares e comunitárias.

Em tal contexto, merece atenção a nascente organização da Rede de Mulheres Caeteuaras. Examinar se ela caminha na direção do desenvolvimento socioambiental, com equidade de gênero, é um dos objetivos deste estudo. Trata-se, também, de examinar se a Rede aponta para uma concepção alternativa de mercado, no caso, o mercado de produtos pesqueiros, no qual os pescadores e trabalhadores da pesca, homens e mulheres, entram em posição subordinada e são pouco visíveis socialmente. Essas questões se relacionam com o reconhecimento das catadoras de caranguejos como trabalhadoras da pesca, sendo um processo social e político em curso dentro de um campo de lutas pelo reconhecimento do território da RESEX.

A história da Rede de Mulheres Caeteuaras teve origem no Projeto Mulheres Pescando Autonomia, projeto que no que lhe concerne foi formulado pelo Conselho Pastoral de Pescadores (CPP), em sua seção da cidade de Bragança. O CPP corresponde a uma das pastorais “sociais” do Conselho Nacional de Bispos do Brasil, da Igreja Católica.

A problemática da relação entre equidade de gênero e desenvolvimento socioambiental é trabalhada por meio deste estudo de caso concreto. Um tema que moveu a proposta de pesquisa foi justamente a proposta da Rede Caeteuara dentro de uma RESEX, instituição que na sua própria concepção pretende integrar o social e o ambiental. O modelo RESEX no Brasil contempla esse objetivo, desde sua construção inicial nos anos 1990, a partir das lutas dos seringueiros no Estado do Acre em defesa de seus territórios de extração dos recursos naturais de que dependiam para viver.

Parte da motivação desta pesquisa vem da constatação de que os impactos causados pelas mudanças climáticas e a relação com os mares atingem diretamente as mulheres. Isso acontece porque, de acordo com estudo do International Union for Conservation of Nature (IUCN), publicado em 2020, as tentativas de enfrentar a crise climática fracassam, pois as questões de gênero não são abordadas. Os investimentos em equidade de gênero e empoderamento trazem retorno na conservação ambiental, assim como, diminuição da

pobreza e no desenvolvimento de políticas públicas. Embora esta pesquisa não trate de mudanças climáticas, a referência a esse tema é para justificar a importância de estudos que enfoquem as condições de vida e trabalho de grupos dependentes diretamente de recursos costeiros, com especial atenção a mulheres no setor da pesca.

Muitas pesquisas já mostraram que países com alta representação de mulheres no parlamento são mais propensos a ratificar tratados ambientais internacionais. A construção dessa representação envolve forjar a participação das mulheres desde os contextos locais – povoados e vilas, unidades de conservação... - onde as ações e projetos de autonomia são buscados, experimentados e apropriados. Esta tese parte, portanto, dessa problemática de como construir essa relação de autonomia e protagonismo para o desenvolvimento de tipo socioambiental, considerando as relações de gênero, relações de poder que acarretam restrições sobre as mulheres, interditos e a sobrecarga no trabalho e vida familiar. E, além disso, as relações de gênero se articulam com outros eixos de desigualdade, destacando-se aqui a classe social. As mulheres criam mecanismos de resistência, afirmando seu protagonismo e identidade, em um ambiente dominado pelo patriarcado. Esta tendência de fortalecimento do patriarcado no próprio Estado brasileiro vem se acentuando no Brasil nos últimos anos, com atuação de partidos políticos e correntes conservadoras (inclusive religiosas) que se mostram contrários à equidade de gênero e difundem expressões como “ideologia de gênero”.

Esta tese, então, orienta-se pelos seguintes objetivos gerais:

- Examinar, por um estudo de caso, quais são os obstáculos que dificultam associar conservação ambiental participativa, elemento fundamental do desenvolvimento na perspectiva socioambiental, com equidade de gênero.
- Identificar que lições a experiência da Rede de Mulheres Caeteuaras traz para um entendimento mais afinado das dimensões de gênero no desenvolvimento socioambiental.

Como objetivos específicos, estão:

1. Estudar o processo de trabalho e as relações sociais em que se inserem as mulheres catadoras de caranguejo em comunidades inseridas na RESEX Caeté-Taperaçu, município de Bragança, Estado do Pará.
2. Identificar como as relações de gênero interferem na sua posição na cadeia produtiva.
3. Examinar a trajetória ocupacional dessas mulheres, correlacionando com a história do extrativismo naquele território.

4. Analisar a construção de sua organização coletiva – a Rede de Mulheres Caeteuaras – e verificar em que medida ela tem potencial de contribuir para o desenvolvimento socioambiental do território e suas comunidades, através de suas iniciativas e, sobretudo, de seus projetos e propostas, uma vez que a organização está em seu início.

No caso aqui em estudo, as catadoras de caranguejos entram em posição subordinada na cadeia produtiva, não controlam o produto, os preços e a demanda por seu trabalho. Elas desenvolvem estratégias para ter alguma autonomia, via acesso a renda e, mais recentemente, ao trabalho em associação. Considera-se que o acesso à renda pela via associativa deve ser acompanhado por avanços na proteção contra os riscos do mercado e a superação de opressões ligadas às relações de gênero e de classe. E, no caso deste estudo, na conservação ambiental, pois os caranguejos são alvo de intensa exploração.

Nesses termos, a **hipótese do estudo** é que a organização coletiva das mulheres contribui em duas direções de mudança: ajuda na visibilidade e valorização do papel delas na cadeia produtiva pesqueira e potencializa o desenvolvimento socioambiental do território.

### **Plano de apresentação deste texto**

Este texto está dividido em cinco capítulos, que correspondem basicamente a três partes. A primeira parte contém os capítulos I e II tratam do interesse de pesquisa, métodos e o local em que está inserida, avançando na discussão de território. Trato das perspectivas teóricas da pesquisa. Caminho pelo desenvolvimento socioambiental até a concepção de bem-viver, gênero nas relações de trabalho e a invisibilidade das pescadoras. Na segunda parte, capítulos III e IV, trago o trabalho da catação e sua importância, o trabalho dos pescadores nos manguezais e a análise da cadeia produtiva do extrativismo de caranguejo. Apresento quem são as mulheres que atuam nessa cadeia e os seus desafios. A terceira parte corresponde ao capítulo que trata da REDE e suas perspectivas, capítulo V. Por fim trago as considerações finais, com as conclusões obtidas durante este percurso

### REFERENCIAIS TEÓRICOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE: DO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL AO BEM-VIVER

As mulheres trabalhadoras na pesca são parte de grupos sociais que enfrentam o que Nancy Fraser (2006) caracterizou como dois tipos de injustiça: déficit de reconhecimento,

associado a déficit de redistribuição de recursos econômicos na sociedade (Fraser, 2006 [1995]). E, na sua condição de membros de uma RESEX, entram na categoria de povos tradicionais. Os povos reconhecidos como tradicionais são herdeiros da história colonial e, no caso aqui, com suas peculiaridades amazônicas, com marcas do que é analisado como “colonialidade do poder”, de Aníbal Quijano. Portanto, está pressuposto que na experiência de vida dessas mulheres cruzam-se fatores histórico-sociais e culturais, que acentuam sua invisibilidade social, com o desconhecimento público de seus saberes e práticas e representam distintas formas de opressão.

Um dos motivadores desta pesquisa, é contribuir com o conhecimento sobre o protagonismo de mulheres no universo pesqueiro, em particular na região litorânea do Estado do Pará, um dos principais produtores de pesca no país, dando sequência a um conjunto de estudos nessa temática que teve início a partir dos anos 1990, sobretudo. FURTADO (1987), MANESCHY (1993), ALENCAR (1993) e MOTTA-MAUÉS (1997) são alguns dos estudos pioneiros. Vale notar, por outro lado, que estudos específicos sobre mulheres atuantes no beneficiamento de produtos da pesca permanecem reduzidos e isso também justifica a realização do presente estudo.

Outra das motivações, entender como a organização dessas trabalhadoras, formando uma Rede que pretende atuar na comercialização do caranguejo beneficiado, pode agregar valor econômico no local e contribuir, assim, com a própria constituição da Reserva Extrativista, por associar geração de renda e uso sustentável dos recursos naturais. O caso em questão envolve mulheres e homens inseridos em uma cadeia produtiva pesqueira composta de vários elos, com relações, obrigações de parte a parte, lealdades, reciprocidades, pagamentos em dinheiro ou serviços. A pesquisa examina a posição das mulheres beneficiadoras de caranguejos. De fato, embora haja alguns homens, elas são maioria nesse ramo, como foi dito.

O trabalho exercido por mulheres no setor informal é significativo nos países periféricos e, crescentemente, nos próprios países centrais. Daí o interesse de examinar em que medida essa via, buscada em muitas comunidades amazônicas, possibilita a emancipação das mulheres e avanços na equidade de gênero em seus contextos.

Essas questões relacionam-se com o lugar das mulheres no processo chamado de desenvolvimento socioambiental, que visa conciliar o social e o ambiental na economia. Essa perspectiva parte do conceito de desenvolvimento sustentável. Em uma definição bem ampla, José Eli da Veiga diz: “Desenvolvimento sustentável é a ambição de que a humanidade atenda às suas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações

também possam fazê-lo” (VEIGA, 2015, p. 9). Ele destaca, assim, a “equidade intergeracional” do desenvolvimento. O termo desenvolvimento socioambiental é entendido aqui como uma abordagem de mudança social mais radical. Isso porque, compreende haver uma heterogeneidade de caminhos de desenvolvimento, com o reconhecimento da multiplicidade sociocultural e de relacionamentos com a natureza, que não se alinham em um plano hierárquico entre grupos, sociedades ou países.

Contribui para a compreensão dessa perspectiva de desenvolvimento, a definição que Fernandes e Sampaio (2008, p. 92) fazem de “problemática socioambiental”, remetendo a uma crítica profunda do lugar do econômico nas nossas sociedades. A problemática socioambiental, as ver dos autores, incorpora uma “racionalidade alternativa aos conflitos da sociedade moderna”. Essa perspectiva integra no desenvolvimento: “... os valores, as crenças e diferentes modos de vida, sobretudo de comunidades tradicionais...” que, no que lhe concerne, exprimem uma crítica da separação convencional entre natureza e cultura e entre sociedade e ambiente. (Fernandes e Sampaio, 2008, p. 92)

Esta tese preocupa-se em como, em contextos amazônicos, o caminhar rumo ao desenvolvimento socioambiental pode se dar promovendo a equidade de gênero, isto é, a progressiva supressão das hierarquias entre os sexos e o alcance da “paridade de participação” entre mulheres e homens, na perspectiva de que trata Nancy Fraser (2011). Para essa autora, a equidade de gênero é uma dimensão intrínseca da justiça. A paridade de participação implica que mulheres e homens estejam em igualdade de condições de interagir, de participar da vida social e dos frutos da atividade coletiva. Isso se dá em diferentes campos de interação, como os mercados de trabalho, a vida familiar, as esferas públicas e as associações da sociedade civil (FRASER, 2011). Tanto Veiga (2015) quanto Fraser (2011) chamam a atenção para o aspecto de participação das pessoas, dos grupos sociais na promoção desse tipo de desenvolvimento, participação que pode assegurar justamente o respeito às diferenças e a inclusão de suas visões e necessidades no conjunto. Participação é um requisito para alcançar uma dimensão do desenvolvimento destacada por Amartya Sen (1999), sendo a liberdade de se desfrutar o tipo de vida que se valoriza.

No caso aqui em estudo, as mulheres catadoras de caranguejo estão inseridas em território de conservação ambiental que se dá em regime de gestão compartilhada, isto é, com participação dos moradores e usuários dos seus recursos, com órgãos estatais e diversas organizações da sociedade civil. A Rede de Mulheres pretende, dentre seus objetivos, a melhor inserção econômica das mulheres, com mais condições de gerar renda para manutenção de si e de suas famílias, assegurando a continuidade do recurso natural e do meio

ambiente de que dependem. Dessa feita, favorecer nas mulheres pescadoras e trabalhadoras da pesca, a consciência da importância de sua identidade profissional.

A proposta desta pesquisa busca entender como elas respondem às exigências econômicas do mercado vigente, enquanto procuram atender às exigências ambientais. Ao mesmo tempo, como lidam com os afazeres domésticos e a construção de sua organização coletiva. Finalmente, como elas fazem a combinação entre demandas tradicionais decorrentes da divisão sexual do trabalho e as da atuação no mercado e na vida associativa. Elas vivem em um ambiente que reproduz as relações de poder e desigualdades resultantes de construções sociais hierárquicas de gênero. Seus direitos enquanto mulheres e trabalhadoras da pesca são frágeis, ou negados, num ramo onde sua atuação é invisibilizada, discriminada e não há políticas públicas que as reconheçam ou identifiquem as suas particularidades.

Na perspectiva socioambiental, a economia deve submeter-se à ecologia e não o contrário. Por uma razão clara: a Natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade e a capacidade de renovação dos sistemas socioeconômicos. Disso dependem as atividades produtivas. Ou seja: destruindo-se a Natureza, corroem-se as bases da própria economia (ACOSTA, 2016, p. 129).

Vivemos em sistema econômico global que, em última instância, trata a natureza e as pessoas como recurso de mercado. Historicamente, as contradições da transformação da natureza e dos seres humanos em mercadorias, a partir da revolução industrial, já haviam sido destacadas por Karl Polanyi em seu livro clássico, *A Grande Transformação*. Essa mudança requereu a instituição de um “sistema de mercado”, do qual fazem parte os ideais do liberalismo econômico, que apregoou as virtudes da remoção dos controles da sociedade sobre o mercado. Criou-se a utopia liberal de um mercado autorregulado, segundo Polanyi. Nesse tipo de sociedade sujeita ao funcionamento do mercado, o qual se desenraíza da sociedade, valoriza-se o individualismo e o consumismo, que se expandem, ampliando a órbita das trocas mercantis. Assim, enquanto seres humanos nos tornamos ferramentas, cuja sobrevivência depende da inserção na esfera das trocas mercantis – achar um emprego, uma atividade geradora de renda – e, tudo isso, na diminuição das redes de proteção social que possam subordinar o mercado à sociedade. Na tradição liberal e neoliberal, os mecanismos de proteção social entravam o mercado, pois introduzem controles arbitrários que prejudicam o livre jogo da oferta e da procura.

Karl Polanyi, conforme observou Nancy Fraser (2011), considerou que havia dois grandes movimentos que caracterizaram a expansão da economia de mercado: a mercantilização e a proteção social. Este último é uma resposta aos males decorrentes da

exposição dos fatores da vida – terra, natureza e moeda – aos movimentos do mercado. Segundo Fraser, faltou, contudo, a Polanyi, observar um terceiro movimento, que ela chama de emancipação. Então, por exemplo, um dos grandes movimentos de proteção culminou na instituição dos Estados de Bem-Estar Social no século XX, com seus sistemas de previdência e assistência social. Todavia, como demonstraram análises feministas (Fraser, 2011), o desenho desses sistemas previdências muitas vezes privilegiou o homem trabalhador, branco, chefe de família heterossexual, detentor de um “salário família”. Partiu de uma concepção das mulheres como não trabalhadoras, mas dependentes dos rendimentos do chefe da família. Nesse sentido, destacou Fraser, em países em que a proteção social se estruturou como política de Estado, ela se combinou com opressões pré-existentes nas relações de gênero e de classe, não contribuindo para a emancipação das mulheres e de minorias sociais e étnicas. Além disso, não considerou aquelas mulheres, em tantas partes do mundo, que sempre tiveram que trabalhar, assumindo os encargos das duplas, até triplas jornadas, em proporções maiores que os homens. O movimento da emancipação seria a promoção da paridade de participação na vida social, inclusive nas oportunidades de trabalho e na vida associativa, para todos, mulheres e homens e, muito importante, não apenas para as categorias privilegiadas na sociedade.

De acordo com Fraser (2011), na sua análise crítica a Karl Polanyi, é preciso analisar as mudanças com a lente da emancipação. Assim, ver em que medida os movimentos sociais que lutam por acesso das mulheres ao mercado – pró-mercantilização – e por proteção social, podem contribuir para manter ou acirrar opressões ligadas às relações de gênero. O mesmo pode ser dito para os movimentos ecológicos, que por defenderem a natureza contra os apetites do mercado, podem contribuir para oprimir povos tradicionais, expulsando-os de seus territórios sob pretextos de conservação. Daí a necessidade de se trazer para o debate e a pesquisa, aquilo que a autora chama de terceiro movimento, que está nas lutas por emancipação.

Deste modo, qualquer que seja o modelo de desenvolvimento que possamos pensar como alternativa ou enfrentamento ao modelo vigente, precisa ser pensado cada vez mais a partir de uma relação de respeito, de renovação e reestruturação das interações com a natureza, mantendo os imperativos da equidade e da participação.

Na crítica à atual tendência de mercantilização generalizada que é própria do neoliberalismo, visando sujeitar todas as esferas da vida aos movimentos dos mercados, estudos destacam a reciprocidade como um elemento central nas relações sociais, contrariamente ao ideal individualista do homo economicus, o protótipo do ser humano



movido pela busca de vantagem individual nas trocas. É assim que se verifica uma renovação do interesse nas ciências sociais pelos estudos inspirados em Marcel Mauss (1924), sobre a dádiva e a reciprocidade, entendidas como relações estruturantes da vida social. O Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, que iniciou na França (M.A.U.S.S.), procura desenvolver essa abordagem. O princípio da proteção social, que justifica a construção dos sistemas previdenciários, pode se ancorar nessa noção de reciprocidade, ou seja, de se oferecer proteção aos que contribuem para o conjunto da sociedade, de diferentes maneiras, não só por exercerem trabalhos remunerados.

Movimentos sociais, como povos extrativistas na Amazônia, na luta pela defesa dos recursos naturais e territórios dos quais dependem, buscam também outras formas de organização social e práticas políticas que não priorizem o acúmulo de capital e que sejam baseadas nos Direitos Humanos e na valorização de modos de vida que envolvem cuidados com a natureza. Para eles, a economia, as atividades que realizam nos mercados, onde trabalham ou vendem os produtos de seu trabalho, não são separadas desses outros sentidos mais amplos que incluem os direitos tradicionais aos seus territórios e recursos. Um conjunto de autores considerados pós-desenvolvimentistas se alinham nessas críticas. Arturo Escobar é claro a esse respeito:

¿Cómo pensamos esta defensa de la vida? El pensamiento de los movimientos sociales contemporáneos nos da pautas para abordar esta pregunta. Al hablar de cosmovisión, por ejemplo, o al afirmar que la crisis ecológica y social actual es una crisis de modelo civilizatorio, al apostarle a la diferencia, o al referirse a la identidad y, especialmente y como veremos en la próxima sección, al insistir en el ejercicio de su autonomía. (ESCOBAR, Arturo, p. 92).

Sem dúvida, não é um desafio simples, ao contrário é profundamente complicado. Não existe um único modelo a ser adotado ou receitas prontas de experiências de sucesso a serem seguidas à risca. A complexidade caracteriza as relações sociedade e ambiente. A produção capitalista clássica, a exemplo da pesca industrial em grande escala, geralmente promove homogeneização dos processos produtivos, dando atenção a tecnologias que ampliem a capacidade produtiva. E envolve também, na linguagem de Polanyi (1944), o desenraizamento dessa atividade do contexto cultural e ambiental (ecossistêmico) no qual se inserem as pescas em pequena escala, também chamadas de artesanais. Essa homogeneização e esse desenraizamento da economia pesqueira contribuem para o caráter predatório de muitas práticas e tecnologias de pesca no mundo. Por exemplo, com base em dados de 2015, a FAO alertava que a taxa de populações de peixes que se pescam dentro dos níveis biologicamente

sustentáveis diminuiu de 90% em 1974 para 67% em 2015. Já as capturadas fora desses níveis aumentaram de 10% para 33%.

A perspectiva socioambiental considera a natureza não como espaço de recursos, para nos servir, de modo utilitário, mas na totalidade complexo do qual fazemos parte. Ambientes naturais não são mais vistos como externalidades aos processos produtivos. A perspectiva socioambiental contempla a complexidade e destaca que quando fazemos mal à natureza, no sentido de exploração descuidada, sem considerar a capacidade de carga e a resiliência ambiental, diretamente afetamos a nós mesmos e às futuras gerações. A busca de relação com mais harmonia com a natureza oferece muitas possibilidades de repensar as experiências de vida e de resistência, levantando outros conceitos e visões de mundo.

É preciso estar vigilante para não reproduzirmos mais do mesmo, ou seja, unicamente melhorar um sistema que segue perseguindo a acumulação material. Devemos pensar em mudanças profundas, novas formas de organização social e novas práticas de produção. Sair do discurso inflamado e que pouco resulta em práticas, enfrentarmos as desigualdades sociais e a centralidade do poder.

Um dos pontos a repensar seria o de não repetirmos as mesmas ações de forma um pouco melhorada, mas sim, estabelecer uma nova relação com o meio ambiente a partir da ruptura com a lógica do utilitarismo e do acúmulo exagerado. Seria, então, a hora de não somente virar a página desse livro e sim de encerrar esse capítulo. Embora pareça que estamos buscando uma nova forma de viver, e em todo caso isto é verdade, pensemos também que essa nova forma deve considerar costumes, relações, hábitos, experiências, que estão aí há anos na sua luta pelas visões alternativas de vida, respeitando os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza. Retomando as nossas relações com os ancestrais, com a comida, repensar a nossa relação com os alimentos, afastando do discurso excludente do desenvolvimento por si só. O que comemos e como são produzidos os alimentos também tem impacto direto no desenvolvimento da sociedade.

Seria muito interessante que entendêssemos que o alimento, por exemplo, não serve apenas para atender a necessidades básicas e fisiológicas. O papel que ele exerce é muito maior, faz parte da nossa caracterização cultural, da nossa formação e das nossas relações sociais. Estabelecendo várias simbologias e significados nas sociedades, como, por exemplo: a união em comer juntos e partilhar alimentos levam o ato de comer para outra esfera, a da construção de uma solidariedade através dos laços do compartilhamento. E sua produção, idem, é um processo social e cultural, muito além do econômico.

Além disto, há outra relação que também deve ser reformulada: a nossa relação com o trabalho. Não podemos ter como meta de vida trabalhar somente para consumir, sem nos relacionarmos com o tempo de uma forma mais harmônica e qualitativa. As relações de trabalho, em sua maioria, nos fazem viver em um mundo sem tempo para o cuidado conosco e com o outro, ou ainda sobrecarregando uma pessoa na relação familiar. Daí vemos de forma recorrente a mulher a cuidadora oficial da família, das crianças, dos idosos e da casa. Por mais utópica que essa discussão possa parecer, encontramos diversas experiências que se nutrem deste pensamento empenhando-se em viver num mundo melhor, sejam eles grupos feministas, indígenas, comunidades alternativas vivendo sob a lógica da permacultura, dentre outros. Essas perspectivas hoje estão fundamentando uma nova compreensão, que se organiza em torno da ideia de Bem-Viver, da qual ACOSTA é um dos intérpretes de destaque (2016).

E, um debate que contribui muito para as críticas ao estilo de desenvolvimento dominante é sobre colonialidade e decolonialidade, alvos do próximo tópico. O estilo de desenvolvimento que prevalece é fruto da expansão colonial que acompanhou o capitalismo desde seu início.

### **Contribuições da abordagem decolonial e do bem-viver**

O conceito de decolonialidade incorpora uma crítica dos legados históricos da colonização, que foi uma faceta indissociável da expansão do capitalismo nos contextos não europeus (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2000). Esses autores destacam que povos, culturas, grupos sociais diferenciados, não modernos, foram sujeitos às classificações hierárquicas que acompanharam a colonização, inclusive com sua desumanização, como ocorreu com povos indígenas e escravizados. Quijano (2000) chama essa dominação que é material e, também, simbólica, de “colonialidade do poder”. Importa destacar que a decolonialidade faz referência às resistências desses povos, resistências que ocorreram desde o começo contra a expropriação dos seus saberes, práticas, culturas, territórios e modos de vida. Portanto, acentuam outras racionalidades, outros projetos, uma grande diversidade social que não se enquadra nas dicotomias da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000). Essas dicotomias são entre moderno e atrasado, racional e irracional, central e periférico, homem e mulher, antigo e novo, etc.

Neste estudo, considera-se possível aproximar a crítica decolonial do conceito de desenvolvimento socioambiental, pois, como visto, este implica em diálogos multiculturais e

alternativos, não na submissão às perspectivas socioculturais e políticas que derivaram do empreendimento colonial e da noção convencional de desenvolvimento econômico. O debate das questões socioambientais, como se viu, implica ressignificar o olhar para o meio ambiente e a relação que construímos entre nós e com o meio ambiente. E a perspectiva da decolonialidade pode contribuir para enriquecer toda essa compreensão.

A visão de que o homem está acima dos bens naturais e que tem controle sobre tudo, visão própria da modernidade colonial capitalista, não deixa espaço para outras formas de pensamento e produção, onde possa existir uma relação de equidade com os animais, com as plantas e os demais elementos da natureza. Sabe-se que fez parte do projeto colonial a desumanização dos colonizados, como bem expressou a feminista negra Bell Hooks (2019). Suas visões de mundo e saberes foram não só desconsiderados, mas também tidos como inferiores na hierarquia social. Muitos povos na América Latina, por exemplo, podem ter desenvolvido sistemas apurados de valorização para o que a natureza cria. Esses sistemas ficaram invisíveis para a sociedade que se apresenta como moderna, mas resultante justamente da colonização, que levou com ela a “colonialidade”.

No mesmo contexto, estabelecer uma relação de reconhecimento pelas pessoas que moram em áreas de preservação ambiental, seus saberes e sua conexão com o meio ambiente, pode ser entendida como parte do movimento decolonial, resistência e alteridade em simultâneo. Entendendo que tudo está interconectado, a relação de equidade também se faz necessária neste campo para que se avance em um modelo de desenvolvimento socioambiental efetivamente participativo, dos vários sujeitos sociais esquecidos pela história dominante, pelo movimento da colonialidade.

Como nos lembra a socióloga Catarine Walsh (2006), para superar a colonialidade do poder, do saber e do ser, será necessário fazer um “esforço de descolonização profunda”, o que nos exigirá o exercício da interculturalidade por práticas permanentes em todos os âmbitos da vida em coletividade.

Nesse ponto, sua análise pode ser aproximada da tese de Nancy Fraser (2013), que argumenta sobre a importância das lutas por reconhecimento e redistribuição, para grupos dominados na sociedade. Não só o reconhecimento de diferenças, como se fossem “concessões” do poder, por exemplo, aos negros, às mulheres, aos LGBTQIA+, às minorias étnicas e outras. O efetivo reconhecimento passa também por combater as desigualdades que se expressam na concentração da renda e da riqueza e batem mais forte sobre essas categorias. A expressão construção de equidades, de Acosta (2016), parece fundamental e contribui para enriquecer a construção da concepção de desenvolvimento socioambiental, com equidade de

gênero, reconhecimento de direitos e dignidade a minorias desprovidas desses requisitos da plena participação na vida social.

Os saberes de povos tradicionais foram e ainda são silenciados em uma sociedade que busca incessantemente pelo reconhecimento científico e objetivo, não deixando espaço suficiente para o empírico e o conhecimento adquirido de outras maneiras culturais. Não valoriza também as formas de trabalho de quem sempre foi invisibilizado nos processos de construção das sociedades no âmbito do capitalismo, como as mulheres pobres, negras, indígenas, ribeirinhas, habitantes das periferias das cidades...

Pondera-se que a tarefa de aprender, desaprender e reaprender em simultâneo, como disse Catarine Walsh (2006), é complexa e difícil, e exigirá cada vez mais soberania popular e qualidade de participação dos indivíduos. Demandará uma construção multi e pluricultural, que incluam populações historicamente marginalizadas. Essa é uma contribuição da perspectiva da descolonização para a construção do desenvolvimento socioambiental e o projeto – ou projetos – de Bem-Viver.

Ao remeter à construção de uma sociedade inclusiva e harmônica, reforço a valorização da participação social, não de qualquer forma, mas com qualidade e constância. Seja no aspecto político, econômico e social, tais processos contribuem para a formação e o fortalecimento de instituições que representam grupos discriminados, ou invisibilizados. No caso das RESEX, os Conselhos Deliberativos podem ser um espaço de formação de uma cultura democrática e de participação. Mas, há estudiosos que alertam para o fato de que a moldura institucional das unidades de conservação, prescrita pelo Estado, impõe o cumprimento de diversas normas, definidas pelos Estados, como analisou Prost (2018), dentre outros autores. O modelo não contempla a autogestão dos territórios, segundo destaca Little (1992), estudioso da temática, para quem “as áreas protegidas representam uma vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento” (LITTLE, 1992, p. 22).

Apesar dessas pressões “desenvolvimentistas” sobre as áreas protegidas, como alerta Little (1992), no caso das RESEX que são de “uso sustentável”, os conselhos deliberativos podem ser, como dito acima, ferramentas para o planejamento, valorização de propostas e críticas a projetos impostos, sendo assim um possível mecanismo para uma gestão territorial mais bem representada e diversa. A citação seguinte explica esse papel potencial dos Conselhos de favorecerem a participação dos moradores, daqueles que utilizam os recursos no território:

Entre as intenções que envolvem as políticas para UCs de uso sustentável, está a participação dos usuários das comunidades locais, inclusive em instâncias deliberativas. No caso da RESEX e da RDS (Reserva de Desenvolvimento

Sustentável), estas devem ser geridas por um Conselho Deliberativo (CD), o qual é presidido pelo órgão ambiental responsável por sua administração (ICMbio) e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais na área. Trata-se de uma esfera de gestão participativa que deve possibilitar a discussão e o planeamento de atividades com envolvimento de diversas pessoas e instituições. Como tem autonomia para decidir, diferencia-se bastante de um Conselho Consultivo. (SILVA JUNIOR; SIQUEIRA; MANESCHY; RIBEIRO, 2014, p. 9)

Ainda segundo os autores acima citados, o modelo de RESEX contempla um princípio de partilha de poder, através do sistema de cogestão do território:

Identifica-se uma aceitação crescente de que sistemas de cogestão, isto é, processos em que governos e usuários dos recursos naturais colaborem em sua administração, são mais eficazes do que a gestão convencional, centrada no Estado e, principalmente, no conhecimento técnico-científico. (SILVA JUNIOR; SIQUEIRA; MANESCHY; RIBEIRO, 2014, p. 10).

Para situar a discussão teórica do pensamento decolonial nesta pesquisa, recorro a reflexões em torno das epistemologias decoloniais, pois a produção de conhecimento não acontece apenas na academia, mas em vários outros campos de conhecimento. Para Catarine Walsh (2006), o imaginário de uma nação envolve a operação entrelaçada da diferença e do poder como constitutivos desse imaginário e da própria nação. Aníbal Quijano (2000) se referiu a isso como a colonialidade do poder, como mencionado anteriormente. Ele apontou o uso da raça como um padrão de poder conflitivo e permanente, que estabeleceu desde a colônia até hoje uma escala de identidades sociais, com o branco europeu no topo e os índios e negros nos degraus finais, vistos como identidades homogêneas e negativas.

A colonialidade é, então, um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo, funcionando como uma base do padrão de poder e opera em cada um dos planos, áreas e dimensões, material e subjetivo, da existência social cotidiana e no nível social (QUIJANO, 2000, p. 7).

Estas novas formas de desenvolvimento também são construídas nas lutas e pautas demandadas por grupos e movimentos de mulheres que transformam suas opressões em formas de resistência. Buscam protagonismo e autonomia como um caminho para mudar seu mundo, ou seja, o local em que vivem. É assim que Federici e Valio (2020) analisam o significado dos novos movimentos de mulheres na América Latina. Esse protagonismo político de mulheres surgiu em resposta à crise econômica que envolveu a América Latina

desde meados dos anos 1970, após a reestruturação econômica imposta à maioria dos países pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Em seu texto “Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina”, Federici e Valio trazem elementos que motivam as lutas das mulheres, alguns muito parecidos com as experiências das catadoras e expressas nos desejos que formulam para a Rede Caeteuara, aqui estudadas.

Federici e Valio (2020) enxergam potenciais de criação de novos mundos nessas lutas, que fazem uma crítica profunda dos impactos dos processos de mercantilização:

As mulheres identificam uma completa conexão entre a mercantilização da natureza e a mercantilização de seus corpos, e reconhecem que o capitalismo estimula um modelo de desenvolvimento que gera violência contra elas. (FEDERICI; VALIO, 2020, p. 4).

Nessa análise, Federici e Valio (2020) se aproximam da crítica que Fraser (2013) fez a Polanyi (2013). Fraser concorda em que Polanyi acertou ao destacar a destruição que a mercantilização capitalista trazia sobre natureza e a sociedade, mas não atentou para as opressões específicas sobre as mulheres.

Federici e Valio (2020) também têm pontos em comum com as críticas decoloniais sobre o padrão de desenvolvimento econômico dominante. Elas identificam nas lutas das mulheres um papel central nas lutas ecológicas, por serem as mais afetadas por desapropriações e pela degradação ambiental e por serem responsáveis cotidianas pela reprodução de suas famílias. São elas, que, por exemplo: “cuidam dos que adoecem devido à contaminação pelo petróleo, porque a água usada para cozinhar, lavar e limpar é tóxica, e por a desnutrição ser decorrência da perda da terra e da destruição da agricultura local.” (Federici e Valio, 2020, p. 3). Essa vulnerabilidade que ela aponta nos remete ao que está sendo observado nesta pesquisa, onde as mulheres são as responsáveis pelo cuidado com a família, em sua grande maioria, e vivem diretamente as consequências da exploração desordenada dos recursos pesqueiros.

Para Mignolo (2000), decolonialidade é a resposta necessária tanto às “ficções das promessas do desenvolvimento”, quanto à “violência da colonialidade”. A decolonialidade é também um chamado de que as ciências sociais podem e devem ser repensadas a partir de uma pluri-versalidade epistemológica. (MIGNOLO, 2000).

Santiago Castro-Gómez (2007) se refere especificamente à transdisciplinaridade e ao pensamento complexo, como modelos emergentes a partir dos quais poderíamos construir pontes para um “diálogo transcultural de conhecimento”. Onde, para o autor, se faz necessário compreender os processos a partir de nós mesmos, de nossa história.

E, de fato, nas experiências de conservação ambiental participativas, como nas RESEX, há grande necessidade de diálogos de conhecimento, como afirmam os autores a seguir:

As Reservas Extrativistas são campos sociais de interações múltiplas entre Estado, sociedade civil e mercado. Os agentes lançam mão de seus laços sociais, próximos e distantes. Mais um desafio notável para moradores e usuários é, então, o de elaborarem sua identidade coletiva e, a partir dela, fomentarem capital social em um cenário que contemple qualidade de vida, economia e em que as pessoas se sintam protagonistas. E, dessa feita, protejam os recursos. Isso implica tecer pontes para redes em outras escalas de poder. No tocante ao capital cultural dos gestores, a Reserva é uma arena socioambiental na qual a incerteza e a complexidade clamam pelo encontro e pela ampliação da base de conhecimentos. O aprendizado interativo contará mais do que a imposição de saberes e práticas de agentes mais dotados de capital em suas diferentes formas (MANESCHY; RIBEIRO; MOREIRA; NUMMER; GONÇALVES, 2017, p. 10).

Em suma, a análise aqui desenvolvida inspira-se no conceito de desenvolvimento socioambiental, que critica a estreiteza da noção convencional de desenvolvimento, em sua vertente econômica. Interpreta-se, no presente estudo, que a construção social das RESEX segue essa linha, que os povos engajados nesse movimento estão no desafio de garantir seus direitos territoriais, assegurar meios de vida sustentáveis, cogerir seus recursos com o Estado e lidar com as desigualdades internas, como as de gênero.

A análise considera as críticas da separação entre economia e sociedade, ao desenraizamento dos mercados, conforme o estudo clássico de Polanyi e, em simultâneo, as limitações apontadas por Fraser (2011), que trouxe o tema da equidade e da emancipação. Embora ela reconheça a grande contribuição de Polanyi em estudar o capitalismo do ponto de vista de seus impactos sobre as bases naturais e sociais em que se assenta – natureza, terra, pessoas, comunidades – a autora argumentou que os movimentos de resistência à mercadorização, devem também ter em vista a emancipação, tomando a sério as barreiras de gênero.

As análises sobre decolonialidade e bem-viver trazem contribuições ao sublinharem haver multiplicidade de caminhos de desenvolvimento, reconhecem a racionalidade de saberes e práticas de povos tradicionais, por detrás do manto de sua invisibilidade e falta de reconhecimento social. No geral, são movimentos invisíveis e difíceis de se desembaraçar das hierarquias em que foram herdadas da “colonialidade do poder”. Por isso, analistas clamam



das próprias ciências humanas, olhares e práticas dialógicas, a partir dos pontos de vistas dos povos dominados, colonizados e, com eles, imaginar outros trabalhos e outras prioridades sociais.

Tais referenciais teóricos trazem para a análise do processo de trabalho e da cadeia produtiva em que as catadoras estão, a atenção com as desigualdades de gênero. E, também, instigam a estudar suas propostas, projetos e conhecimentos ambientais, a contribuir para uma inserção diferenciada no mercado e para os diálogos de saberes.

## REFERENCIAIS TEÓRICOS E OUTRAS CATEGORIAS DE ANÁLISE: GÊNERO, TRABALHO E CUIDADOS

Está claro que, na construção do desenvolvimento socioambiental, é indispensável ter em conta as desigualdades que podem se manter no âmbito dos novos processos. Nesse sentido, esta tese também se inspira em análises críticas feministas sobre gênero, trabalho e cuidados.

Gênero é entendido a partir do conceito de Joan Scott, especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. Segundo a autora, entende-se por gênero “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [sendo, ainda,] uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21).

Vale ressaltar, então, que para falar de gênero, é preciso falar também da construção social e de identidades que compõem esse conceito, já que muitas vezes o termo gênero é utilizado como uma forma de se referir ao sexo biológico. Karen Giffin (1994) discorre sobre essa construção social de gênero. Vejamos:

O desenvolvimento do conceito de gênero, no âmbito dos estudos da mulher, opera uma desconstrução das categorias “sexo feminino/sexo masculino”, apontando a naturalização de aspectos sociais antes fundidos com os aspectos biológicos nestas duas categorias. No combate às explicações biologicistas, antes hegemônicas, num primeiro momento foi preciso demonstrar que anatomia não era destino e que o corpo feminino não determinava a condição social da mulher. (GIFFIN, 1994, p.12).

Quando se trouxe a perspectiva de gênero para a análise da realidade do trabalho, ficou evidente que se ampliou em muito a compreensão do que é esse trabalho. Ele extrapola o âmbito da produção da mercadoria, ou da esfera reconhecida como econômica, sobre a qual se erigiu a moderna concepção do trabalho. Hirata e Zarifian (2009) lembram a importância

de se trazer para o centro dessa análise a problemática da divisão sexual do trabalho. Nessa linha, os autores afirmam que dentre os estudos que se destacaram inicialmente estão os de Danièle Kergoat, a partir dos anos 1980, na França. Esses estudos operaram “uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho e seus conceitos conexos, como o de qualificação, introduzindo a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução” (HIRATA & ZARIFIAN, 2009, p. 254). Então, essa e outras pesquisadoras, lembram Hirata e Zarifian, incluíram no conceito de trabalho o sexo social e o trabalho doméstico.

Vale a pena citar, ainda, outra especificação necessária no entendimento da relação complexa entre trabalho e gênero: “Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis” (HIRATA & ZARIFIAN, 2009, p. 254). Portanto, assim como não se pode conceber economia sem sociedade, não se pode conceber trabalho “profissional”, “produtivo”, sem se indagar sobre as atividades e relações sociais entre os sexos, e se dão tanto nessas esferas, quanto no âmbito dos cuidados, no interior das casas e das famílias, na divisão sexual do trabalho não remunerado enfim, sobre tudo aquilo que se faz para que as pessoas, homens e mulheres, estejam aptas a vender sua força de trabalho, ou vender o produto de seu trabalho no mercado.

Nas comunidades aqui estudadas, são principalmente as mulheres que cuidam das crianças, de idosos, portadores de deficiência ou doentes. Essa associação de gênero faz com que o exercício de atividades remuneradas e associativas possa acarretar a sobrecarga de responsabilidades. E, além disso, a literatura sobre gênero e trabalho analisa como o cuidado com familiares e a gravidez impõem às mulheres períodos descontínuos de dedicação ao trabalho, tendo consequências limitantes tanto para o reconhecimento profissional quanto para o acesso aos direitos sociais. Daí o interesse de examinar como as mulheres fazem a conciliação, ou então a delegação dos cuidados, segundo os termos de Hirata (2016), para buscarem o sustento das suas famílias. Conciliação e delegação podem ser estratégias utilizadas pelas mesmas pessoas, em diferentes situações ou períodos.

Estudos sobre mulheres e trabalhos na perspectiva de gênero, a exemplo de Helena Hirata (2016) e Uma Narayan (2005), afirmam a necessidade de se observar em que medida o trabalho associativo de mulheres para participarem do mercado informal implica em sobrecarga de trabalho. Uma vez que elas continuam a assumir desproporcionalmente o trabalho dos cuidados, dentro e fora do lar, isto significa que as desigualdades de gênero fazem parte do contexto sociocultural no qual as iniciativas de formar associações para gerar trabalho e renda se inscrevem. Vale repetir, então, a divisão sexual do trabalho é um ponto

essencial nesse processo. A desigualdade de gênero e a ausência de políticas públicas com sensibilidade de gênero, causam prejuízo e desvantagens às mulheres, particularmente às mães e trabalhadoras, já que na nossa sociedade, mesmo com todos os avanços, permanecemos com uma divisão sexual do trabalho atrelada a papéis convencionais do feminino e do masculino. Anne Phillips (apud MIGUEL, 2014) acrescenta os efeitos dessa divisão sobre a atuação política das mulheres, de uma maneira geral.

Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar”, diz Phillips. Em suma, como disse esta autora, não basta eliminar as barreiras formais à inclusão, concedendo acesso ao voto ou direitos iguais. É necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, “empurrá-los” para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios. (PHILLIPS 2014 apud MIGUEL, 2014 p. 94).

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho, Flávia Biroli (2016) aponta para o fato de que ela se fundamenta e, ao mesmo tempo, reforça, padrões culturais desiguais para mulheres e homens na responsabilidade sobre os cuidados.

A divisão sexual do trabalho tem caráter estruturante [...]. Ela não é a expressão das escolhas de mulheres e homens, mas constitui estruturas que são ativadas pela responsabilização desigual de umas e outros pelo trabalho doméstico, definindo condições favoráveis à sua reprodução. Essas estruturas constituem as possibilidades de ação, na medida em que constroem as alternativas, incitam julgamentos que são apresentados como baseados na natureza (em aptidões e tendências que seriam naturais a mulheres e homens) e fundamentam formas de organização da vida que, apresentando-se como naturais ou necessárias, alimentam essas mesmas estruturas, garantindo assim sua reprodução (BIROLI, 2016, p. 739).

A cientista política Flávia Biroli (2014) chama a atenção para a divisão sexual do trabalho, que tem consequências para capacidade de ter autonomia para mulheres e homens. Diz a autora:

A divisão sexual do trabalho também precisa ser discutida do ponto de vista do exercício da autonomia por mulheres e homens. Ela está na base do acesso diferenciando a recursos, a tempo para a dedicação do trabalho, mas também o tempo livre, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas. Tem relação direta com a socialização, também distinta, de meninas e meninos e com a construção diferenciada de horizontes de possibilidade para mulheres e homens, desde a infância”. (BIROLI, 2014, p.113).

A partir dessas problemáticas, a literatura aponta que o trabalho associativo informal de mulheres não é a panaceia que programas institucionais de combate à pobreza podem supor. Assim, colocam-se as seguintes questões, que também orientam este estudo sobre as

catadoras de caranguejos: conciliação entre as esferas, produção e reprodução, esferas marcadas pela divisão sexual do trabalho e os valores a ela associados; o que é considerado atribuição de mulheres, de homens, de diferentes faixas etárias; como elas vão delegar os cuidados que assumem, conforme a tradição. Então, os obstáculos para a participação no mercado de trabalho nem sempre são devidamente considerados no desenho e, na prática dos projetos de geração de renda.

De acordo com Jules Falquet (2016), as análises feministas dominantes sobre as sociedades industriais afirmaram que o acesso a uma remuneração monetária, com a entrada, mesmo que parcial, no mercado de trabalho, era um avanço para as mulheres. Essa entrada permitia que elas ganhassem autonomia em relação à instituição familiar, geralmente dominada por homens, desmistificando, em simultâneo, o caráter supostamente natural, portanto gratuito, das suas atividades. Alguns destes aspectos estão presentes no universo desta pesquisa, ainda que não seja nem de longe uma sociedade industrial. As catadoras de caranguejos valorizam o fato de poderem entrar no mercado de trabalho, embora saibam que ganham pouco e o trabalho é duro, mas é crucial na manutenção delas e das famílias.

Por outro lado, há que se considerar também os aspectos críticos do processo de mercadorização, que passa pela mercadorização da força de trabalho, tal como Karl Polanyi analisou e Nancy Fraser (2013) retomou, com o olhar feminista. O acesso de mulheres ao mercado, de fato, pode significar para elas graus de autonomia diante de dominações tradicionais, como mostra essa autora, por exemplo, livrando-as da submissão a maridos abusivos, ou a chefes políticos, em sistemas locais de patronagem. Mas, historicamente a expansão da economia de mercado, ao expor excessivamente pessoas aos seus fluxos e riscos, fez com que as sociedades reagissem, na forma de movimentos de proteção social. É o chamado “movimento duplo” de que tratou Polanyi. Nancy Fraser chama a atenção para o terceiro movimento, o da emancipação. É preciso sempre considerar o problema das opressões inscritas nas relações de gênero, em todas as esferas da vida social, de maneira que mercadorização pode reforçar opressões e não emancipar as mulheres. Esta pesquisa se inspira, em parte, nessa abordagem de Fraser (2013).

A formação da organização coletiva de mulheres em busca de melhores condições de trabalho pode, em tese, propiciar alguma segurança e autonomia para elas participarem no mercado, elas que se acham em posição inferior na cadeia produtiva, que ficam à mercê da procura por seu trabalho na catação. Todavia, em que medida a Rede que estão formando consegue driblar situações opressoras? Essas opressões, conforme ressalta a literatura de referência, estão na forma de trabalho precarizado, longas jornadas, pouco criativo,

sobrecarga de responsabilidades na família, dependência direta de patrões, contratos informais etc., Além disso, de que mercado se trata? É o mercado convencional, que se sobrepõe às pessoas, ao meio natural, às instituições locais? É o mercado separado da vida social (desenraizado, conforme Polanyi), típico da concepção neoliberal de economia e de liberdade individual? É o mercado que suga a força de trabalho e compromete os cuidados, que são indispensáveis? Ou é um mercado orientado pelas necessidades da vida, no qual elas e suas comunidades têm interferência, poder de escolha? Ou que questiona a orientação puramente econômica das atividades?

Aqui, um papel potencial da organização coletiva das catadoras e que de fato poderia ser um diferencial nessa cadeia produtiva, é a proposta da criação de uma cozinha comunitária, que será alvo de análise em um capítulo posterior. Trata-se de uma proposta para combinar uma melhor qualidade do produto, com o apoio a jovens mães para poderem trabalhar e disporem de local para deixar os filhos.

Então, no que diz respeito às imbricações entre gênero, trabalho e cuidados, a perspectiva de Fraser (2011) remete também ao tema do bem viver. Esta é uma das correntes que criticam a concepção economicista de desenvolvimento, baseada na prevalência do econômico sobre o social, que se discutiu em páginas anteriores, com base na acepção de Alberto Acosta (2016). Nesta “nova economia do Bem Viver” o ser humano é o foco central. Portanto, o trabalho é também um direito, além de dever. Porém, sempre integrado à natureza, ele é parte dela, como indica o autor. Nossas sociedades de mercado cobram de todos o trabalhar, mas exigem-se de garantir o acesso universal ao trabalho, como um direito humano.

O trabalho, então, é um direito e um dever em uma sociedade que busca o Bem Viver. Portanto, nenhuma forma de desemprego ou subemprego pode ser tolerada. Não se trata simplesmente de produzir mais, mas de produzir para viver bem.... É preciso, pois, introduzir outros valores na sociedade, processo que será acompanhado, certamente, por uma nova forma de organizar a economia. (ACOSTA, 2016, p. 183).

Então, essa problemática da emancipação e do bem-viver também inspira a condução deste estudo e, em especial, esse referencial teórico suscita questões de análise quanto às propostas para a Rede de Mulheres. Ainda que se trate de uma experiência inicial, é lícito indagar em que medida ela pode contribuir para a emancipação de suas agentes: as mulheres que beneficiam caranguejos e suas comunidades locais. Igualmente, se ela pode permitir que elas tenham poder de barganha nas trocas, uma vez que poderiam negociar os preços coletivamente, além de dispor de meios de conservar melhor o produto. Portanto, caminhar no

rumo de quebrar algumas formas de dependência pessoal decorrentes da pobreza de renda e das desigualdades de gênero. Ao mesmo tempo, com algum grau de proteção social para enfrentarem as oscilações da demanda e o inconveniente de dependerem basicamente da venda de um só produto, o caranguejo catado. Em suma, investigar se elas conseguem superar formas de opressão que operam tanto no mercado, quanto na sociedade. Evidentemente, as respostas obtidas por este estudo são relativas, pois o grupo está ainda em formação.

Um aspecto crucial na literatura sobre gênero e trabalho é o cuidado, atribuição tradicional de mulheres. Investiga-se a compatibilidade e as contradições entre cuidar e trabalhar, tal como o trabalho se realiza nos mercados capitalistas. A definição de cuidado – que inclui um rol de atividades culturalmente atribuídas a mulheres - dada pelo Colóquio internacional “Teorias e Práticas do Cuidado”, realizado em Paris, 2013, diz que:

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, é definido como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem. (KERGOAT, 2016, .p. 96)

Para Danièle Kergoat, socióloga do trabalho e do gênero, é preciso pensar na complexidade do cuidado e nas relações sociais em que ele se insere. Para isto, uma ferramenta de análise é a consubstancialidade. Ou seja, pensar conjuntamente as diferentes formas da divisão do trabalho nas diferentes esferas (KERGOAT, 2016).

Tomemos o paradoxo das relações sociais de sexo: simultaneamente à melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho. “Tudo muda, mas tudo permanece igual”.  
 (...)
 (...) as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (KERGOAT, 2016, p. 94)

É assim que se pode entender o aparente paradoxo da inserção das mulheres no mercado de trabalho, com a difusão dos valores da igualdade de oportunidades, mas que se acompanham da persistência de desigualdades de gênero. Longe de se tratar de uma contradição, a autora destaca que essas desigualdades também contribuem na formação de um contingente de mão-de-obra flexível, que serve aos ditames do capitalismo:

A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico. A meu ver, no entanto, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às relações sociais de sexo, mas aponta para o fato de que o capitalismo tem necessidade de uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres. (KERGOAT, 2016, p. 94)

O artigo “A economia do cuidado” de Viviane Zelizer (2008), trata do estudo do care (cuidado), gratuito ou remunerado e elucida essas novas tendências. Ela destaca dimensões que são imponderáveis do ponto de vista estritamente econômico, indicando a complexidade dessa esfera de atividades fundamental para toda a vida social.

O que se deve entender por care? Para mim, as relações de care incluem qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem-estar daquela ou daquele que é seu objeto. Assim, pode-se definir um leque de ‘atenções pessoais constantes e/ou intensas’ que tem, numa extremidade, o cuidado da manicure num salão de beleza ou o breve conselho telefônico num hotline de ajuda psicológica e, na outra, os laços estabelecidos ao longo de uma vida inteira entre uma mãe e sua filha, ou, ainda, o devotamento de um velho empregado (ZELIZER, 2008, p. 380).

No Brasil, assim como em diversos países, há muitos processos que geram a “desfamiliarização do cuidado”. Como exemplo, destacamos a atuação do movimento de mulheres, no final dos anos 1970, que reivindicou creches como uma de suas pautas principais. Essa reivindicação permanece crucial. Nas últimas décadas, no Brasil, a inserção das mulheres no mercado de trabalho teve como marca a presença de mulheres casadas e com filhos pequenos (BRUSCHINI, 2007). O exercício dos cuidados pode, assim, se dar implicar em meio a grandes pressões psicológicas, com altos níveis de estresse, sobretudo na ausência de políticas públicas voltadas aos cuidados. Essas atividades são assumidas prioritariamente pelas mulheres e de maneira desigual conforme sua condição de classe, bem como pelas redes de proteção a que têm acesso para poderem conciliar as diferentes necessidades cotidianas.

Estudos mostram que, mesmo com conjunturas econômicas de recessão ou de expansão, não é mais possível atribuir somente às dificuldades da família que levam as mulheres a serem seus arrimos. Outro fator importante é o aumento da escolaridade para patamares superiores ao dos homens e mudanças culturais relacionadas à importância das mulheres no trabalho, e valorizam a independência e autonomia das mulheres. Em outros

estudos vemos que, a participação das mulheres no mundo do trabalho cresce cada vez mais. Já há algum tempo, a maioria dos casais com filhos tem dois provedores, em diversos países. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2009, em uma média de 59% dos casais, a mulher trabalhava de forma remunerada no Brasil.

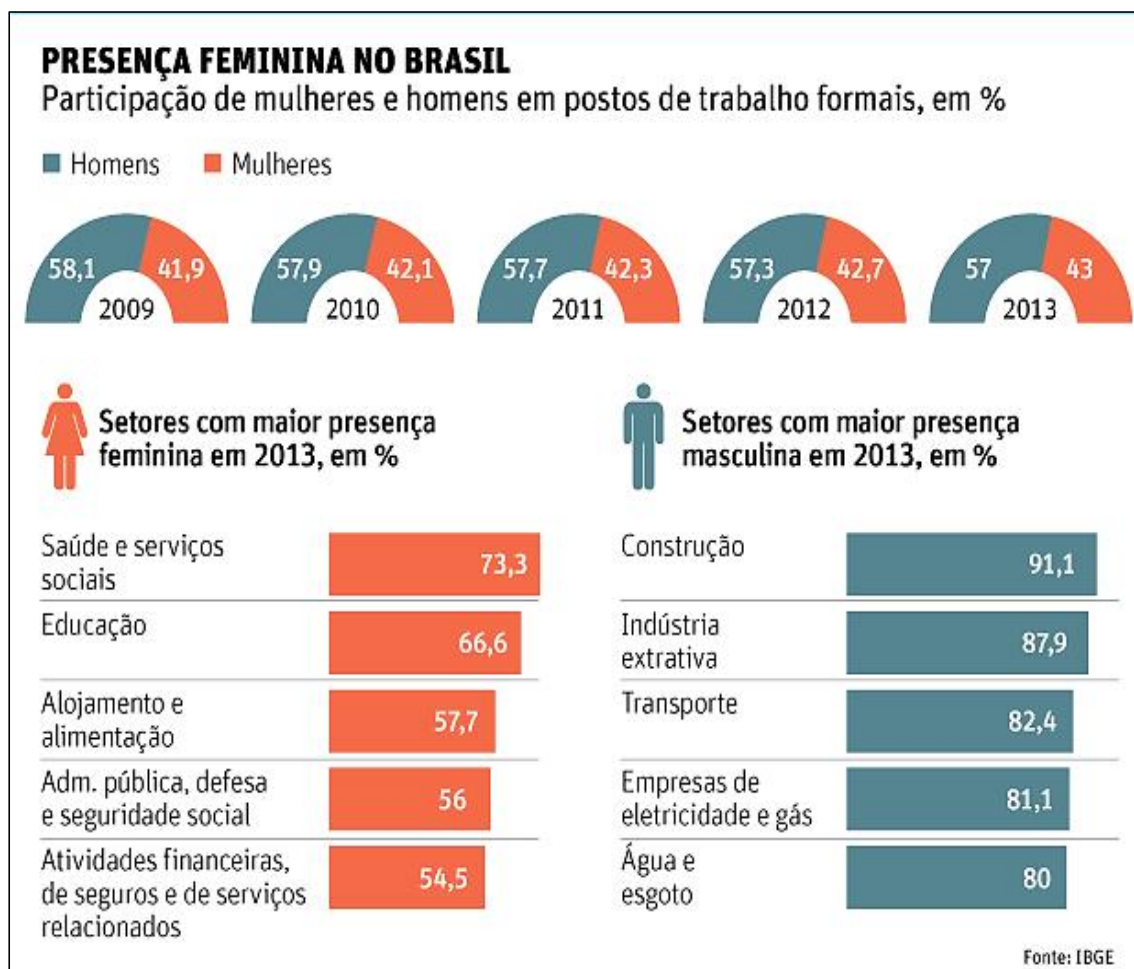
Agora, não podemos esquecer que as mulheres já se encontram em desvantagem quando entram no mercado e trabalho, como destacaram Kergoat (2016), Hirata (2016) e Bruschini (2007), dentre outras. Salários diferenciados, em alguns casos mulheres recebem a metade do que um homem receberia para executar a mesma função. E elas ainda continuam ocupando os cargos com pouca ou nenhuma estabilidade. O índice de formalização, segundo dados de 2009, era baixíssimo, apenas 26,3% das trabalhadoras tinham carteira assinada em um universo de 6,7 milhões de trabalhadoras no serviço doméstico, dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea (BRASIL, 2011)

Uma Narayan (2005) discute razões históricas porque o setor informal é maior nas economias dos países em desenvolvimento e, nele, as mulheres têm a presença muito grande. Essa força do setor informal seria herança do desenvolvimento desigual pelo colonialismo. Ainda segundo Narayan (2005), existiam poucas formas de trabalho que pudessem gerar renda para as mulheres de países que foram colonizados. Se por um lado algumas mulheres eram assalariadas em culturas comerciais, elas também eram contratadas na condição de integrantes de um grupo familiar, ou seja, recebiam menos que os homens, ou mesmo tinham seus salários entregues nas mãos dos homens. Por outro lado, a situação ainda piorava no que diz respeito ao trabalho industrial, onde a força de trabalho empregada era praticamente toda masculina. Muitas mulheres colonizadas, portanto, tinham poucas opções além do trabalho no setor informal.

Para o Brasil, a Figura 1 trata da participação de mulheres e homens no trabalho, no período de 2009 a 2013.



**Figura 1.** Participação de mulheres e homens em postos de trabalho no Brasil-IBGE, 2019



Fonte: Bezerra (2019).

Seguindo a análise de Narayan (2005), a urbanização nos países em desenvolvimento foi acompanhada de um grande desemprego. A industrialização nos países desenvolvidos criou mais empregos do que o número de artesãos e camponeses que ela arruinava. Na periferia, criou menos empregos do que a força de trabalho liberada do campo e das cidades. O mundo do trabalho segue estruturado reproduzindo as barreiras para a construção de equidade entre homens e mulheres, as desigualdades e relações patriarcais continuam fortes em nossa sociedade.

Narayan (2005) tem uma preocupação com o entusiasmo quanto ao “empoderamento das mulheres do Terceiro Mundo via micro empreendimentos no setor informal”. E, também, quanto aos supostos poderes do microcrédito. De repente, o espírito empreendedor de mulheres pobres nesses contextos é visto como resposta a seus problemas, argumenta ela. É

importante ter em mente essas considerações da autora, tendo em vista que a realidade aqui em estudo versa sobre uma experiência de geração de trabalho e renda para mulheres, no setor informal.

Então, em síntese, sobre as relações entre gênero, trabalho e cuidado, Fraser (2011) destaca a intercorrência das opressões ligadas ao gênero nas distintas esferas da vida social, no trabalho, na comunidade e na vida associativa. No que lhe concerne, Kergoat (2016) alerta para a consubstancialidade das relações sociais de sexo, com desigualdades ligadas à divisão sexual do trabalho que se manifestam, se estendem, para a esfera do trabalho e da economia. Os padrões dominantes de gênero influenciam na disponibilidade ou acessibilidade de muitas mulheres a empregos, ou a postos de trabalho flexíveis, descontínuos, com menos possibilidade de galgar carreiras. Esse referencial teórico orienta esta pesquisa.

### **Interesse pelo tema de pesquisa (primeiros contatos com as comunidades da RESEX)**

No ano de 2005, acompanhei de longe as articulações dos pescadores e pescadoras artesanais na mobilização das comunidades para a criação da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu. A construção dessa Reserva, desde o início, teve como um de seus atores indiretos a Universidade Federal do Pará,, com um Campus na cidade de Bragança, hoje se situa o Instituto de Estudos Costeiros. Esse programa de pesquisa teve um papel particularmente importante, ao realizar um conjunto de estudos sobre os manguezais naquele município, o MADAM. A passagem a seguir destaca os objetivos desse programa.

O Programa "Dinâmica e Recomendações para Manejo em Áreas de Manguezais de Bragança – Pará" (Mangrove Dynamics and Management - MADAM) foi um programa de cooperação científica entre Brasil e Alemanha, que visava o estudo do manejo e da dinâmica dos manguezais do litoral norte do Brasil, a formação de recursos humanos, assim como o intercâmbio de informações, experiências e publicações científicas. Seus estudos foram realizados no município de Bragança no Pará, abrangendo 4 grupos temáticos: Funcionalidade, produtividade e sazonalidade de sistemas de manguezais; Dinâmica de recursos pesqueiros do sistema estuário do Rio Caeté, uma análise multidisciplinar; Análise sinóptica de estrutura de superfície; e Sistemas de apoio de decisões. Este programa foi o embrião do surgimento da institucionalização de um novo instituto na UFPA, especificamente do Instituto de Estudos Costeiros-IECOS (trecho retirado do site da UFPA, Núcleo de Meio Ambiente - NUMA - Projeto MADAM (ufpa.br). Acesso em: 19 maio 2021, às 22h34).

Na Figura 2 (abaixo), temos uma imagem parcial de Bragança (à direita) e do Rio Caeté, que banha a cidade, por onde trafegam moradores, trabalhadores e muitos produtos são transportados, provenientes de muitos lugares.

**Figura 2.** Vista aérea parcial da cidade Bragança-PA, à margem do Rio Caeté.



Foto de Cícero Pedrosa Neto, 2017.

Várias instituições participaram da mobilização que culminaria na aprovação do Decreto de 20/05/2005, de criação da RESEX no município de Bragança. Dentre essas, destaca-se o Conselho Pastoral de Pescadores (CPP) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PARÁ), entre outros.

A Figura 3 mostra os limites da RESEX Caeté Taperaçu, indicados pela linha vermelha, vendo-se ao sul a cidade de Bragança, de onde parte a rodovia PA-458, que corta a RESEX na direção sul-nordeste, até a ilha de Ajuruteua, onde fica uma das vilas onde algumas mulheres pescadoras foram entrevistadas.

**Figura 3.** Limites da RESEX Caeté-Taperaçu, Bragança-Pará, indicados pela linha vermelha.



Fonte da imagem: Google Earth, com adaptações da autora.

Na época da criação da Reserva, eu estava cursando a graduação do Curso de Letras e me incomodava com a pouca frequência de atividades de extensão que via no curso. O incômodo foi aumentando e comecei a procurar instituições que fizessem um trabalho efetivo nas comunidades bragantinas. Foi aí que tomei conhecimento de um padre da igreja Católica estava na tentativa de organizar em Bragança a Cáritas Diocesana, organismo da Igreja Católica mundialmente conhecido por seus projetos, programas e ações de solidariedade. O desafio me pareceu interessante, já que fundar uma entidade conhecida internacionalmente em nossa cidade garantia, ao menos inicialmente, um ar de confiabilidade neste processo.

Um trabalho com pescadores(as) artesanais já vinha sendo realizado pelo CPP. Então, a Cáritas Diocesana de Bragança (fundada em 03/05/2006) buscou outros públicos para direcionar a sua atenção. Os catadores(as) de materiais recicláveis, tão maltratados socialmente, chamaram a atenção da diretoria da Cáritas, da qual eu fazia parte como membro fundadora, na condição de secretária executiva. Além deles, foram elaborados projetos e ações para os agricultores familiares e para os jovens. Todas as ações traziam a valorização da participação destes públicos e a importância da preservação ambiental.

A Figura 4 demonstra as participantes do Encontro de Aniversário das RESEX da Região Bragantina, ocorrido dia 20/05/2021, na cidade de Bragança. A foto registra algumas das participantes, dentre as quais pescadoras e membros de entidades que dão apoio à organização das comunidades locais. O Encontro foi um momento de rememorar as mobilizações ao longo da história da constituição das Reservas. Dentre a programação fez parte o seminário “Mulheres de Luta: o protagonismo feminino no fortalecimento das RESEX Bragantinas”.

Dentre as mulheres retratadas na Figura 4, Adriene Paixão e Inezila Monteiro relataram que durante as mobilizações para a criação da RESEX, atuaram fazendo contatos de casa em casa, falando do sonho que seria se viessem os programas de fomento e habitação para a cidade. Contaram ainda que muitas pessoas não acreditavam nelas, dizendo que os recursos nunca viriam. Lembraram fazerem peça de teatro para convencer as pessoas a participar das reuniões, dentre outras estratégias de mobilização. Elas lutavam pelos direitos de quem precisava, pela preservação ambiental, pela moradia digna, pelos apetrechos de pesca e de barcos que garantiam melhoria do trabalho dos pescadores artesanais.

**Figura 4.** Encontro de aniversário das RESEX, em 20/05/2021. Da esquerda para a direita: Raquel Leite (INÃ); Adriene Paixão (pescadora); Gessica Sousa (INÃ); Inezila Monteiro (pescadora); Edite (pescadora); Patrícia Reis (INÃ); Daniele Sousa (pescadora); Bruna Martins (RARE); Iricina Aviz (CPP); Tamila Yve (ICMBio/Bragança).



Foto: Denis Domingues.

Nesse evento, as mulheres se ressentiram por acharem que então, em 2021, especificamente nos cinco anos anteriores, a associação ASSUREMACATA estava abandonada e se sentiam tristes ao passarem em frente à sede de Associação sem verem a movimentação e a participação de antes.

A associação passou por problemas nas eleições de 2014 e 2018, sendo que na última com processo de denúncia de compras de voto e de não registro da chapa contrária à vencedora. O conflito resultou em um processo de intervenção judicial que estava sub judice até o momento (setembro de 2021).

A memória de luta e de participação dessas mulheres fez toda diferença na criação da RESEX Marinha Caeté-Taperaçú. Interpretam que a perseverança, a disposição, a vontade em fazer o projeto de desenvolvimento para as comunidades foi maior que as dificuldades que enfrentaram.

Dona Inezila Monteiro, de 90 anos, lembrou-se do tempo em que acordava na madrugada para “lavar os coeiros dos filhos” e trabalhar. Ela participou das reuniões e mobilizações na época de criação da RESEX (2005), quando o intuito era estimular os moradores das comunidades a participarem das reuniões e abraçarem coletivamente a luta pela criação da RESEX (Figuras 5 e 6). Seu depoimento aponta a sobrecarga que existia e ainda existe em relação às mulheres que se dividem entre o cuidado com os filhos, a casa e a participação nas reuniões e mobilizações.



**Figura 5.** Inezila Monteiro - Live em Comemoração ao aniversário de criação das RESEX da Região Bragantina - 20/05/2021, na sede da ASSUREMACATA. No seminário: Mulheres de Luta: o protagonismo feminino no fortalecimento das RESEX Bragantinas.



Foto: Patrícia Reis.

**Figura 6.** Reunião das mulheres pescadoras que participaram do Seminário Mulheres de Luta: o protagonismo feminino no fortalecimento das RESEX Bragantinas, em comemoração ao aniversário de criação das RESEX Bragantinas, realizado em 20/05/2021, na sede da Assuremacata.



Foto: Raquel Leite.

A sessão intitulada Mesa de Experiência foi uma homenagem à Kátia Risonha, pescadora que foi uma grande liderança, moradora da vila de Bacuriteua, também inserida na RESEX Caeté-Taperaçú, assassinada em 2016, um feminicídio que chocou a população bragantina na época. Kátia teve um papel fundamental na organização da ASSUREMACATA e de seu Conselho Deliberativo. Muito ativa, sempre incentivava os moradores e representou com determinação a comunidade de Bacuriteua.

Ao final da Mesa, a pescadora e também uma liderança da Vila do Caratateua, Adriene Paixão, recitou um poema para homenagear sua companheira de luta, Kátia Risonha:

Na Reserva Extrativista tudo pode acontecer, até mesmo na maré o nosso povo padecer e depois pode até enriquecer.

Tudo pode faltar, menos as mulheres pescadoras extrativistas para a luta continuar.

Tivemos uma mulher a qual sua vida foi ceifada, impedida de viver, pois ela foi assassinada, deixando a nossa Resex um sonho foi falhado, guerreiro igual a você Kátia jamais será comparado, dedicada, esforçada, guerreira, pescadora... Mãe que só soube fazer o bem sem mesmo olhar a quem.

Devemos nessa batalha em memória agradecer por toda sua trajetória até o pior acontecer com você Kátia.

Kátia, todos nós lamentamos pela tragédia em sua vida deixando nosso convívio e a sua luta a caminho.

O povo da Maré a sua falta já sentiu. Quando a RESEX parou seja por qualquer regalia. Fica suas lembranças em nossos corações; Kátia você foi a razão de muitas nossas emoções. Saudades querida Kátia, nossa eterna companheira e amiga do coração (Adriene Paixão, pescadora, 42, anos).

A percepção do empenho das pessoas que fazem esse movimento em defesa da pesca e da valorização das suas histórias foi importante na definição da linha de pesquisa que eu desenvolveria nesta tese. Na minha dissertação de mestrado, publicada em 2018, o foco foi sobre as relações de identificação e poder existentes nesse território de RESEX. Essa publicação abriu-me as portas para experiências profissionais que também influenciaram na definição deste estudo. Em 2013, aceitei o convite do ex-prefeito, Nelson Magalhães, para ser Secretária Municipal de Economia e Pesca, a primeira secretária mulher da história de Bragança. Desafio intenso e que, de certa forma, foi uma legitimação de meu envolvimento

com a categoria de profissionais da pesca artesanal e apoio a suas lutas. Compreender os desafios de implementar uma política de pesca em um município que assumidamente tem orgulho em dispor do segundo maior desembarque pesqueiro do Estado e que, em simultâneo, não tinha uma lei de municipal de pesca.

Sempre senti vontade de estar em um espaço em que conseguisse contribuir socialmente com os grupos vulneráveis de uma forma que pudesse compartilhar minhas ideologias, com o que eu acreditava ser uma opção interessante e válida de desenvolvimento sustentável. Baseada, é claro, nas experiências que tive com as comunidades e com o saber de cada pessoa que encontrei e que, fosse, portanto, construído de forma coletiva. Percebi que deveria ter coragem de criar minha própria instituição sem fins lucrativos, para atuar nesse campo. Algo em que eu começasse do zero, com pessoas que se identificassem com essas ideias, que pudéssemos pensar em diretrizes, missão, planejamento e ações.

Foi então que decidi criar o Instituto Nova Amazônia (INÃ), com dois amigos. O INÃ foi criado a partir da preocupação com grandes demandas de comunidades em situação de risco e, em especial, comunidades tradicionais que não possuem apoio técnico e social para o seu desenvolvimento sustentável. Nossa missão é promover os direitos das populações tradicionais e em situação de risco ou de exclusão social, baseando-se nos princípios do desenvolvimento socioambiental, de forma transparente e ética. Técnicos e pesquisadores de diversas áreas que já apoiavam estes grupos uniram forças nesse projeto. As Figuras 7 e 8 retratam diferentes momentos de formações ministradas pelo INÃ em comunidades do entorno de Bragança.

INÃ, além de uma sigla, é uma palavra de origem indígena. A escolha deste nome reflete a missão institucional de construir uma nova Amazônia pensada a partir de quem aqui vive e conhece de perto o modelo de desenvolvimento sustentável, socioambiental, que queremos.



**Figura 7.** Patrícia Reis, presidente do INÃ, ministrando a formação sobre Participação Social para um grupo de mulheres da RESEX Caeté-Taperaçú. 24/05/2021. Etapa do projeto: Problemas modernos, Soluções Ancestrais, coordenado pelo INÃ.



Foto: Raquel Leite.

A conexão da componente equidade de gênero com a busca da conservação ambiental justifica movimentos como a Liga das Mulheres Pelo Oceano, do qual também faço parte, bem como outros exemplos: Comunidade de prática em gênero e clima/@observatoriodoclima; Mulheres unidas Pelo Clima/@mucbrasil; Planeta ELLA/@planetaella; Rede Latino-americana de Feminismos; ONU Mulheres Brasil/@onumulheresbr; INÃ-Instituto Nova Amazônia.

Então, atuando no contexto das comunidades pesqueiras do município de Bragança, envolvidas na RESEX, como parte de minha trajetória profissional, conheci o projeto de criação da Rede de Mulheres Caeteuaras. Daí o ensejo de analisar sua caminhada e as dificuldades que enfrentam, assim como as estratégias para superá-las. Analisar de perto, a partir das vozes e olhares de suas próprias agentes.

Finalmente, bragantina e filha de bragantinos, interessei-me pela cultura e grupos que se organizavam na cidade em que nasci e que tinham o intuito de melhorar a vida da cidade. Na busca de conhecer esses movimentos, pude descobrir as inúmeras histórias, experiências e vivências que mostravam que a Amazônia em que vivemos é muito mais heterogênea do que parece. Cada comunidade tem suas particularidades e, em simultâneo, travam lutas em comum.

## METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA

### **O território da RESEX e as comunidades em estudo**

O município de Bragança, localizado no Nordeste do Pará, pertence à mesorregião nordeste paraense e à microrregião bragantina, possuindo uma área de 3.258 km<sup>2</sup>. A sede municipal tem as seguintes coordenadas 1° 03' 15" de latitude sul e 46° 46' 40" de longitude a oeste de Greenwich (Figura 9). Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com os municípios da Santa Luzia do Pará e Viseu, a Leste com os municípios de Augusto Corrêa e Viseu e a oeste com o município de Tracuateua. Dista da capital do Estado (Belém) 210 km por estrada asfaltada. O Rio Caeté é o principal rio do Município, que nasce no município de Bonito, a sudoeste de Bragança, percorre 60 km da nascente à foz, apresentando trechos ora estreitos, ora largos, principalmente próximo a sua foz, recebendo forte influência de marés. Parte de seu curso é sinuoso, apresentando considerável trecho de várzea.

Bragança compreende uma grande área de manguezal, com aproximadamente 120 km<sup>2</sup> (BLANDTT Apud RIBEIRO; COSTA, 1997, p. 2), formado pelas bacias do rio Caeté e rio Taperuçu, localizados na microrregião denominada Salgado Paraense. Ao longo do litoral bragantino e parte de seu interior, vivem comunidades que dependem desses ecossistemas para realizar atividades de pesca, na captura do pargo, pescada gó, pescada-amarela, dentre outras espécies de peixes, destacando-se também moluscos e crustáceos como lagostas, camarões e, principalmente, caranguejos. As espécies pargo e lagostas são alvo da pesca de maior escala, industrial.

Figura 8. Vista parcial da cidade de Bragança-PA, às margens do Rio Caeté.

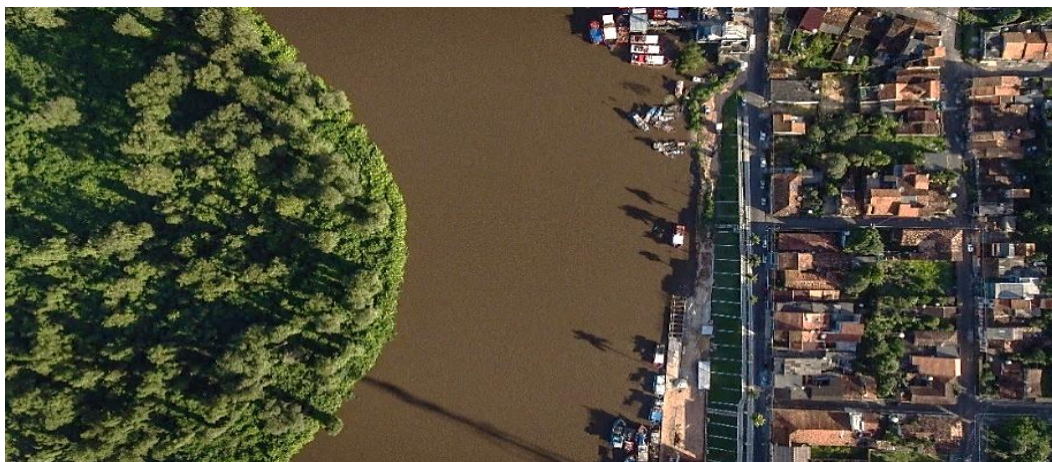


Foto: Cícero Pedrosa Neto (2017).

Segundo dados levantados pela equipe de Socioeconomia do Projeto MADAM, de 2005, em Bragança havia então cerca de 10.000 pessoas que dependiam do manguezal do rio Caeté e aproximadamente 5.000 vivendo da coleta do caranguejo, comprovando com isso a grande importância da exploração desse recurso na vida dessas famílias. A captura do caranguejo já era considerada excessiva, pois possui alta demanda nos centros urbanos, além de problemas ambientais gerados pelo descarte dos resíduos. Esses foram alguns dos motivos que nortearam a realização de um grande seminário, que aconteceu no dia 25 de fevereiro de 2000, no Campus Universitário de Bragança, com participação de alunos da graduação, pós-graduação, ONGs e do CNPT/IBAMA-PA, onde abordaram a forma metodológica do processo de criação e implantação das Reservas Extrativistas.

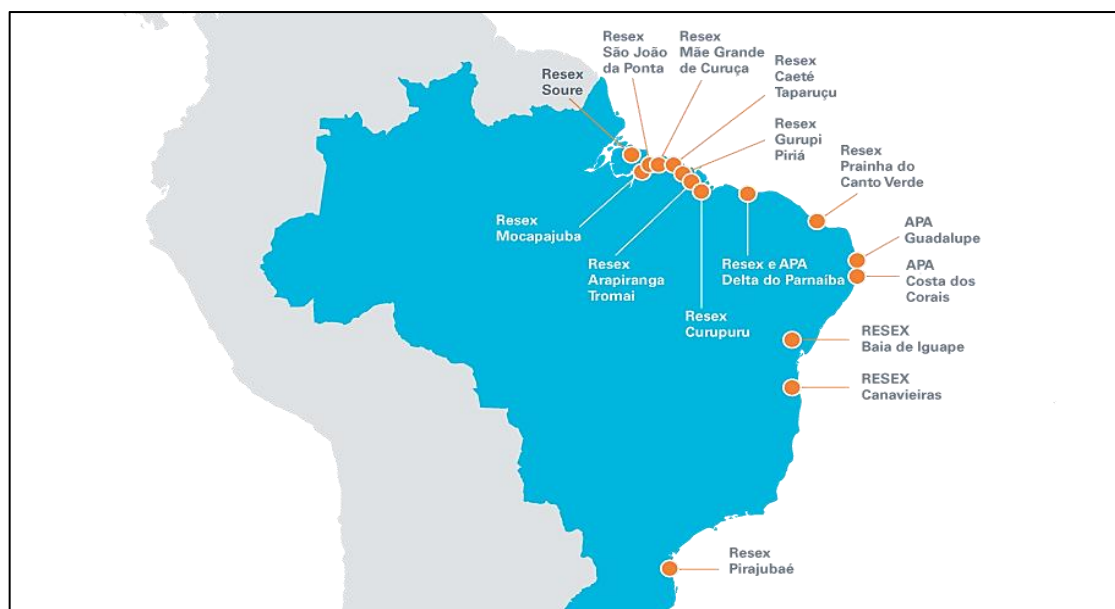
Criada em maio de 2005, a Reserva Extrativista Marinha Caeté–Taperaçú é uma unidade de conservação da natureza de uso sustentável, inserida no município de Bragança. Apresenta pouco mais de 68% de formações de matas pioneiras, plantas resistentes, que possuem capacidade de se estabelecer em locais com condições severas. Na época da criação, cerca de três mil famílias viviam do extrativismo e, em seu entorno, cerca de cinco mil famílias que viviam da agricultura (2005) (ICMBio, 2017). Em torno da cidade de Bragança existem várias comunidades que marcam a transição do meio urbano para o meio rural. A população dessas comunidades pratica a agricultura familiar, a pesca, o extrativismo e algumas vivem também do artesanato.

A área da RESEX é caracterizada por regiões de terra firme, onde a vegetação predominante é a capoeira entrecortada por igarapés rodeados por buritizais. Há campos naturais alagados onde podem ser encontradas ilhas de manguezais. A maioria da área da

RESEX é formada por vegetação de mangue, além de campos naturais, áreas de restingas e praias. Os campos naturais estão localizados aproximadamente a 30 minutos do centro da cidade, sendo acessíveis por via rodoviária, em estradas não pavimentadas, mas em condições de trafegabilidade (ICMBio, 2017). Devido à proximidade com o mar, a maioria do território é ventilado. O cultivo de mandioca e a produção de farinha são bastante desenvolvidas, assim como a plantação de hortaliças e frutas. A pesca de água doce também é comum.

A RESEX de Bragança é classificada como Terrenos de Marinha, por se referir a essa zona costeira que inclui os manguezais e águas adjacentes. Hoje no Brasil, há diversas Reservas Extrativistas Marinhas, indicadas na Figura 9.

**Figura 9.** RESEX Marinhas ao longo do litoral do Brasil em 2020



Fonte: RARE/ Brasil.

Em Bragança, a RESEX é constituída de três principais biomas diferentes: campo, praia e colônia, o que de forma direta muda as formas de produção e exploração de recursos. Por campo, entendi-se as áreas inundáveis durante determinado período do ano. E, por colônia, as áreas de terra firme onde se pratica agricultura, geralmente de pequena escala, familiar. Na região de campos a produção alterna entre a pesca artesanal, em maior quantidade, e na produção de farinha de mandioca; na região de praia o que predomina é a pesca e na região de colônia a predominância é agrícola, com mandioca, feijão e outros produtos hortifrutigranjeiros (ICMBio, 2017).

Essa RESEX teve, como dito anteriormente, as mulheres como protagonistas de sua criação. Atualmente, algumas ainda atuam nos territórios com representação em comitês, tendo papéis de lideranças nas comunidades. A Catadora Simoni, da comunidade do Taquandeuá, conta como a criação da RESEX impactou a vida das pessoas:

Ela trouxe bastante recursos, ela trouxe as casas, o fomento... que ajudou bastante, a canoa pra pescaria. (Simoni, 42 anos, Vila do Taquandeuá).

Como já observado em estudos anteriores, as mulheres são maioria nas reuniões de associações, grupos e afins. Porém, nas tomadas de decisões elas têm pouco poder. Simoni tem um papel importante como representante do comitê da comunidade do Taquandeuá. O Comitê tem a função de ser um elo entre a associação da RESEX, sendo a ASSUREMACATA, e os usuários nas diferentes comunidades.

Diante disto, durante as entrevistas foram realizadas perguntas sobre o entendimento das catadoras sobre RESEX. Muitas respostas foram obtidas no sentido de RESEX associada ao ganho de materiais ou de casa, chamada de casa do INCRA, um benefício ligado ao Programa Nacional de habitação Rural. Há, portanto, como identificado em outros estudos, a necessidade de uma maior difusão dos vários sentidos dessa Unidade de Conservação. Uma das catadoras entrevistadas apontou, com justeza, o papel da RESEX relativo a benefícios e direitos.

Patricia: a vinda da RESEX ajudou alguma coisa na vida das pessoas?

Gecileude: eu acho que sim, a gente consegue benefícios, quem é cadastrado tem seu papel pode ter seus direitos, já ajuda a gente.

Vale a pena aqui refletir sobre a noção de território, pois a RESEX é um território em construção. E, nesse sentido, é interessante como a reflexão sobre território se expandiu no além do campo da geografia. Paul Little (1992), refletindo sobre o conceito, indica que território é espaço de reprodução da vida. E a Rede de Mulheres Caeteuara, seu projeto, é uma expressão desse tipo de território da RESEX, do qual elas fazem parte, são atores importantes. É fruto de mobilizações, inclusive de mulheres, que não buscam apenas renda, mas lutam por visibilidade e valorização.

Os territórios são compostos por tensões, conflitos que acontecem através das relações sociais dos moradores e da interação, ou falta dela, entre estes moradores e o poder público. A construção desse território mobiliza vivências e memórias, bem como o plano do imaginário e do simbólico. O significado desse território é construído de forma permanente, e as tensões,

sejam na esfera política, econômica ou social, também interferem nessa constituição de significado. Ocupado por gerações e marcado por tradições, esse território guarda recursos naturais de valor econômico, cultural e simbólico: roças antigas, cemitérios, espaços de lazer, locais que carregam memórias.

Inclui-se aqui o direito a uma vida nos padrões tradicionais, sem hierarquias na relação com a natureza, com acesso à qualidade de vida, saúde e meios de subsistência dignos. A hierarquia está muito presente no território e na vida das mulheres. Mesmo em um município que é agro pesqueiro, ainda assim, trata-se a pesca de um trabalho pouco considerado, que está em baixo, em uma hierarquia de trabalhos no sistema econômico dominante. Os pescadores e as pescadoras fazem parte de um mercado em que o trabalho tradicional está hierarquicamente na base da escala de poder e prestígio. Especificamente, a posição das mulheres na cadeia produtiva do caranguejo, sendo uma cadeia com suas hierarquias de poder econômico, está na base, não no topo.

Para analisar o território de qualquer grupo é necessário entender os contextos específicos e suas histórias de luta pela sua proteção e quais agentes foram ativos nessa construção. No caso das Reservas Extrativistas no Brasil, os territórios foram constituídos de lutas pela preservação do local em que vivem e das formas de vida ali existentes.

O cenário político brasileiro, nos últimos anos, tem sido marcado por retrocessos. Notadamente, desde 2016, o Brasil vem experimentando perdas concernentes a avanços sociais, como as políticas de transferência de renda, de acesso universal à saúde, políticas de inclusão no ensino superior, políticas ambientais, etc. Chama a atenção da comunidade internacional o progressivo desmonte da estrutura institucional da proteção ambiental brasileira, em menos de três anos, sob a gestão Bolsonaro. Seu Ministro do Meio Ambiente deixou como legado o descaso com o Fundo Amazônia; reduziu a participação civil em colegiados ambientais, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Desacreditou o trabalho reconhecido internacionalmente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que monitora o desmatamento na Amazônia; desmontou instituições fiscalizadoras, como IBAMA e ICMBio. Essas instituições também passaram a ser comandadas por militares, tanto nas superintendências estaduais quanto nas Unidades de Conservação, o que, de acordo com auditoria do Tribunal de Contas da União (2020) seria ilegal. Essas perdas refletem na redução de recursos institucionais e materiais para a consolidação das Reservas Extrativistas.

Ao falar sobre território e RESEX, vale destacar o artigo Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso? De Catherine Prost (2018). A autora indaga: “passadas três décadas, como avaliar as RESEX? São elas um avanço na legislação ambiental e na inclusão

política, ao contemplar populações tradicionais como guardiãs eficientes da natureza?” (PROST, 2018). A autora afirma que aumentam as contradições entre reconhecimento dos saberes das populações contempladas e a tutela do crescente do Estado (PROST, 2018). Nesses termos, analisa a composição dos Conselhos Deliberativos e o poder do órgão público nas decisões nos territórios das RESEX, o que muitas vezes deixa as associações e usuários à espera de uma validação do órgão gestor. Assim sendo, a questão da autonomia das RESEX deve ser colocada em pauta (PROST, 2018).

Por outro lado, a autora também destaca experiências positivas. Graças a seu estatuto, as RESEX são beneficiadas por políticas públicas específicas. Na RESEX Canavieiras, no Estado da Bahia, as experiências positivas se dão na recuperação de manguezais; acesso a moradias via PNRA, participação na CONFREM e parcerias com instituições acadêmicas e ONGs. Atualmente, a RESEX Caeté-Taperaçu também enfrenta desafios como os trazidos pela autora, valendo lembrar: papel e a composição dos Conselhos Deliberativos; a valorização dos saberes locais no plano de manejo e no uso. Por outro lado, estão estabelecidas parcerias importantes com instituições acadêmicas, como a UFPA e ONGs, dentre as quais RARE-BRASIL. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio. P.109

Embora haja normas, leis e regras para pescadores e suas terras, quando nos remetemos aos recursos naturais como mares, rios e lagos, também denominados de floresta marinha, termo utilizado por alguns pescadores artesanais aqui da RESEX Caeté-Taperaçu, estas populações tradicionais enfrentam o problema de que, muitas vezes, não contam com legislação adequada que reconheça as particularidades desses ambientes de acesso amplo (ARRUDA, 1999).

Em outros casos, ainda que existam medidas protecionistas sobre os recursos pesqueiros, entre eles o defeso do caranguejo, quando focada em termos mercantis, deixam uma brecha para a possibilidade de uso intensivo dos recursos naturais. Devemos pensar que para tratar da captura, beneficiamento e comercialização do caranguejo é necessário considerar o tempo da natureza e suas estações, dependendo do ciclo da maré, do ciclo de reprodução do caranguejo, e de todos os impactos ocasionados pelas mudanças climáticas. Sem uma política efetiva de segurança social e econômica para quem vive do caranguejo, fica difícil garantir que as pessoas parem de pegar um recurso que elas muitas vezes utilizam para segurança alimentar. O defeso considera a captura e comercialização na época de andada, isto é, época da reprodução, mas há uma reclamação entre os tiradores do caranguejo de que os períodos de proibição do decreto do caranguejo, não batem com o período real em que eles

estão em reprodução nas comunidades. Assim, seus saberes sobre o ciclo biológico e suas especificidades não é considerado. Durante o campo, mulheres entrevistadas relataram que o manguezal não tem sido respeitado como deveria e isto impacta direto na diminuição do caranguejo:

Já teve mais caranguejo pra catar, só que hoje em dia tá menos... tá muito bem não. Eu acho que às vezes as pessoas vão lá [manguezal] cortar os paus, vai ficando só um lavado grande e vai se sumindo o caranguejo. Nesse mangal aqui, o pessoal tira os mangueiros pra cortar lenha, aí o caranguejo vai embora e quando a gente precisa não tem. (A., 37 anos, Treme).

A tensão de não ter o produto que abastece a Vila do Treme nos manguezais próximos é preocupante, pois, até quando o caranguejo vindo de manguezais distantes conseguirá abastecer a demanda? A luta pela defesa do território deve ser uma luta que passa também pela defesa dos recursos naturais que promovem renda e condições de vida. Aí, pensar em alternativas de exploração do produto, como o beneficiamento do caranguejo, respeitando seus ciclos, suas temporalidades e sua renovação, é urgente e vital.

As mulheres e suas lutas por reconhecimento e apoio econômico também compõem este território. Por isso, é necessária uma abordagem que considere suas especificidades, com as dificuldades relacionadas a gênero e equidade. Irei me deter adiante nesta análise ao corpo-território, que põe em evidência os grupos excluídos e seus saberes. Desse modo, tratamos o território também como local de resistência e existências. Neste ponto, vale recorrer a uma reflexão de Quijano (2010), quando se refere ao fato de que nas lutas e dificuldades que as pessoas invisibilizadas passam, é o corpo que sente as pressões, como resultado das explorações a que estão expostos.

Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores (QUIJANO, 2010, p. 126).

Em sociedades mais conservadoras, é comum as mulheres de baixo status social ficarem invisíveis, sem controle do seu trabalho e de seus corpos como sujeitos de direitos, sendo isto mais percebido nos espaços domésticos. O que torna ainda mais difícil a situação das catadoras de caranguejo que estão em uma relação de trabalho doméstico, no meio familiar. Sendo assim, os sonhos formulados em torno da Rede Caeteuara, neste território, assumem um sentido de resistência das mulheres catadoras em seu lugar de vida e trabalho.

Ailton Krenak, do grupo Krenak (2019), líder, filósofo e ambientalista, utiliza a noção de lugar, ao invés de território, para falar da ideia de pertencimento:



Pertencer a um lugar é fazer parte dele, é ser a extensão da paisagem, do rio, da montanha. É ter seus elementos de cultura, história e tradição nesse lugar. Ou seja, em vez de você imprimir um sentido ao lugar, o lugar imprime um sentido à sua existência. (KRENAK, 2019, p. 18).

O que nos traz também para uma reflexão de identificação com o lugar em que vivemos, sendo um todo interligado, onde somos afetados pelas escolhas que fazemos, lugar de uma natureza viva. Assim, defender esse lugar é também defender a vida. O território da RESEX foi construído a partir de lutas para proteger a vida dos que vivem ali e as mulheres foram maioria nessa luta. Assim, as catadoras de caranguejos quando lutam por direitos, visibilidade, autonomia e por novas formas de desenvolvimento, estão lutando também pela proteção do território da RESEX, seu lugar de pertencimento.

Este estudo está orientado por um conjunto de abordagens teóricas pertinentes, a começar pelo tipo de desenvolvimento que está em causa quando se analisa o cotidiano dessas trabalhadoras e a construção de sua REDE. Em segundo lugar, as reflexões sobre gênero e trabalho e seus rebatimentos no setor pesqueiro.

## METODOLOGIA DO ESTUDO

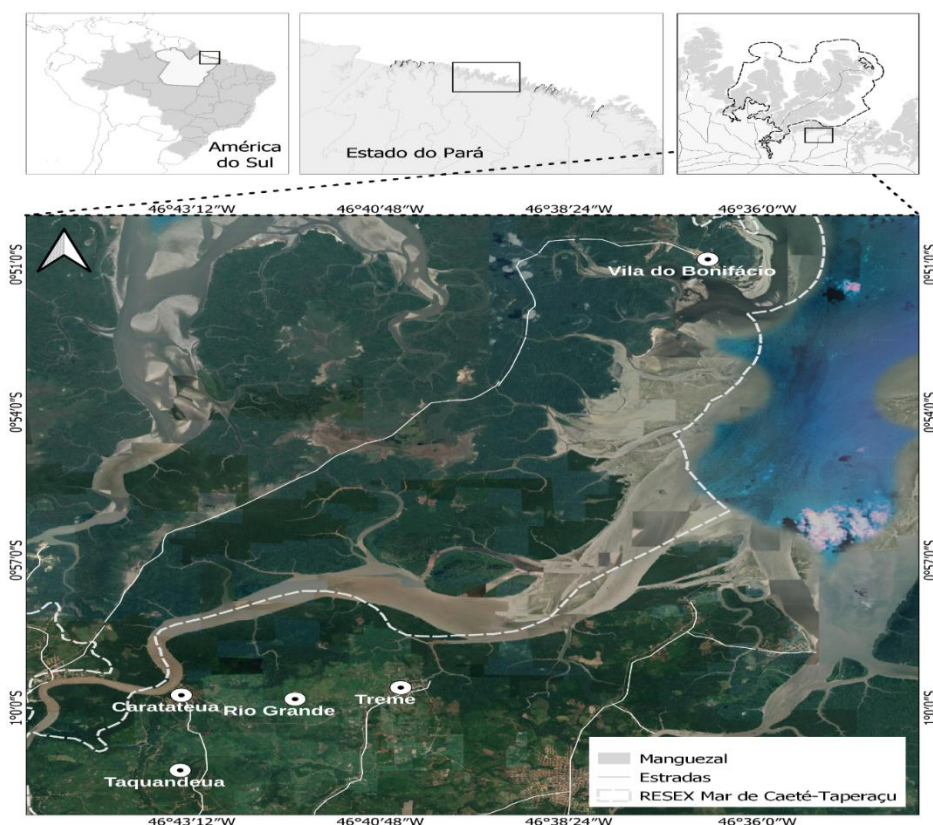
A metodologia foi pautada na pesquisa de campo, com emprego de observação participante, entrevistas informais e entrevistas semi diretivas, sendo estas últimas as principais fontes dos dados deste estudo. O roteiro de entrevistas semi diretivas está no Anexo 1.

A pesquisa foi realizada na vila de Treme, onde residem as mulheres que compõem a Rede Caeteuara e, também, nas vilas de Taquandeuá e Rio Grande, onde não há organização coletiva de mulheres catadoras e nenhuma fábrica de catação de caranguejo. Em suma, são vilas onde a estruturação da atividade se dá em moldes tradicionais, enquanto em Treme, como se verá, há mais opções tanto de organização do trabalho quanto de comercialização do produto. A inclusão destas duas últimas se justifica, portanto, para poder verificar eventuais diferenças em relação a Treme, onde há a nascente organização da Rede. Complementarmente, foram realizadas entrevistas com mulheres que vivem de pesca costeira na Vila dos Pescadores, ao norte da RESEX. Quanto à inclusão dessas pescadoras, a intenção foi de apontar que mulheres dessa área também pescam no mar, espaço onde os homens costumam ir com maior frequência. E, mais importante, essas entrevistas visaram dispor de alguns

elementos de comparação entre o que significa exercer a pesca e a catação de caranguejos, duas formas bem distintas de presença feminina no setor pesqueiro naquela região.

Todas as localidades pesquisadas estão no entorno da RESEX e seus moradores utilizam recursos naturais no território da RESEX. (Figura 10).

**Figura 10.** Imagem indicativa da localização das vilas alvo da pesquisa.



Fonte: Google Earth, com adaptações da autora.

Este estudo de caso ajuda a compreender a relação de conceitos como equidade de gênero, desenvolvimento socioambiental, trabalho, divisão sexual do trabalho, autonomia e emancipação, aplicados em um contexto específico e com particularidades e subjetividades tratadas nesta pesquisa. Segundo Violeta Loureiro (2018, p. 198): “O estudo de caso é um formato rico e fascinante de pesquisa”. E, segundo Goode e Hatt (1960, p. 423), “O estudo de caso é um meio de organizar os dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto social estudado.”

A coleta dos dados apresentados nesta tese iniciou antes mesmo de meu ingresso no doutorado. No ano de 2017, fui convidada por Iricina Aviz, membro do CPP, para fazer uma palestra para um grupo de mulheres que estava se organizando em uma rede sobre recursos

pesqueiros e gestão pesqueira. Foi meu primeiro contato com a proposta da Rede de Mulheres Caetuaras e com o Projeto Pescando Autonomia. Fiquei provocada a entender como a Rede funcionaria e, em simultâneo, satisfeita com a disposição das mulheres em construí-la. A reunião aconteceu em uma escola local e, neste dia, uma professora da UFPA também foi convidada para falar sobre uma nova tecnologia para resolver o problema do destino a ser dado às cascas dos caranguejos, resíduos do beneficiamento. Ressalto que, naquela época, o caminhão do lixo não recolhia esse material. Algumas observações foram feitas, tais como: a busca do reconhecimento das catadoras como categoria profissional, a rede de parcerias que estava sendo formada então, quais passos estavam sendo traçados para atingir as metas do grupo. Tais observações influíram no direcionamento a ser dado na nova pesquisa para o doutorado.

A opção foi, então, de privilegiar o levantamento em campo, para conhecer empiricamente a realidade de trabalho das catadoras, analisar sua inserção na cadeia econômica da pesca e, também, o que significava, em seu cotidiano, criar e participar de uma organização coletiva em prol dos interesses comuns, que era a Rede de Mulheres.

A pandemia restringiu de diferentes maneiras o alcance da pesquisa de campo. Assim, entre outubro e dezembro de 2021, fiz contatos e entrevistas informais com três fundadoras da Rede e com a representante do CPP, especialmente para entender o processo de início da organização. Vale lembrar, como dito anteriormente, que os primeiros contatos com membros fundadoras da Rede havia começado em 2017, com visitas em 2019 também. As entrevistas com as fundadoras procuraram reconstituir o histórico da organização, seus parceiros ao longo do tempo, o que gerou a linha do tempo (apresentada mais adiante em capítulo específico), a participação das associadas e associados, atividades já realizadas e pensadas, identificando entraves e possíveis avanços e suas sentido.

Também ao final de 2021, realizei entrevistas informais com pescadores de caranguejos (chamados “tiradores” ou “caranguejeiros”) e acompanhei uma de suas expedições ao manguezal, fazendo registros fotográficos. O objetivo foi compreender as etapas do processo de trabalho, desde a saída de casa, os percursos no rio, a preparação para adentrar o mangue, a captura dos caranguejos durante a baixa-mar, o transporte e o desembarque, quando entregam os caranguejos no porto aos compradores, ou o transportam até suas casas, onde é feito o processamento pelas mulheres, principalmente. É uma etapa importante para identificar como a captura se articula com a catação, na qual predomina o trabalho feminino. Finalmente, entre abril e julho de 2022, conduzi as entrevistas com 30

moradoras das vilas referidas acima, que ofereceram o principal material para a elaboração deste estudo.

A Figura 11, a seguir, mostra uma das ruas de Treme, que dá acesso ao porto principal da Vila. Já as Figuras 12 e 13 mostram aspectos da Comunidade de Rio Grande.

**Figura 11:** Rua da Vila do Treme indo em direção ao Porto Principal



**Figura 12:** Igreja da Vila do Rio Grande



**Figura 13.** Rua da Vila do Rio Grande



Sobre os procedimentos éticos da pesquisa, a cada entrevistada se explicava os objetivos do estudo, solicitava permissão para gravar e deixava claro que o anonimato da entrevistada seria respeitado. Além disso, deixava claro também que ela não precisava responder a qualquer pergunta que não lhe deixasse confortável. Com essa preocupação, neste texto usa-se apenas o primeiro nome das entrevistadas e, quando necessário, ocultou-se

inclusive este primeiro nome, mantendo-se apenas a inicial. Isso ocorreu, por exemplo, quando a entrevistada se referia a terceiros, tratando de fatos que poderiam identificá-los.

As entrevistas informais com as fundadoras da REDE e as semi diretivas com as catadoras e pescadoras procuraram dar espaço e valorizar suas vozes, como narradoras dessa história. No roteiro de entrevistas foram abordados temas relacionados a infância, família, trabalho doméstico e remunerado, renda, território, cuidados com o lar e saúde ocupacional. São temáticas que ajudaram a construir um olhar sobre as histórias e experiências individuais e coletivas das entrevistadas. Ressalto, agora, encontrado em campo o termo catadeiras para definir quem trabalha na catação de caranguejo, embora em menor proporção, mas é uma autodefinição que merece ser destacada.

As perguntas nas entrevistas tinham também o interesse em entender quem são essas mulheres, como se definem e quais as principais atribuições no trabalho e nas suas vidas, entendendo a trajetória familiar, relações de parentesco, cuidados e responsabilidades. Em tudo isso, visando desvendar as relações de gênero, com seus poderes e hierarquias, nos vários espaços e teias de relações em que as mulheres vivem. Essa forma de abordagem é bem indicada na proposição de Biroli (2016), abaixo transcrita. A autora explica que vários fatores incidem para reproduzir a subordinação das mulheres, subordinação de gênero. Dentre esses fatores, a divisão sexual do trabalho é um aspecto crucial, daí a atenção a essa dimensão na busca dos dados em campo.

As relações de autoridade que produzem a subordinação das mulheres são tecidas por múltiplos fatores. A dupla moral sexual, a tolerância à violência que as atinge por serem mulheres, a ideologia maternalista e os limites para o controle autônomo da sua capacidade reprodutiva são alguns deles. A divisão sexual do trabalho apresenta-se como variável específica (ainda que não independente), determinante para a compreensão de como se organizam as hierarquias de gênero. Ela está presente, também, na composição dos outros fatores mencionados, ainda que as conexões não se estabeleçam sempre numa mesma direção, em que a primeira pudesse ser tomada como fundamento das demais ou como causalidade direta. (BIROLI, 2016, p. 739).

Essa argumentação da autora ilumina as análises sobre as catadoras, sobre sua relação com o trabalho, com a família, os sentidos que dão às suas responsabilidades no trabalho e no cotidiano familiar, assim como os objetivos e dilemas que enfrentam na adesão, ou não, ao projeto da Rede de Mulheres Caeteuaras.

Nesse sentido, considerando os aportes do referencial teórico sobre gênero, trabalho e cuidados, foram entrevistadas mulheres em diferentes etapas do ciclo da vida familiar. Isto é, mulheres que tinham filhos em casa, em idades que demandam cuidados da mãe ou de outras

mulheres, residentes ou não na mesma casa. E, também, mulheres que não tinham esse tipo de demanda. Busquei entender as especificidades do trabalho para as mulheres nas comunidades em estudo, de maneira a evidenciar características e barreiras ligadas ao ser mulher e trabalhar nesses lugares. Para tal, também foi levantada sua trajetória de vida, identificando quando, como e por que elas se inseriram na catação.

Foi necessário entender as características do trabalho na catação, elucidando as relações entre os agentes na cadeia produtiva e a atuação das mulheres catadoras, além de características da saúde ocupacional. Aspectos como jornada de trabalho, conciliação entre trabalhos e cuidados conforme os padrões de divisão sexual do trabalho, a mão de obra familiar, bem como acesso e controle sobre a renda da catação. Identificar as flutuações da demanda por trabalho feminino na catação de caranguejo, sejam variações sazonais, sejam por marés e, também, no mercado dos produtos da pesca. E, então, examinar como as mulheres se organizam para responder a essas demandas e como combinam períodos de maior dedicação ao trabalho com as outras responsabilidades socialmente atribuídas, especialmente do cuidado.

A análise da organização social do trabalho na catação, hoje, possibilitou uma análise comparativa em relação aos resultados do estudo de Alves (2003), feito vinte anos antes na vila de Caratateua, sendo uma vila vizinha a Treme, onde também se destaca o extrativismo de caranguejos. Assim, evidenciar o que mudou e o que permanece como tendências duradouras nesse ramo em que as mulheres são maioria, orientado pelas seguintes questões: o que essas mudanças e permanências demonstram sobre as relações de gênero? O que significam como possíveis avanços para as mulheres?

A participação delas na cadeia produtiva do extrativismo do caranguejo, que pode ser lida como um movimento local de mercantilização, nos termos de Fraser (2011), permite a elas superar opressões de gênero, a exemplo daquelas decorrentes de dependência no seio da família, por terem acesso a uma renda monetária, ou pelas novas relações (contatos, conexões...) que elas estabelecem? E como fica a proteção social, para enfrentarem os riscos e oscilações do mercado sobre a saúde, a idade, os ciclos da vida familiar, etc.? Essas questões, baseadas no referencial teórico, nortearam a pesquisa de campo.

No tocante aos projetos da nascente REDE, o referencial teórico sobre desenvolvimento socioambiental orientou a análise dos anseios das participantes e das propostas e metas do grupo, para perceber em que medida suas proposições apontam para algum grau de autonomia das mulheres nesse mercado. Ou seja, se vislumbram melhores condições de barganha nos preços, mais liberdade na escolha dos tempos de dedicação ao



trabalho de catar, ou para fazer a conciliação entre trabalho e cuidados sem sobrecarregarem a si ou a outras mulheres da família, da vizinhança, etc.

Em consonância com a hipótese de estudo, procurei identificar, entre elas, elementos de uma concepção diversa sobre sua posição na economia pesqueira e de autorreconhecimento como trabalhadoras na pesca. E, muito importante, detectar em que medida os projetos e as ações que começam a ser delineadas apontam para o desenvolvimento alternativo, na linha socioambiental, com equidade de gênero.

Sobre o processo da entrevista, é sempre importante perceber gestos, olhares e até mesmo os silêncios que têm a contribuir. Algumas vezes conversas mais descontraídas podem gerar produtos de análises e, para isto, o pesquisador precisa estar atento, com a possibilidade de fazer uma descrição minuciosa sem deixar lado uma descrição explicativa e interpretativa. (Figura 14).

**Figura 14.** Entrevista com a presidente da REDE de Mulheres Caeteuaras, Dejanira Ferreira, 16/12/2019 - Comunidade do Rio Grande.



Foto: Raquel Leite.

Como já indicado, os procedimentos de campo também incluíram participação como observadora em reuniões das mulheres, com registros fotográficos aqui apresentados.

Atualmente os campos de pesquisa não se constituem de culturas isoladas e a globalização tem papel importante nisto. Segundo Marisa Peirano: “talvez não se possa



ensinar a fazer pesquisa de campo como se ensinam em outras ciências sociais, métodos estatísticos, técnicas de surveys, aplicação de questionários.” Isso pode até nos deixar desconfortáveis e inseguros. Na antropologia, a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia a dia local da pesquisa. (PEIRANO, 1995, p. 42).

Uma boa pesquisa antropológica – mas também de outras áreas das humanidades - precisa incluir um “diálogo comparativo”, onde o antropólogo demonstra sua disponibilidade para aprender com as experiências de campo, dialogando assim com a teoria reunida dentro da Academia e os saberes tradicionais dos nativos, vislumbrando assim novos desafios para a sua pesquisa.

Em um momento da pesquisa, pós-fase crítica da Pandemia do Covid-19, o retorno a campo foi feito com cautela e a retomada dos contatos tornou-se um pouco mais difícil. A própria REDE não conseguiu manter sua rotina de reuniões, o que dispersou e desmotivou algumas mulheres. Quando retornei ao Treme, enfrentei uma resistência das mulheres catadoras que não fazem parte da REDE em conceder entrevistas. Mesmo que eu estabelecesse minha entrada através de lideranças locais, o que geralmente facilita o acesso, havia uma recusa. Tentei entender o problema, indo várias vezes a campo sem instrumentos de gravação ou de anotações. Foi quando algumas catadoras me relataram os motivos de não quererem entrevistas: algumas disseram ter vergonha de falar porque disseram “não ter estudo suficiente”, se declaravam analfabetas e tinham vergonha por isso, por mais que eu deixasse claro que isto não era observado na entrevista. Elas colocaram que outras vezes em que participaram de momentos parecidos se sentiram constrangidas. Outras que também manifestaram essa recusa das entrevistas apontam o fato de já terem concedido entrevistas e, depois, viram seus relatos sendo usados de forma negativa. Especialmente, falando sobre a forma “rudimentar” da catação feita em casa e expondo os problemas de estrutura e higiene, julgando inclusive que elas agiriam de forma negligente. Essas entrevistas trouxeram diversos problemas a pessoas que vivem da catação. Por isso, as catadoras disseram que não dariam mais entrevistas.

Assim, apesar dos atrasos no cronograma devidos à pandemia, e respeitando e sendo sensível às dores que estas mulheres já sofreram, decidi mudar de estratégia e passar mais tempo na comunidade. Fui conversando mais com as pessoas, fora do contexto das entrevistas, conhecendo catadoras que ainda não tinham sido entrevistadas e que tivessem interesse em contar suas histórias. Foi nessa etapa que encontrei uma rua em Treme, a Rua do Mangalzinho,

mais afastada do centro do Treme. Descobri que as todas as catadoras que moravam naquela rua queriam dar entrevistas, elas foram chamando umas às outras para que eu pudesse falar com todas. Tinham interesse em falar dos seus problemas, das suas histórias... Enfim, queriam ser ouvidas e que suas vozes fossem levadas para outros lugares. Que as pessoas pudessem conhecer tudo que já enfrentaram e enfrentam. Elas se organizavam espontaneamente para que eu conseguisse falar com elas. Ficavam esperando que uma acabasse para que a outra pudesse falar, traziam documentos mostrando o que comprovava sua atividade como catadora. Foi enriquecedor para a pesquisa ouvi-las. Um encontro humano enriquecedor para mim. Eram mulheres residentes em uma "periferia", que queriam ser entrevistadas, que não participam dos processos associativos formais (Figura 15).

**Figura 15.** Catadoras residentes na Rua do Mangalzinho, durante um momento da entrevista.



Foto: Raquel Leite.

Também entrevistei, como disse antes, catadoras de uma comunidade vizinha ao Treme, que tem poucos estudos realizados: a Vila do Taquandeu (Figura 3), que fica a 10 km da sede do município, a cidade de Bragança. A pesca e a agricultura são as fontes de renda locais, com uma população estimada em 2.500 a 3 mil habitantes. Para os moradores da localidade, Taquandeu significa lugar de muitos taquaris, que se deu devido à existência de

muitos taquarizeiros na localidade, vindo da língua tupi-guarani, pois em épocas passadas quem habitava a referida localidade era os índios Caetés, da tribo dos Tupinambás (PILLET, 2017,401) A figura 16, abaixo, mostra a entrada da Vila de Taquandeuá.

**Figura 16.** Entrada da Vila de Taquandeuá.



Ainda de acordo com PILLET (2017), atualmente, Taquandeuá é considerada uma comunidade agro pesqueira e desse modo, grande parte das mulheres têm no uso dos recursos costeiros a principal fonte de geração de renda, encontrando também na atividade agrícola um meio de produzir gêneros alimentícios para complemento alimentar do núcleo familiar, como também para fins de comercialização.

Sobre a população de Taquandeuá, PILLETT, também traz dados interessantes:

“Todas são naturais de Bragança Pará, sendo que 91%, o que corresponde a 29 mulheres são da comunidade de Taquandeuá, enquanto as demais são da

comunidade de Caratateua, Aciteua e da comunidade do Rio Grande, localidades bem próximas de Taquandeuá. Com relação à moradia 74% moram em casas do Programa do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), 23% possuem casa própria e 3% mora em casa alugada.”( P.17.2017).

Sobre as demais comunidades estudadas, apresento os dados coletados com os ACS- Agente Comunitário de Saúde - Treme: aproximadamente 7 mil pessoas e sua economia é voltada prioritariamente para a cadeia produtiva do caranguejo. Já a vila do Bonifácio possui aproximadamente 1000 famílias e umas 850 casas. Esses dados permitem estimar sua população em 8 mil pessoas.

A atividade da catação é muito forte nas comunidades – salvo em Bonifácio, sendo mais pesqueira. A catação movimentava a economia local, sendo muitas vezes a única alternativa de trabalho para as mulheres. Essa característica fica bem clara no relato de Arlene, catadora de Taquandeuá, refletindo sobre as marcas do trabalho:

Olha o meu dedo como vive [mostra os cortes nas mãos]. Mas é o jeito, o jeito que tem é esse. O serviço que tem pra mulher ganhar dinheiro é isso aqui.

Sua frase, “o serviço com mulher...”, aponta para determinações de gênero e de classe entremeadas. A frase também convida a investigar como ela e outras mulheres em sua posição lidam com essas determinações, desenvolvem estratégias para garantir a sobrevivência da família, dentro de um campo muito reduzido de escolhas. E, nos últimos anos, um grupo começou a buscar alternativas via organização coletiva.

**Figura 17.** Vila do Treme - Mulheres da Rede Caeteuara - Bragança/PA.



Foto: Raquel Leite.

## **1 MULHERES PESCADORAS E TRABALHADORAS NA PESCA: OS DESAFIOS DA INVISIBILIDADE**

### **1.1 Sobre as mulheres trabalhadoras na pesca e o reconhecimento legal no Brasil**

Se voltarmos a discussão para as mulheres trabalhadoras da pesca, como as catadoras de caranguejo, temos várias questões que precisam de estudos mais elaborados e aprofundados, seja de equidade de gênero, seja na temática da economia, ou na segurança previdenciária. Essa questão tem ultimamente gerado grande preocupação para as mulheres da pesca. Já que, segundo as últimas modificações na reforma da Previdência Social no Brasil, a mulher pescadora não tem como comprovar facilmente sua atividade, mesmo que ela tenha envolvimento em atividades de captura ou, então, com processos de pré ou pós-captura. Essas tarefas incluem preparo e reparo de artefatos de pesca, beneficiamento dos pescados, etc.

É fato que se tem avançado na sensibilização de que a pesca é muito maior do que captura em ambientes aquáticos. No plano de uma instituição multilateral como a FAO, sob influência de movimentos sociais de pescadores, de ambientalistas, de instituições de pesquisa, de movimentos pró-direitos humanos, de ONGs, houve a elaboração de um importante documento: Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza. No citado documento consta o seguinte princípio:

O setor da pesca de pequena escala tende a estar profundamente enraizado nas comunidades, tradições e valores locais. Muitos pescadores de pequena escala trabalham por conta própria e geralmente fornecem peixe para consumo direto nos seus lares ou comunidades. As mulheres têm um papel importante no setor, especialmente nas atividades posteriores à captura e processamento. (FAO, 2017, p. 7).

Conforme a FAO (2017), estima-se que aproximadamente 90% de todas as pessoas que dependem diretamente da pesca extrativa trabalham no setor da pesca de pequena escala. Ela é essencial para movimentar a economia e as relações sociais dentro dos territórios e, conseqüentemente, proporciona segurança alimentar, gera empregos e outros impactos multiplicadores para as economias locais (FAO, 2017).

Sobre as questões de gênero, especificamente relevantes para esta pesquisa, o documento aponta no item 8, chamado de Igualdade de Gênero, as seguintes diretrizes:

8.1 Todas as partes deveriam reconhecer que a consecução da igualdade de gênero exige esforços concertados de todos e que a incorporação das questões de gênero deve ser parte integrante de todas as estratégias de desenvolvimento da pesca de pequena escala. Estas estratégias para alcançar a igualdade de gênero exigem diferentes abordagens em diferentes contextos culturais e devem desafiar as práticas discriminatórias contra as mulheres. (FAO, 2017, p. 26).

Em texto sobre experiências de diferentes países na implementação dessa diretriz da FAO, Kleiber et al. (2017, p. 739) destacam que o enfoque de gênero é fundamental: ele contraria a visão dominante que reduz pesca às pescarias. Perde-se a visão da cadeia de valor na totalidade e, também, das comunidades pesqueiras. Nessa visão estreita, o foco da gestão são os pescadores. Aqui, os autores citam também Chandrika Sharma (Beyond lip service. *Yemaya*, 42, 9–11, 2013, apud KLEIBER et al., 2017, p. 739), uma grande militante que contribuiu decisivamente para a consagração internacional do princípio da equidade de gênero e justamente homenageada pela FAO na abertura do texto das Diretrizes.

Dentre as muitas barreiras sociais para a equidade de gênero na pesca de pequena escala, estão as de ordem cultural. A esse respeito, Kleiber et al. (2017) destacam que as Diretrizes Voluntárias incluem, em simultâneo, o “respeito às culturas”, fazendo referência à aplicação do CEDAW. Dessa maneira, a recomendação aos Estados nacionais é, em síntese, que as práticas culturais dos diferentes contextos sejam respeitadas. Mas, sempre que conflitarem com a equidade de gênero, elas devem ser reconsideradas (KLEIBER et al., 2017, p. 745).

A tarefa de implementar a Diretriz pró-igualdade e equidade de gênero na pesca artesanal é absolutamente necessária no Brasil. Vejamos as análises de Luceni Hellebrandt, em sua Tese “Mulheres da Z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca”. Ela explica que a invisibilidade de mulheres no universo pesqueiro ocorre a partir de pelo menos três fatores: gestão focada na captura; postura metodológica de pesquisadores da área; falta de dados desagregados por sexo para a estatística pesqueira. A gestão focada na captura empobrece a gestão pesqueira, porque não considera que as tecnologias e a intensidade dos esforços de pesca não estão separadas de todo um conjunto de tarefas e de relações sociais necessárias para que os pescadores e as pescadoras possam ir ao mar. E a postura metodológica faz com que as pesquisas fiquem cegas a essa realidade mais ampla que compõe o mundo pesqueiro.

Partilhando da mesma preocupação de Hellebrandt (2017), Frangoudes, Gerrard e Kleiber (2019) também dão grande importância a que as pesquisas sobre pesca adotem a abordagem de gênero. Dentre as recomendações de pesquisa que as autoras fazem, está “o emprego de métodos que incluam a contribuição do trabalho doméstico das mulheres, muitas vezes não remunerado, como parte fundamental do trabalho pesqueiro” (p. 246). Outra recomendação delas tem um especial interesse para este estudo, as catadoras de caranguejos e seus sonhos de mudanças sociais. As autoras recomendam que as pesquisas passem a adotar “abordagens transformativas de gênero”. Essas abordagens podem ajudar no caminho da “reimaginação e da renegociação de normas de gênero”, ou seja, alterar visões e atitudes arraigadas, que marginalizam as mulheres trabalhadoras nas cadeias de valor da pesca. Por exemplo, há estudos que recomendam ações de capacitação a fim de que quaisquer projetos de desenvolvimento do setor pesqueiro incluam o gênero (FRANGOUEDES; GERRARD; KLEIBER, 2019, p. 246).

A legislação brasileira relativa ao setor pesqueiro vinha avançando nas duas últimas décadas (2000 a 2015). Assim, a Lei de Pesca de 2009 ofereceu uma definição ampliada de pesca, que favorecia o reconhecimento das mulheres no setor. Hellebrandt (2017, p. 31), apresenta um trecho do texto legal.

Art. 4º da “Lei da Pesca”: “Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.” (BRASIL, 2009).

Sobre isto, as autoras Edna Alencar e Sandra Palheta também destacam esses avanços na legislação, referente às mulheres na pesca:

Um marco importante no processo de reconhecimento do trabalho das pescadoras na cadeia produtiva de pesca foi a publicação da Lei nº 11.9596, de 29 de junho de 2009 – também conhecida como Lei de Pesca – que adotou uma abordagem de gênero no âmbito das políticas públicas ao reconhecer juridicamente as mulheres como parte da categoria de profissionais do setor pesqueiro. Cabe ressaltar que se trata de uma conquista da organização social e da atuação política desses sujeitos. Embora as pescadoras não gozem plenamente dos seus direitos, a nova lei simboliza um avanço para o reconhecimento de sua identidade. (PALHETA; ALENCAR, 2021, p. 9).

Contudo, Hellebrandt (2017, p. 46), mostra que uma série de restrições permanecem. Diz autora: “O termo “mulher” nunca aparece na legislação pesqueira e o termo “pescadora” só começa a aparecer a partir do ano de 2015, com o termo “trabalhadora de apoio à pesca

artesanal”, situação que, ao mesmo tempo em que abre a perspectiva, ainda reforça a invisibilidade do trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca.

Por conseguinte, a autora esclarece que apesar daquela compreensão ampliada da cadeia produtiva da pesca, que inclui as etapas pré e pós-captura, outras lacunas legais acabam desfavorecendo as trabalhadoras do setor. Justamente em muitos contextos, as mulheres trabalhadoras da pesca se concentram nessas tarefas anteriores e posteriores aos processos de captura. Assim, por exemplo, a definição de beneficiário ao Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal é excessivamente restrita. A Lei no 13.134, de 2015, que trata desse tema, diz a autora que “se atém à pesca enquanto sinônimo de captura (atividade extrativa)” (HELLEBRANDT, 2017, p. 48). Portanto, é uma legislação cega ao gênero, porque desconhece a complexidade da vida pesqueira e a multiplicidade de seus agentes.

Palheta e Alencar (2021, p.17), por seu turno, analisando o panorama político no Brasil a partir de 2014, destacam que as mudanças legais impactaram mais fortemente as mulheres trabalhadoras na pesca.

Prosseguindo na sua crítica ao arcabouço legal e suas muitas cegueiras, Hellebrandt (2017) destaca o seguinte parágrafo, que mostra quem não tem direito a receber o seguro-desemprego durante os períodos de defeso, isto é, de interrupção da pesca para proteção de determinadas espécies. Ele exclui os familiares que não satisfaçam os requisitos da lei.

§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei. (Incluído dada pela Lei n. 13.134, de 2015).

Enfim, a Lei de Pesca de 2015 restringiu o escopo da Lei de 2009. A consequência prática é que, destaca Hellebrandt (2017, p. 49), as atividades pré e pós-captura passaram a ser denominadas de “atividades de apoio à pesca”. Não fazem mais parte da categoria “atividade pesqueira artesanal”. E mais, com o Decreto de 2017, nem dão mais acesso para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Qual seria o caminho, então, para as mulheres reivindicarem seus direitos e terem acesso a benefícios previdenciários? Participar dos espaços de tomada de decisão, tais como associação de Resex, colônias e sindicatos de pescadores? Os concelhos municipais de meio ambiente e pesca? Como se fazerem ouvidas nestes espaços, isto é, caso consigam participação de forma efetiva? Já que, para superar todos os entraves dispostos para a



participação social, há uma série de condições que precisam ser resolvidas, conforme nos lembra Hellebrandt (2017), citando Resurrecion (2016):

Porém, eles não se atentam às peculiaridades que dificultam a participação, tais como as múltiplas jornadas de trabalho, tanto produtivo como reprodutivo. Destaca a autora que “participação acarreta custos para a participante em termos de tempo, trabalho, habilidades e recursos. Sem o apoio total das pessoas que dividem a casa, suas participações custam a elas valioso tempo de descanso e aumentam sua carga de trabalho.” (RESURRECCION, 2006, p. 444 apud HELLEBRANDT, 2017, p. 54).

Os dados coletados em campo para esta tese estão em acordo com essas análises de Resurrecion (2006) e Hellebrandt (2017). Os dados mostram que as mulheres catadoras de caranguejo sentem os efeitos ambientais decorrentes dos altos níveis de captura de caranguejos e de problemas como poluição nos rios e mangues. Elas têm, portanto, todo interesse em participar das iniciativas de manejo do território da RESEX. Mas, os problemas das duplas jornadas, da divisão sexual do trabalho, complicam a participação, além da invisibilidade social e legal. Estas problemáticas serão alvo de análise nos capítulos subsequentes.

Notamos que, apesar de terem crescido as pesquisas sobre gênero na pesca artesanal nas três últimas décadas, o mesmo não pode ser constatado para o caso das RESEX e os estudos de gênero e organização de mulheres. Um exemplo disso consta em levantamento do tema na base Scielo.br, pesquisa realizada no dia 22/08/2022, utilizando o termo de busca “Reserva Extrativista”. Apareceram 45 artigos, quatro sobre Reservas extrativistas e gênero, dos quais somente dois se aproximam dos temas aqui pesquisados. O primeiro deles refere-se especificamente à participação de mulheres, suas atividades econômicas tradicionais. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha, de 2007, de Regina Célia Di Ciommo, Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Ecologia Humana e Etnoecologia. O artigo investiga a divisão do trabalho, como ocorre o uso, o acesso e controle dos recursos e benefícios, além das condições que limitam a participação e mobilidade das mulheres. O outro artigo intitula-se: voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo, Revista Estudos Feministas, v. 24, n. 1, p. 155-180, 2016-04 (CARMO et al., 2016). Esse artigo situa-se do ponto de vista do ecofeminismo e procurou estabelecer uma análise da figura da mulher e suas relações com a natureza na Reserva Extrativista de Canavieiras-BA. Os autores assim referem a divisão sexual do trabalho na área:

Constata-se a existência de um aspecto social – divisão social do trabalho – determinante no extrativismo realizado por homens e mulheres da Resex Canavieiras. Enquanto o homem se desloca para fora do entorno de sua casa para exercer a atividade da pesca em alto mar, a mulher vai realizar a coleta de mariscos, permanecendo na localidade de seu ‘domínio’. (CARMO et al. 2016, p. 169).

Os autores detectam que a lógica dessa divisão do trabalho opera em desfavor das mulheres. O status da mão de obra masculina é maior, ainda que mulheres e homens participem do processo produtivo na Resex. Esse é um ponto em comum com a realidade da Resex Caeté-Taperaçu.

O estudo sobre as mulheres na Resex Canavieiras tem outro ponto em comum com a realidade aqui em foco. É que as mulheres fazem parte da “Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia”, criada há mais de dez anos. É uma “contraposição inovadora” às pressões e desigualdades vigentes, dizem Carmo et al. (2016), que objetiva alcançar equidade de gênero. Aquela Rede abrange vários municípios do sul da Bahia, um rol de parceiros, incluindo uma Universidade estadual e, também, o número de participantes é de mais de duas mil mulheres. Por conseguinte, os avanços em trazer políticas públicas e dar visibilidade das mulheres no processo de construção da Resex pareciam bastante positivos, em áreas muito diversas, como violência, trabalho e qualificação.

Por isso, fica clara a relevância deste estudo sobre o processo de organização das mulheres pescadoras que formam atualmente a Rede de Mulheres Caeteuaras, um processo inicial, que enfrenta barreiras pesadas para a manutenção do status quo. Entender esse processo de organização também significa entender qual a conjuntura vigente quando decidiram se fortalecer e os objetivos em comum que as moviam.

## **1.2 Sobre feminização do trabalho na pesca e as perspectivas da REDE**

O trabalho feminino é essencial para a renda familiar nas comunidades estudadas na RESEX. Gera recursos econômicos para atender necessidades orçamentárias indispensáveis das famílias. A renda é baixa e o pagamento não é fixo, dependendo da estação do ano (verão ou inverno) e dos problemas ambientais. A renda também sofre variações por poluição ambiental, como o destino dos resíduos do beneficiamento, o lixo, o óleo usado por embarcações, etc. que geralmente diminuem a quantidade e qualidade do caranguejo. Por isso,

o referencial teórico também inclui o debate sobre feminização do trabalho na pesca. O que significa esse ramo de atividades no qual as mulheres têm grande expressão numérica?

Madeleine Gustavsson (2020) pesquisa famílias e comunidades de pesca na ótica de gênero. Ela traz o conceito de feminização do trabalho para analisar diferentes contextos pesqueiros. O conceito tem sido usado em estudos sobre composição por gênero da força de trabalho e para descrever a crescente participação de mulheres no mercado de trabalho, nas últimas décadas, identificando as condições concretas em que o processo ocorre. Segundo Gustavsson (2020), em seu artigo de revisão da literatura sobre o tema, entende-se feminização do trabalho de duas maneiras:

1. Mulheres entram em atividades, ramos, que não entravam antes.
2. As condições de trabalho se tornam “feminizadas”, isto é, tornam-se mais inseguras, precárias e flexíveis, com menor cobertura social.

Uma das críticas ao conceito, diz a autora, é sua cegueira a formas invisíveis e não documentadas de muitas atividades que as mulheres já faziam no passado. Outra crítica, é o pressuposto de que a feminização ocorre somente quando aumenta o número de mulheres em dado espaço de trabalho. Mas, de todo modo, a autora acha o conceito muito útil para entender esses processos. E para compreender como a feminização vem ocorrendo no universo da pesca. Após apresentar cinco categorias apontadas em estudos sobre feminização em contextos agrícolas, Gustavsson vai analisar o que ela chama de “abordagem crítica da feminização” e aplicar no contexto pesqueiro. As categorias de feminização que a autora exhibe são inspiradoras para a análise das trabalhadoras da pesca neste estudo, as beneficiadoras de caranguejos. O que chama atenção de imediato para esta pesquisa é a categoria: “feminização como integração”.

Feminização como integração refere-se a casos em que mulheres assumem atividades em linha com as normas e papéis de gênero locais, sem desafiar hierarquias tradicionais de gênero e relações. Tais casos têm sido documentados por amplas pesquisas sobre famílias de pescadores, mostra Gustavsson (2020).

Contudo, alerta a autora, é preciso “não essencializar os papéis ligados a maternidade”. Com isso, é preciso não perder de vista certas mudanças nas próprias visões, nas relações, questionamentos que podem emergir, se formar e desequilibrar determinadas opressões tradicionais. Não se trata, portanto, somente de ver a integração das mulheres no mercado de trabalho dentro dos padrões de gênero tradicionais, mas estar atento a processos mais complexos e contestadores que estejam acontecendo.

Atividades remuneradas de mulheres não são facilmente reconhecidas como ligadas à pesca, dificultando a cobertura jurídica e a importância social e econômica, até ambiental, do que elas fazem. Hellebrandt (2017) e Kleiber et al. (2017), como foi visto, apontaram que as próprias pesquisas e estatísticas pesqueiras são cegas ao gênero e contribuem para esse quadro. Mulheres em comunidades pesqueiras também atuam na busca de alguma segurança na sobrevivência de famílias que dependem da pesca artesanal, sendo um trabalho marcado por um grau acentuado de aleatoriedade nos resultados. E, por conseguinte, os rendimentos são muito variáveis. Nesse sentido, as atividades de mulheres têm sido analisadas como “amortecedores” de crises das famílias que vivem dos ofícios pesqueiros. E, também, elas entram como mão de obra barata de que lançam mão empresa de produtos da pesca, sendo que as relações de gênero são elementos estruturantes nas condições em que esse trabalho se realiza (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012). As concepções tradicionais acerca de gênero e trabalho influem nessas formas de participação feminina na economia pesqueira. Pré-definem os espaços de atuação delas, conforme os padrões e expectativas de gênero.

Para deixar clara essa visão sobre feminização na pesca, no sentido de integração, cito a fala de Risete, uma entrevistada na Vila de Treme, que explicou como foi que ela começou no trabalho de beneficiar caranguejo, na sua juventude. Ela indica como o trabalho disponível “para a mulher” era a catação.

Eu lembro de ir pescar muito com meu pai, foi uma infância assim que a gente ficava mais perto da natureza... eu já pescava com meu pai, meu pai que pescava, aí a minha adolescência foi pra lá pra uma praia, chamada Ilha dos Pássaros. Eu ajudava assim em casa, a minha mãe a cuidar da casa, mas sempre tive tempo pra ir com meu pai pescar, porque eu gostava muito de ir pro mar, é muito bonito ver os peixes, até hoje eu me lembro [...]

Aí eu conheci o Antônio [...] e a gente se juntou. Não tinha trabalho, ele começou a pescar com meu pai e eu fui me virando pra ajudar. Aí quando cheguei aqui, o trabalho que tinha pra mulher era a catação, daí eu comecei. (Risete, 55 anos).

A discussão sobre os sentidos da feminização na pesca (Gustavsson, 2020) inspira a análise sobre as catadoras na RESEX de Bragança, no Pará. Os trabalhos que elas realizam podem ser compreendidos no sentido da “feminização como integração”.

Por ora, a REDE, da forma como foi pensada e continua a ser hoje, também se aproxima do conceito de feminização como integração (Gustavsson, 2020). Mas, esta tese defende que as propostas da REDE para essas trabalhadoras querem mudanças mais profundas que a integração. Então, as propostas da REDE entrariam em outra categoria apresentada pela autora, sendo a da “feminização progressiva”. É o caso de mulheres que se

aventuraram em novas áreas, para além do padrão tradicional de divisão sexual do trabalho, para assegurar o sustento de suas famílias e da comunidade, incluindo organização coletiva de cuidado com crianças. A REDE de Mulheres Caeteuaras, especificamente falando das suas propostas, quer promover equidade de gênero no trabalho como uma forma de emancipação.

Ou, então, a REDE poderia também se aproximar do conceito de “feminização restitutiva”, segundo a terminologia da autora. Ambos os processos de feminização na pesca – progressiva e restitutiva - conforme o levantamento que Gustavsson (2020) faz na literatura, apontam para novos padrões de trabalho, ou de gestão dos negócios pesqueiros e apontam para o alcance das mudanças sobre as relações de gênero e as identidades sociais. Exemplos de feminização progressiva estão em diversificação de atividades, inovação ou empreendedorismo impulsionados por elas, mulheres em comunidades pesqueiras. É o que ocorre quando elas assumem as vendas dos produtos, redefinem ou associam tradições locais para ampliar o valor econômico e cultural dos pescados, ou criam organizações novas para articular trabalho e famílias etc. Já a feminização restitutiva diz respeito a mudanças em um plano mais profundo. Isto é, como as formas de trabalho, empreendimentos e de associação incidem sobre as identidades de gênero, provocando efetivo apoio dos homens, inclusive estimulando eles a assumirem atividades tidas como femininas, a exemplo da partilha dos cuidados com as crianças (Gustavsson, 2020).

As análises de Gustavsson (2020) trazem luzes para a análise dos processos que estão em curso nas áreas deste estudo. Para tal, considero também o argumento de Palheta e Alencar (2021, p. 19), ao dialogarem com o texto de Gustavsson (2020). Segundo elas, as análises devem sempre ser contextualizadas e buscarem os sentidos que as próprias agentes dão para as experiências e lutas, em seus contextos sociais e culturais.

De todo modo, a luta das mulheres dentro da pesca vem acompanhada da necessidade de explicitar os aportes delas para esta atividade. Por isso a equidade de gênero é uma preocupação fundamental. Dentro dessa demanda de evidenciar as contribuições das mulheres para a pesca, o artigo de Frangoudes, Gerrard e Kleiber (2019) abre um número especial da Revista *Maritime Studies*. Elas reúnem estudos de diferentes países que usam lentes de gênero para examinar a relação entre humanos e recursos aquáticos. As autoras citam Alonso Población e Niehof (2019), que explicam que, muitas vezes, os trabalhos de mulheres na pesca em diferentes contextos é tornado invisível por meio de “metáforas limitantes” que ignoram tudo que não se encaixa na divisão binária clássica de mulheres na terra e homens no mar. Então, ficam fora pescas de proximidade (entremarés), ou então o trabalho das mulheres

nos barcos é visto como uma anomalia que pode ser ignorada (FRANGOUEDES; GERRARD; KLEIBER, 2019, p. 244).

Vale novamente lembrar, com Federici e Valio (2020, p. 6), que as mulheres em comunidades agro pesqueiras são essenciais na preservação da natureza e na transmissão de conhecimentos tradicionais e isto é muito importante no atual cenário de mudanças climáticas, cujos efeitos são intensos sobre as populações costeiras. As autoras referem-se a elas como “guardiãs da terra” e da “riqueza comunal”. Então, o reconhecimento delas nas cadeias de valor da pesca também implica em valorizar seus conhecimentos sobre os recursos naturais comuns. Esse também é um dos ideais daquelas que estão empenhadas em construir a Rede de Mulheres Caeteuaras, como se verá adiante.

A voz da mulher e a voz da natureza têm sido silenciadas no patriarcado. Mulher e natureza são consideradas objetos.  
Objetos não falam. Objetos não sentem. Objetos só existem para servir às necessidades dos outros (KHEEL, 2000 apud MENDONÇA, 2010, p.15).

Na pesca, como se viu anteriormente, o trabalho da mulher tanto dentro da cadeia produtiva quanto no trabalho doméstico é invisibilizado. Em campo, pude ouvir diversos relatos de mulheres que realizam as duas tarefas e não definem suas atribuições como trabalho de fato, ou ainda, que acham que não trabalham na cadeia produtiva da pesca, mas estão dando uma “ajuda” aos maridos. E por vezes, aquelas sendo chefes de família e tiram parte ou todo seu sustento da pesca, acreditam que seu trabalho não é igualmente relevante.

Na cadeia produtiva da pesca artesanal, a invisibilidade do trabalho das mulheres dificulta sua organização coletiva. O trabalho das catadoras de caranguejo, por exemplo, é visto como trabalho secundário, sem importância econômica ou social, embora saibamos que ele é essencial na cadeia produtiva. O discurso da desvalorização e do demérito vem dos pescadores, dos atravessadores, dos patrões de pesca e é internalizado pelas próprias catadoras de caranguejo.

Assim, verifica-se um paradoxo no território da RESEX. Ao mesmo tempo, em que as mulheres estão nas reuniões dos conselhos de gestão (Conselho Deliberativo, Comitês Locais, Associação de Moradores...) inclusive porque os homens muitas vezes estão na pesca distante, elas enfrentam diversas restrições para participarem. Seja pelo pouco reconhecimento de sua condição de agentes econômicos e políticos, seja pela sobrecarga decorrente da divisão do trabalho entre os sexos. Está distante a equidade de gênero. Por isso, esta tese volta-se a esta questão maior: a equidade de gênero no desenvolvimento socioambiental.

A Figura 17 mostra uma cena de uma família em um dia de pescaria, em canoa própria, levando consigo a neta do casal. Vale ressaltar que para a menina esse é um momento de lazer, ela não participa da pescaria, fica tomando banho nas áreas rasas e sob o olhar atento da avó. Tal roteiro foi muito relatado por mulheres que trabalham em catação. Contam que desde cedo acompanharam os pais na pescaria, já estabelecendo a relação com o mar e com a pesca.

**Figura 18.** Dia de Pescaria. Família com embarcação própria.



Foto: Raquel Leite.

Carmo et al. (2017, p. 155) relacionam equidade de gênero, através da quebra de barreiras às oportunidades econômicas e políticas das mulheres, com a sustentabilidade ambiental: “A pobreza, evidenciada pela desigualdade, é observada como uma propensão à insustentabilidade”. O texto traz a seguinte reflexão sobre a forma em comum em que a natureza e a mulher são percebidas e tratadas:

[...] do ponto de vista econômico, existe uma convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a Natureza, ou seja, a dominação das mulheres e a exploração da Natureza são dois lados da mesma moeda da utilização de ‘recursos naturais’ sem custos, a serviço da acumulação de capital (SILIPRANDI, 2007, apud CARMO et al., 2016, p. 161).

Sendo assim, a dominação da mulher e o descuido com o meio ambiente estão correlacionados. Essa relação é estabelecida e se fortalece na concepção de que a natureza e a mulher possuem obrigação de prestar assistência, servir, estar disponível, recurso inesgotável.

Analisando previamente as pesquisas feitas sobre gênero na atividade pesqueira, podemos perceber que as produções acadêmicas que discutem o papel feminino na pesca, são diversificadas. Dentre elas, destaco o artigo intitulado: Mulheres pescadoras: uma análise das produções bibliográficas acerca das relações de gênero no universo da pesca artesanal (SOUZA; MARTINEZ; GANTOS, 2017).

Sobre os primeiros estudos realizados nesta área temática com ênfase no Norte e Nordeste no Brasil, destaco as pesquisas de Angélica Motta-Maués, Edna Alencar, Maria Cristina Maneschy, Denise Cardoso (2000) e Maria Luzia Miranda Álvares (2001). A partir dos anos 2000, percebe-se um aumento na produção acadêmica tanto nacional quanto internacional sobre o enfoque das mulheres em atividades pesqueiras. Vejamos abaixo, os resultados de alguns desses estudos:

Em suma, os estudos têm mostrado como as mulheres contribuem para a pluriatividade das famílias de pescadores, produzindo para o lar e para o mercado. O fato de compatibilizarem encargos domésticos e geração de renda, enfrentando o peso das representações sociais sobre papéis de gênero, concorre para reforçar os baixos valores monetários de seus trabalhos. E, por conseguinte, para excluí-las do estatuto profissional. Mas a falta de reconhecimento de seus trabalhos e essas outras questões não exprimem uma miopia própria ao setor pesqueiro, uma disfunção a ser corrigida com a reforma de dispositivos legais ou vigilância na aplicação de direitos existentes. Trata-se de manifestação das relações de gênero, como princípio estruturante da sociedade, como destacaram, por exemplo, Dean Bavington, Brenda Grzetic e Barbara Neis, Heleieth Saffioti, Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini, Deis Siqueira e Bandeira. Analisar os mundos da economia e do trabalho na perspectiva das relações de gênero implica levar em conta que as estratégias dos atores econômicos, assim como as políticas pertinentes, não são indiferentes às construções socioculturais que conformam as experiências laborais das pessoas. Está-se lidando, de fato, com naturalizações (destino dado pela biologia) acerca de papéis e de identidades. E, tal como destacaram Nancy Fraser e outros, instituições econômicas possuem sempre uma dimensão cultural, pois elas são atravessadas por significados e normas. A ordem econômica de mercado assenta-se em uma “ordem social de gênero”, nas palavras de Fraser, com base em pré-noções existentes sobre identidades de mulheres e de homens, especialmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, dentro e fora da família (MANESCHY et al., 2012, p. 717).

Nessa linha, situa-se o estudo de Lígia Simonian (2006), sobre pescadoras de camarão em Trambioca, município de Barcarena, Pará, analisando suas práticas e relações de trabalho e organização comunitária. É uma pesca de proximidade, em margens de rios, com uso de armadilhas artesanais chamadas matapis, em que prevaleciam mulheres, havendo participação de homens, geralmente no âmbito familiar. Tal como entre as catadoras de caranguejo de Bragança, Simonian (2006) constatou a preocupação com a sustentabilidade da espécie alvo e do ecossistema, pois as comunidades da área experimentavam a escassez e a diminuição do



tamanho dos espécimes capturados. A notar que desde a década de 1980, o município sedia um complexo industrial e portuário, ligado à mineração.

Para os fins desta pesquisa, é válido atentar para o protagonismo das pescadoras alvo do estudo de Simonian (2006), na busca de soluções para a gestão ambiental e o aumento da produção de camarão e, ainda, na proposta de criação de uma RESEX na Ilha. (SIMONIAN, 2006, p. 50). Eram muitas as barreiras que elas enfrentavam, desde a falta de capacitação, financiamento e tecnologias acessíveis, até a ação do poder público. Como em outras partes do Brasil, as pescadoras de camarão almejavam uma economia diferente, integrando renda, participação e sustentabilidade.

De todo modo, a criar-se e implantar-se a RESEX Trambioca, elas por certo terão um ambiente propício para esse projeto. Mas há de se interrogar sobre a vontade política do poder público federal, que vem postergando uma posição/postura/ação quanto a tais encaminhamentos e, em última instância, quanto à participação dessas pescadoras em uma economia diferenciada, que implique sustentabilidade. (SIMONIAN, 2006, p. 51).

O texto de Carmo et al. (2017), na Bahia, revela que mesmo em contextos diferentes, algumas questões são semelhantes às enfrentadas pelas mulheres catadoras:

Entende-se que as mulheres integrantes da unidade de conservação estão inseridas em um contexto socioeconômico de predominância masculina, e, por conta disso, as suas ‘vozes’ em favor do reconhecimento de suas causas, de seus direitos, dentro da reserva, foram ‘silenciadas’ (CARMO et al., 2016, p. 15).

Outro referencial vem somar a esta discussão. O Dossiê: Gênero, Pesca e Cidadania: reflexões sobre políticas públicas, trabalho e equidade (LEITÃO; ALENCAR; ALONSO-POBLACIÓN; HELLEBRANDT, 2021) reúne textos que “discutem os desafios para a construção da equidade de gênero no processo de trabalho e nas políticas públicas relacionadas ao universo pesqueiro”. Trazem contribuições significativas a esta pesquisa. Sandra Palheta e Edna Alencar, em seu texto diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) e na Articulação Nacional de Pescadores (ANP) (2022) traçam a história e desafios das articulações das pescadoras artesanais em movimentos sociais, no acesso a direitos e inclusão nas políticas públicas. As autoras refletem que:

Apesar das diferenças de contextos ambiental, social e econômico, elas estão sujeitas a problemas comuns que remetem à desigualdade de gênero no acesso a recursos e renda. Tais problemas têm relação com valores culturais e fatores políticos que geram desigualdades de gênero e desvalorização do trabalho das mulheres na pesca. Essa situação é agravada pela falta de políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal, que compete de forma desigual com outros agentes da cadeia produtiva da pesca. (LEITÃO; ALENCAR; ALONSO-POBLACIÓN; HELLEBRANDT, 2021, p. 3).

Este cenário se aproxima do aqui estudado. Os problemas e desafios em relação com a desigualdade de gênero geram inúmeras barreiras no acesso a políticas públicas para as mulheres.

Vale ainda citar a recente revisão dos estudos sobre mulher e pesca feita por Lopes, Freitas e Begossi (2020). Dentre outros pontos em comum com o que foi até aqui discutido, as autoras levantam o aspecto dos “aportes indiretos que as mulheres geram para o setor pesqueiro”. Esses aportes se dão ao assumirem as diversas demandas de cuidado cotidiano com as famílias e, também, em um aspecto singular que destaco aqui: o subsídio às atividades de pesca dos companheiros. Dentre esses subsídios estão serviços do tipo preparo de refeições que vão a bordo, consertos de roupas dos pescadores, além de colaborações em reparos de redes, por exemplo. As autoras falam em “investimentos de bastidores”, que tendem a não entrar nas contas sobre rendimentos pesqueiros. (2020, p. 5)

Essas autoras também levantam outro ponto sobre a participação feminina no setor pesqueiro que interessa ao presente estudo sobre as catadeiras, que vivem em uma Reserva Extrativista. Trata-se da contribuição feminina aos regimes de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, com a formulação conjunta de regras, definição de práticas de monitoramento e sanção. Embora argumentando ser preciso avançar nos estudos sobre essa área, a bibliografia consultada já aponta relações positivas entre a presença feminina e o sucesso na gestão local dos recursos pesqueiros. (Lopes, Freitas e Begossi, 2020, p. 7)

É possível relacionar esses aspectos com o que analisaram Maneschy et al. (2012), no seguinte trecho.

Por sua vez, o fato de as mulheres entrarem no mercado de trabalho não altera, por si, a ordem social de gênero. Assim, não se trata apenas de assegurar aquela entrada, como mostraram tantos estudos, mas de repensar a estruturação da economia e da sociedade. (MANESCHY et al., 2012, p. 718).

Para concluir este tópico, vale citar o estudo de Norma Cristina Vieira (2021), discutindo as relações de gênero e de geração presentes nas atividades de pesca artesanal desempenhadas por jovens na Vila de Bonifácio, na RESEX Caeté-Taperaçu, comunidade

onde realizei entrevistas com mulheres pescadoras para esta pesquisa. Ela chama a atenção para o caráter familiar e comunitário, em terra e águas, que dão vida à produção pesqueira:

O uso dos espaços e dos recursos naturais, na comunidade de Bonifácio, estão estruturados a partir das relações de parentesco, isto é, a família compõe a unidade de produção pesqueira. Homens e mulheres, de diferentes idades, estão envolvidos nas inúmeras tarefas que estruturam a pesca artesanal. (VIEIRA, 2021, p. 10).

Essa reflexão de Vieira remete à atuação de mulheres nas atividades que estruturam a pesca, ou seja, que são fundamentais, com as dos homens. Elas são, portanto, trabalhadoras plenas da pesca, atividade que é também familiar e comunitária, ainda que elas sejam vistas como aportando “investimentos de bastidores”, na expressão de Lopes, Freitas e Begossi (2020). Como vimos, a visão restrita que voltou a prevalecer na legislação pesqueira nacional as exclui da caracterização de trabalhadoras aptas a usufruírem do benefício previdenciário do seguro-desemprego. Ademais, sendo assim, desestimula e reduz sua voz nas organizações profissionais de pescadores.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DA PESCA DE CARANGUEJOS NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E NAS COMUNIDADES DE VILA DO TREME, RIO GRANDE E TAQUANDEUA**

### **2.1 Sobre os manguezais, pescas e pescadores**

Diegues (1983), em seu artigo “Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos”, argumenta que até a década de 1970, o estudo dos pescadores e de sua produção permanecia marcado por uma visão folclórica e idílica. Sublinhavam o modo de vida “pacato, indolente” ou, de outro modo, exaltavam a coragem dos pescadores e os perigos enfrentados no mar. Segundo Diegues (1983, p. 157), “Em alguns casos se descreviam suas comunidades como entidades isoladas, alheias aos grandes processos econômicos, que marcaram a sociedade na totalidade em seus vários ciclos econômicos”.

Autores como Diegues (1973; 1983), Duarte (1978), Mello (1985), Furtado (1987) e Maldonado (1986) deram contribuições expressivas com estudos pioneiros que analisaram como se dava a integração da produção pesqueira ao quadro da acumulação de capital e da divisão social do trabalho no Brasil. Seus estudos também evidenciavam a diversidade de realidades das comunidades pesqueiras no país, alertando para a falta de apoio à pesca artesanal, preterida que era diante da expansão da indústria pesqueira.

Ainda conforme Diegues (1983), chamava atenção a necessidade de conhecimentos sistemáticos e aprofundados sobre a relação entre as populações humanas e o meio ambiente costeiro e de águas interiores. Com os outros estudiosos à época, o autor chamava a atenção para as ameaças que pairavam sobre essas comunidades: degradação ambiental, especulação imobiliária e outras. Ele argumentava: “Parafrazeando Marx, a expansão capitalista sobre o espaço costeiro e marinho tem-se desenvolvido esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores” (DIEGUES, 1983, p. 5).

Diegues estava estudando a expansão do capitalismo nas zonas costeiras em vários países, notadamente a partir dos anos 1970, com a grande expansão da pesca industrial e seus efeitos em termos de impactos ambientais, pressões sobre os pescadores de pequena escala – artesanais – e suas comunidades. No Brasil, vários estudos em ciências sociais voltaram-se a essas realidades. Na região amazônica, na qual se expandiu o setor pesqueiro industrial a partir de então, beneficiando-se da política de incentivos fiscais, também foram realizados

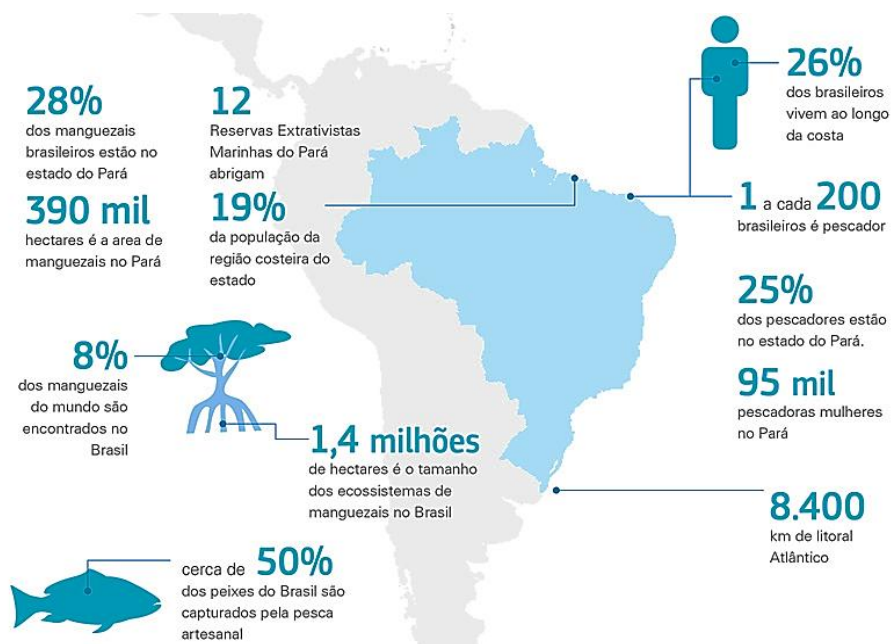
diversos estudos nessa linha (FURTADO, 1987; MANESCHY, 1991; ALENCAR, 1991; MOTTA-MAUÉS, 1997, dentre outros).

No ano de 1990, a antropóloga Lourdes Furtado escreveu um artigo pioneiro, intitulado “Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará”. A partir da década de 1970 implantou-se, no Pará, o parque industrial pesqueiro sob a égide dos recursos oriundos da política de incentivos fiscais para a Amazônia. A pesca industrial teve seu início em áreas de mar aberto, em locais onde os pescadores artesanais dificilmente conseguiriam chegar por conta do tamanho de suas embarcações e da tecnologia que detinham no momento, que inviabilizariam viagens de longa distância. Houve, então, uma diversificação no Pará no que diz respeito ao setor pesqueiro, do ponto de vista técnico-social: de um lado o artesanal e, de outro, o industrial, ambos necessários para a economia do Estado e da região, porém, desigualmente aquinhoados no que tange a estímulos financeiros oficiais (FURTADO, 1990, p. 2). E, por outro lado, diante do próprio avanço da produção, no estuário amazônico a frota industrial passou a operar em áreas próximas ou contíguas às da frota artesanal, ocasionando conflitos que também foram alvo dos estudos (MELLO, 1985, dentre outros).

Portanto, os impactos dos processos de mudança em curso na sociedade regional e nacional, em terra e nas águas, tiveram efeitos muito significativos sobre as comunidades costeiras no país, em seu extenso litoral de 8.400 km. As mudanças estimularam estudos sociológicos e antropológicos sobre a diversidade dessas comunidades e os usos dos ecossistemas, assim como examinando o modo como participam das economias em seus diferentes espaços. Foram feitos estudos sobre pescadores que atuam nos manguezais, na captura de peixes, camarões e, com grande destaque, os caranguejos que vivem nesses habitats. Dentre os primeiros estudos focando especificamente esses pescadores no Pará, com suas formas de trabalho, figuram Maneschy (1993) e Cardoso (.1996), respectivamente sobre os municípios de São Caetano de Odivelas e Marapanim.

Os manguezais formam um ecossistema costeiro conhecido pelo seu importante papel ecológico, caracterizado pela ocorrência de espécies vegetais adaptadas a ambientes salinos periodicamente inundados pelas marés, exercem funções primordiais como o meio nutritivo, centro de multiplicação de numerosas espécies e fontes de recursos naturais para as diversas comunidades costeiras. A figura 19 apresenta uma síntese de dados indicativos da importância dos manguezais no Brasil, no Estado do Pará, o número de RESEX marinhas no Estado, o volume de população costeira no país e, finalmente, cifras sobre número de pescadores e pescadoras e da produção pesqueira proveniente da pesca artesanal.

Figura 19. Dados sobre os manguezais brasileiros, população costeira e envolvida na pesca e participação das capturas artesanais no total da pesca no Brasil



Fonte: RARE/ Brasil, 2020.

Somente no Estado do Pará, portanto, conforme esses dados de 2020, encontram-se 12 RESEX Marinhas, que abrigam quase 1/5 da população costeira do Estado. Essas Reservas Marinhas cobrem, principalmente, áreas de manguezais.

Em seu livro “Os manguezais e nós”, Marta Vanucci demonstra como no passado as relações com o mar e com os mangues foram extremamente importantes para as populações dependentes direta ou indiretamente de seus recursos naturais. As formas de uso desses espaços e recursos eram baseadas em saberes ambientais complexos.

As práticas tradicionais de uso das terras e das águas asseguram a permanência dos estoques de alimento e de materiais obtidos na zona costeira. Tradicionalmente, em quase todos os lugares os homens da zona costeira conheciam muito bem a flora e a fauna dos manguezais e os usos que se podia fazer delas e de seus produtos. Conhecem-se as plantas medicinais e comestíveis assim como as que fornecem venenos, e as épocas em que se pode cortar diferentes espécies de plantas para que sejam bem aproveitadas. Muitas espécies são utilizadas como indicadores de fenômenos naturais, como a Uça, ou “chama-maré”, no Brasil, ou o martimpescador, que revela o nível máximo da maré (VANUCCI, 2002, p. 106).

A autora também chama a atenção para os danos em nome do desenvolvimento, como, por exemplo, a derrubada não seletiva de espécies de importância econômica, sem a preocupação de serem replantadas, como na *Rhizophora*, espécie dominante nos manguezais

do Brasil. Ela cita o exemplo da derrubada dessas árvores no Paquistão, usadas para abastecer caldeiras de locomotivas, ou ainda o uso de *Bruguiera* e *Cerbera manghas* para fazer esculturas ou entalhes destinados aos turistas (VANUCCI, 2002, p. 107).

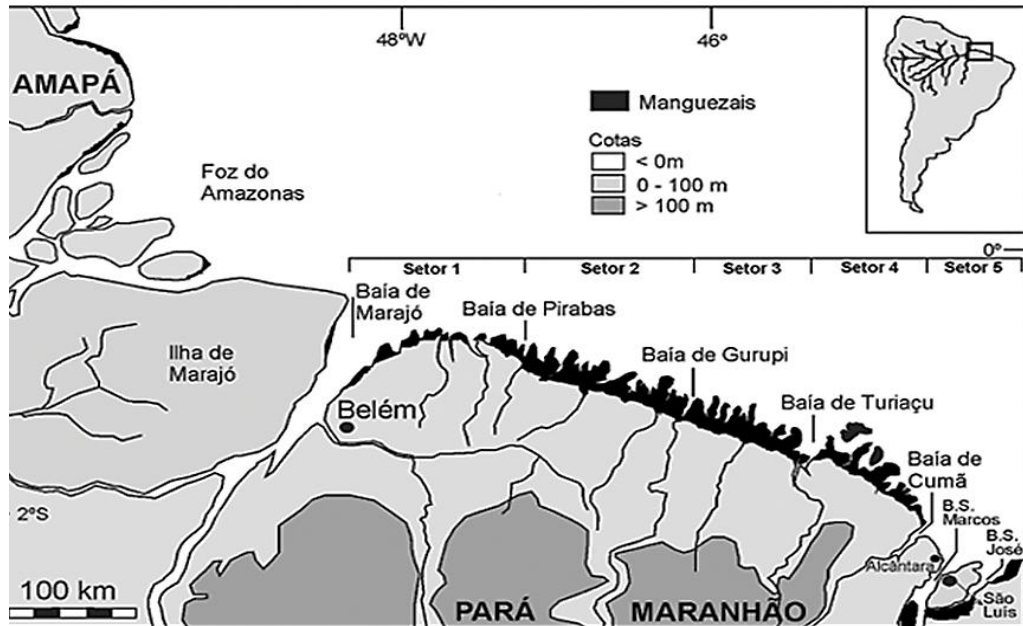
A cidade de Bragança sedia, desde 2002, um Laboratório de Ecologia de Manguezal (LAMA), que faz parte do Instituto de Estudos Costeiros (IECOS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), no Campus de Bragança-PA. Tem uma equipe de pesquisadores dedicada ao estudo da ecologia do manguezal, executando projetos que contêm ações voltadas para a proteção e recuperação de manguezais, bem como à vida dos que dele vivem. O Laboratório é coordenado pelo Prof. Dr. Marcus Fernandes-UFPA, o qual é referência nos estudos sobre ecologia de manguezal.

No texto *Manguezais na costa Amazônia brasileira: usos e reabilitação* (2018), que traz dados de pesquisas realizadas em Bragança, os autores Marcus E. B. Fernandes, Francisco Pereira Oliveira e Indira A. L. Eyzaguirre trazem uma proposta muito interessante de reabilitação participativa do mangue, a partir do envolvimento comunitário. É fundamental a percepção da comunidade para a eficácia de medidas que visem a sustentabilidade e conservação desse ecossistema. Vejamos abaixo a relação que os autores fazem entre a preservação de manguezais e os impactos na sociedade:

Na verdade, é importante ter em mente que as ações para manutenção de estrutura e funcionamento dos manguezais são relevantes para o bem-estar social, com melhoria de vida através da geração de renda para o litoral estuarino extrativista em todo o mundo. Através da implementação de novos métodos de manejo nas florestas de mangue, gerou-se renda para muitos pescadores, seja pelo reflorestamento, corte de lenha, dentre outros. (FERNANDES; OLIVEIRA; EYZAGUIRRE, 2018, p. 12).

Segundo o IBGE (2011), 8% dos manguezais do mundo ficam no Brasil, sendo que 28% dos manguezais brasileiros estão no Pará, conforme também citado por RARE (2020). Na Costa Norte encontra-se a maior faixa contínua de manguezais do planeta, com relevância global no enfrentamento da crise climática, devido às abundâncias de carbono armazenadas nesse ecossistema, conforme explicam especialistas em seu estudo. A chamada Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia (CMMA), conforme vemos retratado na Figura 20, corresponde a 650 km de litoral em linha reta, o que significa menos de 10% do litoral do Brasil. No entanto, essa faixa concentra 56,6% dos manguezais do país; é, pois, um setor de extrema relevância na conservação da biodiversidade e no sustento de um sem-número de comunidades que vivem da atividade pesqueira no país.

**Figura 20.** Mapa de Localização da Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia (CMMA).



Fonte: Adaptado de Souza Filho (2005).

Diegues (1995, 1999 apud GLASER, 2005) cunhou a expressão “civilizações de mangue” ao tratar das comunidades dependentes dos manguezais no Brasil. Sua vida econômica, social e cultural está intimamente ligada aos ciclos das marés, aos períodos da reprodução dos peixes e outras formas da fauna e flora do mangue (DIEGUES, 1995; 1999 apud GLASER, 2005).

A Figura 21 retrata um trecho de solo típico do manguezal, na maré baixa, quando se pode acessar esses espaços para colher os recursos de interesse. Pode-se ver a saca de um tirador de caranguejos, na qual ele armazenará os caranguejos capturados no dia. A foto foi feita na zona chamada de Croa do Brinco, no território da RESEX Caeté-Taperaçu.

**Figura 21.** Trecho de manguezal durante a baixa-mar, vendo-se a saca usada para armazenar os caranguejos capturados pelos tiradores. Croa do Brinco, município de Bragança-PA, 2020.





Nos manguezais, atuam pescadores e pescadoras, tiradores de caranguejos, coletores de madeiras e outros recursos, como troncos e cascas de árvores.

Os tiradores de caranguejos, que vivem dessa atividade, interagem quotidianamente com os manguezais. Os tiradores de caranguejo da RESEX Caeté-Taperaçú são trabalhadores autônomos e muitos atuam segundo um padrão comum entre extrativistas brasileiros, de relação de dependência padrão-cliente com um comerciante de caranguejo (atravessador). Os pescadores são dependentes dos atravessadores, muitas vezes numa relação de aviamento, isto é, de adiantamento de despesas das viagens em troca da fidelidade na entrega do produto, relação que pode se tornar um círculo continuado de dependência (GLASER & DIELE, 2005).

As relações entre eles são frequentemente permeadas por laços familiares, de vizinhança, de interconhecimento e os saberes são repassados de pai/mãe para filho/filha. O manguezal está presente na cultura das comunidades vizinhas, nas práticas alimentares, adquirindo também aspectos simbólicos, na forma de crenças relacionadas com esses espaços, seus recursos e suas temporalidades. A citação a seguir indica vários usos dos recursos dos mangues.

Adicionalmente, percebe-se que os extrativistas estuarino-costeiros possuem como base alimentar produtos com alto teor proteico extraídos do manguezal, assim como a utilização de ervas medicinais, além da madeira de árvores de mangue para construções e lenha (GRASSO; TOGNELLA, 1995, OLIVEIRA, 2015, p. 150).

A Figura 22, a seguir, sintetiza aspectos históricos do extrativismo de caranguejos no litoral amazônico, de autoria do Prof. Dr. Marcus Fernandes. Inicialmente, registros do século XVIII dão conta da vultosa captura, sugerindo a importância dessa espécie no abastecimento das vilas de então. A importância já é explícita ao final do século XIX, época em que a economia regional girava em torno da borracha, quando os caranguejos são citados pelo escritor José Veríssimo, no livro *A Pesca na Amazônia* (de 1895), na alimentação das cidades do litoral do Salgado. A notar também, as descobertas arqueológicas dos sambaquis, apontando os caranguejos como parte da alimentação dos grupos pré-colombianos na região.

**Figura 22.** Linha do Tempo apresentada pelo Prof. Dr. Marcus Fernandes durante a Palestra: A pesca do caranguejo-Uçá no contexto do nordeste paraense. Evento: Workshop Camarões Marinhos, de água doce & Cia Ltda., 30 de julho de 2021.



No Plano de Manejo da RESEX-MAR Caeté-Taperaçú (2012, p. 44), encontramos um trecho que manifesta a inclusão dos pescadores artesanais e outros usuários locais na gestão da RESEX como forma de garantir o respeito dos domínios tradicionais, evitando a perda dos saberes locais, ameaçados pelo rearranjo dos espaços em decorrência de alterações econômicas e culturais.

A Figura 16 mostra uma vista aérea do Rio Caeté, próximo de sua foz, dando uma ideia da extensão e exuberância dos manguezais na área.

**Figura 23.** Trecho do Rio Caeté, próximo à foz.



Fonte: Cícero Pedrosa Neto (2017)

A atual dinâmica de fluxo de pessoas e moradores dentro do território da RESEX, junta-se com as mudanças trazidas pelas novas tecnologias pesqueiras, com os incentivos governamentais à pesca industrial no município de Bragança. Além disso, a multiplicidade de pensamentos e concepções por parte dos usuários e lideranças locais, quanto à forma de exploração sustentável dos recursos naturais podem gerar conflitos e tensões para conservação e gestão desses territórios. Encontrar equilíbrio entre as diferentes identidades de quem vive no mesmo território e as tomadas de decisões que deverão ser cumpridas por todos, para além do que já está no Plano de Manejo, é bastante desafiador. Refiro-me, aqui especificamente, às formas e modelos de desenvolvimento sustentável que já foram bastante debatidas nas comunidades pesqueiras e, ainda assim, deixam dúvidas em muitos dos usuários. São diversos padrões de comportamento moldados por relações sociais, valores religiosos, mídias sociais, dentre outros.

Os territórios das RESEX Marinhas no Brasil, a despeito dos problemas, são de extrema importância no cenário de desmonte das políticas ambientais do atual Governo. Com efeito, a competência do Estado brasileiro na defesa do meio ambiente, prevista na Constituição Federal de 1988, vem sendo relativizada, como destacam BARBOSA, COSTA, PIERRI e SANTOS (2022) Especificamente sobre os territórios pesqueiros, SILVA e PIERRI (2022) estudam o impacto da retomada da carcinicultura sobre esses territórios, no sul do Brasil. Nesse quadro, as RESEX podem significar uma rede de proteção e o estímulo à participação comunitária em sua gestão.

## **2.2 A importância da pesca de caranguejos em Bragança, na Vila do Treme e adjacências**

Em 2018, segundo dados apresentados no texto “O caranguejo-uçá” e o camarão regional-da-amazônia no estado do Pará, As cadeias de valor da pesca artesanal de camarão e caranguejo na Costa Amazônica do Brasil”, publicado no Livro: Pesca Sustentável na Costa Amazônica, Volume 3, o município de Bragança registrou cerca de 11.735 toneladas de pescado estuarino; desse total, 1.211 toneladas foram de caranguejo-uçá, que se destaca como o terceiro recurso pesqueiro mais explorado. Segundo o Diagnóstico realizado em 2012 para o Plano de Manejo da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu, as principais atividades produtivas praticadas são a pesca artesanal, da qual faz parte a captura do caranguejo.

Conforme o pesquisador John Lennon Silva Gomes (2018) em sua dissertação de mestrado: “Cadeia Produtiva do Caranguejo-uçá no Município de Bragança-PA”, apresenta números relevantes demonstrando a importância do produto para a economia do município de Bragança. Então, observai-se as comunidades que apresentaram maior produção de caranguejo foram Caratateua e Treme: Produção Caratateua ( $257.857,1 \pm 32.259,16$ ) e Treme ( $277.979,1 \pm 34.772,81$ ), durante o ano de 2017. Segundo a mesma pesquisa, quando reunidas as produções das Vilas de Caratateua, Treme, Bacurituba e Tamatateua, temos o número de 11.197.429 milhões de caranguejos ( $\equiv 1.319,06$  ton.), com base nos 332 pescadores(as) entrevistados (2017).

Segundo a UNESCO (2016), através do Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica (RARE-BRASIL), na Vila do Treme, a 18 km da sede do município, existem aproximadamente sete mil pessoas residentes na vila que têm como atividades econômicas principais a pesca da espécie gó (*Macrodon ancylodon*), além da pesca e do beneficiamento do caranguejo. Segundo Santos (2020, p. 26), “no contexto socioeconômico da Vila do Treme, pode-se afirmar que parte da população que não está envolvida no processamento do caranguejo, sobrevive da pesca e da agricultura de subsistência”.

O caranguejo-uçá no município de Bragança é comercializado nas seguintes formas (Pesca Sustentável na Costa Amazônica) RARE- 2016

1. Cambadas, ou feiras, ou peras: forma mais comum, encontrada nas feiras e mercados nas vilas e cidades, ou vendidas por marreteiros individuais que percorrem as ruas, muitas vezes de bicicleta; nessa forma os caranguejos vivos são amarrados em lotes de dez a 14 unidades, sendo o consumidor o responsável pelo cozimento.
2. Paneiros: lotes de aproximadamente 40 caranguejos vivos, dispostos em cestos. Também vendidas em feiras e mercados.
3. Sacas: cerca de 100 caranguejos vivos, armazenados em sacos de sarrapilha, normalmente destinados ao beneficiamento em fábricas e cidades vizinhas. Ou, então, nessas sacas os caranguejos são embarcados em caminhões para venda em cidades distantes, para atravessadores que vão revender em feiras e mercados locais.
4. Patas: ocorre a venda separada de parte dos quelípodos (patas) dos caranguejos, geralmente por quilo, após seu cozimento. Vendida para atravessadores que vão revender em feiras, mercados locais e fora da cidade.
5. Massa: a carne dos caranguejos é retirada após o cozimento, também vendida por quilo. Vendida para atravessadores que vão revender em feiras, mercados locais e fora da cidade.

6. Esquartejado: nesse caso, os caranguejos vivos são esquartejados e vendidos crus para atravessadores, que imediatamente os distribuem para o processamento, a retirada das patas e da massa nas catações domésticas.

A Figura 24 mostra a Praça da Vila de Treme. Já a Figura 24 refere-se ao Porto da Vila do Treme, onde os barcos com pessoas e mercadorias acostam. Há um letreiro com a inscrição “Eu amo o Treme”, que sugere uma valorização daquela comunidade pelos moradores. Na Figura 20, observa-se a placa de inauguração da única praça da Vila do Treme, local onde acontecem comemorações e reuniões de jovens locais. Na Figura 21, observa-se a estrada de acesso à Vila do Treme, próximo ao porto, onde os tiradores desembarcam a sua produção diária. A Figura 24 mostra a UBS da Vila do Treme.

**Figura 24.** Praça da Vila de Treme



**Figura 25.** Porto da Vila do Treme



Foto: Autoria própria.



**Figura 26.** Placa de inauguração da única praça da Vila do Treme, ocorrida em dezembro de 2000.



Foto: A autoria própria.

**Figura 27.** Estrada na Vila do Treme, próximo ao porto, onde os tiradores de caranguejo desembarcam e dão o destino à sua produção diária.



Foto: A autoria própria.

**Figura 28.** Unidade Básica de Saúde (UBS) da Vila do Treme.



Fonte: Arquivo da autora.

Em sua dissertação de mestrado intitulada “Cadeia Produtiva do Caranguejo-uçá no Município de Bragança-PA”, o pesquisador John Lennon Silva Gomes (2018), traça um fluxo físico da cadeia produtiva do caranguejo-uçá. Sobre o local de captura dos caranguejos, informa:

Os pescadores de caranguejo capturam a matéria prima em diversas localidades, com o caranguejo-uçá ficando mais escasso nas áreas adjacentes às localidades povoadas, gerando uma tendência de os pescadores saírem mais longe para trazer seu sustento. Alguns moradores do Polo Treme, por exemplo, percorrem cerca de 31 milhas náuticas (58 km) até a comunidade de Viseu para extrair caranguejos (GOMES, 2018).

Os dados fornecidos pelo pesquisador refletem falas capturadas em campo para esta pesquisa, sobre escassez de caranguejo nas proximidades. Esse fato faz com que moradores se desloquem até o município de Viseu para capturar caranguejos. Além disso, obtive muitas menções quanto ao caranguejo que abastece as fábricas de beneficiamento que existem no Treme vir desse município vizinho. Em uma das entrevistas com tirador de caranguejo, ele expressou a reclamação de que no início do funcionamento da primeira fábrica, chegaram a receber muitos caranguejos pequenos e que não se adequavam com as exigências da fábrica para a catação. Desta forma, o produto não era aceito na fábrica, sendo descartado em local não dito pelo pescador. Assim, a reclamação se dava também pela captura inadequada, refletindo na morte de caranguejos inutilizados. Ou seja, essa fala sugere que com a chegada

da fábrica de processamento, houve grande incentivo à captura, sem os devidos cuidados com o tamanho mínimo vendável.

### **2.3 O trabalho na pesca de caranguejos**

A pesca de caranguejos, também chamada de *tiração*, é praticada principalmente por pescadores homens, denominados de *caranguejeiros*, ou *tiradores*. Essa atividade é a base da sobrevivência de muitas famílias nas comunidades aqui em estudo, como se viu no item anterior. Ela é a primeira etapa da cadeia produtiva da economia do caranguejo.

Durante o campo, acompanhei um dia de trabalho de tiradores de caranguejos ao manguezal, em lugar referido por eles como *Croa do Brinco*. O objetivo foi observar o processo de trabalho, as relações entre os participantes e o desembarque do produto. A expedição saiu do porto de Treme às 7h da manhã. Os horários são sempre regulados pelas marés, pois é preciso chegar ao ponto de captura e trabalhar enquanto a maré está baixa, deixando o solo descoberto e as tocas visíveis. Nessa viagem, embarcaram seis tiradores de caranguejo, além do dono do barco. O proprietário fez questão de informar que a embarcação era registrada no ICMBio, também para ser usada em pesquisas.

Seu Antônio, uma das lideranças da Vila do Treme, agente ambiental comunitário, afirmou também o “cuidado que eles hoje em dia têm com o manguezal”. Evidenciava uma clara preocupação em demonstrar que as ações de sensibilização e de fiscalização por parte dele e do ICMBio vem surtindo efeito na proteção dos manguezais.

O percurso durou cerca 1h30min, partindo do porto em Treme, com chegada em *Croa do Brinco*. Para mim, um lugar de beleza rara e pouco visitado por pessoas de fora. Marcas de presença humana eram visíveis nos poucos currais de pesca (*armadilhas fixas*) fincados nas proximidades. *Croas* são partes arenosas nos estuários, que durante as marés baixas ficam a descoberto (Figura 29). Nelas os pescadores também fazem a captura de siris, como mostram as Figuras 29 e 30. Na Figura 31 vê-se, ao fundo, um trecho do manguezal que seria trabalhado naquele dia.



**Figura 29.** Antônio Mescouto - pescador, na Croa do Brinco.



Foto: Aatoria própria.

**Figura 30.** Tirador de caranguejo retirando siris presos nas armadilhas de pesca.



Foto: Aatoria própria.

**Figura 31.** Siri retirado da armadilha de pesca.



Foto: Raquel Leite.

Antes de prosseguir na descrição do trabalho na captura de caranguejos, cabe mencionar que a pesca de siris pode auferir uma renda complementar, que pode ser também praticada por mulheres e crianças. A Figuras 32 e 33 referem-se aos siris que a Sra. Geralda, moradora do Treme, pescou naquele dia:

**Figura 32.** A pesquisadora e a sra. Geralda, pescadora artesanal, chegando da pesca do siri com sua produção do dia - Vila do Treme, 06/03/2020.



Foto: Raquel Leite.

**Figura 33.** Siris pescados pela D. Geralda. Trazidos no balde em sua bicicleta.



Foto: Aatoria própria.

Chegados ao local onde decidiram fazer a captura do dia, os trabalhadores começam a se preparar, colocando os sapatos específicos para o trabalho e arrumando os utensílios que levarão junto, como sacas para armazenar as presas, água, farinha, etc. Os sapatos são artesanais, feitos em tecido resistente para proteger os pés na caminhada por entre as raízes no solo lodoso. Antes da saída, tomaram o chibé, uma mistura de água e farinha de mandioca, típica entre as populações rurais na Amazônia. Afirmam ser esse o “lanche” dos dias de trabalho. Quando “dão sorte” conseguem trazer um peixe seco para o lanche. Isso nos apresenta a situação de dificuldades laborais que enfrentam no trabalho, sem alimentação adequada para um trabalho pesado. As Figuras 34 e 35 mostram detalhes do calçado, ajustado no pé e na perna na hora de sua colocação. A Figura 36 representa o tirador fazendo ajustes de costura na saca que irá armazenar o caranguejo capturado.

**Figura 34.** Tirador de caranguejo se preparando para entrar no mangue.



Foto: Raquel Leite.



Figura 35. Tirador de caranguejo costurando o saco utilizado para armazenar os caranguejos coletados.



Foto: Raquel Leite.

**Figura 36.** Sapato confeccionado artesanalmente pelos tiradores de caranguejo.

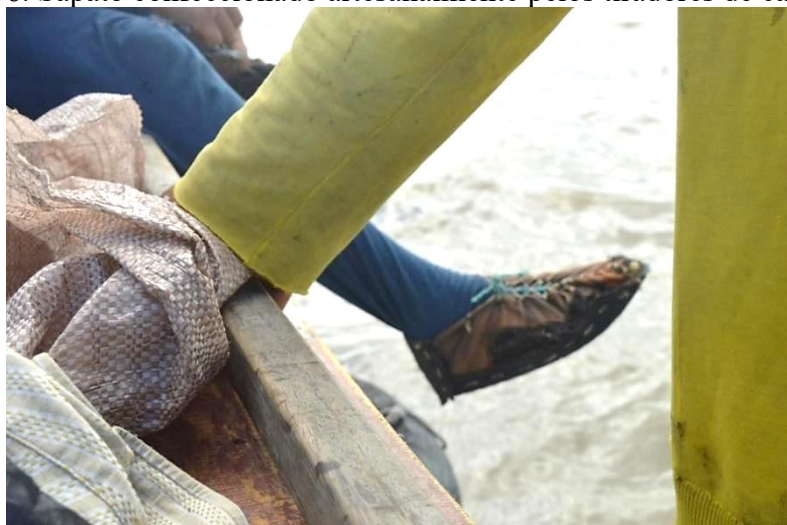


Foto: Raquel Leite.

Na Figura 36, os tiradores estão prontos para adentrarem o manguezal e iniciarem a jornada de trabalho<sup>1</sup>. A roupa de trabalho compõe-se de camisas de manga, calças compridas, sapatos de tecido, luvas, além de bonés, como proteção contra ferimentos nas árvores e raízes, mosquitos, além do sol. A notar, na Figura 37, que o braço direito é protegido com as luvas, justamente o braço que irá retirar o caranguejo das tocas e, portanto, mais exposto a lesões

---

<sup>1</sup> Durante o tempo que estive com eles não pude deixar de me “espantar” com a bravura que a profissão exige, diante de um meio onde a locomoção é difícil.

provocadas por raízes ou outros elementos do meio. Além do sol, podem ter de enfrentar a chuva durante o trajeto.

**Figura 37.** Tiradores de caranguejo preparados para entrar no manguezal, na Croa do Brinco, Bragança



Foto: Raquel Leite.

Ao descerem do barco, eles já têm decidido para qual parte do manguezal cada um seguirá para efetuar as capturas. Ao chegarem à parte mais densa em vegetação, os pescadores se dividem, cada um para uma direção dentro do vasto espaço do manguezal, um espaço não demarcado e, ao mesmo tempo, conhecido por eles. Mesmo que não haja uma divisão explícita, cada um conhece o espaço do outro e não há disputas entre os membros do grupo.

Os tiradores desenvolvem mecanismos para se comunicarem entre si durante o tempo de permanência no mangue. No caso observado, eles emitiam como se fossem gritos (de longe). Os tiradores acreditam que é possível ouvir algumas das entidades que, no imaginário cultural da região, povoam o manguezal, como o Curupira\*, capaz de enganar quem o ouve e, dessa forma, ficar perdido no mangue. Os tiradores desenvolvem, portanto, estratégias de comunicação para sua orientação e proteção, especialmente quando precisam ir mais longe em busca de caranguejos.

Sobre o tema da territorialidade no trabalho da tiragem de caranguejos, considerando que os manguezais são territórios de acesso aberto, Oliveira e Maneschy (2014) realizaram estudo na vila Pontinha de Bacuriteua, também inserida na RESEX Caeté-Taperaçu. Segundo os autores, as comunidades que dependem de recursos de manguezais – áreas de domínio público – desenvolvem sistemas transitórios de “apropriação”, definindo o acesso às áreas de trabalho. De fato, por conta da alta demanda de caranguejos podem ocorrer conflitos por território. Oliveira e Maneschy (2014) identificaram entre os tiradores de caranguejos de

Pontinha o respeito a quem chega primeiro no lugar, guardando o devido distanciamento. A regra é válida enquanto dura a maré apropriada para as capturas.

O trabalho no mangue baseia-se em uma série de conhecimentos especializados. Por exemplo, o “bom” profissional sabe distinguir o sexo do caranguejo já pela entrada das tocas. As patas dos machos deixam sulcos maiores na entrada, enquanto os da fêmea são mais superficiais e finos. É importante esse conhecimento pelo fato de que não se captura a fêmea, localmente denominada de conduraa. A legislação ambiental protege as fêmeas, o que também está previsto no Plano de Manejo da RESEX.

Quando estão no mangue, enfrentam as picadas do mosquito “maruim”, que pulula nesses ambientes, razão pela qual usam camisas de manga. Uma outra prática dos tiradores, que também havia sido observada por Maneschy (1993) em São Caetano de Odivelas, é passarem óleo diesel na pele, como repelente, para adentrarem o mangue. A dificuldade de locomoção no solo lamoso, equilibrando-se entre as raízes aéreas, é aumentada ao voltarem para o barco, carregando nas costas o saco com os caranguejos capturados, portando roupa molhada, após algumas horas. Durante o trabalho, ingerem pouca água e retornam com bastante fome, devido ao esforço físico, momento em que o lanche é muito apreciado.

São, portanto, duras rotinas laborais. As Figuras 32, 33 e 34 mostram momentos desse trabalho. A notar, a Figura 32 mostra o momento de captura, em que o tirador praticamente se deita no solo e enfia o braço na toca para retirar o caranguejo. A Figura 35 mostra o produto do dia de um dos tiradores.

**Figura 38.** Tirador de caranguejo mostrando o caranguejo coletado. Usa também o cigarro para espantar mosquitos durante do trabalho.



Foto: Raquel Leite.



**Figura 39.** Uma pequena pausa entre uma captura e outra.



Foto: Raquel Leite.

**Figura 40.** Momento da captura. O tirador enfia o braço na toca, localizada sob um conjunto de raízes. Ele fica praticamente deitado, para que seu braço vá o mais fundo possível até alcançar o caranguejo.



Foto: Raquel Leite.

**Figura 41.** Resultado do trabalho de um dos tiradores de caranguejo durante a manhã de trabalho no mangue localizado na Croa do brinco, armazenado em sacas de ráfia



Foto: Autoria própria.

Sobre a relação homens-mangues Marta Vanucci (2002, p. 111) traz uma reflexão interessante: Quem em sã consciência escolheria os manguezais como lugar para viver, se tivesse alternativa? A autora traz a informação peculiar de que “através dos milênios de história humana” essa foi a escolha de muitos.

O homem foi capaz de fixar residência permanente sob as mais incríveis condições, desde o Sahara até o alto platô tibetano, das florestas úmidas tropicais até as savanas e planícies de gramíneas da região temperada e os manguezais dos trópicos. Mas como, quando e por que ele chegou até os manguezais para ficar? (VANUCCI, 2002, p. 112).

Para a autora, é preciso primeiramente esclarecer que não se reside especificamente no mangue, mas nas proximidades, no seu entorno. Os grupos humanos foram fazendo adaptações para adaptar a sobrevivência a partir desses espaços. Segundo a autora, o primeiro motivo que levou o homem ao manguezal foi a busca de alimento e, logo, ele percebeu que os “labirintos dos manguezais”, classificação dada pela autora, também são ótimos esconderijos.

Pescadores e tiradores de caranguejo comumente variam entre o trabalho em pesca de curral e tiração do caranguejo. Segundo contam, eles não podem ficar na dependência de somente um recurso pesqueiro, daí que em alguns meses eles tiram seu sustento da pesca de curral, enquanto em outros trabalham mais especificamente na tiração do caranguejo. Essa divisão temporal do trabalho se dá também por conta da safra da pesca da gó, que acontece nos meses de maio, junho e julho. Essa espécie de pescado é muito valorizada na região e os pescadores/tiradores de Treme empregam frequentemente o curral na sua captura.

A Figura 41 ilustra uma turma de pescadores de curral fazendo sua refeição, às proximidades dos currais (vistos à direita na foto). Eles aguardavam a maré encher novamente para retornarem ao rancho onde armazenam os peixes capturados e se abrigam nos intervalos das pescas. Eles haviam visitado os currais próximos a um local chamado Ponga. A Figura 37 mostra o “depósito” de um desses currais. Depósito é a parte da armadilha onde os peixes ficam aprisionados durante a maré alta. A foto foi tirada quando o pescador se aproximava para recolher a produção da última maré.



Figura 42. Pescadores artesanais fazendo a sua refeição enquanto esperam a maré encher para voltarem ao rancho.



Foto: Aatoria própria.

**Figura 43.** Curral de pesca de pescador da Vila do Treme, localizado no Ponga.



Foto: Aatoria própria.

Após as várias horas de trabalho no manguezal, mais o tempo da navegação, já no porto de Treme, há três alternativas para os tiradores. Ou repassam os caranguejos para os marreteiros locais com quem acertaram a entrega, que podem ser os financiadores da viagem, ou vender a qualquer marreteiro que ofereça preço interessante. Ou, então, há aqueles tiradores que levam o caranguejo para suas próprias casas, para ser beneficiado com mão de obra familiar, geralmente a mulher, as filhas e/ou filhos. Neste último caso, eles venderão a massa e as patas para atravessadores na própria Vila, ou em alguns raros casos levarão diretamente para Bragança, onde há mais opções de venda.

Os dados da literatura e do campo apontam a forma flexível de negociação e de trabalho envolvendo o tirador e o marreteiro (MANESCHY, 1993; FERNANDES, 2018). Fica claro que o tirador muitas vezes não tem poder de escolha sobre o transporte que utilizará para ir ao manguezal, devendo assim recorrer a um dono de canoa, a quem devem pagar o frete, ou a um patrão, forma como é chamado o comerciante, ou marreteiro a quem entrega preferencialmente seu produto. Acaba ficando em posição desvantajosa, com pouca ou nenhuma condição de intervir no preço do produto, porque depende do dono da canoa. Antônio Mescouto, pescador e liderança da Vila do Treme, assim explica os arranjos feitos para o uso do barco.

Tem várias situações, né? Quando eles embarcam no barco pra ir tirar o caranguejo, né? A eles tiram e quando eles vêm, eles pagam o frete deles, 50 caranguejos, quando é de dois dias é 100 caranguejos que eles passam pro dono do barco. Quando chega no Porto, ele entrega pro patrão dele, que ele tem um patrão né?

Em algumas situações, o dono do barco é um pescador artesanal, que não atua como patrão, mas recebe parte desse produto como frete pelo fato de levar tiradores em sua canoa. No momento em que vai despescar seu curral, por exemplo, aproveita para levar junto os tiradores, o que deixa a viagem menos onerosa, pois alivia o gasto com combustível.

Até aqui foi considerada a primeira etapa da cadeia produtiva do extrativismo do caranguejo. Nos capítulos a seguir, passo a tratar do elo seguinte, na etapa da catação propriamente dita, começando por caracterizar as formas de organização da produção doméstica, o processo de trabalho e a divisão sexual e familiar das tarefas, além dos fluxos de comercialização. Em seguida, identifico quem são suas principais protagonistas, traçando o perfil e elementos de sua história de vida e de inserção nesse ramo. A caracterização da cadeia produtiva e de suas agentes principais permitirá entender os limites e o alcance das propostas da Rede de Mulheres Caeteuaras.

### 3 A CADEIA PRODUTIVA DO CARANGUEJO, SEUS ELOS E SUAS MUDANÇAS

#### 3.1 Mudanças na estruturação da cadeia produtiva e o lugar da catação

Para entender a necessidade da criação da Rede de Mulheres e quais os obstáculos que elas enfrentam e terão ainda que lidar, precisamos entender melhor quais são as relações entre as catadoras, marreteiros, tiradores e outros agentes que operam na cadeia produtiva do extrativismo de caranguejos. A relação com o atravessador, chamado de marreteiro, ou patrão, é um dos motivos que impulsionam a criação da REDE, por ser uma relação desigual, que reduz a renda da catadora. Elas trabalham sem nenhum tipo de segurança no trabalho.

E eu não trabalho de carteira assinada pra ter algum benefício. Isso que é mais difícil, não tem uma segurança pra gente. Se fosse mais valorizado um pouquinho, a massa é muito barata, tem gente que paga só 8 reais, é pouco, muito pouco. Mas às vezes é melhor isso do que nada. (GECILEUDE, 45 ANOS, TREME)

A REDE organicamente tem entre seus objetivos romper a dependência do atravessador como agente dessa cadeia, estabelecendo uma relação direta com quem busca o produto na sua fonte, ou seja, o tirador de caranguejo. Melhorar os preços e o vínculo entre tiradores e catadoras, que historicamente são as pontas mais frágeis dessa cadeia. Como explica uma entrevistada: só quem ganha é o patrão. A gente faz um trabalho meio escravizado (Ângela, 37 anos, Treme). Além disso, coletivamente elas buscam condições para melhorar a qualidade do produto que vendem e, assim, também ficarem com mais poder de barganha na negociação dos preços, fazendo conhecido o produto de Treme pela qualidade.

Este capítulo analisa as diferentes etapas do extrativismo, as categorias sociais que aí atuam e suas relações, para compreender como se estrutura essa cadeia produtiva, que vai da pesca nos manguezais até a mesa do consumidor. O foco de análise nesta pesquisa é a parte da cadeia que vai do trabalho do pescador até o repasse da massa do caranguejo (produto já processado) às diferentes categorias de atravessadores.

Me identifico com o pensamento de que cadeias produtivas são também redes de relações sociais, segundo a socióloga Lorena Ferraz C. Gonçalves (2013). Assim, baseio esta pesquisa no entendimento de que as cadeias produtivas se formam a partir de atores sociais e de processos ou etapas de produção, tais como a fabricação, o processamento, o armazenamento, o estoque, a distribuição e a comercialização. Em todas as etapas, atores sociais estão interagindo e moldando os rumos dos processos.

Alves (2003) descreveu o que denominou de “economia do caranguejo” e a categoria de trabalhadores dos manguezais, tomando como foco a vila de Caratateua, no município de Bragança, no início dos anos 2000. O estudo de Alves permite termos uma visão das mudanças ocorridas nessas duas décadas. Ele enfocou os tiradores e as catadoras de caranguejo, com suas respectivas posições na cadeia produtiva.

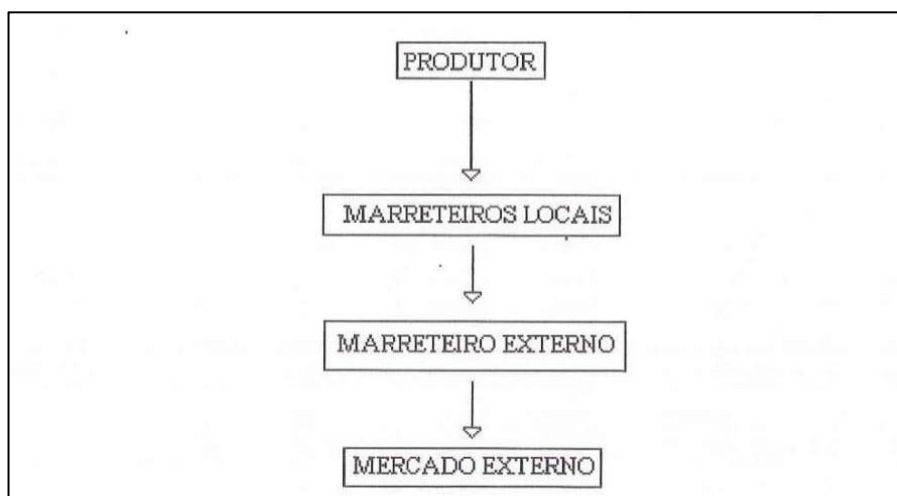
As categorias tirador e catadora de caranguejo representam uma divisão sexual do trabalho bem-marcada. O tirador é quase sempre o homem e a catadora, quase sempre a mulher. Porém, vimos que mesmo em quantidade menor e com finalidades diferentes, mulheres também recorrem ao mangue para tirar caranguejo e destinar essa captura para a alimentação da família. Mas, raramente para a comercialização. As relações de trabalho nessa cadeia não são formalizadas segundo as Leis Trabalhistas. Os laços são estabelecidos muitas vezes pelo parentesco, conhecimento e amizade.

De acordo com Alves (2003), as primeiras unidades de beneficiamento da massa do caranguejo no município foram registradas na cidade de Bragança na década de 1970, como explica o trecho a seguir. Chama a atenção que essas unidades contratavam mulheres, havendo também crianças no trabalho. O produto era destinado à própria cidade, a outros centros urbanos na região do Salgado paraense e a Belém, onde é muito apreciado.

[...] nos anos de 1970, já havia outras unidades de beneficiamento com padrões semelhantes, ou seja, um estabelecimento onde o proprietário contratava principalmente mulheres, jovens, havendo também a presença de crianças para retirarem a carne do casco do caranguejo. A produção era passada para outros intermediários, ou o mesmo dono levava diretamente até a cidade de Belém, ou outros centros consumidores (ALVES, 2003, p. 76)

Conforme Alves (2003), os fluxogramas abaixo demonstram a distribuição do caranguejo no mercado, em seus diferentes circuitos a partir da Vila de Caratateua, conforme vemos abaixo (Figuras 44, 45, 46). Esses fluxogramas são colocados aqui para serem comparados com a situação hoje encontrada em Treme, duas décadas depois, que será apresentada adiante.

**Figura 44.** Fluxograma tradicional de distribuição dos caranguejos em Caratateua no início dos anos 2000.

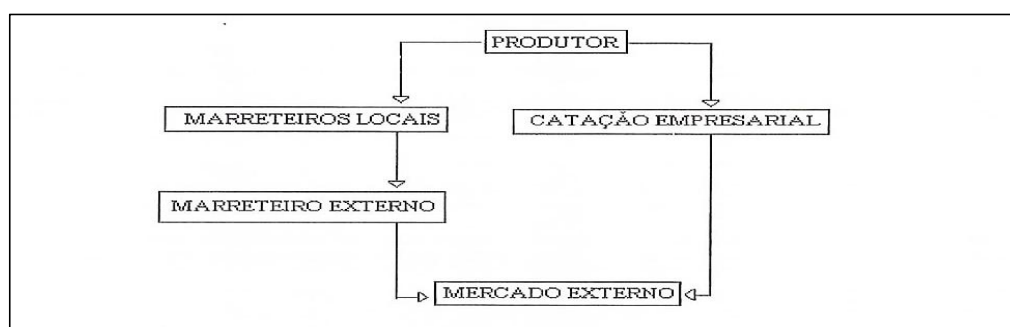


Fonte: Alves, 2003.

Na Figura 45, acima, não entram as catadoras. É o fluxo mais antigo, que permanece até hoje, inclusive na Vila de Treme. O tirador, ao chegar do mangue, comercializa o caranguejo vivo para um atravessador. Nem sempre há demanda para o caranguejo processado e nem sempre é vantajoso para o marreteiro mandar processar o caranguejo. Os marreteiros locais podem atuar como financiadores do trabalho dos tiradores, sendo então seus “patrões”.

A Figura 44 já indica um elo a mais na cadeia, chamado de catação empresarial. Na Vila de Treme, hoje, atuam duas unidades empresariais de catação. Elas entraram em operação em 2015, segundo licença ambiental expedida pela Secretaria de Meio Ambiente Municipal.

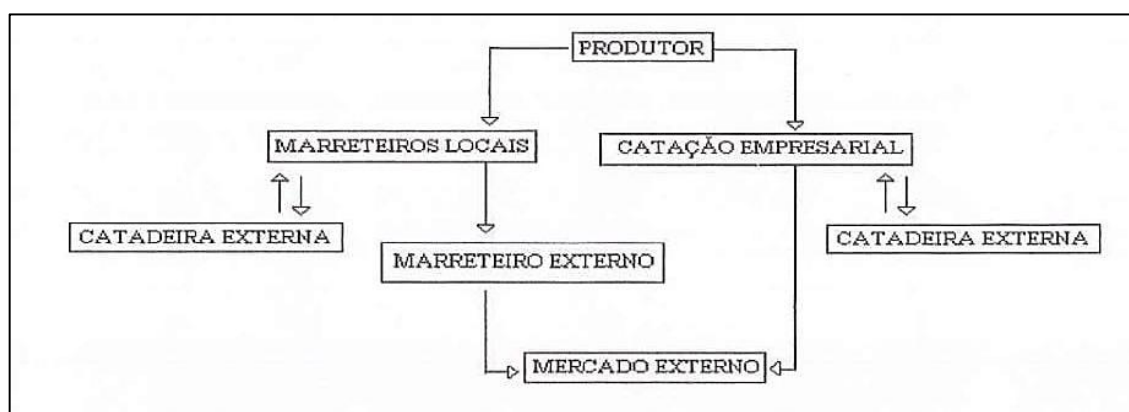
**Figura 45.** Fluxograma de distribuição dos caranguejos, envolvendo a catação, em Caratateua, no início dos anos 2000.



Fonte: Alves (2003).

A Figura 45 representa um fluxo mais complexo, com a atuação de dois tipos de catação e, portanto, duas formas de participação das mulheres na cadeia produtiva. Um fluxo similar ao que Alves (2003) encontrou em Caratateua, ocorre hoje na Vila de Treme.

**Figura 46.** Fluxograma de distribuição dos caranguejos, envolvendo dois tipos de catação. Caratateua, início dos anos 2000.



Fonte: Alves (2003).

As Figuras 44 e 45 demonstram as mudanças ocorridas na cadeia produtiva do caranguejo na Vila de Caratateua. As principais dizem respeito à entrada em cena da atividade de catação, feita por catadeiras externas, contratadas seja por marreteiros individuais, seja pelas chamadas fábricas. Os dados do autor permitem algumas inferências quanto ao que ocorre hoje em Treme. Também houve a entrada em cena dos marreteiros que negociam com produto beneficiado. Na cidade de Bragança, essa modificação, como dito acima, remonta aos anos 1970. Já a catação empresarial em Treme, remonta a 2015.

Segundo Andreza Santos (2020), analisando especificamente a catação empresarial em Treme, esse setor pode empregar suas próprias catadeiras, a quem entregam a matéria-prima para processarem nas instalações da empresa. E, depois, pagam a elas segundo a quantidade de produto processado no dia. Ou, então, as empresas podem adquirir as massas e patas de catadoras externas, que trabalham em casa e que lhes entregam o produto já beneficiado. Ou então, compram dos marreteiros/patrões dessas catadoras. A autora constatou que, atualmente, as fábricas utilizam mais a segunda forma. Elas compram o produto já beneficiado, sempre para atender mercados externos. Santos (2020, p. 27) especifica que ambas as empresas atuam em conformidade com a Lei Estadual no 7.565, de 25 de outubro de 2011, que regula as condições de higiene na manipulação desse produto. Além disso, possuem registro na

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) para comercializar a carne do crustáceo dentro do Estado do Pará.

Há fluidez nessa cadeia. Alves (2003) e Santos (2020) corroboram com os achados desta pesquisa sobre essa característica de fluidez. Em Treme, dentro desta cadeia foram estudadas as relações descritas a seguir.

1. Tirador de caranguejos – atravessador (marreteiro)
2. Tirador – mulheres catadoras na família – atravessador
3. Tirador - atravessador – catadora externa – atravessador

Sobre esta última, eis um ponto de grande interesse para se compreender o cenário que influenciou na criação da Rede Caeteuara. Como estamos vendo, o atravessador/marreteiro adquire o produto dos tiradores de caranguejo e o repassa a catadoras independentes, que em suas casas realizam a extração da massa e pata dos caranguejos, em moldes semelhantes ao que Alves (2003) havia detectado em Carataeua.

Comumente os marreteiros fazem “vales”, isto é, fornecem adiantamentos em dinheiro às catadoras, deixando-as comprometidas com eles. Com isso, pode-se observar uma “via de mão dupla”, uma vez que o vale pode ser útil em uma emergência para a catadora, em uma situação de carência econômica na sua casa. Por outro lado, gera uma maior dependência ao marreteiro, diminuindo seu poder de influência na relação de troca.

### **3.2 O processo de trabalho da catação em suas formas sociais**

Segundo dados da UBS de Treme, cerca de 600 famílias atuam na catação do caranguejo atualmente. Existem três diferentes formas de organização da catação, sendo que todas ocorrem no espaço doméstico. São elas a catação familiar, a catação externa e a catação externa para patrões de Viseu. Esta última é mais recente.

Na catação familiar, o processo todo se dá entre os membros da família. Os pais, maridos, ou filhos vão ao mangue e tiram o caranguejo. Esse caranguejo, no todo ou em parte, vai ser levado para a casa e ser processado pelos membros da família, que fazem as etapas de matar, limpar, cozinhar e catar o caranguejo. Ao final, eles vendem o produto para o marreteiro. Da pesca, passando pelo beneficiamento até a venda, é trabalho familiar. A família constitui uma unidade produtiva, como faziam a catadora Consolação e o marido.

Meu marido trazia no saco, aí a gente botava o tacho no fogo e ia ferver aquela água, aí a gente botava o sal na água e botava o saquinho com o caranguejo dentro e iria cozinhar, aí depois que tivesse pronto colocava numa vasilha e ia catar, geralmente

era umas 2h da madrugada, o caranguejo chegava mais era 16h, 17h, 18h. na hora da maré. Às vezes anoitecia o caranguejo cozinhando... (Consolação, 68 anos, Taquandeuá).

Esta outra entrevistada também relata o trabalho familiar, indicando as várias etapas que faziam em casa.

Olha do caranguejo que vem pra nós a gente mata, lava e cozinha e no outro dia a gente cata. Assim que é o procedimento do caranguejo. Ele chega qualquer hora da noite, qualquer hora da noite chegou, tem que se levantar, tem que ver os mortos e tirar e deixar só os vivos. Às vezes a gente vê logo o que dá de matar, aí vai fazer os processos só de manhã, se tiver chovendo também. Mas, se não tiver chovendo, a gente cata a qualquer hora mesmo. É meio complicado, mas a gente tem que fazer. A hora que chegar tem que tá ativo pra receber o caranguejo (Angela, 37 anos, Treme).

A fala a seguir, da jovem Fabiana, mostra uma variação da catação em família. O pai não pesca ele mesmo. Ele recebe os caranguejos vivos de um marreteiro (o “rapaz traz”) e a família faz todos os procedimentos da catação. Fabiana ajuda a mãe somente na fase específica de catar, de extrair a carne das carapaças.

Eu ajudo a minha mãe a catar caranguejo, a gente cata o papai vende, o rapaz traz o papai mata a gente cata é assim (Fabiana, 25 anos, Treme).

Na forma seguinte, a família já não opera como unidade de produção. Por isso é chamada de catação externa. Geralmente, nessa forma as catadoras recebem o produto direto do marreteiro, trabalham nele e devolvem para que ele faça a comercialização. O contratante é de fora do lar. Elas recebem os caranguejos cozidos, na saca ou paneiro, no ponto de catar. Não arcam com as etapas iniciais de cozimento dos caranguejos, nem com as embalagens finais e não têm a obrigação ou a necessidade de manter a massa resfriada para buscarem um comprador. O produto é do marreteiro, ou patrão, desde o início. Ele paga às catadoras conforme a quantidade de caranguejo que beneficiaram. Entregam para ele assim que acabam de catar. Laura explica essa forma:

A gente não vende, o rapaz que cozinha nos traz. É ele que compra [o caranguejo], manda cozinhar, entrega pra gente e depois a gente passa pra ele a massa, pra ele vender. Ele só paga o que nós cata. (59, anos, Treme).

Sobre a diferença entre saca e paneiro, Gecileude assim explica:



Pra gente vem na saca... aí tem saca que dá 4, 5, que dá 5 quilos de caranguejo já. Tem gente que diz que no paneiro vem mais caranguejo, mas eu acho que é a mesma coisa (Gecileude, 45 anos, Treme).

**Figura 47.** Paneiro utilizado para transporte do caranguejo. É feito por artesãos locais. O paneiro menor serve como medida de quantidades de caranguejo.



Um fato notável, é que os seus agentes se movimentam de acordo com as necessidades, quem está hoje na catação familiar, em outros momentos pode estar na catação doméstica. A movimentação também acontece na relação com os patrões e marreteiros. A sobrevivência vai ditando a forma de organização.

Janilce, por exemplo, conheceu as duas formas. Ela trabalha como catadora externa, para um marreteiro. E já trabalhou o caranguejo que o pai trazia para casa. Neste caso, desde buscar lenha para cozinhar os caranguejos ela já fez.

Do marreteiro ele vem cozido, do papai não. Do papai a gente que cozinhava já, ele só vinha esartejado, trazia mesmo só pra cozinhar, já vinha todo limpo... aí eu já ia atrás de lenha e cozinha aqui em casa mesmo. Às vezes eu nem tinha tempo pra dormir. (Janilce, 39 anos, Taquandeu).

Mais um exemplo da catação externa, é dado por I., mãe de um dos marreteiros locais, que contrata catadoras externas. Ele compra os caranguejos vivos de atravessadores vindos de

Viseu e organiza a catação. Cozinha e distribui os caranguejos para catadoras externas processarem. E a massa de caranguejos ele fornece para uma das fábricas existentes em Treme. Na época da entrevista, I. estava catando para esse seu filho.

É, meu filho compra, que vem de Viseu, ele tem a catação dele que é aqui no quintal de casa, ele compra essas sacas tudinho, ele distribui. Olha aqui ó, metade aqui do Treme cata pra ele. Aí, ele tira pra mim um saco e eu cato pra ele. (I., 40 anos, Treme)

Sobre a relação do filho com o “patrão” dele, a quem ele fornece, ela esclarece:

É, ele compra, entrega pro patrão dele ali na fábrica [...]. Só que ele já entrega tudo catado, entrega só as redes pra mulher aí da rua, pega a massa e leva pra lá pra casa do patrão dele. (I., 40 anos, Treme)

A terceira forma é a catação externa para patrões de Viseu. Ela é uma variação da catação externa. Feita diretamente pela catadora e o comerciante que circula na Vila de Treme em caminhão, trazendo caranguejo de Viseu. Esse comerciante passa na rua onde moram as catadoras e oferece na porta o caranguejo para as catadoras comprarem. Nesta última situação, elas arcam com todos os custos de cozimento e preparo do caranguejo. E, também, com os prejuízos dos caranguejos que por acaso venham mortos na saca. Por outro lado, toda a renda de venda do caranguejo catado é dela. Ela não “entrega” o produto ao marreteiro que contratou seus serviços. Ela vende o produto que ela beneficiou.

Há que analisar se os ganhos dessa forma de catação conseguem ser vantajosos para as catadoras. Muitas dizem que não é opção interessante, porque elas têm um gasto alto com lenha, sal e afins, para cozimento do produto e isto torna a margem de lucro muito pequena. Gecileude explica, em primeiro lugar, os riscos:

Essa outra opção é, vem os patrão de Viseu, eles trazem um carro cheio e eles encostam na tua casa e pergunta se tu quer comprar caranguejo. Aí, se você falar que quer, você fica com duas ou três sacas, mas a responsabilidade é tua, se tiver caranguejo estragado ou não, eles não tão nem aí, querem saber se você paga pra eles.

E as vantagens:

Só que quando a gente pega uma saca bacana, a gente tira muito lucro, porque a gente vende a massa por 45 reais e a pata por 70 reais o quilo. Só que aí a gente tem muita despesa também, tem que comprar lenha, sal, saco, gasta muito. Quer dizer, a gente tem um dinheiro maior, mas ao mesmo tempo não tem, porque tem comprar tudo. (Gecileude, 45 anos, Treme).

Então, essa pode de fato ser uma opção atraente, a depender dos custos de produção e do valor de venda do produto tirado, que é muito maior do que o que recebem apenas para processar, embora sem os custos. Daí que as catadoras variam nas formas de catação externa, conforme o momento.

Os três quadros a seguir (Quadros 1, 2, 3) apresentam as etapas do processo de catação nas três formas. As principais diferenças não estão nas técnicas, mas sim, no número de etapas feitas na casa. Na catação familiar, o trabalho da família se dá em todas as etapas.

**Quadro 1.** Etapas do processamento de caranguejo na catação familiar.

<b>Etapas</b>	<b>Atividades/Processamento Catação Familiar</b>
<b>a. Recepção</b>	Recepção das sacas/ paneiros de 100 caranguejos, vivos
<b>b. Seleção</b>	Separação e descarte dos caranguejos que chegam mortos
<b>c. “Matar”</b>	Abrir o abdômen dos caranguejos, com a ponta de uma faca, separando-o da carapaça, deixando os caranguejos inertes
<b>d. Lavagem</b>	Escovação dos caranguejos, um a um, para retirada da lama
<b>e. Cozimento</b>	Cozimento dos caranguejos em camburões com água Precedido da coleta, ou compra, de lenha
<b>f. Catação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Separação manual da carne da carapaça, com auxílio de facinha e batedor</li> <li>2. Separação das patas maiores e retirada da casca</li> <li>3. Embalagem: distribuição da massa em sacos plásticos de 1k</li> <li>4. Embalagem das patas em sacos plásticos</li> <li>5. Armazenamento dos sacos em geladeira ou freezer até a venda</li> <li>6. Tarefa pós-catação: reunião dos resíduos (cascas) e descarte (podem ser armazenados e, ao cabo de alguns dias, queimado; ou recolhido em coleta pública, no caso da Vila de Treme)</li> </ol>
<b>g. Venda ao comerciante</b>	<p>As famílias que não possuem geladeira ou freezer em casa devem vender logo os sacos de massa e patas ao comerciante, que conserva no frio, até o momento da revenda para fora da vila.</p> <p>As que possuem geladeira ou freezer, armazenam o produto do dia até a hora de entregar ao comprador.</p>

Como mostra o Quadro 5, a forma de catação por catadoras externas envolve menor número de etapas.

**Quadro 2.** Etapas do processamento de caranguejo por catadoras externas.

<b>Etapas</b>	<b>Atividades/Processamento Catadoras Externas</b>
<b>a. Recepção</b>	Recepção dos caranguejos em paneiros, já esquartejados pelos pescadores (no mangue ou no porto), ou por homens contratados para o serviço
<b>b. Catação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Separação manual da carne do caranguejo da carapaça, com auxílio de batedor e faquinha, para aproveitar toda a carne (“massa”)</li> <li>2. Separação das patas maiores e retirada da casca, preservando integralmente a carne</li> <li>3. Embalagem: distribuição da massa em sacos plásticos de 1k</li> <li>4. Embalagem das patas em sacos plásticos</li> <li>5. Armazenamento dos sacos em geladeira ou freezer até a entrega ao comerciante</li> <li>6. Tarefa pós-catação: reunião dos resíduos (cascas) e descarte....</li> </ol>
<b>c. Entrega ao comerciante</b>	Entrega diariamente os caranguejos, embalados em sacos plásticos de 1k, ao comerciante, que presta contas com as catadoras aos finais de semana.

A catação para patrões de Viseu é uma variação da catação externa, como já mencionado. Ela envolve as etapas prévias ao processamento, pois a catadora adquire as sacas com os caranguejos vivos. Os caranguejos vêm de manguezais daquele município.

**Quadro 3.** Etapas do processamento de caranguejos para patrões de Viseu

<b>Etapas</b>	<b>Catação externa para patrões de Viseu</b>
<b>a. Compra</b>	O caminhão passa na porta das catadoras e oferece a saca de caranguejos esquartejados
<b>b. Seleção</b>	Separação e descarte dos caranguejos que chegam mortos
<b>c. “Matar”</b>	Abrir o abdômen dos caranguejos, com a ponta de uma faca, separando-o da carapaça, deixando os caranguejos inertes
<b>d. Lavagem</b>	Escovação dos caranguejos, um a um, para retirada da lama
<b>e. Cozimento</b>	Cozimento dos caranguejos em camburões com água Precedido da coleta, ou compra, de lenha
<b>b. Catação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Separação manual da carne do caranguejo da carapaça, com auxílio de faquinha e batedor</li> <li>2. Separação das patas maiores e retirada da casca, preservando integralmente a carne</li> <li>3. Embalagem: distribuição da massa em sacos plásticos de 1k</li> <li>4. Embalagem das patas em sacos plásticos</li> <li>5. Tarefa pós-catação: reunião dos resíduos (cascas) e descarte....</li> </ol>
<b>c. Venda ao comerciante</b>	Comercialização feita pelas catadoras

A Figura 48 mostra exemplos de batedores de madeira e pedrinha, utilizadas para quebrar as cascas, de modo a permitir a retirada da massa. A Figura 49 mostra um saco de rede usado para transportar cebola, usado também para transportar caranguejos.

**Figura 48.** Instrumentos de trabalho da catação de caranguejo. Batedores de madeira e pedra.



**Figura 49.** Rede utilizada para transportar cebola, também usada para o transporte de caranguejos.



A depender da hora em que os caranguejos chegam para serem beneficiados, o que depende das marés e, também, das chuvas, as primeiras etapas – seleção, matar e cozinhar - podem ser feitas em um dia e a catação somente no dia seguinte.

Matança do caranguejo é o esquarteramento, referido acima, etapa que antecede o cozimento e consiste em quebrar ao meio o caranguejo ainda vivo, do jeito que vem do mangue. A lavagem é necessária para eliminar parte da lama que adere ao corpo do caranguejo. Uma catadora explica o esquarteramento feito pelos tiradores:

Eles já trazem morto do mangal, aí eles chegam na beirada eles, pegam e esquarteram os quartos, quebram, mas não tiram pata. Só se sair por conta própria mesmo [as patas]. Aí fica só a buleia, a gordura dentro do casco... O tirador de caranguejo tem o trabalho de lavar e esquarterar tudinho, aí ele coloca no panceiro... (Cláudia, 48 anos, Taquandeuá).

A notar que a produtividade do trabalho da catadora depende da perícia no cozimento e, também, da idade dos caranguejos. Se passar do ponto do cozimento, a carne adere mais à carapaça, dificultando a retirada, como explica Cláudia, de Taquandeuá:

Olha nesse tempo ele tá ruim de sair, tem que saber cozinhar ele, porque se cozinhar ele muito, ele fica agarrento no osso, e se cozinhar pouco não sai. Mês de outubro ele fica bom pra catar, porque é caranguejo novo.

A forma de pagamento e a relação com o atravessador, marreteiro ou patrão, tem suas especificidades. A maioria prefere receber só no final de semana, mesmo entregando produto ao longo da semana. Outras preferem receber logo quando entregam o produto. A grande maioria prefere não receber “vale”, o adiantamento em dinheiro, como faz Arlene: não, eu não pego vale, prefiro receber só no final de semana mesmo.

Na maior parte das vezes, as mulheres se ocupam das etapas da catação propriamente dita, enquanto os homens tendem a ficar nas etapas prévias, como a matança, o esquarteramento e cozimento. A catadora Ângela detalha como se dá a divisão de tarefas na catação, entre os sexos e as idades. Todos participam, mas ela prefere poupar as filhas do trabalho noturno.

Aqui em casa são três homens e três mulheres. Aí quem mata são os homens, porque eu tenho medo, eu só esquartero e cato. As minhas filhas eu não chamo pra trabalhar a noite, eu não deixo, deixo elas descansarem a noite. Fica mais eu, meu filho e meu marido, as meninas já pegam pela manhã. (Ângela, 37 anos, Tremé).



É semelhante à família de Diana: quando meu companheiro tira, ele traz e nós esquarteja, lava e nós cozinha. Geralmente, a etapa de matar, lavar e esquartejar o caranguejo fica na responsabilidade dos homens. Fabiana é clara sobre essa rotina.

P: Qual trabalho do homem nesse fluxo?

Fabiana: matar, cozinhar, pesar e embalar.

P: e o de vocês?

Fabiana: a gente cata, aí quem ajuda a embalar é a mamãe, aí meus irmão, tem dois rapazinhos que ajudam ele a matar, a preparar tudinho, a gente só faz catar (25 anos, Treme)

A Figura 49 faz uma representação das relações entre os agentes das catações familiar e por catadoras externas.

**Figura 50.** Fluxograma das relações na catação familiar (A) e na catação por catadoras externas (B)



Fonte: Elaboração da autora.

Um fato interessante nessa cadeia é que existem outros elos criados para atender as demandas específicas de cada etapa. É o caso em que homens são empregados por marreteiros

apenas para matar, lavar e cozinhar os caranguejos, antes de o produto ser entregue às catadoras. É o que faz o filho de Laura:

Tenho um [filho] o que mora comigo, o rapaz. Ele que mata o caranguejo, ele só mata e cozinha, mas ele não cata. Esse é o trabalho dele. Ele trabalha pros marreteiros, mas só nessa parte de matar e cozinhar mesmo. Eles põe num tanque, lavam, matam e põe pra cozinhar. (Laura, 59 anos, Treme).

Apesar de a catação ser um trabalho presente na vida de boa parte delas desde a infância, ou há muitos anos, algumas entrevistadas relataram que não é fácil, precisa ter atenção e muita habilidade. Dona Antônia, 70 anos, uma das mais antigas no ramo em Treme e hoje aposentada, conta que foi ela que ensinou detalhes da técnica da catação para as mulheres que foram trabalhar em umas das fábricas locais.

Foi, eu que fui ensinar o pessoal, ele me chamou... aí era pra mim ensinar, né? Que eles não sabiam ainda, aí o pessoal, fui ensinando, foram olhando e foram aprendendo, né? (Antônia, 70 anos, Treme).

Por outro lado, as entrevistas deixam claro que a dureza, a disciplina e a destreza no trabalho não são simples de suportar ou adquirir para um recém-chegado.

Patrícia: qual a maior dificuldade de a trabalhar catando caranguejo?  
Iranilda: Pra quem sabe não tem, mas pra quem não sabe, que vai aprender agora, pode até catar mais pouquinho, mas não vai ter muita renda não. Eu já sei, porque eu nasci vendo todo mundo catando, a minha infância foi catar caranguejo e até agora catando (Iranilda, 40 anos, Treme).

Mais de uma entrevistada ressaltou ter longa experiência na catação, adquirida na vida, na família, na comunidade, onde essa é uma das principais fontes de sobrevivência. Quem ainda vai aprender, conhecer as “regras”, diz Antônia, não vai ter muita renda.

E o caranguejo tem que ter uma regra pra cozinhar, pra catar ele... porque não é todas as pessoas que sabem catar ele, porque no meio vai aqueles ossos brancos da cabeça, vai os ossos vermelhos da unha e se passar do tempo de cozimento ele fica ruim pra sair do osso e atrapalha a gente na hora de catar. Então, tudo isso tem as regras! (Antonia, 70 anos, Treme).

Além de nem todos saberem separar somente a carne, sem deixar pedacinhos de cascas, há também o tempo certo de cozinhar, que vai influenciar na facilidade de catar.

Eu comecei a catar caranguejo depois que eu vim pra cá, que através da minha sogra, ela que foi ensinando a gente, porque o trabalho aqui é esse. Aí através dela que a gente foi aprendendo a catar caranguejo, que ela foi ensinando. Eu, pelo menos, peguei habilidade rápido catar, ela foi ensinando a gente, a gente foi olhando,



observando, falando, explicando, e a gente foi aprendendo assim. A gente conhecia o caranguejo pra comer, né? Mas pra catar assim, ganhar um dinheiro é outra história! (23 anos, Treme)

Voltando ao caso de Dona Antônia, de 70 anos, ela além de ensinar as trabalhadoras da fábrica a trabalhar conforme as exigências da empresa, também ensinou as noras a catarem, para que pudessem ajudar no complemento da renda familiar.

Sobre a jornada de trabalho das catadoras, parece óbvio falar que é exaustiva. Mas, quando nos aproximamos do cotidiano delas, essa percepção é impressionante. Sua trajetória de vida desde cedo na rotina do trabalho e hoje seguem acumulando as tarefas do lar, do cuidado com as crianças e outros membros da família. O tempo de dedicação à catação é quase sem pausas, exige atenção, olhares atentos, habilidade e rapidez para vencer o paneiro ou saca recebido. Pode haver interrupção para tarefas domésticas, se não contam com ajuda em casa, mas logo voltam para a catação. Um ciclo diário de gestos repetitivos que deixa sequelas, que serão analisadas mais adiante.

Patrícia: quantas horas a senhora já passou catando?

Maria: olha, a gente se sentava assim na madrugada, até umas duas horas da manhã. E [no dia seguinte] às vezes só parava 2h da tarde, porque minhas filhas estudavam. Aí elas me deixavam, aí eu ficava sozinha catando caranguejo, até que eu terminava era isso, umas 13h, 14h. (Maria, 55 anos, Taquandeuá).

Ainda que jornadas tão longas não sejam sempre a regra, pois há também variações na procura por seu trabalho, conforme os ciclos dos caranguejos e as demandas dos mercados, os relatos em geral indicam que a catação é marcada por jornadas intensas. Ana relembra as noites passadas trabalhando, madrugada adentro.

Ana: quando eu era mais nova, eu pegava caranguejo à noite, assim boquinha da noite, até 4h da manhã eu catava 7 a 8 paneiros... direto, não dormia. Porque eu tinha que terminar aquilo, pra quando amanhecer o dia eu já amanhecer desocupada, pra mim fazer outros serviços e cuidar dos meus filhos, que eram muito pequenos. (Ana, 70 anos).

A atividade de catar o caranguejo leva em torno de 6h a 10h diárias. Como já vimos, alguns fatores incidem no tempo de trabalho.

Laura: acordo umas 05:30 e eu acabo umas 2h da tarde, porque numa época dessa o caranguejo tá ruim de sair do osso... (59 anos, Treme).

Elas dedicam horas do seu dia para este trabalho que não oferece garantias. Estão sujeitas às oscilações de mercado e às sazonalidades da natureza, bem como à oferta ou não

do produto. Raimunda lembra, ainda, que conforme a época, retirar a casca pode se tornar mais fácil ou mais difícil.

Raimunda: é porque tem uma época que fica ruim caranguejo, tem uma época não, que fica bom, não falta, o caranguejo é direto. Mas tem um tempo que fica ruim o caranguejo, as vezes até pra nós catar, que fica ruim pra sair do ossinho. (37 anos, Treme).

Na semana em que a entrevistei, Raimunda havia catado só um dia. Outra catadora, Nádia, explica sua jornada, que inicia cedo. Ela trabalha como catadora externa e explica essas variações na extração da carne do caranguejo.

Nádia: se a gente acordar bem cedo, a gente acaba antes do meio dia, se a gente não acordar bem cedo [...] a gente acaba depois do meio dia. Tudo é na questão se tiver bom ou ruim pra sair. E se ele tiver gordo fica ruim pra sair, aí demora, que tem quebrar mais. Agora, se ele tiver novo, ele tá bom pra sair, tu quebrando ele sai, aí é mais rápido. (22 anos, Treme).

Conforme o estudo de Santos (2020), as catadoras que trabalham para a fábrica, ficam de certo modo à disposição para atender a demanda por catação. As fábricas, dessa forma, dispõem de uma mão de obra barata, que geralmente se vê e é vista como trabalhadora complementar no sustento da família. Então, essa é uma mão de obra que "aceita" as condições desse trabalho oferecido na comunidade, um trabalho que segue as oscilações da produção pesqueira.

Por outro lado, observa-se que com a entrada das fábricas, não se verificou uma efetiva mudança nas relações de trabalho, apenas uma melhoria técnica. Não há melhoria na cadeia no que diz respeito a direitos sociais, salários e seguridade social das catadoras.

A jornada de trabalho é variável e definida pelos próprios catadores. Não existe obrigatoriedade de frequência, salário ou direito trabalhista assegurado. Essa rotina de trabalho foi observada em ambas as beneficiadoras. Nos dias em que recebiam os caranguejos, as beneficiadoras funcionavam nos três turnos: manhã, tarde e noite. Durante a manhã e tarde ocorreu o beneficiamento do caranguejo, a noite ocorreu o recebimento dos caranguejos entregues pelos atravessadores. O período de recebimento foi variável devido às condições precárias do acesso rodoviário ou pelo período de chuvas. Muitas vezes a entrega somente foi realizada às 3 horas da manhã (SANTOS, 2020, p. 95).

Além das fábricas dispõem dessa oferta de mão de obra flexível, a catação não é valorizada economicamente, como se viu. É nesse quadro cheio de desafios que a Rede de Mulheres Caeteuaras pretende desenvolver seus objetivos enquanto um coletivo que defende os direitos da mulher catadora e a valorização da atividade, inclusive com melhoria de renda.

## 4 AS CATADORAS DE CARANGUEJOS: TRABALHO, CUIDADOS E SAÚDE

Eu tirei caranguejo pra dar comida pros meus filhos.  
Maria, 68 anos, Taquandeuá

### 4.1 Perfil sociodemográfico das catadoras

A categoria mulher, numa abordagem abrangente, constitui-se de uma variedade de identidades e subjetividades desenhadas com traços similares em suas lutas, mas feitos por diferentes rostos. Por isso, para entender quem é essa mulher na pesca é necessário evidenciar suas narrativas, trajetórias de vida e experiências, destacando suas demandas socioeconômicas e desigualdades de gênero, no contexto de Reserva Extrativista. Importante refletir sobre as posições de vulnerabilidade a que estão expostas, destacando seus pontos de vista sobre si.

Para iniciar a apresentação das entrevistadas, vale recorrer às palavras de Dejanira, 40 anos, Rio Grande, uma das fundadoras da Rede:

P - Como você se vê dentro da cadeia produtiva do caranguejo?

Dejanira: eu me vejo uma guerreira, muito trabalhadora e eu me sinto satisfeita do meu trabalho, como se fosse uma coisa bem grande dentro de um círculo que tenha muitos trabalhadores. Me sinto igual eles, me vejo grande como eles. Porque há uns dias, o meu filho fez um texto sobre a família dele, aí lá dentro no fundo do meu coração, eu me senti que meu filho tava falando de mim. Perguntei pra ele, e ele disse: mãe, pra mim não existe melhor mãe no mundo [...] a senhora é a nossa guerreira é a nossa batalhadora.

Dejanira é um exemplo marcante da ruptura de barreiras sobre a valorização da mulher pescadora e catadora. A fala de orgulho sobre sua atividade e a importância dela em meio aos trabalhadores dessa cadeia, ainda é uma narrativa pouco comum. A maioria acredita ser seu trabalho pouco importante, ou mesmo, em comparação com a pesca, mais fácil. Por isso, um dos objetivos da REDE é a valorização do trabalho da mulher catadora e isto é justificado quando escutamos em campo a fala de que o homem passa mais riscos em suas atividades, ou mais obstáculos do que a mulher. Esta pesquisa se deu com entrevistadas da REDE e de fora dela, e as falas sobre importância ou igualdade de trabalho se deram em maior número entre as que eram membros da REDE:

Eu sinto eu digo pra eles, as vezes eles dizem: ahhh mulher só pega na beira do porto, eu digo pra eles: eu agradeço que vocês vão lá no mangal tirar, mas quando chega aqui a gente tem que carregar, lavar, cozinhar, dividir, catar o dia inteiro. Vocês acham que uma mulher não trabalha pesado? Porque se ela fica dentro de casa, além do trabalho dela, ela tem responsabilidade, lavar, passar, fazer comida e cuidar dos filhos. Vocês acham isso leve? (Dejanira, 40 anos, Rio Grande).

Essa fala é exemplar. Percebe o valor do trabalho das mulheres dentro da cadeia produtiva, assumindo tarefas indispensáveis. Elas e os homens, segundo Dejanira, assumem tarefas necessárias e de igual valor. É verdade que ela reconhece que o trabalho é igualmente pesado. Nessa avaliação que ela faz do trabalho de catação, vale notar que ela também ressalta os cuidados que tradicionalmente cabem à mulher. E destaca que elas têm a dupla jornada.

Nas entrevistas em campo havia uma pergunta sobre qual era a profissão delas, para perceber como se identificam, quais termos eram usados por elas para sua autodefinição. As quatro falas abaixo usam o termo marisqueira para as que fazem catação. Ressalto novamente que em campo também foi encontrado o termo catadeira para o trabalho da catação, embora em menor recorrência, bem como, a combinação entre lavoura e catação. Muitas foram lavradoras no passado e essa é a ocupação que consta em seus documentos pessoais.

A minha profissão é marisqueira, porque eu criei meus filhos catando caranguejo, o meu marido o trabalho dele era esse um e até ele morreu com esse trabalho de negócio de caranguejo que a gente trabalhava. (Ana, 51, anos, Treme)

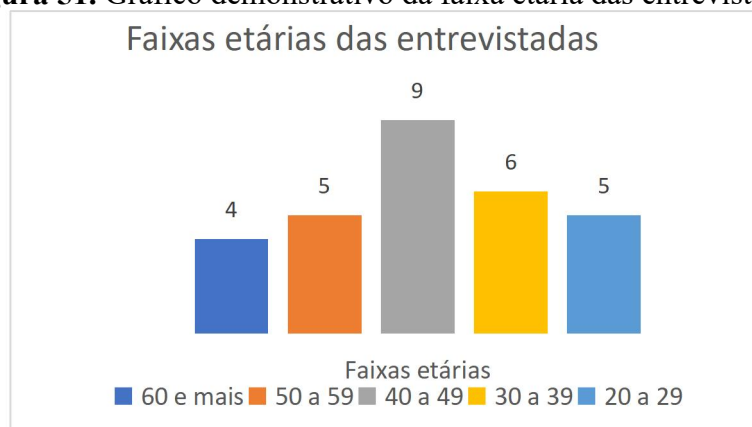
Eu tirei meus documentos como lavradora, mas eu trabalho na roça e na catação. (Maria, 48 anos, Treme)

Minha profissão mesmo é lavradora, tá no meu documento, mas só que depois que eu vim morar pra cá, já passei a ser catadeira, que é como se fala aqui né? (Gecileude, 45 anos, Treme)

Olha nos meus documentos é como lavradora, mas assim a questão assim da dupla atividade né? A agricultura, junto com a questão da pesca. A gente trabalha na agricultura e na pesca, com mariscos. É assim. (Simoni, 42 anos, Taquandeu)

Quem são, então, essas trabalhadoras? A seguir, apresento o perfil das entrevistadas.

Quanto às faixas de idade, as 30 entrevistadas estavam assim distribuídas, conforme a Figura 51. A maior faixa era das que tinham entre 40 a 49 anos (9 entrevistadas), seguida pelas entre 30 a 39 anos (6 entrevistadas). Cinco entrevistadas eram jovens (21 a 29 anos) e o mesmo número estava na faixa de 50 a 59 anos.

**Figura 51.** Gráfico demonstrativo da faixa etária das entrevistadas.

Chama a atenção que 2/3 das entrevistadas estava na faixa de 40 anos e mais de idade, o que leva a pensar na falta de atratividade de jovens para essa ocupação, nas condições em que ela se dá até o presente.

O Quadro 4 traça o primeiro perfil das entrevistadas por idade, ocupação e local de residência.

**Quadro 4.** Entrevistadas por idade, ocupação atual e local de residência.

Nome	Idade	Ocupação Atual	Local Residência
Maria	77	Pescadora	Bonifácio
Ana	70	Catadora Aposentada	Taquandeuá
Consolação	68	Catadora Aposentada	Taquandeuá
Antonia	60	Catadora Aposentada	Treme
Laura	59	Catadora	Treme
Risete	57	Catadora Aposentada	Treme
Inailde	55	Catadora	Taquandeuá
Conceição	53	Lavradora	Treme
Ruth	51	Catadora	Treme
Arlene	49	Catadora	Taquandeuá
Cláudia	48	Catadora e agricultora	Taquandeuá
Gecileude	45	Catadora	Treme
Simoni	42	Catadora e agricultora	Taquandeuá
Lindalva	41	Pescadora	Bonifácio
Dariele	40	Catadora	Treme
Louisa	40	Catadora	Treme

Iranilda	40	Catadora	Treme
Dejanira	40	Catadora e comerciante de caranguejo	Treme
Janilce	39	Catadora	Taquandeuca
Diana	38	Catadora	Taquandeuca
Ângela	37	Catadora	Treme
Cleonice	37	Catadora	Treme
Cleidiane	35	Catadora	Taquandeuca
Dayane	31	Pescadora	Vila Pescadores
Sinara	26	Catadora	Taquandeuca
Fabiana	25	Catadora e agricultora	Treme
Naiane	25	Desempregada e catadora	Treme
Ilza	23	Catadora	Treme
Nadia	22	Catadora e Esteticista	Treme
Aisha	21	Pescadora	Vila Pescadores

Quanto às ocupações, além da predominância de catadoras, quatro entrevistadas indicaram trabalhar na agricultura, sendo duas de Taquandeuca e duas de Treme. O perfil ocupacional é o mesmo, independente da idade. Apenas duas, dentre as mais jovens, diferiram. Uma é esteticista, que é uma ocupação mais urbana, e a outra declarou-se desempregada. Ela estava aguardando uma oportunidade de trabalho fora da catação, com a qual não se identifica.

Sobre o número de filhos, o Quadro 5 apresenta esses dados cotejando com a idade delas e com o estado civil.

**Quadro 5.** Entrevistadas segundo número de filhos e estado civil e anos de estudo.

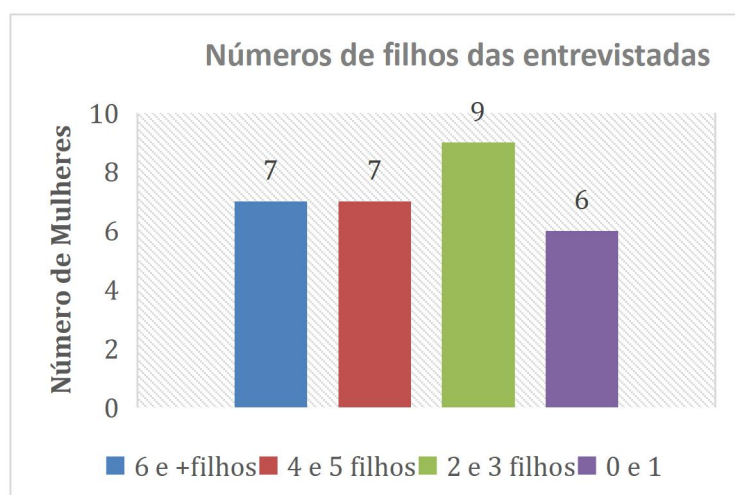
Entrevistadas	Idade	Nº filhos	Estado civil
Maria	77	7	Solteira
Ana	70	15	Viúva
Consolação	68	2	Casada
Antonia	60	8	Casada
Laura	59	6	Junta
Risete	57	4	Casada
Inailde	55	5	Solteira
Conceição	53	4	Casada
Ruth	51	2	Casada
Arlene	49	9	Viúva
Cláudia	48	1	Casada
Gecileude	45	2	Casada
Simoni	42	2	Junta
Lindalva	41	1	Casada
Dariele	40	1	Separada
Louisa	40	4	Viúva
Iranilda	40	3	Casada
Dejanira	40	5	Separada
Janilce	39	2	Junta
Diana	38	8	Junta
Ângela	37	4	Casada
Cleonice	37	8	Junta
Cleidiane	35	3	Casada
Dayane	31	4	Casada
Sinara	26	3	Junta
Fabiana	25	2	Casada
Naiane	25	0	Solteira
Ilza	23	3	Casada
Nadia	22	0	Solteira
Aisha	21	1	Casada

Quanto ao número de filhos, o Gráfico abaixo (Figura 39) indica que 15 mulheres, metade das entrevistadas, tinha até 3 filhos. Outras 14, tinham de 4 a mais filhos. De acordo

com o Quadro 2, há uma pequena correlação entre idade e número de filhos, isto é, de acordo com as faixas etárias maiores o número de filhos também era maior. Por exemplo, das quatro entrevistadas com idades acima de 60 anos, três delas tinham 6 e mais filhos. E, na faixa de 51 a 59 anos, prevaleciam as mulheres que tinham entre 4 a 6 filhos. Porém, entre as que tinham entre 31 e 49 anos, o quadro era mais misturado. Assim, por exemplo, duas mulheres com 38 e 37 anos, tinham 8 filhos cada uma. Apenas entre as seis entrevistadas mais jovens, que tinham de 19 a 29 anos, o maior número de filhos era de 3, confirmando a pequena correlação observada entre idade e número de filhos.

O Quadro 2 indica que a maior parte delas estava casada, ou em união estável. Eram 20 mulheres nessa condição. Seis eram solteiras ou separadas e três eram viúvas. Vale ainda destacar que dentre essas seis, havia três que tinham mais de cinco filhos.

**Quadro 6.** Gráfico demonstrativo do número de filhos das entrevistadas.



#### 4.2 O aprendizado da catação: entre o trabalho e o brincar

Repetindo uma tradição entre povos pescadores ou agricultores, o aprendizado das atividades ligadas ao extrativismo de caranguejos envolve toda uma familiarização com o ambiente, com os ciclos da natureza e com as técnicas em si. É um processo que começa cedo, já na infância. Com elas não foi diferente, como mostram seus percursos de vida.

A trajetória da maioria foi marcada por uma infância associada ao trabalho. No caso delas, uma peculiaridade é a lembrança frequente de falta de liberdade na relação com os pais.



Isso fez com que várias tivessem visto o casamento como liberdade. Nem sempre, porém, a união conjugal teve esse significado.

Um fato marcante, portanto, é uma memória que faz referência a muito trabalho, responsabilidades e já dividindo as responsabilidades do lar com a família de origem. Muitas das entrevistadas já iniciaram a trabalhar na atividade de catação, para ajudar nas despesas da casa, ou mesmo nas suas despesas pessoais.

Por conseguinte, uma marca forte nas trajetórias é o trabalho “há muito tempo”. Na maioria das vezes essa trajetória está relacionada com as atividades dos pais e das mães, na pesca, na roça, ou em ambas e, para as mais novas, iniciaram a trabalhar na catação. A fala a seguir ilustra um sentimento comum entre as entrevistadas, que é a normalização de um perfil: infância, trabalho e padrão de divisão sexual do trabalho.

Tipo normal, infância de menina... Minha família: minha mãe catava caranguejo desde que eu nasci... foi normal, minha mãe catava caranguejo a gente ajudava criança, meu pai pescador e assim foi indo, até ficar moça, se ajuntar, ter filho e assim foi seguindo a vida. (Iranilda, 40 anos, Treme)

A família de Iranilda vivia da pesca e da catação de caranguejos. O pai saía para a pesca e a mãe, com ajuda dos filhos, fazia catação doméstica. Iranilda fala assim de sua “infância de menina”. E o mesmo padrão seguiu até “ficar moça”, casar e ter os próprios filhos.

As duas falas seguintes são de mulheres cujas famílias viveram de pesca e lavoura. Ambas começaram a trabalhar com os pais na roça e ajudando nas tarefas de casa. Quando o pai era pescador, ele se ausentava de casa durante as campanhas de pesca. É o caso de Antônia e Laura que só mais tarde, já adultas, entraram na catação. De todo modo, tinham sido socializadas na vida pesqueira.

Eu ia pra roça com a minha mãe desde já de mocinha, a partir de 15 anos, de 13 anos, já ia acompanhar ela pra ela não ir só, e meu pai saía pra pescar. Aí ficava só nós, aí a gente tinha que se manter. Ele ia pescar pra adquirir o peixe pra gente comer e aí a gente ia trabalhar pra roça, ia acompanhar que eu era a filha mais velha, né? Tinha que acompanhar ela. (Antônia, 60 anos, Treme,)

Comecei a trabalhar na roça com meus pais ... no tempo que eles trabalhavam na roça, comecei a trabalhar nisso. Me criei na roça com meus pais, fazendo farinha. Aí depois os meus pais morreram, aí procurei marido, aí fui convivendo meu marido, né? Na roça. Aí, da roça, eu comecei a catar caranguejo, meu serviço é isso... (Laura, 50 anos, Treme).

A entrevistada D. também fala desse padrão de infância. Ela já deixa clara a ideia de uma liberdade restrita na infância, de poucas brincadeiras, diante das exigências do trabalho

sob a vigilância da mãe. E mostra uma vontade comum na maioria delas: não repetir com os filhos os interditos que elas tiveram na infância.

Não tive aquela infância de brincar... brincava um pouco, mas desde que me entendo, que eu comecei a sobreviver mesmo... já comecei desde criança a sobreviver só, eu tinha que trabalhar. Eu morava com a minha mãe até uns 8 anos, mas só que não era aquela infância boa porque minha mãe me obrigava a levar o dia inteiro fazendo de tudo [...] [...] que muita coisa hoje eu deixo meus filhos fazerem e brincarem, porque é uma coisa que eu não tive antes... porque eu não me diverti, só me divertia quando a minha mãe não tava por perto. (D. 40 anos)

Vale notar que a maioria das entrevistadas relata que iniciou na catação ou na roça mencionando uma idade precisa, com 10 anos, que parece marcar uma nova etapa da vida.

Com uns 10 anos mais ou menos. Porque assim eu tinha que catar, que era de onde a gente ganhava um pouquinho, aí tinha que catar o caranguejo... (Cláudia, 48 anos, Taquandeuá).

Diana lembrou com alegria o tempo de brincar, quando era menina. Ela também indica que aos 10 anos começou a catar.

Eu brincava, peteca, papagaio... que eu não tinha vergonha mesmo, bola, eu jogava muita bola. Só que com 10 anos eu comecei a catar caranguejo... (Diana, 38 anos, Taquandeuá),

Um ponto que merece destacar é que, seja em Treme ou Taquandeuá, as mulheres relatam que o único serviço disponível para mulher auferir uma renda monetária nas comunidades é a catação. Arlene é clara quanto a isso.

O serviço que tem pra mulher ganhar dinheiro é isso aqui. Outro serviço aqui não tem não. Pra ganhar um dinheiro sendo mulher é esse. (Arlene, 49 anos, Taquandeuá).

As histórias do início na catação pelas entrevistadas fornecem elementos sobre a história da formação da cadeia produtiva do extrativismo de caranguejos naquela região. A catação se desenvolveu a partir da década de 1970, em resposta às demandas de mercado e às necessidades de sobrevivência das famílias. As mulheres de famílias que viviam de pesca e/ou agricultura, encontraram na catação uma oportunidade de trabalho remunerado que se ajustava com as expectativas de papéis e identidades moldadas pelas relações de gênero: e a catação de caranguejos é um desses trabalhos. Pode ser feito no espaço do lar e “acomodado” com as tarefas domésticas do dia a dia, que são socialmente atribuídas principalmente às mulheres.

Segundo os dados de campo e de outros estudos (ALVES, 2003), a catação em Bragança, de fato, conheceu uma expansão nas últimas décadas do século passado. Assim, enquanto as entrevistadas mais velhas se referiram a terem começado a trabalhar em roça, ou em lides pesqueiras, no seio das famílias, as entrevistadas mais novas indicaram que sua primeira ocupação foi catar caranguejo, pois essa já era uma opção comum na localidade. Foi assim com Fabiana:

Catar caranguejo que é a profissão nossa...desde criança sempre foi catar caranguejo. Até hoje a gente senta cata e leva hora, até ainda há pouco a gente tava catando. (Fabiana, 25 anos, Treme).

A maioria relatou uma adolescência de pouca ou nenhuma liberdade para sair de casa, ou se relacionar com amigos e amigas. Como dito acima, várias enxergaram uma alternativa de liberdade no casamento, ou na união de casal, ainda cedo. A notar que as desigualdades de gênero se refletiam no seio das famílias. Em vários casos, portanto, a adolescência foi seguida por um casamento e, por vezes, a maternidade também veio cedo:

Ahhh, minha infância foi pouca. Com 13 anos eu tive a minha primeira filha, vou logo dizer, a minha infância foi pouca, eu não ia em festa, que a minha mãe não me deixava, era assanhada por homem. Já tenho uma filha de 21 e a outra de 19 ... e assim foi. A minha caçula tem 9. (C, 35 anos)

As histórias de vida têm em sua essência a luta por liberdade, por autonomia e outras oportunidades, mas os obstáculos surgiam e tornavam difícil a mudança dessas realidades. Adiante, mais uma entrevistada que se refere ao casamento, aos 16 anos, como uma opção de liberdade diante das coerções na família materna:

Eu morava com a minha mãe, aí eu não tinha liberdade como eu te falei...aí eu comecei a namorar escondido, que se ela soubesse ela metia a porrada, aí eu peguei, eu só me juntei porque ela foi se operar de apêndice e tava internada, e eu já tava com meus 16 anos. Aí eu fiquei com essa pessoa quase um ano só namorando e com 17 anos eu me juntei. (D., 31 anos)

Outro relato vai na mesma linha, indica que o casamento foi uma forma de sair da carga familiar, sendo a mãe um agente dessa situação lembrada como opressiva. Porém, o casamento também não se mostrou como espaço da liberdade e autonomia que ela almejava, embora tenha durado 22 anos e meio.

A minha infância foi triste pra mim, o meu casamento foi pior ainda; eu me juntei com um rapaz que eu vivi 22 anos e 6 meses. Porque assim como eu vivia aquela vida na mão da minha mãe, e ela um dia antes de eu me juntar ela me deu uma surra que eu fiquei com meu couro marcado. E eu cansei de apanhar. Aí eu conheci um rapaz, sem intenção nenhuma. Só que um dia ele me chamou pra ir embora com ele, aí eu pensei assim, eu vou me embora com ele, no outro dia eu me saio dele e faço minha vida. Só que nisso eu tive meu primeiro filho, meu segundo filho e meu marido caiu na patifaria com outras mulheres, porque ele era novo também. (D., 40 anos).

A busca por autonomia é algo que sempre vem nas falas destas mulheres, seja de uma forma ou de outra. A catadora I. mostra em seu relato o quanto as crianças ajudavam a mãe, assumindo algumas tarefas do processo de catação. Ela valoriza o fato de que puderam comprar alguns itens pessoais com a renda que a mãe repassava aos filhos e filhas.

Como a gente era pobrinho, mais do que a gente é agora, foi catar caranguejo ajudando a mamãe, ela descabeçando, a gente partindo ele no meio, assim nós fomos crescendo, comprando nossas roupas, nossos calçado, fomos crescendo assim desse jeito... (I., 49 anos).

Dejanira, de 40 anos, nos relata sua infância, com a memória relacionada à pesca, o trabalho feito em terra, o trabalho com a irmã e a mãe para ajudar na renda da família. Também uma infância do trabalho e das responsabilidades:

Porque eu vi a minha mãe e o meu pai, meu pai a vida toda dele foi trabalhar na maré. Aí a gente moremo no Ajuruteua, na vila do Bonifácio, a gente veio ali pra Ponte Grande, antes de chegar no Ajuruteua, moremo na Praia no Inferno (risos)... e assim se criemos com eles, nessas praias, não tinha caranguejo.

As filhas e a mãe beneficiavam – “retalhavam” e salgavam – os peixes, que não eram levados diretamente para venda na cidade. Eram peixes pequenos, a exemplo da pescada gó, que o pai pescava e que eram conservados no sal para a venda em outros momentos.

O pessoal dos barcos grandes não levava as gó pequena, deixavam lá, eu me sentava com a minha irmã e ia retalhar, por dia nós retalhava dois serão de peixe, só eu e ela. Nós retalhava, minha mãe ajudava a salgar e meu pai vendia pra comprar comida já pra gente. E assim eu fui... é como eu te disse...eu na fase de pequena, eu não tive infância. Aí quando a gente veio pra Praia do Inferno a gente trabalhou com o caranguejo, aí eu fui pegando gosto... aí a gente voltou pro Rio Grande, aí meu pai vendia um pouco de caranguejo e um tanto ele trazia pra nós catar com a mamãe. (Dejanira, 40 anos).

Interessante observar na fala de Dejanira, que a família morou em praia e vivia basicamente de pesca no mar feita pelo pai e a família fazia o processamento dos peixes que ele trazia. Com a mudança para o Rio Grande, área próxima de mangue, o pai começou a tirar

caranguejo para vender, sendo que uma parte do produto ele levava para casa, para a mulher catar para venda, contando com a participação das crianças nessa catação. Era uma unidade de produção familiar.

Uma das entrevistadas de mais idade relatou como passou do trabalho em roça para o trabalho com caranguejo. Foi uma decisão dela com o companheiro. A roça era pesada e “a vida de caranguejo” parecia melhor. Ela começou a catar em meados dos anos 1970, justamente quando estava começando a procura em grande escala por esse produto em Bragança.

Olha, vou ser logo franca com você... na época que eu me ajuntei com o pai dos meus filhos, eu tinha uns 19 anos pra 20, aí eu comecei a ter filho. Aí o que era meu serviço nessa época? Pra me alimentar e ele, eu trabalhava em roça. Comecei a trabalhar em roça, aí já depois eu já achei que a vida era cansada pra nós. Aí nós agarremos e começemos a trabalhar em vida de caranguejo. (Ana, 70 anos).

A catação passou a ser o principal meio de vida da família. Inclusive, seu neto hoje atua como patrão nesse ramo.

E até agora eu trabalho, tem uma catação aí atrás que é do meu neto... é assim, eu não tenho vergonha de dizer que trabalho com caranguejo, eu criei meus filhos trabalhando nesse ramo. E eu não me desfaço, gosto muito de trabalhar com caranguejo. (Ana, 70 anos).

A despeito de todos os obstáculos, ela diz gostar da atividade e reconhece que a criação dos filhos foi possível com a renda da catação. Ela comparou com a roça e considerou que a escolha foi acertada. Por suas histórias, vemos que essas mulheres tiveram sempre que conciliar o cuidado com os filhos com o trabalho na catação.

A trajetória de Maria, 55 anos, que desde os 18 anos é catadora de caranguejo, é típica também da passagem da pesca para a catação. Antes de migrar para Treme com a família, ela pescava com o pai. Passou a catar quando se juntou com o companheiro, em 1985. Ela mostra também que essa relação vem desde a infância, através dos saberes repassados pelos pais, algo que é lembrado no momento da entrevista com certo saudosismo e afeto.

Uma das entrevistadas ilustra, em sua história de vida, as distintas formas de organização do trabalho na catação. Ela começou em 1994, quando tinha 12 anos, depois de ter trabalhado na roça com a família. Começou catando para marreteiros que, na época, pagavam por paneiro de caranguejos catados.

Eu comecei a trabalhar desde os 10 anos, eu não catava caranguejo, eu capinava na roça. Com 12 anos em diante eu comecei a catar caranguejo, aí comecei a catar pra

outras pessoas que me pagavam por paneiro, na época a gente catava, o paneiro custava R\$1,00. A gente levava o dia inteiro pra ganhar R\$2,00! (D., 40 anos).

A partir de 16 anos, depois de ter trabalhado para esses marreteiros externos, ela passou a catar para o próprio pai. A fala mostra que o pai então atuava como marreteiro e a filha foi uma de suas fornecedoras. Já mãe de seu primeiro filho, ela deixou o pai e passou a catar para outras pessoas, segundo o mesmo esquema: o marreteiro lhe repassava os caranguejos inteiros e ela entregava a massa, o produto tratado. O desejo de autonomia, de não depender do pai e nem do marido estava presente em suas escolhas.

É... quando foi passando o tempo eu já fui catando pro meu pai, foi quando eu tive meu primeiro filho eu ainda catava pra ele, quando eu tinha meus 16 anos... aí catei pra ele até uns tempos mesmo, depois eu disse: não! Depois que o meu filho nasceu, ele já tava com um ano, eu decidi me virar pra mim mesma. O pai dele ganhava o dinheiro dele, mas eu nunca gostei de tá pedindo pra ele [cônjuge], então eu preferi ter o meu mesmo, catando, que com esse meuzinho eu me virava; e aí eu comecei a trabalhar pra outras pessoas, que era mais um trocado pra mim e assim fui me virando (D. 40 anos).

A entrevistada, que é membro da REDE, mostra um percurso peculiar, pois ela conseguiu juntar dinheiro e passar a comprar ela mesmo o caranguejo para revender beneficiado. Ela incorporou um elo da cadeia produtiva, tornando-se ela própria marreteira. E ampliou sua margem de ganho ao conhecer um patrão da cidade de Bragança, a quem entregava o produto diretamente, a um preço superior ao que era pago na sua vila de origem.

[...] fui conhecendo outras pessoas e já fui comprando pra mim mesmo, já fui juntando dinheiro pra comprar caranguejo pra mim mesmo. Aí conheci uma pessoa de Bragança, que é o patrão e quem tem vários barcos na beirada. Ele perguntou se eu queria trabalhar pra ele, aí eu pensei que eu poderia ganhar mais um pouco. Aí eu comecei a trabalhar com essa pessoa, justamente na época que eu tinha meus filhos todos, e ele sempre me ajudando. E assim eu fui vivendo minha vida como até hoje eu tô, um pouco doente, mas trabalhando. (D.,40 anos).

Em suma, as histórias da infância e juventude das entrevistadas mostram uma socialização para a vida ligada ao universo da pesca desde cedo, havendo ainda uma parcela que durante a infância trabalhou mais em agricultura, atividade corrente onde nasceram. As mais velhas relataram ter entrado na catação já adultas, por vezes depois de formarem a própria família, enquanto as mais novas já começaram a trabalhar na catação. Para um número considerável delas a infância é lembrada também como um tempo de sacrifícios e de longas horas dedicadas ao trabalho, colaborando na produção dos meios de vida de seu grupo familiar.

Os relatos das filhas de famílias de pescadores reforçam a noção de que o conceito ampliado de pesca, hoje defendido pela FAO (2017) e destacado em pesquisas e pelos movimentos sociais das categorias pesqueiras, é plenamente justificado. Quantas mulheres trabalharam em atividades pós-captura desde meninas, como exemplificaram os relatos colhidos em campo. E, apesar disso, mulheres em comunidades pesqueiras continuam a enfrentar dificuldades em provar seu estatuto e gozar dos direitos previdenciários correspondentes. Igualmente, as estatísticas permanecem cegas às relações de gênero na pesca, como HELLEBRANDT (2017) mostrou, dentre outros estudos, deixando assim de captar o conjunto de atividades que compõem o setor pesqueiro e sua importância econômica.

#### 4.3 O nosso estudo ficou pra trás e o nosso trabalho ficou pra frente: a trajetória escolar das mulheres

O Gráfico a seguir (Figura 52) apresenta a distribuição das mulheres por faixas de anos de estudo. Mostra que metade delas tem de até 4 anos de estudo, o que é um número alto dispendo de pouca escolaridade. Dentre as que têm 5 anos e mais de estudo, seis estudaram por um período de até 7 anos, isto é, não chegaram a concluir o fundamental. E as oito restantes alcançaram, ou o fundamental completo, ou o ensino médio incompleto. Só duas tinham completado o ensino médio.

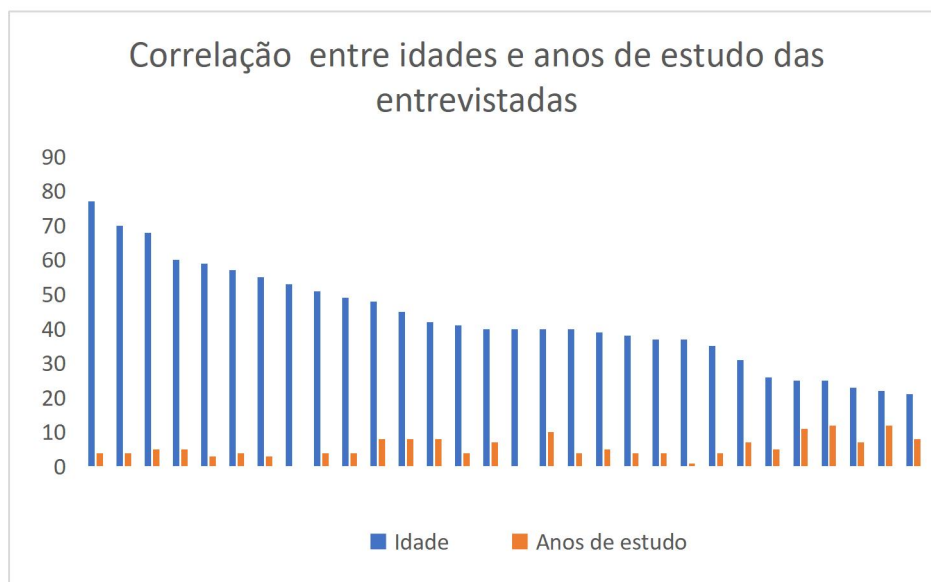
**Figura 52.** Gráfico das faixas de anos de estudo das entrevistadas.



Há uma pequena correlação entre idades e anos de estudo. O Gráfico XXX abaixo mostra uma tendência de quanto mais jovens, mais anos estudaram. E as de mais idade, estudaram menos. De fato, três das quatro entrevistadas que chegaram ao ensino médio, eram

jovens, pois tinham até 25 anos de idade. Mas, entre as dez entrevistadas que tinham entre 30 e 40 anos, mais da metade só tinha estudado até 4 anos. Isso mostra que ainda é frequente a evasão escolar precoce entre elas. (Figura 53).

**Figura 53.** Gráfico da correlação entre idade e anos de estudo das entrevistadas.



A sra. A., de 70 anos, resumiu de forma bem clara o que foi a vida de trabalho desde cedo e a difícil empreitada do estudo. Durante um tempo, a mãe é quem garantiu o sustento da família. E, na sua vida e na de algumas irmãs, trabalho e estudo se separaram.

Por que eu e umas irmãs minhas a gente não sabe ler? Por causa de que? Porque a nossa mãe, nessa época o estudo era muito difícil, e o tempo que era pra nós estudar, nós ia pra roça, trabalhar com a nossa mãe. E então nosso estudo ficou pra trás e nosso trabalho ficou pra frente. Então, eu não sei ler, só quem sabe das minhas irmãs é duas ou três, que o resto trabalhava com a mamãe. Logo que a mamãe se juntou com meu pai ele não trabalhava, era só ela e a gente tinha que ajudar ela. Minha vida era essa, as vezes eu digo pras minhas netas, vocês aproveitem pra estudar! (A., 70 anos, Taquandeuá).

A entrevistada I., de 55 anos teve uma trajetória semelhante. Deixou o estudo para trabalhar. Assim como A., não quer que os netos sigam o mesmo caminho. A sua fala traduz a dureza dos trabalhos: “como uma escrava”. E essa condição se estendeu para a vida de casada.

Eu digo pra ela: minha filha, eu faço de tudo, então estude [...] porque eu deixei meu estudo pra poder trabalhar. Mas jamais eu vou obrigar ela [neta] a trabalhar como eu trabalhei. Trabalhei como uma escrava pros outros, peguei tanto sol na cabeça que até hoje sou doente. Me ajuntei com o pai dos



meus filhos, eu nunca fui feliz. ele só judiou de mim, servi de escrava pra ele.... não deu mais certo, eu decidi ficar só. (I., 55 anos, Taquandeuá)

#### 4.4 Meios de subsistência das famílias

Como visto nas páginas precedentes, na vida de parte das entrevistadas, em sua infância e juventude, as fontes de renda principais das famílias eram pesca e catação. Em alguns casos, as famílias moravam em áreas agrícolas. O testemunho de Louisa mostra essa combinação entre pesca e catação na família de origem. Quando se mudaram para Treme, a catação era uma ocupação comum para as mulheres, pois já havia um mercado estabelecido. Os homens da casa iam pescar e elas começaram a catar caranguejos. Seu relato deixa transparecer o trabalho como empreendimento familiar, pela forma como ela emprega o verbo na primeira pessoa do plural, ou então usa o sujeito “a gente”.

Era capinar roça e fazer farinha, quando eu era mais nova fazia assim, né? Onde a gente morava lá era trabalhar de roça, fazer farinha, plantar mandioca na área, capinar roça... Aí viemo pra, cá já fomo trabalhar no caranguejo, os homens iam trabalhar de curral de peixe e a gente, pra não ficar dormindo, ia catar caranguejo. (Louisa, 40 anos, Treme)

Essas características da trajetória de Louisa e de outras entrevistadas são testemunhos da história daquele território, com modos de vida tradicionalmente ligados ao uso dos recursos naturais, na produção familiar, o que justificaria mais tarde a criação da Reserva Extrativista Marinha.

No Quadro 7, vemos o panorama das fontes de renda das famílias nos dias de hoje. A primeira diferença marcante em relação ao tempo em que viviam com os pais, é a presença de um programa público de renda, no caso o Auxílio Brasil, que muitas ainda referem como Bolsa Família, além das aposentadorias rurais. Durante sua infância, não apenas era impensável no Brasil esse tipo de política social, como os direitos previdenciários para mulheres no meio rural eram ainda mais restritos, como Hellebrandt (2017) indicou ser o caso para as pescadoras.

Atualmente, em alguns poucos casos dentre as entrevistadas, a profissão do marido ou companheiro se dá no setor de serviços. Porém, a maioria dos lares mostra um perfil não muito diferente das famílias de origem, no sentido de pouca diversificação de ocupações.

A atividade principal das entrevistadas é a catação e, no caso das entrevistadas da Vila Bonifácio, a pesca. Assim, mesmo com as flutuações e variações na cadeia produtiva do caranguejo, o trabalho delas na catação é fundamental no sustento de si mesmas e das famílias.

**Quadro 7.** Fontes de renda das famílias.

Entrevistada	Idade	Atividade principal da entrevistada	Outras fontes de renda da família	Renda de programas sociais
Aisha (pescadora em Bonifácio)	21	Pesca	Coleta da fruta ajirú na praia	Auxílio Brasil
Nádia	22	Catação	Plantio de açaí, macaxeira; Fabrico de farinha; Esteticista	
Ilza	23	catação	Agricultura	Auxílio Brasil
Naiane	25	Catação		
Fabiana	25	Catação		Auxílio Brasil
Sinara	26	Catação		
Dayane	31	Pesca		
Cleidiane	35	Catação		Auxílio Brasil
Ângela	37	Catação		Auxílio Brasil
Raimunda	37	Catação		Auxílio Brasil
Diana	38	Catação	Pesca do marido	
Janilce	39	Catação	Vendas	Auxílio Brasil
Dejanira	40	Catação	Vendas diversas: compra caranguejos e revende beneficiados	
Lindalva	41	Pesca	Pesca do marido	
Iranilda	40	Catação	Filho-marreteiro; Marido-pedreiro	Auxílio Brasil
Dariele	40	Catação		Auxílio Brasil
Louisa	40	Catação	Roça	Pensão
Simoni	42	Catação/Agricultura		Auxílio Brasil
Gecileude	45	Catação	Pesca e Mototaxi	
Cláudia	48	Catação	Pesca do marido	Auxílio Brasil
Arlene	49	Catação		Auxílio Brasil
Ana Ruth	51	Catação	Pesca do marido; Taberna em casa	
Domingas	52	Catação	Agricultura	
Conceição	53	Catação		Aposentadoria
Consolação	68	Catação	Catação	Aposentadoria
Inailde	55	Catação		Auxílio Brasil
Risete	57	Catação		Aposentadoria
Laura Mescouto	59	Catação		Duas aposentadorias
Antônia Elineuza	60	Catação	Pesca do marido	Duas aposentadorias
Ana	70	Catação		Aposentadoria
Raimunda	77	Pesca		Aposentadoria

Ao analisarmos esse quadro, percebemos que menos de 1/3 das entrevistadas tinha outra atividade para complementar a renda, sejam elas ligadas com pesca ou agricultura, ou mesmo atividades fora desse eixo, como a entrevistada Nádia, que também realiza serviços de esteticista. Outras sete entrevistadas indicaram a participação dos maridos na renda da família. A maioria ligados à cadeia produtiva do caranguejo, ou da pesca. As exceções foram de cônjuges que trabalham em outros ramos como: mototaxista e pedreiro.

Por fim, estas mulheres são levadas a dinamizar seu processo de geração de renda para o sustento da família. A catação segue sendo o recurso que lhes é mais acessível, e por mais que não seja a maior fonte de renda da casa, devido ao valor baixo pago pelo produto e suas oscilações, ele é o que muitas dizem ter “garantido a semana”, dinheiro esse que é utilizado para comprar alimentos.

Ficou claro como a vida de sacrifícios continua a marcar a trajetória das entrevistadas, seja em maior ou menor proporção. Elas expuseram que houve mudanças nos arranjos familiares, mudanças que podem ser significativas nas relações de gênero, com algum grau de deslocamento nos papéis convencionais. Disto isto, o desafio da equidade precisa enfrentar as barreiras que ainda travam o crescimento das mulheres na sociedade. A rotina das mulheres, hoje, repercute as desigualdades nas atribuições de tarefas domésticas e a sobrecarga da conciliação com o trabalho. Muitas relatam que no seu dia precisam priorizar a catação, para só depois realizar os afazeres da casa. Contudo, algumas dividem com o companheiro esses afazeres, não de forma permanente. A catadora Janilce é uma das que atualmente contam com a “ajuda” temporária do companheiro nessas tarefas (Figura53).

Ele trabalha com venda. Quando ele tá por aqui ele me ajuda ...enquanto eu cato ele já faz um almoço, já ajuda. (Janilce, 37 anos, Treme)

Um testemunho similar foi dado por outra entrevistada, que afirmou que o companheiro a ajuda quando se encontra em casa, o que lhe permite inclusive participar de reuniões da REDE. Ela prioriza a participação.

Meu companheiro, ele me ajuda sim. Quando ele tá aqui em casa, ainda ontem foi ele que fez o almoço. Ele ajuda com os meninos, dá banho, arruma. Quando eu vou participar de reunião e ele tá em casa, eu vou despreocupada. Agora, quando ele não tá, eu faço o que der, senão eu faço quando voltar, o importante é ir pra reunião. (S., 42 anos, Taquandeuá)

#### 4.5 Conciliação ou delegação?

Segundo Hirata (2007), o modelo de conciliação consagra a ideia de que os homens e as mulheres não são iguais perante o trabalho profissional pois, ao homem é dado tempo para sua formação e qualificação; à mulher, a dupla jornada de trabalho, pois a ela cabe principalmente a responsabilidade de se adaptar a essa dupla responsabilidade, isto é, fazer a conciliação. Há um paradoxo na vontade de se alcançar a igualdade pela promoção da conciliação, na medida em que seja uma preocupação de ambos, mulheres e homens. Outro modelo, para Hirata (2007), é o da delegação, em que se consegue repassar a outrem, geralmente mulheres, o desempenho das tarefas domésticas e de cuidados.

O modelo da delegação se deve ao crescimento do número de mulheres em profissões de nível superior, argumenta Hirata (2007) pois elas têm, ao mesmo tempo, a necessidade e os meios para delegar a outras mulheres as atividades domésticas e familiares. Refletindo sobre a realidade de países ou regiões desenvolvidas, que recebem fluxos de migrantes em busca de oportunidades, a autora mostra que parte importante desses migrantes são mulheres, que vão engrossar as filas dos empregos domésticos, seja no cuidado de crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais, seja realizando tarefas como limpeza e outras de manutenção de lares. Essa experiência desencadeia uma outra problemática, que a autora chama de “redes globais de afeto e assistência”, ou seja, essas mesmas mulheres que cuidarão dos filhos das patroas terão que delegar os cuidados de seus próprios filhos para outras pessoas e, assim, sucessivamente. A delegação traz consequências para a família, acarretando a ruptura da relação mãe-pai-filho. Além disso, afirma Hirata (2017), nesse modelo há também a desigualdade de gênero, visto que a gestão do trabalho delegado será, quase sempre, de competência daquelas que delegam, ou seja, das mulheres.

Nessa linha, a pesquisa de campo também procuro examinar a relação de conciliação ou delegação na realidade das mulheres catadoras. Em todos os casos analisados, elas orientam suas atividades para os cuidados familiares, trabalho acoplado ao cotidiano familiar. O trabalho delas se encaixa, ou elas pretendem encaixar, com a vida da família. É claro que as histórias estudadas apresentam diferenças, como aqui já mostradas. Mas, esse é o padrão geral, que Laura explicita:

Ah, o que eu faço... é que eu cato meu caranguejo, tomo conta da casa, né? Meu serviço é esse, lavar minha roupa e conviver com meus filhos. A casa é por minha conta, do café ao jantar, tudo sou eu, não tem filho, não tem marido pra ajudar. (Laura, 59 anos, Treme).

As tarefas domésticas costumam ser feitas no intervalo entre uma catação e outra, como os relatos demonstram.

Janilce: eu cato à noite, aí de manhã é menos caranguejo pra catar e dá tempo de eu ir fazer minhas coisas ... Começo, por exemplo,, umas cinco da tarde e vou até umas dez horas da noite, aí quando é de manhã, umas cinco da manhã me levanto e torno a catar de novo até umas dez horas da manhã ... aí paro pra fazer minhas coisas. Às vezes eu só paro quando termino de catar tudo, aí que vou fazer minhas coisas, almoço, lavar louça... é assim. (39 anos, Taquandeuá).

A pesquisa de campo mostrou indicativos de que os maridos participam do trabalho do lar de forma um pouco mais expressiva hoje, do que antigamente. É evidente que essa participação é sempre muito menor do que o que a mulher assume e permanece vista como ajuda à mulher. Segue o relato de divisão de tarefas do lar e do trabalho para um casal jovem, em que ambos catam caranguejos:

Assim, meu marido e eu que catamos, ele me ajuda, ele fica tirando a cabeça e eu fico quebrando... aí como eu sou mais rápida do que ele, aí dá tempo de eu fazer a comida, lavar a roupa, o tempo que eu cuido da casa ele tá tirando a cabeça. E na casa ele me ajuda também, as vezes ele cuida do neném, dá banho, faz mingau... vai me ajudando. (23 anos, Treme).

Mas de fato, a partilha do cuidado familiar, notadamente se há filhos pequenos, se dá mais entre mulheres da rede familiar ampliada. A delegação se dá nessa rede. Quando não há possibilidade de contar com uma filha mais velha na própria casa para ajudar na tarefa, enquanto a mãe está concentrada no trabalho, essa prática de recorrer a outras parentes é comum. É assim que Fabiana, de 25anos, concilia tarefas domésticas e catação, compartilhando entre as filhas e a mãe:

Às vezes ela [mãe] fica na catação e a gente vai fazer as coisas de casa, as vezes ela vai fazer as coisas de casa e a gente fica na catação. (Fabiana, 25 anos, Treme)

Fabiana ajuda a mãe na catação (ajudar, termo que ela mesma usa) e cuida de dois filhos pequenos (6 e 3 anos). Por isso, ela tem de interromper mais vezes o trabalho.

Patrícia: como é feita a divisão dos afazeres domésticos com a catação?

Fabiana: um pouco de tempo pra cada coisa. Meus filhos acordam sempre 8 horas, faço o café deles, aí vou ajudar a mamãe, lavo roupa, aí torno a ajudar de novo, é assim que é. (25 anos, Treme).

É comum que as mulheres contem com as filhas para ajudar nas tarefas domésticas e na catação, isso desde cedo, repetindo os padrões que elas já viveram. No trecho seguinte, além de falar da ajuda da filha, Cleidiane mostra o tipo de tarefas de catação que a filha assume.

Porque esse ramo que a gente trabalha é muito puxado, a gente não tem tempo... e a minha filha de 9 anos, ela me ajuda, ela parte uma unha, ela enche as vasilhas de massa, cata umas duas vasilhas, ela senta e me ajuda a catar. As vezes ela lava uma louça pra mim, ela varre uma casa. Quando eu termino de catar caranguejo, já tá tudo limpo.... (Cleidiane, 35 anos, Taquandeuá).

Para concluir esta análise, destaco esse ponto comum entre as mulheres da pesca e as mulheres da catação: a ajuda mútua intrafamiliar, sobretudo entre as mulheres, para conciliar trabalho e cuidados. Vejamos relatos coletados na Vila do Pescadores:

Patrícia: No teu dia a dia em casa ... como concilia o trabalho da pesca com o trabalho de casa? Tem alguém pra te ajudar?

Aisha: Só a minha irmã. Só que a minha irmã fica com a minha filha, aí de manhã tipo assim, se eu for pescar 8h da manhã, aí eu me acordo 6h da manhã, lavo louça, banho a menina, arrumo tudo em casa, faço comida, tudo que tem de fazer antes das 8h. Aí eu saio pra pescar. Aí a casa fica bem perto da minha mãe, aí a minha mãe fica olhando. Aí as vezes eu chego 15h, 16h, aí a hora que eu chego, eu vou lá pra casa. Aí lá de casa eu saio só no outro dia, que eu vou fazer aquela mesma rotina (Aisha, 21 anos, Vila dos Pescadores).

E agora, a rotina de Dayane, também pescadora:

Patrícia: como você se divide entre a casa e a pesca?

Dayane: Aí, é muito difícil mesmo! Porque eu tenho que cuidar um pouco da pesca e um pouco de casa, tem vezes que eu me divido em três, mas eu consigo rapidinho assim fazer. Aí quando chega a noite pra mim dormir, tamanho onze horas da noite, ou meia noite, que eu gosto de fazer as minhas coisas à noite, pra mim deixar tudo feito, pra de manhã eu tá um pouco descansada pra mim ir pescar... assim que eu faço. Aí quando a chega nos nossos 65 anos pra se aposentar, a gente tá tudo acabada. Eu sinto muito as minhas cadeiras, tem dias que eu não presto pra nada, mas assim mesmo eu faço esforço e vou. Porque, quem tem seis pessoas numa casa pra sustentar e ganha 400 reais do bolsa família não dá. Ainda mais agora, tudo caro. Aí eu trabalho na pesca todo tempo, mesmo grávida eu sempre pesco e só paro com meus 8 meses, sempre foi assim (31 anos, Vila dos Pescadores).

Sua jornada se faz entre a casa e as águas, o que a leva por vezes a “se dividir em três”. E quer estar disponível para ir pescar na hora certa, conforme o tempo das marés. Ela também se refere a impactos do esforço físico contínuo na sua saúde. Tem uma visão crítica da aposentadoria da pescadora, com mais de 60 anos.

Na catação de caranguejo, geralmente o trabalho do homem e da mulher tem uma linha divisória muito clara, como foi visto no capítulo anterior. Foi visto também que, por

mais que as mulheres catadoras recebam algum tipo de auxílio dos companheiros e dos filhos e filhas no trabalho ou nos afazeres domésticos, a jornada da catação é executada sob a pressão de ser o caranguejo altamente perecível. Não permite o manuseio por muito tempo, sob pena de ele se estragar. Ele também necessita de refrigeração, o que muitas não dispõem. Inailde ilustra essa pressão temporal.

Inailde: Deus o livre, olha ... o caranguejo chega quase umas 19h, aí eu cato um pouco, depois me levanto 2h da madrugada quando é pro lado das 9h/10h é que vou terminar, custa muito... (55 anos, Taquandeuá)

A desigualdade de gênero não ficou para trás, apesar de todos os avanços conquistados, em cima de muita luta, vigilância, pequenos e grandes passos. Por isso, falar nesta tese sobre equidade de gênero é essencial, já que a busca dessas mulheres ao se organizarem não trata somente de comercialização, é também sobre direitos sociais que lhes são negados e deixam implicações em suas vidas. Como foi demonstrado anteriormente, as jornadas de trabalhos extensas deixam-nas sem tempo livre para outros tipos de compromissos. Como garantir então a participação mulheres em reuniões, fóruns, conselhos e outros espaços de deliberações de políticas públicas? E, além disso, que seja uma participação de qualidade, compreendendo as especificidades de seus meios de vida e riscos que são próprios do seu ramo de trabalho.

Por vezes as mulheres precisam fazer escolhas para priorizar o cuidado com os filhos e filhas. A catadora Gecileude, companheira de um pescador, tem a sua história profissional na catação ligada com a necessidade de cuidar da filha. Ela saiu de um emprego doméstico na sede do município por não ter com quem deixá-la. E, por isso, aprendeu a catar, o que lhe permitia ficar em casa junto da menina.

A gente veio embora pra cá, né? Aí, ele trabalhava de pesca, aí já não tinha opção. Eu trabalhava em Bragança em casa de família, só que pra mim trabalhar lá, já não tinha com quem deixar ela, aí eu já tinha que ficar. Ele saía de manhã, passava dois dias pescando, volta, com dois dias, três dias, aí não tinha como [...]. Foi aí que eu comecei [a catar], foi um pouquinho difícil pra mim aprender, que é um pouco complicado né? Aí foi começando, graças a Deus, que hoje é a minha profissão (Gecileude, Treme, 45 anos, catadora de caranguejo).

#### **4.6 Trabalho e saúde**

Os problemas de saúde ligados ao trabalho de mulheres em comunidades pesqueiras têm sido alvo de preocupação dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras no Brasil. Em seu estudo feito com lideranças do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

(MPP) e Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Alencar e Palheta (2021, p. 26) destacam que esses problemas de saúde dificultam a própria participação política delas nas lutas por território, condições de trabalho ou atuação no mercado. Dentre os problemas que afetam as mulheres, que podem ser consideradas doenças ocupacionais, constam: atividades que envolvem movimentos repetitivos, exposição ao sol e à água do mar. E, considerando que as pescadoras não são reconhecidas pelo Estado, ficam ainda mais vulneráveis no enfrentamento desses males, argumentam Alencar e Palheta (2021, p. 26). Esse argumento reflete a realidade das catadoras deste estudo.

Os dados sobre as etapas do processo de trabalho e sobre as longas jornadas, já apontam para os problemas de saúde a que as catadoras ficam expostas. O Quadro 8 traz várias falas de catadoras sobre esses problemas.

**Quadro 8.** Efeitos da catação à saúde das catadoras (relatos).

Inicial/nome	Idade	Efeitos da catação sobre a saúde
L.	40	“só aborrecida, que a gente se aborrece por tá sentada, sentada... que a gente fica muito tempo sentada né, aí fica cansada as costas, as cadeiras”.
G.	45	“dói assim, mais a costa, a coluna, muito tempo curvada, a vista dói também, assim quando a gente não tá de luva corta o dedo”. Ela sofre com diabetes
R. C.	37	“... eu sinto muita dor, que eu sou operada desde menina, eu sinto muita dor nisso aqui ...nas minhas costa”.
A. R.	51	“... dói a costa, dói o pescoço e o bumbum de ficar sentada... dói tudo!”
N. S.	22	“... é dores na costa e falta de sono, passar mal de sono, pé incha também de ficar muito tempo sentada”.
F.	25	“dói a coluna, eu acho que porque a gente tá sentada, dói muito a costa, as vezes a perna incha, dá dor de cabeça...”.
I.	40	“dói a costa passar o dia inteiro sentada [...] e também fere as mãos, né? Isso aqui furada de caranguejo, inflama [...], o pescoço fica duro”.
R.	57	“incha meu pé, fica muito inchado”.

O Quadro 8 mostra que, independentemente da idade, elas relatam problemas semelhantes, decorrentes do tipo de trabalho que fazem. O mais comum são as dores nas costas e o inchaço nas pernas. E, depois, os cortes nas mãos. Diante de jornadas intensas e exaustivas e com escasso tempo disponível para o cuidarem de si, as mulheres relatam os impactos dessa rotina em suas vidas.

Diana: aí negócio de catação de caranguejo escangalha com a gente, muita dor de coluna que eu tenho... é, eu me acordo de madrugada, 4h pra catar caranguejo, as vezes eu catava de noite, uma hora da madrugada eu parava e já deixava pra catar de



manhã, quando eu me acordava. Ixi! Uma preguiça que só de catar de novo, todo dia, de segunda a sábado... catando caranguejo, em pé, sentada, de tudo que é jeito! (38 anos).

Maria: ah, pelo meu marido eu nem catava mais, porque dói meus pés, minha costa, incha tudo. (57 anos).

Louisa fala da maior intensidade do trabalho quando todas as etapas são feitas em casa, desde matar, esquartejar, lavar e cozinhar, até a catação e a embalagem:

Louisa: quando a gente mata mesmo na casa da gente é difícil, porque a hora que chega tem que se levantar, cozinhar e catar porque a gente cozinha, mata, esquarteja, lava e vai cozinhar, embalar tudinho e termina e a gente vai dormir, termina de dormir e 6 horas da manhã a gente entra a catar. (37 anos, Treme).

Em casa, embora não se possa prolongar muito a catação para evitar que o produto estrague, há uma pequena margem de liberdade, segundo essa informante, que compara o trabalho feito em casa com o que é feito na fábrica.

Sim, dói a costa passar o dia inteiro sentada, dói muito a costa e também fere as mãos né, isso aqui furada de caranguejo [...]. Eu passei uns 3 meses trabalhando ali na fábrica, só pra selar os caranguejo. Lá são as mulher sentada o dia inteiro, só levantava pra merendar e almoçar. Aqui em casa ainda distrai, né? Levanta um pouquinho, faz almoço, mas lá, dói mais a costa (I., 40 anos, Treme).

Diana explica a dificuldade específica da tarefa de cozinhar os caranguejos, por causa do peso e do calor que enfrenta para manipular o tacho e da atenção que é necessária.

Diana: acho que é cozinhar... porque dá muito trabalho, tem que deixar subir a fervura, aí tu tá numa quentura grande, na beira do tacho pra tirar, deixa derramar a primeira fervura pra poder trocar a água e cozinhar de novo, é muito trabalho! Eu vim engordar depois de ter esse meu filho zitinho aqui, eu não tinha tempo de fazer nem a comida pra dar pros meus filhos, só catando mesmo. Eu fazia uma comida leve, um ovo pra ser rápido e não deixar o caranguejo tardar ali, senão eu ia demorar mais pra terminar. (38 anos)

Já com vários filhos para criar, a necessidade de sustentar a família exigia longas horas na catação, inclusive na parte mais dura para ela, que é o cozimento, o que fazia com que ela emagrecesse. A catação tem a premência de tempo, daí que ela muitas vezes não parava para se alimentar direito.

Por outro lado, quando estão sem dinheiro para comprar carvão, algumas catadoras têm que rachar madeira para cozinhar. Dona Maria relata esse trabalho penoso:

Maria: quer vê quando eu não tenho dinheiro pra comprar um carvão, que eu racho um pau! Ahhh, mulher, a senhora nem sabe como eu fico muito ruim, eu fico ruim que olha, um dia desse pra eu rachar um pau pra mim fazer um fogo, eu andei de coca. (48 anos, Taquandeu).

O tempo do descanso é essencial para recuperar as energias e o equilíbrio mental. Porém, quando as entrevistadas foram perguntadas sobre o tempo livre, as respostas foram de modo geral, que o tempo do descanso é utilizado para cuidar da casa. Não há, na maioria, disposição para o lazer. Vejamos essas respostas sobre o que fazem no tempo livre.

S: eu não tenho tempo livre não Patrícia, quando eles dormem eu fico mais livre um pouco, mas vou fazer as coisas dentro de casa ... (42 anos, Taquandeuá).

Esse tempo é utilizado para prover alimentos, mesmo que não seja para comercialização. É o que fazem Janilce e Diana.

Janilce: vou buscar lenha. Gosto de queimar lenha. Às vezes eu tiro caranguejo pra comer, siri... (39 anos)

Diana: ah eu gosto de limpar meus terreiros, e catando minhas graminhas, meus capins que eu tenho maior cuidado (38 anos)

Por outro lado, os dados de campo justificaram a associação entre trabalho e saúde mental. Algumas entrevistadas manifestaram o seguinte sentimento: estar no trabalho traz um certo alívio dos problemas cotidianos, um meio de escape temporário.

O que me anima, me tira do fato depressivo é o meu trabalho, se eu tiver trabalhando eu ocupo minha cabeça, mas se eu não trabalhar eu fico fora do tempo, eu fico triste, eu não saio, não converso com ninguém. Então, eu prefiro trabalhar; eu tendo meu trabalho eu esqueço de tudo. (D., 40 anos).

Eu gosto, olha que eu gosto mesmo... eu fico catando a semana toda, já fico esperando o horário dele chegar pra catar... já peguei gosto, fico animada. Me faz bem. (C., 35 anos, Taquandeuá).

O caso da catadora I. é revelador dos vários significados que o trabalho assume na vida delas, além da fonte de renda.

Só na televisão, vê minhas novelas e jornal. Não de ter influência por aí... tem hora que eu fico nessa casa, eu levo tempo, só chorar, eu fico triste... Do que eu já sofri na minha vida, já sofri muito, eu fico pensando assim: meu Deus, eu preciso sair daqui, passar menos dois dias fora... eu me sinto só, porque as vezes eu penso assim: a gente forma uma família tão bonita, aí todo mundo vai formando família e vai deixando a gente só, se eu não crio essa neta, eu vivia só, porque eu não tinha ninguém... (I., 55 anos).

Quando I. se refere ao sofrimento, ela reflete sobre o que sofreu no relacionamento com o ex-marido e, graças ao trabalho e muita coragem, conseguiu se libertar da relação abusiva.

Patrícia: e na tua casa tem que alguém que te ajude na catação?  
Eu tinha antes o pai dos meus filhos, só que com ele só era sofrimento na minha vida, então foi melhor eu ficar só. Eu ajudava tanto ele, final das contas ele ficou com tudo meu. Eu vi que não dava certo, eu fui me embora, construir meu cantinho, e hoje eu tô feliz porque eu tenho o que é meu. Eu já sofri muito na minha vida, mas hoje eu tô feliz, eu tenho o que é meu, não tenho marido pra pegar no meu pé. (I., 55 anos).

Por conta dessas relações entre trabalho e saúde na vida das catadoras, realizei uma entrevista com o médico Dr. Arionildo Rodrigues dos Santos, ortopedista e traumatologista que trabalha na cidade de Bragança. Seu trabalho de conclusão em Medicina teve como título: Riscos ocupacionais a que estão submetidos pescadores artesanais, em comunidades do Município de Bragança-Pará (2018). Apresenta fatores de risco para doenças profissionais e doenças do trabalho como provocadores de agravos à saúde dos trabalhadores na pesca artesanal. Objetivou produzir dados que subsidiem a programação de ações e planos preventivos.

Apresentei a ele os dados sobre saúde mental e laboral coletados em campo. Ele teve, então, a percepção de que os dados de algumas entrevistadas podem apontar para a Síndrome de Burnout. Essa síndrome é também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional. Trata-se de um transtorno psiquiátrico decorrente de uma rotina de trabalho patologicamente estressante. A Síndrome de Burnout passou a ser considerada doença ocupacional em 1º de janeiro de 2022, após a sua inclusão na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

No texto Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS), de LOPES, BEZERRA, SILVA, ANDRADE, CARNEIRO E PESSOA (2021), que tem como objetivo compreender a percepção de trabalhadoras da pesca artesanal acerca dos riscos e agravos relacionados ao trabalho e das ações de promoção à saúde dirigidas a sua atividade produtiva, os autores relatam que os pescadores enfrentam condições de trabalho precárias em ambiente inóspito. As pescadoras entrevistadas naquela pesquisa relataram quedas, fraturas e outras doenças relacionadas ao trabalho. Porém, o estudo argumenta que as trabalhadoras não consideram que estejam expostas à riscos. Segundo o artigo, “esses acidentes são vistos por elas como inerentes ao processo produtivo e os agravos à saúde não são percebidos como decorrentes do trabalho.” (LOPES et al., 2021). As entrevistas demonstram que as trabalhadoras não estabelecem uma conexão com o modo de vida e o adoecimento, como indica o seguinte trecho:

Os relatos evidenciam a compreensão das pescadoras que minimiza a relação do trabalho com o processo saúde-doença, o que, de acordo com Torres, está relacionado à falta de conexão, por parte das trabalhadoras, entre o modo de vida e o adoecimento. Para a autora, a percepção dessa relação se dá apenas quando ela é motivada por limitações físicas, como nos casos mais graves, com fraturas ou cortes profundos, ou por doenças crônicas que podem ocasionar afastamentos ou limitações para trabalhar, como diabetes e hipertensão. (LOPES et al., 2021, p. 5).

O texto traz uma conclusão que é relevante também para esta pesquisa. As situações relatadas e vivenciadas pelas trabalhadoras naquele estudo indicam que os serviços de saúde que as atendem ainda não atuam a partir de uma visão ampla de Saúde do Trabalhador. Há necessidade de o Sistema Único de Saúde avançar na promoção da saúde para essas categorias profissionais, com trabalho informal e pouco reconhecido socialmente, por meio de educação, vigilância e atenção em saúde com foco na prevenção de agravos relacionados às lides da pesca artesanal.

#### **4.7 A renda das catadoras**

É comum encontrar nos discursos dos pescadores e pescadoras que o dinheiro que a mulher arrecada com seu trabalho é um complemento, como se tivesse um significado diferente, periférico dentro da renda familiar. Para explicar melhor esse pensamento, recorro a Viviana Zelizer, que em seu texto “O significado social do dinheiro”, chama atenção para a significação que é criada no entendimento do dinheiro em famílias de diferentes classes, e ainda conforme idade e gênero.

Conferimos diferentes significados e emprestamos usos distintos a tipos específicos de dinheiro. Por exemplo, o dinheiro de bolso ou a mesada de uma dona de casa merecem um tratamento diferente do de um ordenado ou salário, e qualquer um deles se distingue obviamente da mesada concedida a uma criança (ZELIZER, 2003, p. 125).

Utilizando o conceito de “dinheiros especiais”, a autora destaca a inclusão do social e do simbólico à significação dada ao dinheiro, ligada a diferentes concepções culturais de relações de poder, de vida familiar, de gênero e idade. Dessa forma, as redes de relações sociais moldam cada tipo de dinheiro especial. Essa perspectiva da autora nos sensibiliza a prestar atenção aos sentidos que as mulheres atribuem ao dinheiro que recebem de seu trabalho. E, também, a situar os fatores sociológicos que influenciam nesses sentidos sociais.

Para compreender a renda da catadoras, início com os dados sobre a periodicidade em que recebem o pagamento pelo trabalho. A regra é prestarem conta aos sábados, o que a maioria declara preferir, ao invés de receberem na hora o pagamento pelo produto década dia.

J.: é ter meu dinheiro no final de semana, a gente cata a semana toda e presta conta no final de semana, então já fica certo nosso dinheiro no quilo, que é 7,00 reais que a gente vende pra ele. (39 anos, Taquandeuá)

O marreteiro para quem a catadora C. trabalha, pagava na época R\$ 8,00 por quilo processado. Ela recebe dele os paneiros, contendo entre 50 e 60 caranguejos cada, já esquetejados e cozidos. Sua rotina semanal de trabalho, em períodos de boa produção, é assim:

C.: Olha, a gente começa assim: a gente cata segunda, terça, quarta, quinta, sexta. Sábado ninguém cata. Aí isso dá uns 28, 30 ou 32 quilos. Eu e meu marido, porque ele cata comigo todo dia, ele que me ajuda, esse trabalho é nosso, essa produção que eu tô te falando é de nós dois catando. A massa é um preço e a pata é outro, só que como a gente cata pra esse marreteiro, é tudo um valor só tudo 8,00 por quilo. Aí ele vende massa e pata separada. (C., 35 anos, Taquandeuá).

A partir dessas informações, é possível estimar a renda do casal, trabalhando como catadores externos. Se receberem 4 paneiros com 50 caranguejos cada, por dia, isso significa que eles catam 200 caranguejos por dia. Se forem 60 caranguejos por paneiro, podem chegar a 240 caranguejos ao dia. Ela estimou uma média de 30 quilos de massa entregues na semana, isto é, 6 quilos por dia, o que perfaz uma renda diária de cerca de 50 reais por dia, duas pessoas catando. Se trabalharem quatro semanas nesse ritmo, o que nem sempre acontece, o casal pode receber até um pouco acima do salário-mínimo.

Segundo dados do Programa Pesca para Sempre (2019), para gerar um quilo de massa beneficiada, ou patas, é necessário processar cerca de 50 caranguejos. Esclareço que encontrei divergências em relação a essas quantidades, como no caso acima, que indica em torno de 35 a 40 caranguejos para um quilo de massa. Como visto em campo neste estudo, fatores como o tamanho dos caranguejos, a idade, a etapa do ciclo biológico fazem variar a quantidade de massa. As entrevistadas também frisaram o tempo certo de cozimento e a destreza de quem cata, que influenciam.

A catadora A., na época da sua entrevista, feita algumas semanas depois de C., estava sendo paga a 12 reais o quilo da massa. No seu caso, ela compra a saca de caranguejos e vende o produto processado, como fazem as que negociam com o comerciante que vem de Viseu em caminhão. E na sua fala, ela mostra bem que a Rede de Mulheres ainda não tem

força para dispensar o atravessador. Daí que “a gente tem que trabalhar pros outros”, como ela diz:

A: Aqui é só catação. Só o caranguejo mesmo. E nem sempre dá um salário e a gente já trabalha pro atravessador. Num mês dá os 500,00. A Rede ainda não dá conta de tirar o atravessador, a gente tem que trabalhar pros outros. As vezes um saco de caranguejo, se vier 80 caranguejos [...] e 80 caranguejos não vai dá três quilos. É pouco!

A catadora A. prossegue explicando seu rendimento.

A gente paga 80,00 reais num saco de caranguejo que vem cem caranguejos, aí tanto faz vir 80, 70 caranguejos no saco, a gente tem que pagar os 100 certo. E 80 caranguejo num vai dar três quilos! A gente paga pra pessoa que vem deixar aqui esse caranguejo, já é mandado do patrão lá...o caranguejo é dele. A gente só ganha o lucro, a gente cata, leva lá pra ele e presta conta, se tiver saldo tira, se não tiver não tira. A gente paga com o dinheiro do patrão, aí tira esses 100 reais e o lucro que é o nosso, as vezes a gente ganha 15 reais por saco, as vezes 20. Às vezes a gente pega 5 sacos, ganhando lucro de 20 reais, dá 100 reais de lucro.

Sua fala reforça um aspecto da realidade delas que já foi identificado em capítulo anterior. Mostra que as catadoras não ficam passivas, esperando serem procuradas pelos patrões. Elas alternam entre as formas de catação, em busca de melhores condições de ganho. De fato, está claro que na relação de compra e venda, o patamar de lucro da catadora é pequeno. Então, elas tiram uma renda variável, mas que no geral é reduzida.

Sem ter caranguejo para catar todos os dias a renda fica menor, e isto acontece em períodos como junho e julho, por exemplo, considerados meses fracos para a catação. Algumas entrevistadas relataram que na semana da entrevista não tinham conseguido catar nenhum paneiro ou saca de caranguejo, ficando sem a garantia de renda no final de semana.

Sabemos que a disponibilidade de caranguejos para catar varia, que segue fluxos de marés, de chuvas, o próprio ciclo de vida do caranguejo, o que influencia no trabalho dos tiradores no mangue e na catação. A renda de quem cata depende, portanto, desses fatores. Como uma das entrevistadas relata: porque tem semana ruim e tem semana boa de tirar caranguejo.

Porém a entrevistada a abaixo, fala que mesmo escasso em determinados períodos do ano, “sempre tem caranguejo”, levando à falsa sensação de que é um recurso natural inesgotável:

G.: mesmo tando ruim, sempre tem, não falha, mesmo tendo pouco. Nesse período agora, não tem todo dia. De março pra cá [julho]é meio complicado, não é todo dia que tem. Agora a gente catou uma vez em maio e uma vez em junho, tá devagar. Porque é tempo do caranguejo gordo, fica ruim dele sair [a carne da casca] o pessoal não consegue tirar. Aí em agosto, já começa a ter frequentemente, vai trocando o casco, vem aquele casquinho mole, aí ele fica caranguejo novo, mais fácil de catar, dá pra catar duas sacas no dia. (45 anos, Treme).

Em outubro, passada a fase da troca de casco (ecdise), os caranguejos estão mais moles, facilitando a extração da carne.

As mulheres usam a renda que obtêm da catação, em muitos casos como uma renda de apoio na manutenção da sua casa. Nas entrevistas, foram indagadas sobre o que fazem com esse dinheiro e é marcante o fato de que a renda é para complemento do cotidiano. Isso, apesar de vir de um trabalho que, embora variável no tempo, com períodos de inatividade, é bastante intenso, haja vista as jornadas que se estendem horas a fio. Mas, é um complemento indispensável. Assim, A., já aposentada, ainda cata para manter as despesas da casa.

Eu sou aposentada, meu marido morreu eu não tive direito de receber o benefício dele e recebo só o meu mesmo. Mas, se eu for botar no bico de caneta mesmo, não dá pra mim me manter num mês, num outro. Porque tá muito caro. De primeiro, você ia em Bragança e comprava 1kg de feijão era 4 reais, agora é 12 reais, 1 kg de feijão pra você trazer pra você comer. Se você ir fazer uma despesa de 500 ou 300 reais você traz na ponta do dedo porque você tá vendo que não dá pra nada. Porque tudo tá caro, tá difícil. Aí eu ainda cato caranguejo. Nessa época que a gente ganhava pouquinho, mas dava pra manter... era coisa mais barato, dava pra manter o pão de cada dia dos nossos filhos, da gente mesmo e era assim. (A., 70 anos, Taquandeuá).

Em geral as entrevistadas relataram que usam o dinheiro da catação, principalmente, para a alimentação e outros gastos do cotidiano. Assim, respondem L. e M. sobre o que fazem com esse dinheiro, ressaltando que ele não cobre gastos maiores da casa.

L.: a gente compra o alimento, né? O alimento que eu boto pra dentro de casa, o que eu ganho é o que boto pra dentro de casa... não dá pra comprar móveis, porque o meu ganho é pouco, não dá pra comprar isso, tirando as despesas que eu gasto. (59 anos, Treme).

M.: foi a comida né, a farinha que não tem, as vezes um sabão, coisa que não tem, às vezes a gente tem que comprar com o dinheiro que a gente adquire do caranguejo. (68 anos, Taquandeuá).

Aqui vemos a grande importância do caranguejo na segurança alimentar. Hoje, mais importante ainda, diferente do que foi na infância delas, quando muitas disseram que por vezes nem conseguiam almoçar. Só comiam quando o pai chegava da pesca. A procura por caranguejo catado permitiu melhorar essa situação, por causa da renda monetária mais frequente que a catação propicia, apesar das exigências físicas do trabalho.

S. , de 42 anos, fala da importância de ter um pouco de dinheiro dela, desde quando era criança, dada a pobreza da renda da família de seus pais. Daí se pode compreender, também, a evasão escolar para muitas delas, como se analisou anteriormente.

T.

S: Dá pra gente comer que já é muito, e desde criança eu já me sustento com ele. Meus pais não tinham condição de comprar uma sandália pra mim, eu comprava com o dinheiro que eu recebia da catação e hoje meus filhos conseguem comer um pão no café da manhã, um bolo, uma bolacha... Antes eu tomava café com farinha quando eu era criança e com isso a gente saía pra trabalhar e quando chegava em casa e tinha almoço comia, quando não, esperava o jantar, quando o papai chegava da maré. Aí com o caranguejo, dava pra dar uma melhorada nessa situação. (42 anos, Taquandeuá).

Mesmo que o ganho com o caranguejo seja em sua maioria para as despesas com alimentos, essencial, ainda é muito pequeno diante do volume de trabalho executado. Por isso, a maioria afirmou que o trabalho com o caranguejo não daria conta de atender a outras demandas da vida. Daí que programas públicos como Auxílio Brasil, que elas continuam chamando de Bolsa Família, ou aposentadoria, são fundamentais.

Se eu disser que eu comprei alguma coisa do meu trabalho de caranguejo eu tô mentindo, é do meu bolsa família. Dá só pra comer e aperriado! (A., 37 anos, Treme).

A margem de manobra para sair desse quadro social de muito trabalho com baixo valor de troca é apertada. Por vezes, são arranjos familiares que dão alguma margem. Neste caso, temos uma catadora que identifica como o caranguejo possibilitou começar a construir a casa que, junto com o marido, está conquistando aos poucos. Ela e o companheiro trabalharam em catação familiar.

I: Essa casa aqui foi de caranguejo que eu possuí. Essa casa aqui, o pai dos meu filho tirava [caranguejo], eu catava, e nós fomos fazendo...tô fazendo ainda até terminar, né? A gente consegue devagar as coisas. (40 anos, Treme).

Outro relato trata do investimento para comprar um motor de tipo rabeta para o marido, que é tirador de caranguejo. Com uma embarcação equipada com rabeta, ele poderia transportar outros tiradores para o mangue e cobrar o frete deles em caranguejos. Ela afirma ter "trabalhado como uma escrava" para poder fazer esse investimento. Todavia, afirma que o motor "escangalhou". E acabou sendo vendido muito abaixo do preço da compra.

Só um motor, que eu trabalhei como uma escrava pra comprar esse motor pro companheiro, catava dia e noite caranguejo, pra mim comprar um motor rabeta. Que por fim se escangalhou que era só botar na oficina e escangalhar. Aí meu companheiro se invocou e vendeu por 100,00 reais e nesse tempo, eu comprei por 800,00 reais esse motor. Catei muito caranguejo pra me dar esse dinheiro pra ele comprar esse motor. (D., 38 anos, Taquandeuá).



As expressões das mulheres sobre a renda são fortes: “trabalhar como uma escrava”, “a gente consegue devagar as coisas”, “dá pra comer aperrado”. É possível interpretar que elas estão falando de suas rotinas e, ao mesmo tempo, estão tratando de um conjunto de forças sociais mais amplas, da estrutura da sociedade, que contribuem para reproduzir seu lugar subalterno no mercado de produtos da pesca e dificultam sair disso. Essas forças estruturais se fazem sentir, especialmente, na posição que elas ocupam na cadeia produtiva e na troca desigual entre o produto que entregam aos agentes da comercialização e o baixo preço que recebem.

Esta pesquisa mostrou que no caranguejo beneficiado que elas entregam, estão incorporadas longas horas de trabalho, delas e dos familiares, desgastes do corpo, saberes, disposições e habilidades. Também, é fruto de arranjos sociais para darem conta das tarefas de trabalhar e cuidar. Não é uma troca de equivalentes portanto, pois muito do valor que vai agregado, incorporado no produto, não retorna para elas em dinheiro. E não é só por causa do preço de mercado em si, decorrente da oferta e da procura. Mas, também, porque preços refletem poderes e representações sociais sobre o que é trabalho qualificado e não qualificado, o status social das categorias profissionais que fazem as mercadorias, seu poder de organização coletiva, monopólios e outros fatores. São os sentidos sociais do dinheiro, de que trata Zelizer (2003). As relações de gênero também influenciam aqui, pois as catadoras são mulheres, que fazem um trabalho visto como ajuda e são trabalhadoras invisíveis da pesca, conforme aponta a literatura sobre o tema (HELLEBRANDT, 2017; ALENCAR, 1993, dentre outros).

Apesar de todos esses limites estruturais em que elas participam no mercado, a própria possibilidade de participar e de serem remuneradas é valorizado por elas. Dados de campo apontam para alguns sentidos de autonomia por disporem desse dinheiro. Ainda que reconhecendo que essa autonomia é estreita.

É que tem o dinheiro, né? Seja pouco ou seja muito, ele é garantido quando a gente cata, a gente sabe que vai receber aquele tanto já. (M., 68 anos, Taquandeuá).

Algumas relatam que antes da união com o companheiro, o dinheiro da catação era utilizado para coisas pessoais. Mas, quando estão em um relacionamento, esse ganho passa a ser dividido com o companheiro. A catadora C. lembra desse tempo anterior.

C.: De quando eu comprava com meu dinheiro mesmo, que o lucro era tudo pra mim, eu tenho: meu guarda-roupa, colcha de cama, cortina, copo, prato ... tenho muita

coisa de caranguejo. Mas agora, eu divido esse lucro com meu marido. (35 anos, Taquandeuá)

Em suma, o dinheiro que tiram da catação se mostra indispensável na manutenção das famílias. Dele provém o alimento e gastos cotidianos da casa. E, às vezes, é o que permite às famílias até assumir uma despesa maior, como foi o caso da compra do motor, embora sem a garantia de um motor novo e de qualidade.

As entrevistadas que não fazem parte da REDE relatam a dificuldade de trabalhar com um produto pouco valorizado para elas e sobretudo, de não ter segurança no trabalho realizado. Lutar por valorização da categoria passa também por alcançar valorização do produto e melhoria de renda.

G.: E eu não trabalho de carteira assinada pra ter algum benefício, isso que é mais difícil, não tem uma segurança pra gente. Se fosse mais valorizado um pouquinho, a massa é muito barato, tem gente que paga só 8,00 reais. É pouco, muito pouco, mas às vezes é melhor isso do que nada. (45 anos, Treme).

Um último aspecto a considerar, é o controle sobre a renda. Pode ser que barreiras sociais dificultem o acesso das mulheres ao dinheiro do trabalho. Trata-se aqui de opressões de gênero, no sentido que Fraser (2013) analisou. Como vimos, a rede familiar oferece certa proteção para a mulher, para ela conseguir dar conta das exigências do trabalho, contando com apoio no cuidado com crianças ou pessoas doentes. Porém, por outro lado, quando trabalha na forma de catação familiar, encontramos casos em a mulher vive ou viveu a situação de não ter acesso ao dinheiro. Os pais ou maridos tinham o controle. M., de 68 anos, explicou:

Patrícia: O que a senhora tem de conquista sua que veio da catação?  
Nada, porque meu marido não me dava o dinheiro, só ele que pegava no dinheiro. As minhas filhas catavam pra um vizinho e recebiam um dinheirinho. Mas, quando catavam pro pai, não recebiam nada. A gente catava e ele ficava com o dinheiro. Quando chegava tempo de festividade, comprava roupas pra ele e pra nós não. E ele não gostava que a gente catasse pra fora, pros outros, porque a gente tinha que catar pra ele. [...] Aí ele dizia que o dinheiro só dava pra comprar comida, mas pra ele dava pra comprar roupa, mas pra gente não. (M., 68 anos).

Então, na história de trabalho de M. e suas filhas, o trabalho dentro da produção familiar não lhes dava autonomia, mesmo que a remuneração do produto pudesse ser melhor do que se catassem para um patrão externo. Pois, elas não tinham como usufruir da renda monetária. Uma situação similar é vivida por D. No seu caso, é o companheiro que exerce controle sobre o dinheiro.

Hum... ele é o que agarra o dinheiro (risos) e a gente sobra! Que eu só agarro quando ele me dá pra comprar alguma coisa, que quem agarra todo o real é meu companheiro. Eu só cato, mas quem recebe é ele... (38 anos).

A esse respeito, uma das líderes da Rede indicou a resistência de maridos à mobilidade das mulheres, conforme o padrão tradicional de relações de gênero, o que certamente tem implicações negativas sobre a capacidade de auferir e controlar a renda, por parte de muitas mulheres:

Aqui no Treme a maioria das mulheres dependem dos maridos, elas só saem se o marido liberar, se ele não liberar elas não saem, e eu não, eu tava disposta a tudo, como até hoje eu tô... (D., 40 anos, Rio Grande).

Os dados deste estudo convergem com a análise de Lopes, Freitas e Begossi (2020, p. 5) sobre a distribuição da renda pesqueira e as mulheres. As autoras reforçam a importância da justa remuneração dos trabalhos que as mulheres fazem, para “quebrar as barreiras da invisibilidade” e reforçar, para elas próprias e em seu meio social, o papel socioeconômico que elas desempenham. As autoras também discutem a importância de que as mulheres tenham acesso elas mesmas à renda, como meio de autonomia, liberando-as da dependência aos companheiros e, conseqüentemente, da vulnerabilidade a tal dependência.

Amartya Sen (2000) chamou a atenção sobre a necessidade de se entender a renda monetária no contexto social. Mais do que o valor quantitativo da renda, argumentou ele, importa a capacidade de traduzir a renda em liberdades, em capacidades de usufruir do que se necessita e valoriza. As relações de gênero são parte fundamental do contexto social. Elas podem impor determinadas restrições às mulheres na relação com o dinheiro. Nessa ótica, se pode entender melhor o significado do dinheiro que as catadoras recebem, como fonte de autonomia delas e de seus familiares. E, também, prestar atenção aos controles sociais que determinam como a renda circula no interior das famílias e das comunidades, que estão expressos nas suas falas.

Os dados sobre a renda das catadoras, por outro lado, torna evidente como o recurso vindo do trabalho das mulheres contribui para a segurança alimentar das famílias.

Nas estatísticas sobre vulnerabilidade socioeconômica dos municípios brasileiros, Bragança está em primeiro lugar da lista do G100, cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes de baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica (2014) FNP- Frente Nacional dos Prefeitos. Ainda que as riquezas naturais sejam fonte de renda, como muito se fala em relação à Amazônia, temos um cenário de pobreza prevalente em nossa região. Nesse cenário,

políticas que reconheçam e apoiem os trabalhos das mulheres em meio rural, são absolutamente necessárias.

## **5 SOBRE A CONSTRUÇÃO DA REDE DE MULHERES CAETEUARAS**

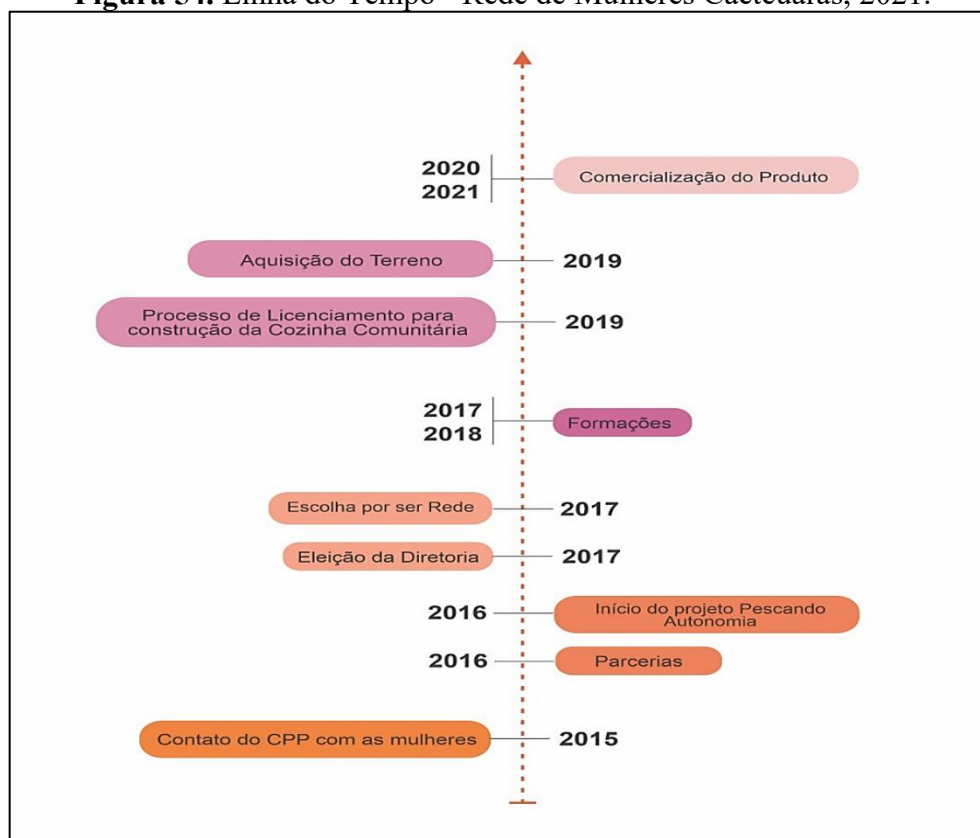
### **5.1 Fatores que antecedem ao processo de construção da REDE**

Esta pesquisa trata dos desafios destas mulheres em mudar sua condição de trabalho através de uma organização coletiva, a Rede de Mulheres Caeteuaras. Sua realidade envolve invisibilidade, flutuações de renda, difícil reconhecimento como trabalhadoras da pesca, elementos que tornam a superação dos obstáculos econômicos mais complicada ainda. Assim como, os impactos que estas desigualdades trazem para as comunidades deste estudo, com o recorte nas Vilas do Treme, Rio Grande e Taquandeuá.

Diante do panorama apresentado nos capítulos anteriores, a Rede de Mulheres Caeteuaras se apresenta como potencial oportunidade para as mulheres catadoras de caranguejo, visto que mesmo quando as fábricas se apresentaram como uma alternativa de maior segurança e opção de demanda, agregando ainda empregos e direitos, isto não foi alcançado nas proporções que se acreditava no início (Alves, 2003; Santos, 2021). Desse modo, as mulheres, o CPP e os demais parceiros que compõem a Rede, vislumbram outros caminhos e possibilidades para atender às demandas das mulheres e alcançar visibilidade e garantia de direitos.

Até o momento não existe um histórico de como surgiu a Rede e essa é também uma contribuição desta pesquisa. Antes de compreender a biografia da Rede de Mulheres Caeteuaras, precisamos conhecer quais agentes e entidades foram importantes para a organização desta Rede. O mais presente, ou mesmo importante nessa construção da história do Grupo foi o Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP. Apresento abaixo uma Linha do Tempo (Figura 54), através dos dados coletados em campo, sobre a trajetória de atividades do CPP e do grupo de Mulheres:

**Figura 54.** Linha do Tempo - Rede de Mulheres Caeteuaras, 2021.



A linha do tempo indica passos dados e, também, planejados. Vê-se que em 2015 ocorreram os primeiros contatos de moradoras de Treme, com o CPP. No ano seguinte, foram estabelecidas as primeiras parcerias, através da aprovação de projetos de captação de recursos Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), Governo Federal e apoio do Banco da Amazônia e instituído o Projeto Pescando Autonomia. Os projetos foram elaborados pelo CPP, no intuito de garantir recursos para capacitação, mobilização e logística para o projeto.

O CPP tem como missão declarada “anunciar aos pescadores e as pescadoras a força libertadora do Evangelho revelado aos pobres e através dele promover a transformação das estruturas geradoras de injustiça, tornando-os agentes de sua história e construtores de uma nova sociedade”. Dentre seus objetivos, está colaborar com os pescadores “nos justos anseios de suas vidas, respeitando sua cultura, estimulando suas organizações...”, “formar e articular fraternalmente os que trabalham a serviço dos pescadores nesta pastoral”, tudo isso combinado com a luta por preservação ambiental. (Fonte: [cppnacional.org.br](http://cppnacional.org.br))

O CPP tem escritório em Bragança desde 2005. Atualmente, quem o representa em Bragança é a assistente social Iricina Aviz. Segue abaixo um trecho da entrevista sobre como se deu o primeiro contato com as mulheres que viriam a compor a Rede Caeteuara.

Com a atuação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em algumas comunidades pesqueiras de Bragança, percebeu-se que havia um grupo considerável de mulheres na Vila do Treme, em que a renda financeira da maioria delas era extraída diretamente da atividade pesqueira, da extração da massa do caranguejo-uçá, e que elas não eram as donas da massa, apenas vendiam sua força de trabalho.

Aqui já estão indicados alguns elementos que motivaram, inicialmente, a pesquisa desta tese e a escolha desse grupo. Explica a intenção do CPP em organizar socialmente as mulheres catadoras, cujo trabalho se dava a partir de um agente externo, que explicita a venda da força de trabalho delas, com baixa agregação de valor. Acompanhar essa organização, visto que a REDE, no ano de 2021, inicia os primeiros ensaios de comercialização, é um desafio instigante para entender de que forma essas intervenções de projetos sociais - e a aceitação das mulheres em fazer parte da proposta - podem contribuir para o que buscamos enquanto desenvolvimento socioambiental, incluindo a qualidade de vida e de trabalho destas mulheres e a equidade de gênero.

Através de muitas reuniões na comunidade, surgiu a necessidade de melhorar a renda financeira dessas famílias, houve necessidade de uma capacitação profissional voltada para fortalecer a identidade profissional de pescador/a artesanal. E, ao mesmo tempo, agregar valores à massa do caranguejo. Foi então feito um projeto que viesse contribuir com a autonomia das pescadoras, onde o CPP junto à comunidade, num processo participativo, elegeu o nome do projeto: Pescando Autonomia. (Iricina Aviz)

No trecho acima, podemos entender o surgimento do Projeto Pescando Autonomia. Iricina conta que tiveram várias reuniões para entender de fato quais as demandas da comunidade e identificar suas reais necessidades. A partir daí, as participantes, junto com o CPP, pensaram em um projeto que tivesse como objetivo a autonomia das pescadoras. De forma coletiva e democrática, elegeram o nome Projeto Pescando Autonomia, que já nasce com a intenção de organização das mulheres em rede, dada a necessidade anteriormente apontada. A partir disto, outras reuniões e capacitações foram acontecendo para traçar metas, objetivos e prioridades até o momento de eleição de uma coordenação da REDE, formada pelas próprias catadoras.

Essas demandas e mobilizações fazem todo sentido no contexto de construção da RESEX, pois envolvem uma melhor utilização do recurso natural, a preocupação com os sinais de excessiva pressão de captura dos caranguejos, tudo isso acoplado com a busca de melhores condições de trabalho e de inserção na cadeia produtiva pelas mulheres. E, por consequência, benefícios para os próprios homens tiradores de caranguejo de Treme e vizinhanças.

Neste momento, trago as vozes das mulheres que fazem parte da REDE Caeteuara para contar como foi esse início de contato com o projeto Pescando Autonomia e quais as motivações para participar. A fala abaixo é de Dejanira, coordenadora da REDE Caeteuara, que foi primeiramente estimulada a participar por uma parente.

Aí antes disso a minha madrinha Amélia me disse: Dejanira tem uma pessoa que quer te conhecer... aí eu perguntei: quem era? E ela me disse: O nome dela é Iricina, aí foi que ela me apresentou ela, nós começamos a conversar...aí eu fui me enturmando com ela. Aí quando foi um dia ela me disse se eu não queria participar que ia ser no Treme, que eles acharam melhor lá... Aí eu disse que queria participar. Aí ela botou meu nome... quando foi um dia eu não tava nem esperando pela situação, ela chegou aqui, a Iricina. Na verdade, minha madrinha Amélia que chegou e disse: “Dejanira, a Iricina ligou e disse que é pra ti ir no Treme, que o negócio vai ser lá, tu pode ir lá? Aí eu disse, tá. Até justamente quem me ligou umas duas viagens ainda foi minha madrinha Amélia. Depois disso eu já fui por conta própria mesmo e, às vezes, a Iricina pagava até moto táxi quando eu não tinha dinheiro, ela pagava moto táxi pra me buscar ou pra me deixar, ou às vezes quando eu tinha o de ida, ela pagava o de vinda. Às vezes quando ela vinha, ela já vinha por aqui pra poder me deixar. E assim foi passando o tempo e até hoje a gente tem uma boa amizade graças a Deus, sempre que ela precisa de mim ela me liga... (Dejanira, 40 , anos)

O olhar da necessidade de criação da REDE e de organização das mulheres partiu de agentes externos, como o CPP e sua representante Iricina Aviz, que arcou por vezes com as despesas de mobilização e logística de Dejanira para garantir sua participação nas reuniões.

Iricina contou com a ajuda de um pescador que é liderança no Treme, que já atuava na proteção do meio ambiente e que tem uma relação de aproximação com muitas catadoras da comunidade do Treme, Sr. Antônio Mescouto, também conhecido como “Seu” Antônio. Vejamos no relato de Ângela e de Ana Ruth, que fazem parte da REDE, como foi seu contato:

Angela: só tem esse grupo da REDE de mulheres mesmo. Eu entrei através de um convite do seu Antônio, eu e minha família, a gente foi participar de várias reuniões. Conhecemos a Iricina, aceitamos a participar no grupo e gostamos dos projetos e até hoje estamos no projeto. Não sei como vai ser, mas eu espero que dê tudo certo. (37 anos, Treme)

Ana Ruth: foi assim convite, né? Olha, tem uma reunião do caranguejo. Aí Seu Antônio veio me chamar em casa, ele que falou que tinha uma reunião e aí aconteceu da gente fazer um grupo, com ela, a Iricina. (51 anos, Treme).

Portanto, o Sr. Antonio Mescouto teve atuação destacada na mobilização inicial da Rede de Mulheres Caeteuaras, devido a sua atuação prévia na comunidade. Aliás, ele até hoje segue como agente ambiental do ICMbio, função necessária no âmbito da RESEX, pois esse é o órgão que divide a gestão, do lado estatal. Mesmo que este cargo não tenha hoje um real poder de fiscalização, seu Antônio é visto por muitos como um efetivo agente na fiscalização do ICMbio e um parceiro na sensibilização e conscientização dos pescadores e pescadoras.



Seu reconhecimento se reflete no respeito que muitos moradores têm pela sua história e trabalho protegendo o meio ambiente. Ele tornou-se também referência para pessoas de fora da comunidade, bem como órgãos e instituições. Conheci-o na época em que eu ainda estava na Secretaria de Pesca de Bragança, quando ele era um líder da comunidade e um dos responsáveis para levar informações importantes e trazer as demandas e necessidades de seu lugar para os órgãos competentes.

A própria entrada mesma da Iricina Aviz e o processo inicial de organização nas comunidades, foram facilitados através do Sr. Antônio, com seu poder de articulação nas localidades. De fato, ele foi, segundo relatos das próprias catadoras de caranguejo, alguém de extrema importância para a mobilização delas e para o projeto de forma geral.

Na sua formação, a REDE enfrentou um momento conflituoso. Foi na ocasião da escolha da diretoria da REDE. Seu Antônio se colocou como disponível para representar a organização, ocupando a função de coordenador e, em troca disto, poderia doar o terreno para construção da Cozinha Comunitária. Contudo, muitas mulheres do grupo não aceitaram a proposta de ter um homem na direção, o que motivou o afastamento dele do grupo.

A catadora Dariele indica que, mesmo a Rede tendo seu início com agentes externos, ela a insere como fruto do protagonismo das próprias catadoras, que tiveram a disposição de participar das reuniões. Sem o interesse delas em participar, nada poderia ter sido feito:

A REDE começou com a gente aqui, a líder que fundou a Rede foi a minha mãe, que Papai do Céu precisou e já levou. Aí, sempre nós toma mais de frente das coisas. (Dariele, 40 anos, Treme)

Uma melhor oportunidade de trabalho, através da qualidade do produto e conseqüente melhoria na venda, foi o que também motivou Fabiana:

Fabiana: porque eu vi assim uma oportunidade, né... da gente ter uma forma de trabalhar melhor e ganhar um pouco mais. Primeiro, que como foi falado, esse projeto veio pra ajudar as mulheres que trabalham na catação e a gente precisa desse apoio, de melhorar nosso produto, pra gente vender mais em conta. (25 anos, Treme)

Uma outra perspectiva das catadoras em relação à REDE é também sobre a “esperança” de trabalharem com seu próprio “negócio”, serem independentes e venderem seu produto diretamente para os supermercados e afins, retirando o atravessador desta relação:

Ilza: eu acho que o que me motivou mesmo foi no logo começo das reuniões quando falaram como seria o projeto, aí aquilo deu um pouco de esperança pra gente, da gente trabalhar com aquilo que é da gente mesmo... a gente ficou muito feliz, a gente ficava pensando que a gente ia ser independente, dona do negócio da gente

mesmo.... foi isso. E aí a gente iria vender direto o produto da gente no comércio aí pra fora, nos supermercados. Aí isso animou a gente, todo o grupo.

A pandemia trouxe um refluxo na formação da REDE, pois restringiu muito a comunicação. Sobretudo, porque se tratava de um grupo que estava iniciando sua história.

Aí depois teve a pandemia, aí a gente ficou muito tempo sem se comunicar e isso foi desgastando um pouco, umas procuraram outro trabalho.... Mas agora, a gente tá tentando reanimar o grupo, amanhã tem uma reunião.

A catadora Ruth reforça o objetivo comum das próprias mulheres de venderem seus produtos, tomando a frente das negociações de comercialização, com a expectativa que desta forma consigam melhorar a renda. Seu relato aponta a vantagem que a Cozinha Comunitária traria, que agregaria qualidade ao produto e lhes permitiria alcançar outros mercados.

Ruth: é porque é pra gente trabalhar, né... pra ver se a gente ganha mais um dinheiro e catando caranguejo, já não é igual na cozinha comunitária, que a gente já vai ter como vender pra outros lugares o nosso produto mesmo, a gente que vai fazer essa comercialização...

Outro ponto interessante abordado por Ruth é que elas talvez pudessem contar com os maridos tiradores, para garantir a oferta do produto para ser beneficiado pelo grupo, caso não consigam adquirir caranguejo vindo diretamente de Viseu, que tem de ser pago no curto prazo ao comerciante.

Ruth: O caranguejo de Viseu e de quem aqui tiver pra entregar pra gente, senão nossos maridos vão ter que tirar pra gente, pra gente catar... (51 anos, Treme).

Entram aqui aspectos críticos da organização da Rede. Um deles, é a necessidade de disporem de capital de giro para adquirirem a matéria-prima. Isso requer negociações de prazos para pagar o fornecedor de Viseu. E, também, implica saber qual a possibilidade dos maridos esperarem um tempo para serem remunerados pelo caranguejo que entregam. Finalmente, como concorrer com os atravessadores na relação com os próprios tiradores?

## **5.2 Objetivos e iniciativas da REDE**

No trecho da entrevista com Iricina Aviz, a seguir, chamam a atenção as atividades voltadas para fortalecer a identidade profissional delas como trabalhadoras da pesca, uma possibilidade de atender a necessidade de tirá-las da invisibilidade a partir do olhar delas para

elas mesmas, do autorreconhecimento, percebendo sua importância e valor através do seu trabalho.

Auxiliar na orientação e na adequação do grupo de pescadoras/marisqueiras às normas legais, priorizando as concepções da economia solidária; colaborar no desenvolvimento de alternativas na região para o combate ao grave problema da poluição por resíduos de caranguejo e realizar a 1ª Feira de Rede de Mulheres Caeteuaras em Bragança, na Feira do Agricultor. (Iricina Aviz, CPP)

No relato abaixo, observamos que um dos principais motivos de organização da REDE veio da emergência em melhorar a renda destas mulheres, para que através desse ponto conseguissem também fortalecer a categoria de pescadoras e catadoras.

Primeiro motivo era melhorar a renda, economia financeira mesmo. Depois, receber apoio. A gente queria fortalecer a categoria também, queria que o preço da venda da força de trabalho fosse justo. Outra coisa, criação de um espaço físico para melhorar e valorizar a massa do caranguejo... E um sonho de ter a Casa da Pescadora. (Iricina Aviz, CPP)

O desejo de ter um espaço como a Casa da Pescadora, que depois viria a conformar o projeto da Cozinha Comunitária, era algo pensando desde a concepção do projeto. Nesse contexto, é interessante notar que as formações e o andamento do projeto iniciado pelo CPP, foram baseados nas concepções da Economia Solidária, que é um movimento, uma filosofia de uma nova forma de economia e comércio, uma articulação que integra campo, floresta e cidade na construção de alternativas que gerem processos coletivos e auto-gestionários. (Cáritas-Brasileira- 2009) .O fim é a inclusão social e produtiva de pessoas e famílias vulneráveis afetadas pela pobreza e o difícil acesso mercado de trabalho, respeitando as equidades de gênero e a valorização de saberes dos participantes. Principalmente, priorizando os modos de produção sustentáveis economicamente e ambientalmente. Mais uma vez, destaca-se aqui uma identidade de propósitos com os que levaram à criação da RESEX.

Aqui, percebemos que o trajeto de desenvolvimento local pensado já é diferente do modelo social e econômico que estamos vivenciando, especialmente nesta fase de capitalismo neoliberal, que exacerba o lugar e as exigências da economia de mercado sobre a sociedade. Vê-se que a REDE se baseia em um conceito de mercado includente, que rompe os bloqueios estruturais sobre a vida e o trabalho de categorias como a das trabalhadoras e trabalhadores da pesca.

Ausência de políticas públicas voltadas para essa categoria... E muitas mulheres vivem especificamente da extração da massa do caranguejo, mas o pagamento por quilo é de baixo valor... Agregar valor à massa do caranguejo [...]  
Dar visibilidade da mulher na pesca e possibilitar alternativas para que as pescadoras e marisqueiras da região pudessem sair da ilegalidade. (Iricina Aviz, assistente social, agente CPP –Bragança, entrevista realizada no escritório do CPP em Bragança, 14/08/2019).

Um dos pontos altos do Projeto Pescando Autonomia foi a capacitação das envolvidas, afirmando o poder da educação nos processos de empoderamento e protagonismo. Além disso, desenvolver habilidades que as mulheres não sabiam que podiam alcançar, tais como fazer artesanato e adubos orgânicos. As ações de capacitação também foram pensadas para atuar na valorização e na visibilidade dessas profissionais. Enfim, um passo na construção de sua identidade profissional e na relação de autonomia que elas buscam:

Aí quando começou lá em 2015 ... ela disse que tinha esse negócio pra fazer, como é o nome que ela chama? Capacitação. Aí ela disse: Dejanira, tu queres participar de uma capacitação? Vai ser no Treme... Aí eu disse: tá, eu participo.” (Dejanira 40 anos, Rio Grande)

Dejanira reforça o seu intuito em participar das oficinas, reforçando o compromisso com o projeto. Ela ressalta em suas entrevistas, que se esforçou bastante para participar das formações:

Aí ela me inscreveu e todo sábado a gente ia, a gente fez isso no tempo de um ano, nunca falhei... as vezes eu chegava atrasada, meia hora, 15 minutos, 10 minutos, aí fui levando, mas eu nunca faltei... eu chegava molhada de lama, era de chuva, era do que fosse, mas eu chegava... as vezes chegava suada, mas sempre chegava. (Dejanira. 40 anos, Treme)

Estas formações foram voltadas não somente para questões técnicas, mas também para o empoderamento da mulher, a valorização de sua profissão, a equidade de gênero, dentre outras. Isto porque objetivavam despertar nas participantes valores e conhecimentos adormecidos, trazidos para discussão, sendo que para muitas era o primeiro contato com tais informações e perspectivas:

Patrícia: e os cursos que tiveram...?

Fabiana: ah eu gostei bastante... eu vi assim que o nosso trabalho tem uma importância, que a mulher e os homens são importantes nesse trabalho, gostei bastante mesmo dos cursos, queria que viesse mais. (25 anos, Treme).

**Figura 55.** Card de apresentação de um dos cursos de qualificação oferecidos pela REDE.



Fabiana relata que através dos cursos pode perceber que o seu trabalho tem relevância e, mais ainda, que homens e mulheres são igualmente importantes para a cadeia produtiva do caranguejo, contemplando assim, um dos principais objetivos do Projeto Pescando Autonomia.

Os cursos de formação e capacitação importam também para a possibilidade de representatividade nos espaços de poder, aspecto este especialmente importante no território da RESEX, que requer a participação dos moradores e usuários na gestão das atividades econômicas baseadas nos recursos naturais. Através do conhecimento adquirido nos cursos, elas podem expandir suas habilidades, conhecer seus direitos, alcançar outro nível de abertura para a organização social. O significado dessa mudança sobressai ainda mais quando nos voltamos para as trajetórias aqui apresentadas das mulheres. Histórias marcadas por opressões no meio familiar, no trabalho e no acesso à renda, uma vida de conflitos e silêncios, onde a prioridade é, sempre, a família. Maria e Ilza assim se expressam sobre os aprendizados:

Ah teve muito, era muito legal mesmo, a gente aprendeu a cozinhar, só coisas do caranguejo, a gente fez adubo, a gente estudou sobre a importância que era da catação pra pesca, a gente chegou a fazer artesanato na casca dele também, eu gostei muito. (Maria, 57 anos, Treme).

Eu acho que as formações que a gente teve, de arte, pintura, comida e outras coisas, foi muito bom de conhecimento pra gente, pra saber da importância do nosso trabalho. (Ilza, 23 anos, Treme)

Segundo relato das catadoras, já houve uma melhoria técnica na catação, o que é também um resultado dos cursos e oficinas. Um dos cursos foi sobre manipulação de alimentos.

Ruth: A gente ia no Colégio e fazia curso...de artesanato, sobre a mulher na pesca, na catação, assim... muitos de artesanato, do que fazer com o casco do caranguejo, adubo, era muito legal, a gente aprendeu muita coisa! (51 anos, Treme).

Esses aspectos motivadores do projeto de construção da REDE ficam claros em um texto publicado pela própria Iricina Aviz de Oliveira em 2020, no qual reforça a percepção da situação de exploração econômica característica do trabalho das catadoras.

Com o desenvolvimento do trabalho do Conselho Pastoral dos Pescadores no nordeste paraense, no município de Bragança, passou-se a reunir com as pescadoras no processo de escuta, objetivando fortalecer a categoria, através de reuniões. Perceberam-se aspectos relevantes do cotidiano das mulheres pescadoras, que precisam ser melhorados, para terem vida mais digna. Elas desenvolvem essa prática passando muitas horas sentadas, sendo que esse trabalho é pouco conhecido. Por outro lado, vale entender como isso se desenvolve no cotidiano das famílias, especificamente das que moram na comunidade da Vila do Treme, área do entorno da Resex, onde a fonte de renda é principalmente o pescado e o caranguejo-uçá. (AVIZ, 2020, p. 95)

Vê-se a preocupação com a saúde laboral e com a significação econômica do trabalho. Associado a isso, a busca por uma vida mais digna. Prossegue a autora:

As pescadoras, em suas residências ou na fábrica de catação de caranguejo que há na Vila do Treme, passam horas extraíndo a massa do bicho, sendo que, o que chama atenção é a forma de como as relações são construídas para que toda essa cadeia produtiva aconteça. Vale ressaltar que com 100 caranguejos médios se consegue obter cerca de 2kg e 500 gramas de massa de caranguejo e mais meio quilo de patas. Sendo que o preço do serviço (mão de obra) sai em torno de R\$6,00 (seis reais) o quilo de massa extraída (AVIZ, 2020, p. 96).

É latente, então, o desconforto com o fato de elas apenas venderem sua força de trabalho, ao invés de fornecerem elas mesmas o produto beneficiado. Conhecedora da realidade que impede o fortalecimento da autonomia das mulheres na pesca, essa agente do CPP viu neste cenário uma oportunidade de ação transformadora.

O projeto Pescando Autonomia, desde sua concepção, já visava a construção de uma rede de mulheres como uma alternativa de canal de comercialização. Dado isto, o grupo de mulheres, após dois períodos de capacitação, optou por formar um grupo regular e que deveriam eleger uma coordenação para avançar nas estratégias e alcançar os objetivos traçados. Foi, então, que houve o problema da escolha de quem ocuparia essa função, referido anteriormente. Muitas acharam que não faria sentido um homem representar uma rede feminina.

A determinação em continuar na luta pelos objetivos é o que marca a trajetória desta REDE. Mesmo com toda a problemática em que estão inseridas, elas continuam na esperança de que a REDE trará novas oportunidades, uma mudança desta realidade sofrida, como mostraram os muitos depoimentos aqui transcritos.

A coordenadora e animadora do grupo, Dejanira, transmite muita paixão ao falar de seu trabalho como catadora. Ela alcançou uma posição diferenciada na cadeia. Como relata no trecho abaixo, ela tem barco próprio e três tiradores de caranguejo que lhe fornecem matéria-prima. Apesar das dores do percurso, Dejanira sente orgulho em hoje ter uma condição melhor de trabalho e poder garantir seu sustento do trabalho com caranguejo. Uma certa autonomia. E ela “gosta do que faz”.

Quando eu chego na beira do porto que o pessoal chega, o barco chega...chega mercadoria pra mim, aquilo me satisfaz muito, porque eu vou ter mercadoria pra mim trabalhar. E o meu trabalho, pra mim, ele me satisfaz muito, eu me sinto muito feliz no trabalho que eu faço. Muito mesmo!

As mulheres catadoras seguem enfrentando obstáculos e continuam com a disposição em vencer esses obstáculos. Estas lutas, porém, não se esgotam na conquista de melhorias no plano econômico. Elas abrangem dimensões sociais, culturais e simbólicas que influem na sua posição social. Elas procuram atacar vários eixos de desigualdades, expressos na força duradoura do patriarcado, do racismo, da invisibilidade social, em sociedades com grandes conflitos intergeracionais, para mencionar alguns desdobramentos dos conflitos do capitalismo.

### **5.3 O projeto da cozinha comunitária: uma experiência diferente do que a gente vive no dia a dia**

A representante do CPP, Iricina Aviz levantou o problema da “ausência de políticas públicas voltadas para esta categoria” de trabalhadoras do setor pesqueiro. Suas visões fazem eco com a análise de Biroli (2014) sobre essas políticas ausentes, que pesam mais sobre as mulheres na conciliação entre família e trabalho:

A falta de creches e de políticas adequadas para a conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado com filhos pequenos penaliza as mulheres muito mais do que homens, em sociedades nas quais a divisão dos papéis permanece atada à compreensão do feminino e do masculino. (BIROLI, 2014, p.11).

Uma das metas da REDE e que pode de fato ser o diferencial dentro da cadeia produtiva, é a construção de uma Cozinha Comunitária, que tem como objetivo ser o espaço de catação e de comercialização do caranguejo beneficiado pelas mulheres do grupo. Ademais, pretende ser também um espaço de convivência, de formação, enfim, de construção da

autonomia delas, em vários sentidos. Ela se substituiu à ideia original da “Casa da Pescadora”. Segundo Iricina Aviz, o espaço é pensado para contar, também, com uma creche, justamente focando na necessidade de mulheres que não têm com quem deixar seus filhos. Essa proposta mostra que a REDE considera a relação de cuidado da mãe com os filhos um componente essencial do trabalho.

É certo que esse entendimento de facilitar para as mães conciliar o trabalho com o cuidado, reforça a associação habitual de mulheres e cuidados, porque vê que o cuidado com as crianças é responsabilidade sobretudo da mãe, mesmo quando elas estejam no seu momento de trabalho. Contudo, o projeto da cozinha pode ser visto também como um avanço em equidade de gênero, além desse limite. Sabemos que poucos espaços de trabalho, que não sejam os espaços da casa, possuem arranjos para acomodar as necessidades de mães com filhos pequenos. As creches são inexistentes naquele contexto e, mesmo na maior parte das cidades brasileiras, as creches são inacessíveis e insuficientes para tantas mães que delas precisam. Portanto, a cozinha representa, busca, uma nova forma de relação entre as trabalhadoras e o mercado. Ela leva em consideração as experiências de vida.

O projeto da cozinha merece atenção por vários aspectos. Ele prevê mais do que aspectos econômicos em si. Ou seja, elas querem oferecer um produto catado de qualidade e ter boas condições do trabalho, para poderem entrar no mercado em posição melhor. Mas, o projeto também vê as necessidades das trabalhadoras como pessoas, consideradas na sua integridade, e não apenas como vendedoras de mercadorias, expostas aos problemas dessa condição, conforme o movimento de mercadorização que Fraser (2013) tratou ao discutir a teoria de Polanyi. E, também, o projeto da cozinha tem uma preocupação com uma relação mais harmônica com a natureza, ao lidar com o problema dos resíduos da catação, que tem efeitos poluentes. Assim, a cozinha é vista como uma das estratégias da Rede, que se interpreta neste estudo como estando de acordo com uma nova alternativa de desenvolvimento, na linha socioambiental.

A catadora Dariele afirma a importância da REDE para a renda e, também, para a saúde das trabalhadoras:

Ela é importante porque traz renda sabe. pra muitas pessoas .. nós vamos ser beneficiados com isso. [...]  
Porque nós somos mulheres dispostas de continuar e não parar [...] tem algumas mulheres no grupo que já tão com problema de saúde de tanto catar. E tem muitas de idade avançada que já vão colocar as filhas pra catar na cozinha comunitária, porque já não vão ter mais condições. O trabalho no caranguejo é um trabalho pesado!  
(Dariele, 40 anos, Treme)



Na sua fala, Dariele também toca no problema da entrada das filhas na catação. Ela sugere que as mulheres teriam mais satisfação ao verem as filhas entrarem em melhores condições nesse trabalho. Todas reconhecem que é um trabalho pesado, mas ao mesmo tempo, sabem que as opções para a maioria são restritas. Então, é importante destacar essa visão sobre o trabalho para as filhas.

Quando perguntadas sobre o que esperam para o futuro da REDE as mulheres relataram esperança de que a cozinha seja construída, porque esta é uma possibilidade de melhoria de vida que elas têm. Fabiana assim vê esse futuro:

Com a nossa cozinha pronta, as mulheres ganhando dinheiro e as nossas condições melhores, porque essa é a nossa esperança, não tem muita opção aqui pra gente, por isso a gente se agarra nessa chance. Tá com a complicação do terreno, mas a gente tem fé que vai sair, não vamos desistir não. (25 anos, Treme).

Ângela também é muito clara sobre essas questões:

Se tiver a cozinha comunitária melhor ainda, aí a gente já vai trabalhar pra lá e quem sabe a gente não ganha um dinheiro a mais... Porque vai sair da cozinha, já vai direto lá pro comprador e assim a gente vai ganhar mais. Vai dar um lucro melhor e vai melhorar nossa condição de trabalho. E tem uma mulherada que tem uns filhos miudinhos, aí as vezes o marido vai trabalhar e não tem com quem deixar as crianças. Aí a mãe não vai sair e deixar as crianças, aí lá na cozinha vai ter um espaço lá, pras crianças (Angela, 37 anos, Treme).

A Cozinha comunitária, portanto, se apresenta como uma lógica diferente de produção, circulação e distribuição do produto. Mesmo que seja uma proposta em construção, ela permite repensar estruturas e experiências sociais e, portanto, sonhar alternativas. A vontade das mulheres de superarem os obstáculos e conseguirem a cozinha é um impulso para que alcancem as transformações. Em um nível comunitário, local, elas estão buscando uma transição para outra forma de organização da economia e da sociedade, baseadas na solidariedade, na reciprocidade e no respeito com a natureza.

Quanto aos meios para construírem a cozinha, Dariele fez referência ao mutirão, à ajuda mútua e ao trabalho coletivo. Ela, inclusive, doou parte de seu terreno para o projeto do grupo.

Dariele: Em mutirão, a gente vai conseguir tudo, cimento, tijolo, a gente vai ter que correr atrás. Eu doei um pedaço do meu terreno pro nosso grupo, mas pra poder acontecer isso, porque fica aqui no fundo, aqui atrás e tem outras casa na frente e fica difícil abrir uma estrada pela casa das pessoas. E eu não vou cobrar nada do grupo, porque o nosso grupo vive de contribuição. E deu um problema porque eu sou casada no civil, mas eu vivo separada há muito tempo...e aí eu preciso me divorciar dele pra poder doar o terreno pro grupo e ter o documento.

Há, também, problemas burocráticos a resolver, com necessidade de apoio jurídico, ela argumenta.

A gente precisa de um advogado agora, fui atrás e ele não me cobrou barato e se eu for na defensoria pública não é com dois meses que vem, vai demorar. Porque, se não fosse isso a gente já tava com o terreno pro grupo. Todas as vezes que eu tentei me divorciar, ele nunca compareceu, desde 2016.... Aí é assim... (Dariele, 40 anos, Treme).

A fala de Ilza sobre a importância da sua participação na REDE de mulheres revela o desejo de melhoria de vida e de autonomia. Suas palavras são intensas: “uma experiência diferente do que a gente vive no dia a dia”.

Ilza: acho que a importância é que isso vai melhorar nossa vida, a gente vai depender da gente mesmo, né? Do próprio negócio da gente, vai ser uma experiência diferente do que a gente vive no dia a dia. A gente tá querendo que isso aconteça logo, porque vai ser tudo de bom. (23 anos, Treme)

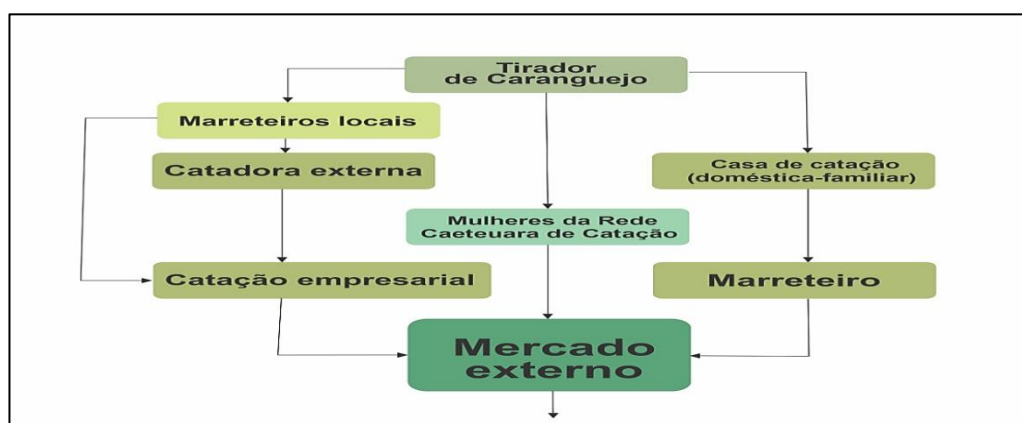
O relato de Ângela reforça a importância de a Rede ser a única organização de mulheres na Vila do Treme, portanto a saída para elas: só tem esse grupo da REDE de mulheres aqui, então eu torço pra dar certo, é a nossa única esperança pra melhorar as coisas!

Atualmente, o grupo conta com parte dos materiais para construção e os equipamentos para funcionamento da cozinha comprados. E a aquisição do terreno, parcialmente resolvida.

#### **5.4 A posição da rede na cadeia de comercialização**

Na Figura 56, vemos um fluxograma idealizado, que demonstra a posição que a REDE objetiva alcançar dentro da cadeia produtiva. Ela estabelecerá elos diretos com o tirador e o comércio local, isto é, atuando na obtenção da matéria-prima a processar e na venda do produto beneficiado.

**Figura 56.** Fluxograma da cadeia produtiva, com a participação da Rede de Mulheres Caeteuaras, 2021.



Temos aí esse roteiro ideal da posição da REDE. Ela está no meio do fluxograma e se liga a apenas dois elos da cadeia. Se ela puder oferecer produto no mercado sem depender dos atravessadores, como ocorre com as catações domésticas, ela conseguirá reter maior valor para as catadoras. Porém, para a análise da construção da Rede como um elo assim atuante na cadeia, seu papel potencial na melhoria da posição das mulheres, muitas questões são substanciais para a relação econômica que a Rede se dispôs a criar. Algumas dessas questões já foram levantadas em capítulo anterior.

Na esfera da obtenção da matéria-prima, como a REDE conseguirá adquirir o caranguejo dos tiradores? Como e quando será feito o pagamento aos tiradores, mediante o imediatismo que muitos tiradores de caranguejo têm, por suas próprias necessidades de sobrevivência? Diante disto, como garantir um abastecimento regular de caranguejos para a REDE?

Na esfera da comercialização, a REDE competirá com os marreteiros, que muitas vezes transportam o tirador até o manguezal, e já estabelecem nesse momento uma relação de cliente preferencial com ele. A REDE também pretende adquirir caranguejo dos marreteiros, ou terá como princípio obter diretamente produtos do tirador de caranguejo?

Essa posição ideal na cadeia produtiva permanece no horizonte das mulheres e da principal organização parceira, o CPP. Por ora, as poucas que estão vendendo seu produto usando a marca da Rede, operam nos mesmos moldes costumeiros, recorrendo aos marreteiros locais.

## 5.5 Perspectivas para a Rede e ações de gestão de recursos pesqueiros

Está claro que a Rede visa tanto a melhor inserção produtiva na cadeia do extrativismo do caranguejo, quanto conquistas no campo do reconhecimento e do usufruto de direitos. Em um primeiro momento pensa-se em agregar valor ao produto, aumentando a renda das participantes e distribuindo de forma equitativa o lucro das vendas. Seria uma organização de cooperativismo solidário, princípio que estimula o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que diminuem os níveis de desigualdade social (Sistema OCB, 2020). E, em um segundo momento, orientá-las para inserção nas organizações de classe para que possam acessar direitos previdenciários, esclarecendo seus direitos e deveres via cursos de formação.

Nas entrevistas com Iricina Aviz de Oliveira, ela expressa fortemente a ausência do autorreconhecimento como trabalhadora da pesca por parte das catadoras. Muitas veem seu trabalho apenas como ajuda na cadeia produtiva da pesca e não como uma parte essencial. Segundo (AVIZ, 2020): “Pescadora artesanal é uma categoria que é pouco conhecida e aceita”. Uma das catadeiras relata: ‘muitos acham que por extrair a massa do caranguejo não sou pescadora, às vezes até o próprio marido’. De fato, ela não é pescadora, como diz, mas é uma participante essencial dos trabalhos dentro da cadeia produtiva da pesca. É uma trabalhadora do setor. E as mudanças legais, discutidas anteriormente neste estudo, não as favorecem, pois elas deixaram de ser consideradas como similares aos pescadores e pescadoras em direitos previdenciários. Elas ficaram mais invisíveis socialmente.

Nessas circunstâncias, o CPP e agentes parceiros buscaram alternativas para valorizar o trabalho destas mulheres, através de projetos de financiamento, atividades de formação, capacitação e acompanhamento do grupo na organização da Diretoria da Rede de Mulheres Caeteuaras:

É nesse cenário que as mulheres pescadoras firmam sua resistência contra a informalidade e a invisibilidade. Lutam por melhorias e se sentem importantes em poder colaborar nas despesas da família, dizendo ‘me sinto parte do processo sustentável da minha família, onde posso colaborar diretamente com meus filhos e no sustento da casa’.

Nesse caminho de uma nova visão de si mesmas, o fortalecimento profissional é um instrumento fundamental, na perspectiva do CPP.

Vale dizer que dentro desse contexto de fortalecimento da profissão, o Conselho Pastoral dos Pescadores tem seu papel de fomentar junto às pescadoras estratégias de melhoria do aumento de renda da família, e nesse sentido já desenvolveu junto às mesmas, curso de capacitação voltado para culinária com a massa de caranguejo, agregando valor à extração da massa, onde já puderam expor na feira do agricultor

seus talentos, se sentindo cada vez mais empoderadas e valorizadas (AVIZ, 2020, p. 96).

Com a atuação do CPP na comunidade, puderam sentir de perto as aflições e dificuldades que foram fatores geradores para compor a Rede. Com vários cursos e rodas de conversa sobre autoestima, valorização e importância da profissão de catadora, as participantes começam a se enxergar como um elemento desta cadeia, e com grau de relevância. Mas, diante de um processo histórico de desvalorização, desmotivação, desmobilização das suas tentativas de organização social, é improvável que esse processo de internalização e conscientização de seus valores seja simples. Ao contrário, é um caminho não linear. Segue relato trazido pela agente do CPP:

Importante dizer que as pescadoras fazem parte ativa da cadeia produtiva do caranguejo-uçá, se sentem importantes, porém ainda sentem que deveriam ser mais visibilizadas, por não serem tão reconhecidas pelo que fazem na comunidade e sociedade. Outro lado que ressaltam, é que muitas se sentem doentes por conta do movimento repetitivo, da forma em que ficam para extrair a massa. Pretende-se cada vez mais tornar visível tal situação. Por exemplo, muitas reclamam de dores contínuas na coluna, pernas inchadas e doloridas, dores nas costas, e articulações comprometidas (AVIZ, 2020, p. 97).

Essa é a perspectiva ampliada da produção e do lugar das mulheres nesse processo, mas os desafios são grandes. As questões em aberto formuladas acima, sobre obtenção da matéria-prima, capital de giro, terreno para a cozinha, por exemplo, ilustram alguns desses desafios. São decorrentes da própria estrutura econômica e social mais ampla, o que amplia o volume de recursos materiais e sociais necessários para a REDE. Acentuam a importância de parceiros, sejam organizações, sejam pessoas que aportem recursos.

E, também, permanece um outro desafio. Fazer com que essa experiência não seja vista apenas como “de mulheres”. Ela se insere dentro de um território de RESEX, que é de participação nas tomadas de decisão sobre os temas ambientais e sociais. A Rede quer ter impactos nesse território que vão muito além de “questões de mulheres”. É o que se pretendeu mostrar neste estudo. As iniciativas abrem caminhos rumo à construção de equidade de gênero.

A REDE se identifica com o nome do Projeto do qual surgiu: Pescando Autonomia. Autonomia é entendida como a capacidade do indivíduo e da comunidade para tomadas de decisões, sem tutela ou coerção. Justifica, então, uma história de luta, anseio por voz, participação e visibilidade. Como autonomia, enfatizo que considero não apenas a renda, mas também a autonomia nas relações, experiências do cotidiano e nas formas de trabalho, por exemplo. Relato uma autonomia de novo tipo, um desenvolvimento na linha

socioambiental, que leva em conta as desigualdades de gênero, as opressões, a inserção do mercado na sociedade e que vê as pessoas em sua integralidade.

Em uma construção histórica onde os homens foram definidos como provedores e as mulheres como cuidadoras e dependentes de seus maridos, os espaços sociais públicos foram se tornando ocupados, em sua maioria, por homens, e coube as mulheres os espaços privados-domésticos, os que estão relacionados ao cuidado. Dessa forma, os homens foram definindo estruturas e culturas tipicamente masculinas dentro dos espaços sociais que ocupavam e as mulheres, da mesma forma, também foram definindo estruturas e culturas que melhor se adequavam a elas em seus espaços, como ponderou Giffin (1994).

Importante perceber que a própria construção da REDE vai revelando as limitações a que as mulheres estão expostas e a forma que algumas delas conseguem enfrentar as desigualdades. Por isto, a criação da REDE equivale a uma perspectiva de equilíbrio destas relações sociais e comerciais, bem como de mudanças de um cenário desigual de oportunidades de trabalho, de tempo de qualidade e cuidado com a família.

Retomando o projeto da Cozinha Comunitária, a qual se vislumbra como um espaço de trabalho e comercialização diferenciado das empresas formais, um espaço adaptado para acolher as crianças, gerando condições de trabalho mais justas e humanizadas, valorizando o tempo de trabalho da catadora, respeitando suas necessidades laborais e as relações de gênero naquele contexto. Essas condições diferenciais ficam claras quando comparadas ao trabalho em fábricas, onde o tempo para alimentação é reduzido e controlado, os horários são rígidos e não há espaço ou preocupação com os filhos pequenos dos/das profissionais. Essa preocupação é tida como externa ao espaço e ao tempo do trabalho formal.

Como visto, a trajetória da REDE apresenta diversas incertezas. O depoimento a seguir, é de uma catadora local, prestes a se aposentar, que indica que a primeira etapa de construção foi interrompida, justamente pela falta de estrutura. Com o intuito de perceber essa trajetória pelo olhar de suas próprias protagonistas, a entrevista da Sra. M., de 55 anos, é esclarecedora dos problemas que o grupo enfrenta.

M: Mas não deu continuação, foi o [projeto] da Iricina, nós fizemos o curso pra negócio de catação de caranguejo, que ela ia mandar fazer uma catação, pra gente catar dentro da casa, só que não foi pra frente, até hoje ela não fez. Era um grupo de mulher que trabalhava, aí ela não conseguiu fazer, não conseguiu não ... ela ainda não fez a casa de caranguejo pra gente catar dentro.

Patrícia: a senhora participou dessa formação que ela deu?

M: participei, foi bem umas 12 pessoas que participou. [...]

Vou ficar aqui em casa e vou parar de catar, vou receber meu aposento e vou parar de catar... Tô doente. Aí eu vou receber o aposento, aí pronto não vou mais catar, só vou pescar...

A Sra. M. revela não querer fazer mais parte das reuniões da REDE porque já está próximo o momento de se aposentar, então não pretende continuar na catação. Mas, também, porque os projetos ainda não puderam se concretizar. Diante das dificuldades do dia a dia, um certo imediatismo de expectativas é compreensível.

Como visto ao longo deste estudo, a cadeia produtiva do caranguejo é de grande relevância para a economia de Bragança, onde muitas comunidades vivem da extração desse recurso natural. Contudo, há muitos pontos problemáticos nessa cadeia. Nela, os agentes situam-se de modo muito desigual no que diz respeito à remuneração e às condições do trabalho. E, ademais, há também impactos ambientais, como foi o caso das capturas de caranguejos de pequeno tamanho que foram descartados, bem como o destino dos resíduos da catação.

Por sua vez, os tiradores de caranguejo tendem a depender dos intermediários para o transporte até as zonas de captura. E as catadoras de caranguejo também têm pouco poder de barganha nas relações de troca. É nesse contexto que é importante que as organizações parceiras e as instituições que apoiam a constituição da RESEX, além da própria ASSUREMACATA, acompanhem e ofereçam apoio às ações da Rede e de outras iniciativas similares no âmbito do território. E, também, a REDE merece atenção do poder público municipal, dada a importância para a economia do município. Não se trata apenas de um projeto local de geração de renda. Inclui a articulação das catadoras para valorização do seu trabalho, proporcionando o aumento da renda, viabilizando conhecimento e acesso aos direitos previdenciários, condições dignas de trabalho e melhor cuidado com o meio ambiente.

Como foi discutido, a equidade de gênero é condição primordial para o desenvolvimento socioambiental. Os dados desta pesquisa, as vozes das mulheres entrevistadas, assim como das suas parceiras na REDE, mostram que a experiência caminha nessa direção. Ações, projetos, programas que possam estimular a conscientização da discussão de gênero, a valorização da mulher e suas formas de atuação, o compartilhamento dos cuidados e tarefas do lar, dentre outros elementos, devem compor qualquer diálogo sobre como construir caminhos para o desenvolvimento socioambiental. Como dito várias vezes ao longo deste estudo, acredito seja uma alternativa viável para que consigamos viver em uma economia nova – com elementos do Bem-Viver (ACOSTA, 2016) - em uma relação mais harmônica com a natureza, diferente do que a que prevalece até hoje.

Portanto, a REDE também importa para a questão ambiental no território. Na economia pesqueira local, no modo como se estrutura o setor pesqueiro, no caso do

extrativismo de caranguejos, há uma pressão crescente sobre esse recurso. Isso gera, por sua vez, uma grande pressão sobre as famílias para prover a subsistência. E essa pressão se traduz sobre o trabalho das mulheres, que é intenso, flutuante, de baixo rendimento, em longas jornadas. E, também, a uma disponibilidade delas para esse trabalho, para sustentar suas famílias, mesmo se muitas vezes ganham apenas para cobrir a alimentação e despesas cotidianas do lar.

Por ser uma REDE que depende do caranguejo e este produto da natureza está sofrendo impactos como captura ilegal, em escala que pode estar comprometendo a capacidade de reprodução, com uso de técnicas inadequadas, dentre outros, este recurso sofre com a diminuição da sua espécie. Com a palavra, duas catadoras, de Taquandeuá e Treme:

J: Diminuiu o caranguejo, ninguém respeita o defeso. Tem, mas o pessoal não respeita... não tão nem aí, vão mesmo. Não querem respeitar! (39 anos, Taquandeuá)  
M: Ah, desde que eu comecei a catar sim, diminui, tem semana que a gente nem consegue catar, porque não tem (57 anos, Treme)

A catadora abaixo tem uma percepção de que os tiradores de caranguejo não estão respeitando uma regra antiga: a de evitar capturar fêmeas. Prova disso, é que ela encontra exemplares entre os caranguejos que cata.

N: Tinha com certeza, porque antes as pessoas respeitavam mais a questão de não pegar fêmea. Hoje em dia não, se a gente catar, acha muita condurua. (22 anos, Treme).

Por outro lado, o fato de o caranguejo estar rareando nos manguezais da região de Treme, influenciou na própria introdução da nova técnica para capturar o caranguejo, o gancho, como indica o trecho a seguir, pois o braço não mais alcança os caranguejos nas tocas, aspecto este que também foi evidenciado por Fernandes (2018). A catadora I. dá o exemplo do cunhado e do marido que, na véspera da entrevista, foram ao mangal e quase nada conseguiram capturar:

I: Agora não tem mais, meu cunhado foi no mangal por aqui por terra e não tem. Ontem meu marido que não é acostumado muito, mas ele foi lá muito fundo e não conseguiu, pegou só um e veio embora. Agora eles tiram mais é com gancho, porque o braço, como tá muito fundo, o braço não alcança. Aí eles metem o gancho e aí tira. (40 anos, Treme).

As catadoras entrevistadas sentem o impacto da diminuição de caranguejo na renda do seu trabalho. Menos vezes por semana elas encontram demanda para catar.



L. : Rapaz, quando dá bastante pra gente catar 2 ou 3 vez na semana, porque se eles traz hoje, se eles traz assim terça e as vez não tem quarta, já vem quinta, a gente cata 2kg, 3kg, 4kg é muito, porque agora tá devagar, né? (38 anos, Treme).

E novamente, vemos com o relato de Ruth como agora é preciso virem os caranguejos de mais longe, de Viseu. Até quando?

Ruth: é, porque agora tá ruim, esse mês agora de julho todo mundo fala que tá ruim, eu mesmo não catei mais esse mês, porque tá pouco, o rapaz dessa catação ele falou que não conseguiu, como eles [tiradores] vinham traziam só mesmo pra pagar as despesas (51 anos, Treme).

Um fato importante que se viu na cadeia produtiva é que grande parte do caranguejo catado nas catações domésticas e fábricas locais, são hoje do município de Viseu, o que demonstra entre outras coisas, que o estoque de caranguejo nas zonas de captura tradicionais dos pescadores da Vila do Treme não é mais suficiente para atender a essa demanda.

Interessante notar, finalmente, que com a chegada das fábricas o caranguejo para as catações domésticas chegou a ficar mais escasso. É que os fornecedores de caranguejo vindo de Viseu estão vendendo para as fábricas e para elas, mas as fábricas acabam absorvendo quase tudo e elas teriam, também por isso, mais incertezas no seu trabalho. Esse problema fica claro na fala de Ilza:

Ilza: eu acho que mudou um pouco, porque antes das fábricas, eles [marreteiros que entregam para as catadoras externas] traziam 2, 3 redes, as vezes até 5 redes. Aí quando começou as fábricas, eles deram prioridade pras fábricas, o pessoal de Viseu né? Aí já vem só uma rede. ou no máximo 2 redes pra gente catar. (23 anos, Treme).

O processamento do caranguejo gera também uma grande quantidade de resíduo que ainda não tem uma solução efetiva e sustentável. Todas as entrevistadas do Taquandeuá, em particular, informaram que jogam os resíduos em terrenos na comunidade e queimam, sem tratamento adequado:

D: eu jogava fora ali na parte do igapó, botava na parte do seco que era pro sol bater e a gente botava folha de açazeiro em cima, que era pra nós tocar fogo...agora no inverno não, apodrece porque a chuva molha e fica podre... No verão a gente toca fogo. (38 anos, Taquandeuá).

J: eu jogo fora pra beira do mangal e toco fogo ... não vou mentir... não tem onde colocar. (39 anos, Taquandeuá)

Na Vila do Treme, a partir de um grande questionamento da comunidade à Prefeitura Municipal de Bragança, o caminhão coletor de resíduos domésticos agora passa na

comunidade (Figura 53). Segundo as entrevistadas, todos os dias recolhe os resíduos do caranguejo catado, porém o destino do resíduo é o “lixão” de Bragança, o que ao final não resolve o problema dos danos para o meio ambiente.

**Figura 57.** Coleta pública de resíduos domésticos - Vila do Treme.



A Cozinha Comunitária deverá contar com um espaço para destinação correta do resíduo do caranguejo, podendo ser usado em compostagem ou na correção do PH dos solos, diminuindo assim o impacto no meio ambiente. Desta forma, a REDE também demonstra a preocupação ambiental que está em sua essência. E se refere a um problema real dessa produção. A REDE pretende ter um espaço para a produção de adubo orgânico feito a partir da carapaça do caranguejo, o que ainda pode gerar renda para as mulheres da REDE. Para isto, ofereceu cursos sobre esse processo e algumas já colocam em prática em suas casas. Fazem adubo para suas plantações. O mesmo pode ser dito para o aproveitamento das cascas com artesanato, nessa busca de agregar valor e alternativas (Figura 58).

**Figura 58.** Aproveitamento dos resíduos do caranguejo para artesanato.



De acordo com Carmo et al. (2016), o ecofeminismo entende que ‘a natureza é uma questão feminista’. Significa dizer que, no mínimo, se algo é denominado ‘questão feminista’, é porque ajuda a compreender o mecanismo da opressão, subordinação ou dominação das mulheres. Os autores fazem uma conceituação instigante sobre questões feministas. Aquelas questões que são relativas a mulheres, por exemplo, desigualdade no mercado de trabalho, falta de políticas públicas sensíveis a gênero, iluminam a situação de subordinação em que elas se encontram. Enquanto questões como racismo, dominação de classe, etarismo, dentre outros, são feministas se ajudam a compreender qualquer tipo de dominação vigente nas sociedades. (CARMO et al., 2016, p. 164).

O olhar feminista sobre a experiência de construção da REDE, como esta tese procurou fazer, detecta que ela se encaminha nas duas direções que Carmo et al. (2016) apontam. As propostas da REDE se voltam a questões de dominação e subalternidade que são específicas das mulheres locais. E, também, se voltam a dominações mais amplas, quando pretende romper barreiras de classe que as oprimem no trabalho e reduzir os impactos ambientais da catação.

Diante deste cenário, é vital pensar a forma de desenvolvimento que vem sendo constituída nesse território de RESEX. Pensar, ao mesmo tempo sobre as práticas econômicas e sua ampliação, para incluir não somente as atividades mercantis, mas igualmente as

atividades não mercantis e não monetárias, o que Lévesque (2007) conceitua como redistribuição e reciprocidade, respectivamente.

O lugar e o papel dessas diversas formas de atividades e experiências, pode ser o de alternativa economicamente viável, mas não de acordo com o sistema atual, dentro de uma lógica economicista. Será necessário voltar a atenção para a valorização do produto local, dos saberes, de uma lógica de sistema diferente e baseada na solidariedade.

Mesmo com avanços significativos, as mulheres ainda são excluídas das decisões em muitas das organizações sociais, formais e informais, porque a cultura prevalecente tende a seguir a lógica do interesse próprio, dentro de um padrão patriarcal. Por outro lado, há o longo processo histórico que sustenta a necessidade de diferenciação entre gêneros para manter uma relação de poder e hierarquia.

As componentes da Rede de Mulheres Caeteuaras enfrentaram situações de conflito no início de seu processo de organização. Relatos evidenciam que os padrões procuravam desmobilizar as reuniões e encontros do grupo. Por exemplo, passavam nas casas das mulheres para dizer que o projeto não iria dar certo e que elas iriam ficar sem renda alguma e que, portanto, não deveriam participar. Sabemos que essa estratégia desmobilizadora não é algo específico de uma região ou mesmo desta época em que vivemos. A força de trabalho feminina foi ao longo do tempo utilizada pelo capitalismo, tanto em sua expansão inicial, quanto em situações específicas, com a finalidade básica de baixar custos, tendo em vista a mística de que a mulher, por suas características peculiares, propicia “naturalmente” a “criação de valor”. Não fosse a reação da sociedade, o empresariado teria utilizado de forma exacerbada e sempre vantajosa a força de trabalho das mulheres menos organizadas coletivamente e, muitas vezes, dispersas nas formas de trabalho em domicílio, a serviço de contratadores, como ocorreu e ainda ocorre em diversos ramos de atividade.

Para isto será necessário ter clareza dos elementos de desenvolvimento socioambiental na perspectiva de gênero, já que estamos falando do território de uma Reserva Extrativista e das pressões que sofrem as mulheres para garantir sua produção e sua própria renda em contextos desfavoráveis.

Atualizar a agenda sobre as relações de trabalho tem sido uma preocupação constante, um interesse que vai além das pesquisas acadêmicas, afinal o mundo do trabalho não é só um campo de conhecimento, mas também caminho fundamental para mudar as desigualdades entre homens e mulheres. Isso porque o processo emancipatório só pode existir se for desenvolvido simultaneamente no âmbito coletivo e no individual. E se esse processo, no caso das mulheres, conseguir conjugar consciência de classe e de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reserva Extrativista Marinha, como uma política pública de conservação ambiental, é também uma forma de garantia de direitos sociais e cidadania de populações tradicionais. Esta afirmação é um dos entendimentos que me movimentam enquanto pesquisadora e ativista ambiental. Especialmente, em um momento no Brasil em que muito se discute a revisão das áreas de proteção ambiental, sob alegação de que há um “aparelhamento” do setor no país que precisa ser desfeito, como aludiu o presidente da República, no dia 11/07/2019, em café da manhã com políticos da chamada bancada evangélica do Congresso Nacional. (Fonte: Uma ilha do Jornalismo, 2019)

A ideia de criação das Reservas Extrativistas gerou grande expectativa em relação à imediata melhoria da qualidade de vida dos moradores, além de garantir o reconhecimento do território tradicionalmente ocupado. A política pública ambiental viria acompanhada de outras políticas, como saúde, educação, moradia e fomento produtivo. Através das análises feitas neste estudo, pretendi discutir atividades e iniciativas que se inserem nos processos de conquista destes direitos sociais.

As Reservas Extrativistas, portanto, vêm constituindo uma forma de promoção da inclusão social e da cidadania, pois os povos que nelas vivem ocupam duas posições: são cogestores do seu funcionamento e são lideranças locais atuando junto aos órgãos estatais de políticas públicas. De outro modo, ainda que falte muito a conquistar, essas unidades territoriais demonstram que é possível conciliar populações humanas com proteção ambiental, sem reproduzir a hierarquia dos interesses da conservação sobre as comunidades. A literatura mostra que, justamente onde há territórios bem conservados ambientalmente, isso se deve muitas vezes pela presença humana, como acontece com os territórios indígenas na Amazônia.

Neste território, é crucial conhecer não só como os homens exploram os recursos naturais, mas como uma parte importante das mulheres se relaciona com esses recursos. Por conta disto, este estudo sobre as catadoras de caranguejo, que são agentes fundamentais da cadeia produtiva pesqueira. E, assim, elas têm a dizer nos processos participativos de gestão territorial.

O estudo analisou a realidade de trabalho das catadoras. Esta análise se fez necessária para compreender como emergiu a REDE, seus objetivos e os obstáculos e possibilidades em sua construção. Essas mulheres são filhas de famílias de pescadores, ou de trabalhadores no extrativismo de caranguejo e todas catam há muito tempo. Dessa forma elas adquiriram a destreza e as disposições para a atividade que, segundo elas, “não é para qualquer um”.

Enquanto conhecedoras e praticantes de longa data, elas não se diferenciam muito das pescadoras, mas no caso destas mulheres, o fato de pescar fora significa em algum grau transgredir papéis de gênero, como elas falaram. Para dar conta do trabalho nas águas, a ajuda das parentes para cuidar dos filhos pequenos foi indispensável.

Os achados desta pesquisa concordam com o que estudos anteriores na área da RESEX Caeté-Taperaçu encontraram, de que as catadoras estão em posições subordinadas nas relações de trabalho dentro da cadeia produtiva. Essa conclusão continua válida, embora este estudo tenha revelado novos elos e agentes. Eles não alteram a posição nem o fato de que elas entram como mão de obra barata, flexível e disponível. De fato, no quadro das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, são elas que principalmente cuidam da família e devem fazer as conciliações para dar conta do dia a dia.

Através das vozes delas, analisei seu cotidiano marcado por um trabalho que se estende por horas a fio, que pressiona o tempo dos cuidados e que é muito exigente sobre o corpo. Elas enfrentam problemas de saúde ocupacional, ponto em comum com as marisqueiras no nordeste do Brasil. Há uma indicação de possível síndrome de burnout entre as catadoras, que merece atenção de pesquisa. A saúde laboral é uma preocupação nos movimentos de pescadoras e pescadores no país.

Este estudo identificou que existem hoje três formas sociais de organizar a catação. A familiar, a das catadoras externas e as que processam caranguejos vindos de Viseu. Elas diferem nas etapas, na divisão sexual do trabalho, na intensidade do trabalho e, também, nas relações sociais com os marreteiros ou patrões.

Na catação familiar, a família trabalha como uma unidade produtiva, trata o próprio caranguejo que o tirador trouxe do manguezal. Assim, pode ter uma maior margem de ganhos, pois a família vende o produto. Muitas delas trabalharam assim quando crianças, com suas mães e pais. Mas, as entrevistas revelaram também que o trabalho familiar pode representar uma menor autonomia para elas.

A forma mais usual é como catadeiras externas, trabalhando em domicílio para patrões que as contratam. Elas não têm nenhum poder sobre os preços de mercado do caranguejo beneficiado. Sua renda é pequena, mas naquele contexto é indispensável para a alimentação e despesas diárias. Por outro lado, elas passaram a ter a opção de participar da catação na terceira forma, lidando com os comerciantes provenientes do município de Viseu. A catadora compra o caranguejo nas sacas e tem total responsabilidade sobre seu tratamento, acondicionamento e revenda.

As entrevistadas, muitas vezes, alternam entre uma e outra forma. Elas valorizaram muito a possibilidade de ganhar elas mesmas seu dinheiro. As entrevistas expressaram certo orgulho do fato de terem conseguido dar conta de criar os filhos apesar de terem passado tanto sacrifício. Algumas vezes, o trabalho deu condições de sair de relacionamentos de casal abusivos. A memória das mais antigas também guarda tristezas, pela dureza dos anos vividos.

A maioria relatou, enfim, que o espaço econômico para elas é de poucas opções, quase nenhuma na verdade. Por isso, como disse acima, acabam sendo mão de obra barata para os que negociam esse mercado. A elas os riscos do trabalho e de se virarem quando falta procura por catação. Afinal, seu trabalho é “ajuda”, socialmente de pouca qualificação, são invisíveis.

De forma específica neste estudo relatei as dificuldades e desafios da construção da REDE DE MULHERES CAETEUARAS, dentro do contexto da RESEX. Elas detêm saberes, demonstrados nesta pesquisa que passam de geração em geração. Porém, não há grandes modificações sobre as relações de trabalho destas profissionais. Seguem enfrentando opressões que aparecem desde cedo nas relações familiares.

Diante disto, a REDE poderá ser alternativa, através da organização social, que irá responder a esses desafios? Sendo também um instrumento na valorização dessas mulheres que, mesmo movimentando a economia das comunidades, são invisibilizadas nas suas vozes e direitos? Nesse cenário, elas também desenvolvem estratégias para buscar autonomia, com o ganho aos finais de semana e, para as integrantes da REDE, através da organização para a comercialização, espaço em que se fortalecem e criam conhecimentos.

Desta forma, o estudo aponta para a importância da construção desse coletivo. Isso porque, as condições concretas em que as catadoras vivem e participam do mercado, são marcadas por bloqueios estruturais, onde se misturam opressões de gênero e de classe, barreiras sociais e culturais. Suas redes no seio da família e da comunidade dão suporte, mas não quebram os bloqueios que operam no mundo da pesca, que é um espaço fortemente masculinizado. A REDE traz outro potencial de mudança.

Os impactos da pandemia do Covid-19, como se sabe, afetaram milhões em todo o mundo. O que fica muito claro é que os grupos sociais que já viviam situação de vulnerabilidade social foram os que mais sofreram. Dentre esses grupos estão os grupos extrativistas, como as catadoras. A REDE Caeteuara também foi atingida pela pandemia, várias mulheres foram contaminadas ou tiveram seus entes contaminados, afastamentos que desmotivaram o grupo e desmobilizaram as mulheres, aumentando as dificuldades de abastecimento dos caranguejos para comercialização. Processos de licenciamento parados,

construção da cozinha comunitária parada e dificuldade em captar recursos de apoio para novas parcerias.

Há um processo em curso de conscientização pelas mulheres, de sua identidade de trabalhadoras da pesca e, por conseguinte, conscientização de sua força organizativa. A REDE conta com apoios externos decisivos. As lacunas envolvem desde o terreno, passando por conciliar trabalho e cuidados, sobretudo para as que são mães, enfrentar as hierarquias de gênero que prendem seus passos, a baixa renda e os requisitos tecnológicos de trabalharem com um bem perecível e que gera resíduos poluentes. Finalmente, ganharem visibilidade, apoios e parcerias no contexto da Reserva Extrativista.

Até que ponto estamos levando em consideração a sobrecarga das mulheres em um projeto que busca seu empoderamento no meio pesqueiro? Ou de fato, está ocorrendo o acúmulo das tarefas, sem qualquer divisão com os companheiros e/ou filhos(as)? O anseio de mudar a realidade pode levar a própria REDE e entidades de apoio a não perceberem essa relação complexa e preocupante. Problematizar e chamar atenção para esse contexto é indispensável para a equidade de gênero.

Casos de contribuição dos maridos/companheiros no trabalho doméstico ou na catação foram encontrados, especialmente entre casais jovens. Mas, não podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho doméstico sofra mudança muito grande e isto já signifique acesso das mulheres a tempo livre e outras oportunidades de renda. Ou, mesmo, que tenha impacto na participação das mulheres em espaços coletivos. Os cuidados seguem naturalizados como pertencendo ao plano da casa, doméstico, fora do mundo do trabalho remunerado. Quando alguns padrões aos poucos vão sendo quebrados, muitas vezes é pela necessidade. As rendas são em geral muito baixas e a imposição de trabalhar é sobre o conjunto dos membros das famílias, pelo menos em idade adulta.

A REDE tem a meta de criar um fundo a ser alimentado pela comercialização do produto. A situação de muitas mulheres também é de ter recurso de forma imediata para arcar com suas despesas e da família. Seria possível que a Cozinha Comunitária servisse também para filetagem de peixe, já que o pescado também é base da economia do Treme e tem bastante saída no comércio? Assim, a REDE poderia atuar nas entressafras das espécies, respeitando seus defesos e ganhando fôlego econômico.

Estes questionamentos observados nesta pesquisa são centrais para o modelo de desenvolvimento econômico e ambiental concebido pela REDE. Podem ainda ser levados em consideração por outras organizações de mulheres e compartilhados para o aprimoramento de suas experiências.



A respeito dos objetivos da REDE, os dados apontam que até o momento, os avanços têm sido maiores na autovalorização, mais no reconhecimento de seu papel na pesca, do que na comercialização e na autonomia financeira das mulheres do grupo. De fato, elas receberam várias formações. Os momentos de capacitação geram novos conhecimentos, informações que nunca tiveram e que podem fortalecer suas lutas, que passam pelo conhecimento de direitos.

É preciso reforçar essas oportunidades de formação. E, com o sentido de estimular diálogos de saberes, reconhecendo sua herança e expertise no trabalho. A caminhada da REDE contribui para o engajamento delas em arenas públicas (conselhos por exemplo), em discussões sobre o que desejam para o lugar onde vivem. A apropriação de novos conhecimentos e a ressignificação de outros reforçam o poder da educação formal e não formal, em processos de empoderamento e protagonismo. Pode levar mulheres a assumirem novos papéis. Como no caso da coordenadora da REDE, que passou à posição de coordenadora da Articulação Nacional das Pescadoras da região do Salgado Paraense. A REDE Caeteuara entra assim em novas redes, com novos fluxos de recursos, especialmente políticos.

Enfatizo que as lutas dessas mulheres não tratam só de igualdade via melhor acesso ao mercado, ao trabalho. E esta pesquisa colabora, através dos dados apresentados sobre como elas estão expostas todos os dias a pressões, constrangimentos, inseguranças e riscos, além das múltiplas responsabilidades e tarefas. Vivem a mercadorização “crua”, sem proteção social, embora com alguns ganhos de autonomia.

A realidade do trabalho delas, junto com os sonhos formulados na REDE, aponta para a busca de um novo sentido de desenvolvimento, o socioambiental, associado com a equidade de gênero. E esta tese sustenta que os objetivos, os projetos, enfim, os sonhos das participantes da REDE e de seu parceiro principal se coadunam com a concepção de BEM VIVER, que inspira lutas de tantos excluídos e excluídas, invisíveis, no Brasil e em outros países. Essa concepção suplanta a separação entre economia e sociedade, propondo um enraizamento da economia em novas bases.

Para o BEM VIVER o mundo precisa de mudanças radicais, necessitamos de outras formas de organização social, assim como a REDE quer ser um exemplo, quando se aproxima da busca por novas formas de viver onde as relações sociais e comerciais fiquem baseadas nos direitos humanos, das mulheres e da natureza, e não somente no acúmulo do capital. Os trabalhos das mulheres na pesca enquadram-se no que a literatura aponta como feminização por integração. Porém, em condições de precariedade. A REDE de Mulheres Caeteuaras e

outras organizações e suas redes no Brasil, buscam novos caminhos de atuação feminina na economia pesqueira.

Percebe-se a sobrecarga que é participar e administrar a REDE. Porém, os avanços em reconhecimento de seu lugar, para as mulheres que a constituem, é algo perceptível. A estrutura socioeconômica e as relações de gênero resistem mais a mudar.

A importante transição das mulheres para o trabalho organizado em REDE é encorajadora. Todavia, essa transição está sendo realizada sem apoios públicos e financeiros adequados, que possam efetivamente coletivizar o trabalho de cuidado. Ainda compete às mulheres conciliar mercado de trabalho e família, seja assumindo sozinhas a sobrecarga, seja delegando a outras mulheres. Outra questão constatada é que, apesar de elas estarem vendo sinais de sobrepesca do caranguejo, não participam quase das discussões da RESEX.

É nesse cenário que a REDE poderá propiciar uma feminização no meio pesqueiro que realmente avance na equidade de gênero, a partir de seus projetos. Caso haja as condições necessárias, poderá transformar o sentido da feminização na pesca hoje. No caso da cozinha comunitária, pretende se diferenciar das fábricas e catações caseiras, porque além de respeitar as normas legais de higiene, inclui valorizar o trabalho delas, considerando-as também como trabalhadoras que cuidam. Estabelecer relações e elos que vão além da produção, mas também em qualidade de vida. E, nessa construção, elas estão também contribuindo para transformar as cegueiras de gênero que informam as políticas de pesca e para desacreditar os pré-conceitos que marginalizam as mulheres atuantes nas cadeias de valor da pesca.

Por essas perspectivas, senti o estímulo a pesquisar, observar, analisar e escrever sobre esta REDE, como forma de perceber quais ações agregam ao sonhado desenvolvimento alternativo. As questões em aberto, referentes aos aspectos de obtenção da matéria-prima e da comercialização, recursos materiais e tecnológicos, são cruciais, é claro, que a REDE deverá enfrentar.

E por último, lembro ainda o desafio de fazer com que sua trajetória e demandas não sejam vistas apenas como uma pauta de “mulheres”. As lutas e processos enfrentados vão além, passam por questões de defesa do território e de bem-viver. Assim reforço, é o que se pretendeu mostrar neste estudo.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem-Viver; uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016. 264p.
- ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma e MELLO, Alex F. **Povos das águas, realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993, p.63-82.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. As mulheres da Baía do Sol/Mosqueiro: de donas de casa a pescadoras. In: **Sociologia na Amazônia, debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: EDUFPA, 2001. p. 197-216
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Do mangue à casa: família e trabalho na economia do caranguejo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.
- ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, dez. 1999. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>.
- BARBOSA, Roberto Gonçalves; COSTA, Rodolfo Bezerra de M. L. da; PIERRI, Naína; SANTOS, Tomaz Longhi.. O desmonte socioambiental e as resistências emergentes. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Seção especial – O desmonte socioambiental e as resistências emergentes. Vol. 60, p. 1-3, jul./dez. 2022
- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719-753. 2016.
- BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2014.
- CARDOSO, D. M. **Mulheres catadoras: uma abordagem antropológica sobre a produção de massa de caranguejo de Guarajubal, Pará**. 2000. 204f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)

CARMO, Jhader Cerqueira do; PIRES, Mônica de Moura; JESUS JÚNIOR, Guilhardes de; CAVALCANTE, Aniram Lins; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 155-180, jan.-abr., 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>>. Acesso em: 22 set. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Autonomia das mulheres e desenvolvimento sustentável. Geledes, 2012. Disponível em: [Autonomia das mulheres e desenvolvimento sustentável, por Sueli Carneiro \(geledes.org.br\)](http://geledes.org.br).

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE-ANPPAS, 2004. Disponível em:<<http://anpas.org.br/encontroanual/>

[encontro1/gt/conhecimentolocal/Paula%20Chamy.pdf](http://anpas.org.br/encontroanual/encontro1/gt/conhecimentolocal/Paula%20Chamy.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2022.

CRAPANZANO, V. **Anuário Antropológico**. Brasília, DF: EDUnB, 1991.

DIEGUES, Antonio Carlos; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB/USP, 2004.

ESCOBAR, Arturo . Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. Vol. 35, dezembro 2015, DOI: 10.5380/dma.v35i0.43541.

FALQUET, J. **Transformações neoliberais do Trabalho das mulheres**: liberação ou novas formas de apropriação? Gênero e trabalho no Brasil e na França; perspectivas interseccionais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAO-Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza**. Roma: FAO, 2017.

FEDERICI, Silvia Luciana; VALIO, Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>.

FERNANDES, M.E.B., OLIVEIRA, F.P., EYZAGUIRRE, I.A.L. Mangroves on the Brazilian Amazon Coast: Uses and Rehabilitation. In: Makowski, C., Finkl, C. (Eds.). **Threats to Mangrove Forests. Coastal Research Library**, v. 25, Springer, Cham., 2018. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-73016-5\\_29](https://doi.org/10.1007/978-3-319-73016-5_29)

FERNANDES, Valdir e SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008

FRANGOUEDES, Katia; GERRARD, Siri; KLEIBER, Danika. Situated transformations of women and gender relations in small-scale fisheries and communities in a globalized world. *Maritime Studies*, v.18, p. 241-248, 2019. <https://doi.org/10.1007/s40152-019-00159-w>.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FRASER, N. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 617-634, jul.-dez., 2011.

FURTADO, Lourdes. **Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

FURTADO, Lourdes. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Série Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 41-93, 1990.

GIFFIN, K. Gender Violence, Sexuality and Health. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 146-155, 1994.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: RECORD, 2004.

GONÇALVES, Lorena Ferraz C. **Cadeias produtivas como relações sociais**. S.l.: Instituto de Altos Estudos UGT/Brasil, 2013. Disponível em: <https://institutougat.com.br/cadeias-produtivas-como-relacoes-sociais/>.

GOODE, W.; HATT, Paul. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960. p. 423.

GOMES, John Lennon Silva .“Cadeia Produtiva do Caranguejo-uçá no Município de Bragança-PA”. UFPA- 2018.

HAESBAERTH, Rogério. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. Universidade Federal Fluminense ISSN 15177793 Niterói,..GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros . Mulheres da z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca, Florianópolis 2017.

HIRATA, H. **O cuidado em domicílio na França e no Brasil**: Gênero e trabalho no Brasil e na França; perspectivas interseccionais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 604. set./dez. 2007.

HIRATA, Helena e ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de)\*. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, UNESP, 2009. P. 251-256.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2019.

KERGOAT, D. **O Cuidado e a Imbricação das relações sociais**. Gênero e trabalho no Brasil e na França; perspectivas interseccionais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KHEEL, Marti. From heroic to holistic ethics: the ecofeminist challenge. In: STERBA, James (Ed.). *Earth ethics: introductory readings on animal rights and environmental ethics*. 2. ed. Prentice Hall, Upper Saddle River: New Jersey, 2000, p. 199-212.

KLEIBER, Danika; FRANGOUEDES, Katia; SNYDER, Hunter et al. Promoting gender equity and equality through the small-scale fisheries guidelines: experiences from multiple case studies. In: JENTOFT, S.; CHUENPAGDEE, R.; BARRAGÁN-PALADINES, M.J.; FRANZ, N. (Eds.). **The Small- Scale Fisheries Guidelines Global Implementation**, v. 14. Cham, Switzerland: Springer, 2017. p. 737-759.

KRENAK, Ailton,. *Ideias para adiar o fim do mundo- 1ed-* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LÉVESQUE, B. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para Repensar a Economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, 2007.

LITTLE , Paul e. TERRITORIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: POR UMA ANTROPOLOGIA DA TERRITORIALIDADE I Universidade de Brasília (UnB). *Anuário Antropológico/2002-2003* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290

LOPES, Isabelle Bernardina da Silva; BEZERRA, Maria das Graças Viana; SILVA, Luiz Rons Caúla; ANDRADE, Naila Saskia Melo; CARNEIRO, Fernando Ferreira; PESSOA, Vanira Matos. Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online]. v. 46, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000028719>>. Acesso em: 22 set. 2022.

MIGNOLO, Walter (2000), *Local Histories/Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Talden. **Direito Ambiental: racionalidade e territorialidade**. Editora Dialética -2022- p. 107 Belo Horizonte, MG.

MALDONADO, S. C. No mar: Conhecimento e Produção. In: DIEGUES, A. (Ed.). **Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec; Nupaub, 2000.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejos. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex F. (Orgs.). **Povos das águas, realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 19-62.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D; ALVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p.713-737, 2012.

MANESCHY, Maria. Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães; MOREIRA, Edma do Socorro Silva; NUMMER, Fernanda; GONÇALVES, Ida Lenir. Sociologia e gestão ambiental: considerações a partir de uma Reserva Extrativista Marinha. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, p. 339-348, 2017.

MOTTA-MAUÉS, M.A. “Trabalhadeiras” & “camarados”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Editora Universitária UFPA, 1993. 216p.

NARAYAN, U. Colonialism, Gender, Informal Sector Work and Issues of Social Justice. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, v. 39 p. 351-362, 2005.

OLIVEIRA, I. A. Identidade e território das comunidades tradicionais: como a mulher pescadora se vê no processo laboral na extração da massa do caranguejo. **Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais-UFG/CAC**, v. 16, n. 2, p. 95-97, 2019.

OLIVEIRA, Iricina Aviz de. Identidade e território das comunidades tradicionais: como a mulher pescadora se vê no processo laboral na extração da massa do caranguejo? Emblemas - **Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais-UFG/CAC**, v. 16, n. 2, 2019 [Dossiê Questão Agrária na Contemporaneidade, v. II].

OLIVEIRA, M. V.; MANESCHY, M. C. A. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, v. 9, n. 1, p. 129-143, 2014.

PALHETA, Sandra Pereira; ALENCAR, Edna Ferreira. Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP). **Novos Olhares Sociais**, v. 4, n. 2, p. 9-31, 2021.



PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, n 42, p. 377-391, jul/dez.2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>.

PILLETT, E. A. A participação das mulheres na reserva extrativista Caeté/Taperaçu na comunidade de Taquandeuá -Bragança/pa. *Amazôn., Rev. Antropol. (Online)* 9 (1): 388 - 412, 2017

POLANYI, (K.), *La Grande Transformation*, Paris, Gallimard, 1983, (1ª ed., 1944).

PROST, Catherine Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 321-342, nov., 2018. DOI: 10.5380/dma.v48i0.58351. e-ISSN 2176-9109.

QUIJANO, Aníbal: “Modernidad y democracia: intereses y conflictos”, *Anua - rio Mariateguiano*, vol. XII, no. 12, Lima, 2000.

RARE Brasil. Pesca **Para Sempre. Relatório Executivo 2017-2019**. Disponível em: <https://rare.org/program/pesca-para-sempre-no-brasil/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

REEVES, H.; BADEN, S. **Gender and development: Concepts and definitions**. Report: 55. Brighton: University of Sussex, 2000.

RESURRECCION, Bernadete. Rules, roles and rights: gender, participation and community fisheries management in Cambodia’s Tonlesap region. **International Journal of Water Resources Development**, v. 22, n. 3, p. 433-447, 2006.

RODRIGUES, Sebastião; SIQUEIRA, Deis; MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães. Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XVIII, p. 1-11, 2014.

SANTOS, Andreza Lúcia Santiago Sombra. **Beneficiamento artesanal do caranguejo-uçá na costa amazônica brasileira: aspectos socioeconômicos, ambientais e tecnológicos na utilização de resíduos**. 2020. Tese de Doutorado em Biologia Ambiental) – Instituto de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANTOS, Arionildo Rodrigues dos. **Riscos ocupacionais a que estão submetidos pescadores artesanais, em comunidades do município de Bragança (PA)**. Belém: Centro Universitário Maurício de Nassau, 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990.

SILVA, Ana Patrícia Reis da. **Identidade e poder no território de Reserva Extrativista**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, Hugo Juliano Hermógenes da; PIERRI, Naína. A retomada da carcinicultura no Brasil (2012–2020):flexibilização das normativas e impactos socioambientais. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Seção especial – O desmonte socioambiental e as resistências emergentes*. Vol. 60, p. 182-205, jul./dez. 2022

SOUZA FILHO, Pedro Walfir Martins. Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 23, n. 4, dez., 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-261X2005000400006>.

SOUZA, S. R.; MARTINEZ, S. A.; GANTOS, M. C. Mulheres Pescadoras: uma análise das produções bibliográficas acerca das relações de gênero no universo da pesca artesanal. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13Th. 2017. Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X.

TSUJI, T.; FERNANDES, M.E.B. **Replantando os manguezais: técnicas de reflorestamento**. Belém: Alves Gráfica Editora, 2008. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/592>. Acesso em: 14 ago. 2022.

VALE, Fundo. **O caranguejo-uçá e o camarão regional-da-amazônia no estado do Pará: as cadeias de valor da pesca artesanal de camarão e caranguejo na Costa Amazônica do Brasil; contexto social, econômico, ambiental e produtivo**. Brasília, DF: VALE, 2018. p. 256.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VANUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós**. Uma síntese de Percepções. São Paulo: EDUSP, 2002.

VIEIRA, Norma Cristina. Relações de gênero e de geração nas atividades de pesca artesanal dos/as jovens pescadores/as da Amazônia Oriental, Brasil. **Cad. Gên. Tecnol., Curitiba**, v. 14, n. 43, p. 22-36, jan./jun., 2021.

WALSH, Catarine. **Interculturalidad y (de)colonialidad: diferencia y nación de otro modo**. Livro da Academia da Latinidade. S.l.: Textos & Formas Ltda., 2006.

ZELIZER, V. O significado social do dinheiro. “Dinheiros Especiais”. *A Nova Sociologia Econômica*. **A Nova Sociologia Econômica**. Oeiras: Celta, 2003. p.125-165.

**ANEXOS****ROTEIRO DE ENTREVISTA  
MULHERES CATADORAS QUE NÃO FAZEM PARTE DA REDE****Nome:****Data da entrevista:****Local onde ocorreu a entrevista:****1. Para começar, eu gostaria de lhe perguntar: quem é você?****2. HISTÓRIA DE VIDA E DA INSERÇÃO NO TRABALHO**

2.1 Você nasceu aqui mesmo? Em que ano você nasceu?

2.2 Me fale de sua infância, de sua família

2.3 Como você começou a trabalhar (idade, com quem, razões, tipo de trabalho...)

2.4 Como foi que você se inseriu no mundo da pesca (ou melhor, nessa vida ligada à pesca)?

Por que nessa atividade?

2.5 Me fale de quando se juntou/casou/formou sua própria família...

2.6 Qual foi seu primeiro trabalho? Descreva, incluindo o lugar, quanto tempo ficou, se saiu, qual a razão...

**3. Qual seu estado civil? Tem filhos? Quantos e quais as idades deles? Eles moram com você?**

Uma alternativa à pergunta 3: Me fale de sua vida cotidiana. Você mora com quem? Como é seu dia a dia? Como você se divide entre a casa e suas outras responsabilidades?

- 4- Hoje você tem XX anos... Me diga uma coisa. Como você fez, ao longo de sua vida adulta, para conciliar as responsabilidades variadas que você tem no seu dia a dia?**

**Sempre foi do jeito que é hoje?**

4.1 E Hoje? Me conte sobre o seu dia, como começa, quais tarefas, atividades? (entender como está dividido o tempo e cuidados)

## **QUESTÕES SOBRE ECONOMIA FAMILIAR**

- 4. Além de catar, você faz que outras atividades para seu sustento e de sua família? E me fale sobre a renda, se não lhe incomodar, gostaria de saber quanto você ganha no seu trabalho.**
- 5. Quais outras pessoas contribuem para a renda da família? O que fazem os outros moradores da casa?**

**Quanto é a renda de sua família?**

**Como você estima/calcula a sua contribuição para o sustento da família?**

- 6. SOBRE O TRABALHO DE CATAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E HISTÓRICO DA ATIVIDADE NA REGIÃO**

**7.1 Como é esse trabalho?**

...

7.2 Quais as etapas do beneficiamento? Homens e mulheres fazem o que nessas etapas?

7.3 Qual a rotina de trabalho de uma catadora/catador? (Ou: Qual a sua rotina de trabalho nessa atividade?)

7.4 Qual a periodicidade desse trabalho? Sempre tem caranguejo para tratar? Ou varia? Em que períodos é maior a procura por esse serviço? E por quê?

7.5 Existe algum risco para a saúde nesse trabalho? Algum incômodo?

7.6 Qual o destino dos resíduos, das cascas que sobram?

7.7 O que você acha ser mais difícil nesse trabalho?

7.7 E qual a parte boa nesse trabalho?

7.8 Você já teve alguma conquista vinda do seu trabalho na catação/pesca?

8 Quando começou a ser feito aqui a catação?

8.1 Como era feito quando começou, em comparação a hoje em dia?

8.2 O que mudou?

8.3 Você acha que tem bastante caranguejo para catar? Houve diminuição da quantidade de caranguejos nos mangues? Houve aumento?

8.3 A chegada das empresas de catação mudou alguma coisa? Conte-me um pouco dessa história e como elas atuam nessa área.

9 Como você se vê dentro da cadeia produtiva da pesca/da tiração do caranguejo?

10 Quais as principais dificuldades de trabalhar na catação?

11 E as vantagens?

12 Você sente que tem a mesma importância que os homens na pesca?

Quanto tempo na pesca/catação?

E sobre a RESEX:

13- A RESEX, a seu ver, o que representa para Treme?

14- Trouxe algo de novo? O que?

15- Qual sua participação na RESEX? (nas atividades, nas reuniões...)

16- Você acha que a RESEX influencia nas atividades dos pescadores e tiradores de caranguejos?

17- Você acha que a RESEX influencia de alguma maneira na vida das mulheres de Treme...?

LAZER-

18- O que você gosta de fazer no seu tempo livre? (esporte, banho de rio, etc)

Como você se vê dentro da comunidade? Qual sua importância ou contribuição para a comunidade?

É comum na comunidade/rede que as mulheres apoiem/ajudem outras mulheres de que forma isso acontece ?

Patrícia: e como o seu contato com o projeto pescando autonomia?

Patrícia: e o que te motivou a entrar no projeto?

Patrícia: e como foram as formações do projeto?

Patrícia: e qual a importância de fazer parte de uma rede de mulheres catadoras?